

VIATOR

Viagem, circulação e
mobilidade na Idade Média

Paulo Catarino Lopes, ed.



VIATOR
Viagem, circulação e
mobilidade na Idade Média

IEM – Instituto de Estudos Medievais

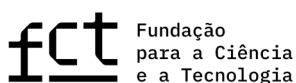
Coleção ESTUDOS 34

VIATOR
Viagem, circulação e
mobilidade na Idade Média

PAULO CATARINO LOPES
Editor

Lisboa 2024

Esta publicação foi revista por pares.
This publication has been peer reviewed.



Esta publicação foi financiada por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do Projeto Estratégico do IEM – Referência UIDB/00749/2020 / DOI 10.54499/UIDB/00749/2020 (<https://doi.org/10.54499/UIDB/00749/2020>); UIDP/00749/2020 / DOI 10.54499/UIDP/00749/2020 (<https://doi.org/10.54499/UIDP/00749/2020>).

Título	<i>VIATOR. Viagem, circulação e mobilidade na Idade Média</i>
Editor	Paulo Catarino Lopes
Edição	IEM – Instituto de Estudos Medievais (NOVA FCSH)
Imagem da capa	Pesellino (Francesco di Stefano), <i>Rei Melchior navegando para a Terra Santa</i> , c. 1445–50, têmpera, óleo e ouro sobre painel. Clark Art Institute, 1955.940
Coleção	Estudos 34
ISBN	978-989-53942-1-0 (IEM)
Design e execução	Ana Pacheco
Formato	Eletrónico

Índice

Introdução

Viagem, circulação e mobilidade. Um campo de estudos privilegiado para aceder à sociedade, cultura e mundividência medievais9
Paulo Catarino Lopes

El viaje como factor de definición de lo nobiliario en la Castilla del siglo XVI. Una reflexión17
José Antonio Guillén Berrendero

Divergências e rupturas nas primeiras viagens quatrocentistas39
Susani Silveira Lemos França

Mercenaries, traders and missionaries: travelling in the Slavic realm before the year 1000.....61
Susana Torres Prieto

Negociar e narrar a diplomacia. Os relatos de embaixadas do século XV81
Douglas Mota Xavier de Lima

Rarezas y cosas exóticas de las tierras de Oriente: lo extraño y lo maravilloso en las Andanças e Viajes de Pero Tafur (siglo XV)103
Pablo Castro Hernández

Fantastic cures and where to find them. How hagiographers encouraged pilgrimage travel.....119
Kara Kersh

O contributo das viagens de oficiais de armas para a descrição geográfica durante o século XV141
Waslan Saboia Araújo

Los viajes del Príncipe de Viana: poder y cultura en la Baja Edad Media	163
<i>Vera-Cruz Miranda Menacho</i>	
El <i>funduq</i> en al-Andalus. Infraestructura urbana para los viajes y viajeros	185
<i>Alicia Hernández-Robles</i>	
“Falou Garcia Ramires”. O intérprete de uma viagem imaginada	205
<i>Beatriz Van Zeller</i>	
Os livros de viagens nos reinados de D. Duarte (1433-1438) e D. Manuel I (1495-1521). Entre os manuscritos e os impressos	219
<i>Carolina Chaves Ferro</i>	
Images of Irish women in ethnographic and travel writing, Antiquity to c. 1600	229
<i>Kim M. Phillips</i>	

Introdução

Viagem, circulação e mobilidade. Um campo de estudos privilegiado para aceder à sociedade, cultura e mundividência medievais

Paulo Catarino Lopes¹

Instituto de Estudos Medievais (IEM – NOVA FCSH)

Estudar a prática da viagem, a circulação e a mobilidade na Idade Média permite-nos aceder de forma privilegiada à sociedade, mas também à mentalidade e ao imaginário coevos. As culturas vigentes, as prioridades, os medos, os desejos e os anseios estão todos lá, à disposição do olhar questionador de quem investiga. Noutra vertente, qualquer tentativa de compreensão do quotidiano e da cultura material do medievo, possui aqui um instrumento incontornável.

Vivemos numa era que se caracteriza pela rapidez inédita das comunicações. Um dia é suficiente para chegar ao outro lado do mundo e bastam alguns segundos para contactar alguém dos antípodas do planeta. Por outro lado, os mapas actuais e muito especialmente o chamado GPS (*Sistema de Posicionamento Global*) fornecem-nos uma preciosa informação em termos de apreensão mental quer do espaço *per se*, quer do espaço enquanto entidade física a percorrer independentemente do

¹ Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da Norma Transitória – DL 57/2016/CP1453/CT0015 (DOI10.54499/DL57/2016/CP1453/CT0015) e do Projeto Estratégico do Instituto de Estudos Medievais – financiamento UIDB/00749/2020 (DOI 10.54499/UIDB/00749/2020).

propósito – já o sentido do caminho do homem medieval nada tem a ver com mapas, pois, à excepção dos decénios finais, com os portulanos, estes constituem essencialmente representações simbólicas do espaço, não tendo por conseguinte qualquer utilidade para os viajantes (quando era necessário realizar uma viagem bem preparada, não se procurava mapas, mas sim listas de etapas, ou seja, listas de lugares por onde era conveniente passar para ir de um sítio a outro).

Nesta circunstância, é-nos particularmente difícil conceber a realidade e respectiva mundividência em épocas anteriores, em particular na Idade Média, cujas vias de comunicação e meios de transporte nada têm a ver com os actuais. Por outro lado, dimensões tendencialmente abstractas como o desconhecimento absoluto entre povos e lugares ou a evolução separada e específica em inúmeros aspectos concretos, são-nos estranhos e não raras vezes quase inimagináveis.

De realçar que utilizamos o termo “Idade Média” apenas por comodidade discursiva. A história é um *continuum*, pelo que não podem existir periodizações estanques. Em termos civilizacionais, o século VI está muito mais perto da Antiguidade tardia do que dos séculos XIV e XV; e estes bem mais próximos da centúria de *Quinhentos* (sobretudo do seu primeiro quartel) do que daqueles.

O que podemos afirmar, sobretudo para a tradicional distinção entre Idade Média e *Renascimento* ou primeira Modernidade, é que aquilo que era excepção tende, com o passar do tempo e o transformar das sociedades, a tornar-se dominante e o que era preponderante tende a tornar-se excepção. Dito de outro modo, as “novidades” renascentistas não brotam do nada, antes apresentam raízes bem fundadas no medievo precedente. É impossível que novas práticas e orientações, quer políticas quer culturais e religiosas, se manifestem sem o peso da herança dos séculos anteriores. A coexistência de técnicas, ideias, estilos, modelos e gostos é um facto incontornável.

Metodologicamente, revela-se, pois, fundamental ter presente a fragilidade das grandes classificações, nomeadamente em relação a temas como a viagem, circulação e mobilidade. A *continuidade* é, mais do que nunca, um dado irrefutável e operativo para qualquer tentativa sólida de hermenêutica histórica, em particular tratando-se, como é o caso, do campo da cultura e das mentalidades.

Como podemos então caracterizar a prática da viagem na (longuíssima) “Idade Média”, um período ainda por muitos considerado paradigmático de uma sociedade fechada, estagnada e imóvel, incapaz de se transformar ou de evoluir, apesar de múltiplos exemplos de deslocação, que variam no tempo e no espaço e que chegam a envolver milhares de viajantes, nos dizerem precisamente o contrário? Quem percorria os caminhos nestes séculos já distantes? Com que motivações e finalidades? Em que condições o faziam? Através de que vias e com que meios?

Dentro de que quadros no que respeita ao imaginário e à mentalidade colectiva? E que formas de representação dessas deslocações nos foram legadas?

Desde logo, temos de ter em consideração um conjunto de fenómenos que *a priori* eliminam de forma categórica a premissa simplista e redutora da imobilidade, isolamento e estagnação medieval². Referimo-nos às migrações sucessivas de povos bárbaros (germânicos, eslavos, asiáticos) que tiveram lugar entre os séculos V e VIII; aos vários movimentos de missionação na Europa que marcaram o período medieval; à expansão islâmica nos séculos VII e VIII, que depois continuou ao longo das centúrias seguintes em consequência da prática da hajj³; às deslocações dos escandinavos para Leste e para Sul nos finais da Alta Idade Média; ao amplo movimento da prática peregrinatória que cobriu toda a Europa durante vários séculos; às diversas Cruzadas; à explosão comercial das cidades italianas e da Liga Hanseática; às viagens protagonizadas por comerciantes, missionários e embaixadores rumo ao Extremo-Oriente quando os mongóis abriram as rotas asiáticas até à China ao longo de mais de um século; e, finalmente, às viagens oceânicas protagonizadas pelos navegantes europeus no século XV, permitindo o périplo de África, a abertura de novas rotas marítimas para a Ásia e a descoberta da América.

Ao contrário da ideia que durante largo tempo predominou, o mundo medieval não foi, de facto, um mundo “paralisado”; mas antes percorrido de forma incessante, quer ao nível interno quer em relação a paragens exteriores à Cristandade latina, a civilização aqui mais abordada⁴.

Isoladamente ou em grupo⁵, viandantes muito diversificados⁶ cruzaram caminhos e concretizaram itinerários, trocando experiências, conhecimentos,

2 AZNAR VALLEJO, Eduardo – *Viajes y descubrimientos en la Edad Media*. Madrid: Síntesis, 1994, *passim*; CHAUNU, Pierre – *La expansión europea (siglos XIII al XVI)*. Barcelona: Editorial Labor, 1982, *passim*; GARCÍA BARRIOS, Ana; OZCÁRIZ GIL, Pablo; RODRÍGUEZ CERESO, Tomás Martín – *Viajes y viajeros en el mundo antiguo y medieval*. Madrid: Editorial Dykinson, 2018, *passim*; PHILLIPS, J. R. S. – *La Expansión Medieval de Europa*. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1994, *passim*.

3 A peregrinação realizada à cidade santa de Meca pelos muçulmanos. Considerada como o último dos “Cinco pilares do Islamismo” (*arkan*), é obrigatória, pelo menos uma vez na vida, para todo o muçulmano adulto, desde que disponha da saúde e dos meios económicos necessários.

4 Salientamos, contudo, que o mesmo fenómeno, ainda que com alcances diversos e características específicas, teve lugar em relação às civilizações coevas com as quais aquela de alguma forma contactou, nomeadamente, a muçulmana, a bizantina, a sino-mongol e a hindu. Veja-se M’GHIRBI, Salah – *Les voyageurs de l’Occident musulman du XIIe au XIVe siècles*. Tunis: Université des Lettres, des Arts et des Sciences Humaines, 1996, *passim*; TOUATI, Houari – *Islam and Travel in the Middle Ages*. Chicago: University of Chicago Press, 2010, *passim*.

5 A preferência por viajar em grupo é uma das marcas fundamentais da viagem medieval. Tal deve-se aos perigos e dificuldades que sempre caracterizavam as deslocações neste período, sobretudo as de longo curso. Ainda que ténue, o apoio mútuo era uma garantia de segurança, tranquilidade e até conforto. A ansiedade era matizada quando a deslocação era protagonizada em companhia de amigos, familiares ou conhecidos.

6 A sociologia dos viajantes medievais apresenta-se como múltipla. Para além dos grandes grupos – nobres, mercadores e clérigos –, existia toda uma imensa galeria de subtipos: estudantes, foragidos, vagabundos,

mercadorias e ideias que, no seu conjunto, contribuíram para a progressiva afirmação de uma civilização dinâmica, pautada pela circulação e a mobilidade: a do Ocidente medieval.

É legítimo afirmar que havia quase tantos motivos para viajar quanto ocupações⁷. Com efeito, nas vias principais, mas também nos caminhos secundários era possível encontrar pessoas que se deslocavam em pastoreio ou comércio, pregando ou peregrinando, para fazer a guerra ou fugir dela, para exercer justiça ou à mesma escapar, para embarcar para o exílio ou dele regressar, para transmitir mensagens ou concluir missões diplomáticas. E mesmo todos aqueles que ficavam no limite das suas casas e aldeias acabavam por experienciar a viagem, fosse através da aventura narrada pelo viajante que passava, fosse por aqueles que se foram embora e retornaram, fosse ainda pelos sermões do clérigo local que convidavam a um tipo de jornada diferente, mas nem por isso menos intensa e plena de fervor: a espiritual.

Sobretudo a partir dos séculos XII e XIII, centúrias em que tem lugar um importante desenvolvimento do mundo urbano (apesar de praticarem a itinerância, as cortes régias fazem cada vez mais das cidades os centros onde permanecem mais tempo) e da actividade mercantil, acompanhado pelo florescer das ordens mendicantes – em particular os franciscanos e dominicanos –, as deslocações e contactos externos intensificam-se ainda mais. Daqui em diante, tem lugar um alargamento do horizonte de experiências em relação ao conhecimento efectivo do

peregrinos, missionários, guerreiros, assaltantes, oficiais régios, correios, mensageiros, exploradores, agentes diplomáticos, filhos segundos da nobreza em busca de fortuna, monges que circulavam entre mosteiros não raras vezes transportando a preciosidade medieval que eram os livros, mesteirais diversos, menestréis, entre muitos outros. Consulte-se GARCIA DE CORTAZAR, José Ángel – “Viajeros, peregrinos, mercaderes en la Europa medieval”. in *Viajeros, peregrinos, mercaderes en el Occidente medieval. XVIII Semana de Estudios Medievales. Estella 1991*. Pamplona: Gobierno de Navarra, 1992, 15-51; VV. AA. – *Viajeros, peregrinos, mercaderes en el Occidente Medieval. Actas de la XVIII Semana de Estudios Medievales de Estella. 22-26 de julio de 1991*. Pamplona: Gobierno de Navarra Departamento de Educación y Cultura, 1992, *passim*; VV. AA. – *Voyages et Voyageurs au Moyen Age – XXVIe Congrès de la SHMES Limoges-Aubazine, mai 1995, Société des Historiens Médiévistes de l’Enseignement Supérieur Public*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1996, *passim*; VV. AA. – *Viajes y viajeros en la España medieval: actas del V Curso de Cultura Medieval. Aguilar de Campoo (Palencia), 20-23 de Septiembre de 1993*. Madrid: Polifemo, 1997, *passim*.

7 FRIEDMAN, John Block; Kristen Mossler Figg (ed.) – *Trade, Travel and Exploration in the Middle Ages — An Encyclopedia*. New York: Garland Publishing, 2000, *passim*; LABARGE, M. – *Viajeros medievales. Los ricos y los insatisfechos*. Madrid: Nerea, 1992, *passim*. LADENO QUESADA, Miguel Angel – *El Mundo de los Viajeros Medievales*. Madrid: Anaya, 1992, *passim*; OHLER, Norbert – *The Medieval Traveller*. Suffolk: The Boydell Press, 1998, *passim*; VV. AA. – *L’homme et la route en Europe occidentale, au Moyen Âge et aux Temps modernes, Centre culturel de ‘Abbaye de Flaran: Deuxièmes Journées internationales d’histoire, 20-22 septembre 1980*. Auch: Cahier de Flaran, 1982, *passim*; VV. AA. – *Viajes y viajeros en la Europa medieval*, Feliciano Novoa Portela y F. Javier Villalba Ruiz de Toledo (coord.). Madrid: Lunwerg Editores y Editorial CSIC, 200, *passim*.

mundo⁸. Um processo que culminará com as viagens marítimas ibéricas na centúria de *Quatrocentos*.

Dito de outro modo, a compartimentação que predominou nos primeiros séculos do medievo cristão ocidental foi progressivamente eliminada ou pelo menos consideravelmente atenuada. Isto significa que cada centro urbano ou núcleo habitacional (aldeia, vila, cidade ou mesmo a corte régia) deixou cada vez mais de viver sobre si mesmo, alargando os seus contactos com o exterior, sobretudo regional, mas também, nalguns casos, nacional e mesmo para lá das fronteiras assumidas pela unidade geopolítica de que fazia parte. Naturalmente, esta realidade variou em número e intensidade consoante o espaço e os protagonistas em exame: as cidades italianas e aragonesas, por exemplo, foram precoces na vivência deste fenómeno, ao ponto de os seus mercadores estabelecerem contactos regulares com o mundo islâmico e, através dele, com o mundo oriental e o mundo africano. Por outro lado, a cúria papal mantinha à época ligações com toda a Cristandade, apoiando inclusive missões fora das suas fronteiras, ao passo que as já referidas ordens medicantes viam os seus membros percorrerem toda a Europa instituindo contactos de forma quase contínua⁹.

A partir de uma diversidade de ângulos de abordagem é precisamente esta presença inequívoca da prática dos caminhos, bem como da circulação e mobilidade de pessoas, objectos, ideias e técnicas ao longo de toda a medievalidade, mas com especial incidência nos séculos derradeiros, que os estudos aqui apresentados pretendem demonstrar. É esse o fio condutor que os une e lhes garante sentido.

Trata-se de um conjunto de artigos – avaliados por pares em anonimato e na sua quase totalidade resultantes das contribuições apresentadas no Congresso Internacional “VIATOR – Viagens e viajantes medievais. Simpósio dedicado ao estudo da viagem, circulação e mobilidade na Idade Média”, que teve lugar na NOVA

8 CLASSEN, Albrecht (ed.) – *Travel, Time, and Space in the Middle Ages and Early Modern Time. Explorations of World Perceptions and Processes of Identity Formation*. Berlin/Boston: De Gruyter, 2018, *passim*; LOPES, Paulo Catarino – “Medieval Travels and the Ensuing Texts as Mirrors of a Society, a Culture, and a World View”. in *Voyages and Travel Accounts in Historiography and Literature*, Volume 1 (of 2) – *Voyages and Travelogues from Antiquity to the Late Middle Ages*, Boris Stojkovski (ed.). Novi Sad / Budapest: University of Novi Sad / Trivent Publishing, 2020, 55-111; MOLLAT, Michel – *Los exploradores del siglo XIII al XVI: Primeras miradas sobre nuevos mundos*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1990, *passim*.

9 GARCIA DE CORTAZAR, José Ángel – *Los viajeros medievales*. Madrid: Santillana, 1996, *passim*; GENSINI, Sergio (ed.) – *Viaggiare nel Medioevo*. Pisa: Pacini Editori, 2000, *passim*; IGLESIA DUARTE, J. I. de la (coord.) – *Viajar en la Edad Media. XIX Semana de Estudios Medievales. Nájera, del 4 al 8 de agosto de 2008*. Logrono: Gobierno de la Rioja, 2009, *passim*; MAÇZAK, Antoni – *Viajes y Viajeros en la Europa Moderna*. Barcelona: Ediciones Omega, 1996, *passim*; MAZZI, Maria Serena – *Los viajeros medievales*. Madrid: Machado Grupo de Distribución, 2018, *passim*; NEWTON, Arthur P. (ed.) – *Travel and Travellers of the Middle Ages*. New York: Routledge, 1996, *passim*; ROMANO, John F. (ed.) – *Medieval Travel and Travelers: A Reader*. Toronto: University of Toronto Press, 2020, *passim*; VERDON, Jean – *Voyager au Moyen Age*. Paris: Perrin, 1998, *passim*; ZUMTHOR, Paul – *La Medida Del Mundo - Representación del espacio en la Edad Media*. Madrid: Cátedra, 1994, 211-269.

FCSH nos dias 25 e 26 de Novembro de 2021 –, que visa identificar grandes questões relacionadas com o tema em exame, mas também possíveis desafios que este campo de estudo deve enfrentar no futuro. Dito de outro modo, ao mesmo tempo que visa equacionar o presente da investigação indica caminhos futuros de pesquisa.

O volume abre com a contribuição de José Antonio Guillén Berrendero, que explora a forma como a ideia de nobreza e a sua definição ao longo do final da Idade Média e do início da Idade Moderna foi construindo um modelo de nobre no qual o viajar, o deslocar-se, fazia parte de uma cultura de linhagem, de serviço e de lealdade. Para esta abordagem, o autor parte de alguns elementos dos textos genealógicos castelhanos. Um ensaio que pretende abrir portas a futuras investigações sobre o tema.

Por sua vez, o trabalho de Susani França visa apurar as dissidências entre o barão normando Jean de Béthencourt e o gentil-homem gascão Gadifer de La Sallecomdnantes, respectivamente, os líderes da expedição às ilhas atlânticas no início do século XV. A autora pretende analisar em que medida tais desavenças, que acabaram por conduzir a uma ruptura entre os capitães – prolongando-se mesmo para além da vida dos dois conquistadores, quando duas versões da história passaram a disputar a verdade sobre o ocorrido –, ultrapassam o âmbito de uma viagem específica e ajudam a entender as condições das primeiras viagens de conquista e a ação dos indivíduos neste contexto.

Em seguida, no quadro da chegada dos eslavos à Europa Central, Oriental e Meridional, nos séculos V e VI, a qual acabou por se tornar a última grande reorganização do território na Eurásia após a queda de Roma, Susana Torres Prieto pretende averiguar qual o impacto económico, cultural e político destas grandes deslocamentos humanos e a forma como contribuíram para a incorporação dos povos recém-chegados na formação da Europa antes do ano 1000.

Douglas Mota Xavier de Lima centra a sua atenção nos relatos de embaixadas – textos de carácter híbrido e de cunho descritivo que registavam as atividades da embaixada e constituíam uma forma de conhecimento do espaço, recolha de informações sobre o estrangeiro e pedagogia do ofício de embaixador –, problematizando a dimensão escrita do exercício da diplomacia no entardecer medieval.

Já Pablo Castro Hernández debruça-se sobre a presença do maravilhoso na obra *Andanças e viagens* de Pero Tafur (século XV). Em primeiro lugar, estuda o conceito de maravilhoso a partir de abordagens historiográficas, literárias e culturais. Depois, examina as funções e os objectivos narrativos do estranho e do maravilhoso no relato de viagens de Pero Tafur, propondo que a inclusão destes elementos pelo viajante hispânico fazia parte de uma tradição cultural dos viandantes medievais

para realçar o exótico e o singular em terras estrangeiras com o propósito último de forjar representações de alteridade, legitimando desta forma as suas aventuras em terras distantes.

Kara Kersh chama a atenção no seu ensaio para a forma como os hagiógrafos medievais cuidadosamente criaram coleções de milagres póstumos para encorajar a realização de viagens de peregrinação, porém, sem limitar o poder do santo de agir em qualquer lugar quando invocado.

O artigo de Waslan Saboia Araújo propõe-se investigar o contributo das viagens de oficiais de armas para a descrição geográfica durante o século XV. O objetivo do seu texto é, pois, avaliar o vínculo entre as andanças desses emissários e o conhecimento geográfico por eles legado, indagando se os interesses desse mister interferiram na forma como os viajantes descreveram o mundo a ser percorrido.

Vera Cruz Miranda Menacho, por seu turno, examina as viagens do Príncipe de Viana e o seu impacto em termos culturais e ao nível da prática do poder, afinal, o binómio humanista que dentro da tendência renascentista percorria à época as cortes da Europa.

O ensaio de Alicia Hernández-Robles interroga as infraestruturas urbanas para viajantes e viajantes no al-Andalus através da figura do *funduq*, o tipo de edifício utilizado como estalagem, armazém e ponto de venda por grosso por mercadores e viajantes de todas as origens nos territórios islâmicos.

Através da análise da figura de Garcia Ramirez, personagem do *Livro do Infante Dom Pedro de Portugal. O qual andou as sete partidas do mundo*, publicado por Gómez de Santisteban, e uma das mais antigas representações de um intérprete, ou guia, na literatura mundial, Beatriz Van Zeller levanta um conjunto de interrogações pertinentes para o estudo das viagens medievais.

Noutra vertente, Carolina Chaves Ferro oferece um olhar questionador sobre os livros de viagens nos reinados de D. Duarte (1433-1438) e D. Manuel I (1495-1521). A investigadora propõem-se analisar as mudanças e permanências entre esses dois momentos e o impacto das grandes navegações nas práticas de leitura e na divulgação desse tipo de literatura na passagem da Idade Média para a Época Moderna.

No seu ensaio Kim M. Phillips faz do género uma categoria central de análise na leitura das representações da Irlanda pré-moderna feitas por estrangeiros. Centra-se em representações de mulheres irlandesas por não-irlandeses e colonos em escritos etnográficos e de viagens da Antiguidade tardia, da Idade Média e da era Tudor, juntamente com obras jurídicas e literárias que estabelecem um contexto mais alargado.

Em suma, consideramos que este conjunto de ensaios fornece uma ideia bastante aproximada da (inesgotável) riqueza inerente ao campo de estudos da viagem, circulação e mobilidade na Idade Média, ao mesmo tempo que contribui para o debate científico acerca do mesmo. Noutra vertente, dá ainda a ver os amplos desafios que os investigadores têm pela frente ao mergulhar na busca de novas formas de estudar tal problemática.

Notas biográfica

Paulo Catarino Lopes

Instituto de Estudos Medievais – NOVA FCSH

paulo.lopes@fcsh.unl.pt

Paulo Catarino Lopes é Investigador Integrado do Instituto de Estudos Medievais (IEM) e Investigador Associado do CHAM – Centro de Humanidades, ambas Unidades de Investigação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH), instituição na qual obteve os graus de Mestre e Doutor em História após se licenciar no mesmo domínio científico pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL). Tendo como domínio de especialização a História Medieval, os seus interesses de investigação incidem sobre os seguintes temas: viagem e mobilidade, representações de identidade e alteridade, diplomacia e relações internacionais, relações culturais.

El viaje como factor de definición de lo nobiliario en la Castilla del siglo XVI.

Una reflexión

José Antonio Guillén Berrendero

Universidad Rey Juan Carlos
jose.guillen@urjc.es

Resumen

El texto es una primera aproximación a cómo, la idea de nobleza y su definición a lo largo de la Baja edad Media y los primeros años de la Edad Moderna fue construyendo un modelo de noble en el que viajar, desplazarse, formaba parte de una cultura del linaje, el servicio y la fidelidad. Para esta aproximación, se toman algunos elementos de los textos genealógicos castellanos para ver la importancia. Se trata de un texto de carácter ensayístico que quiere abrir la puerta de futuras investigaciones sobre el particular.

Palabras clave

nobleza; viajes

Nota biográfica

Profesor Titular de Universidad (senior lecture). Es Doctor en Historia Moderna con mención de doctor Europeus por la Universidad Complutense de Madrid (2008). Ha sido Asistente de Investigación como becario doctoral Marie Curie en el Instituto de Ciencias Sociales de la Universidad de Lisboa. Investigador Posdoctoral Contratado (Portugal) en la Universidad de Évora (CIDEHUS). Profesor

Investigador Juan de la Cierva en Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Autónoma de Madrid. Colaborador honorífico del departamento de Historia Moderna de la UCM, Profesor Honorífico del Dpto. de Historia Moderna de la UAM (2015).

Travel as a defining factor of the nobility in 16th-century Castile. A reflection

Abstract

The text is a first approximation to show how the idea of nobility and its definition throughout the Late Middle Ages and the first years of the Early Modern Period was creating a model for noblemen in which traveling formed part of a culture of lineage, service and fidelity. For this approach, some elements of the Castilian genealogical texts are taken to examine the importance they had. This is an essayistic text that wants to open the door of future research on the subject.

Keywords

nobility; travels

Biographical note

Prof. José Antonio Guillén Berrendero is currently university lecturer. He is a PhD in Early Modern History with the mention of Doctor Europeus by the Universidad de Complutense de Madrid (2008). He has been a Research Assistant as a Marie Curie doctoral fellow at the Institute of Social Sciences of the University of Lisbon. He has been a Contracted Post-doctoral Researcher (Portugal) at the University of Évora (CIDEHUS), and a Research Professor with a Juan de la Cierva stipend at the Faculty of Philosophy and Letters of the Universidad Autónoma de Madrid. Besides, he was honorary collaborator of the Department of Early Modern History of the Universidad de Complutense de Madrid and Honorary Professor of the Department of Early Modern History of the Universidad Autónoma de Madrid (2015).

La construcción de la identidad nobiliaria es un proceso de larga duración sobre el que se asienta buena parte de la estructura social durante toda la Edad Moderna. En sus principios básicos, la identidad nobiliaria se construye en dos niveles igualmente importantes: el de la teoría y el de las representaciones. El armazón que sustenta la arquitectura de la identidad nobiliaria es un conjunto de valores comunes que, a modo de estructura, perfilan y definen lo que es y lo que no es nobiliario en las diferentes coyunturas políticas. Se trata de una estructura de larga duración, a la que se suman novedades conceptuales derivadas del nivel de las representaciones y que conforman una realidad sistémica.

Desde la Edad Media peninsular, la idea de nobleza convive con la idea de poder en un conjunto armónico de certidumbres basadas en el papel que el grupo jugó en el proceso de Reconquista. En la medida en que los diferentes reyes medievales conceden tanto a las milicias como a nobles particulares beneficios sobre los territorios conquistados y derechos jurisdiccionales, se está ayudando a construir no sólo una arquitectura dentro de las relaciones de poder, sino que también se perfilan los rasgos esenciales del poder de la nobleza y de las instituciones paranobiliarias tanto en su relación con el territorio como con la corona.

En los años veinte del pasado siglo, Walter Benjamin ofrecía una visión de las ciudades, una hermenéutica topográfica sobre el mundo urbano que dejó plasmadas en su obra *Epifanías en viajes*. Su visión de la ciudad estaba provocada por un viaje de placer. Por una sensación garabateada y reflexionada a partir del viaje. Es esta aventura personal, la de viajar, moverse, desplazarse, la que nos coloca ante un universo interpretativo profundo de cara a los nobles de la transición del medioevo a la modernidad temprana. Para la nobleza o para aquellos que ansiaban ennoblecerse, servir al monarca fuera de las fronteras del reino pasaba por ser un viaje hacia la excelencia social. Como se puede interpretar, el viaje del que aquí vamos a hablar no es uno planificado ni tan siquiera es un viaje como recorrido artístico. Es casi un viaje petrarquesco en torno a la consecución de la fortuna y que se cuenta ya, pasado un tiempo y siempre como argumento de legitimación de la condición nobiliaria o de la aspiración que se desea alcanzar. Es un viaje real que se convierte, por arte de las imposiciones burocráticas de la Monarquía de España, en un acto positivo de nobleza. Sobre el rastro que estas experiencias dejaron en la teoría y producción libresca nobiliaria, versa nuestro trabajo. Se trata de unas breves ideas, bosquejadas a modo de posibles vías de interpretación que, bajo ningún concepto, quieren ser definitivas, sino ofrecer un marco de reflexión sobre el tema del viaje, dentro de una obra como esta, en la que especialistas en literatura de viajes, ofrecen trabajos y estudios de caso de gran calado.

Igualmente, el conjunto de útiles mentales que comprenden la percepción de determinados hechos en la sociedad constituye un ejercicio de explicación de

diferentes categorías sociales que son utilizados por los teóricos de la nobleza en la construcción de un arquetipo nobiliario en el que tengan cabida esencialmente los escalones medios e inferiores de la misma. Por ejemplo, cuando se define a la nobleza natural como una dignidad que pasa de padres a hijos, se está legitimando un sistema social. Pero si sólo se ofreciera esta definición, quedarían excluidos un elevado número de individuos y lo más esencial, se restaría valor a los mecanismos políticos de afianzamiento del poder y de la gracia. Por ello se hizo necesario encontrar o bien una definición de nobleza más amplia o procurarse un concepto de nobleza que englobara a un heterogéneo conjunto de individuos y mecanismos de acceso que eliminaran en un primer momento los factores biológicos. La mezcla de elementos genealógicos y políticos consiguió diferenciar a las noblezas peninsulares de las europeas sobre la base de la superioridad de éstas, sobre todo la castellana, amparándose en el criterio de la sangre y en la dignidad atribuible a la permanencia en el tiempo. Pues los mecanismos del honor permitían que un individuo se ennobleciera y extendiese su nobleza a todos sus descendientes, convirtiendo de este modo, la nobleza de servicio en nobleza natural, con lo que podemos valorar, que el discurso que subyace a toda la teoría nobiliaria peninsular se basa en la superioridad de los elementos biológicos sobre los políticos, sobre todo en los últimos años del siglo XVI.

Para los nobles o los protonobles, el viaje tenía su punto de partida y llegada en el mismo lugar, la voluntad del soberano. Soldados, diplomáticos, cortesanos o nobles ociosos, todos ellos conocían las ventajas inherentes al servicio fuera de la comodidad del hogar. Príncipes, embajadores, nobles, agentes. Toda Europa era un blasón en los inicios de la Edad Moderna y finales del XV. Guerras en Italia, expansión atlántica, imperio, eran no sólo el escenario del cotidiano para centenares de europeos, sino suponían una oportunidad para desplazamientos más o menos privilegiados. El predominio del viaje como forma de ascensor social es un tema que, por obvio, no siempre ocupa las preocupaciones de los historiadores de lo nobiliario. Este libro concita diferentes reflexiones sobre el viaje y sus dimensiones conceptuales, formalistas y explicativas. En lo que respecta a la nobleza, viajar, moverse, constituye un factor relevante dentro de la construcción social del “ser” nobiliario. En la tradición de las relaciones sociales de la nobleza con su contexto político y cultural, viajar definía y determinaba un conjunto de prácticas sociales y condicionaba el modo en el que serán comentadas, siendo un punto esencial en la construcción de un discurso cerrado sobre la condición de noble.

En general, podemos admitir que la tratadística genealógica castellana de los siglos XV y XVI buscó en el viajar una serie de elementos que aparecen reflejados en casi todas las acciones de los nobles y que podemos ver resumida en la siguiente tabla. La tabla pretende reflejar los temas en las que las justificaciones y mistificaciones

genealógicas colocaron la acción del viaje como una parte esencial de la vida de un determinado linaje. Así, la nobleza de los antepasados, la limpieza de sangre y de oficios. El conocimiento en un determinado lugar, la ortodoxia religiosa y aspectos básicos como la hidalguía de solar o el modo de vida noble, pasando por la legitimidad, son glosadas por los genealogistas como producto de un desplazamiento geográfico que algún miembro de la familia realizó.

Nobleza Antepasados	Limpieza de Sangre	Limpieza oficios	Conocimiento	Ortodoxia religiosa	Legitimidad	Vivir noblemente	Servicio	Hidalguía de solar
X	X	X	X	X	X	X	X	X

Tabla 1 – Temas de las justificaciones genealógicas de la acción del viaje de la nobleza.

El más medieval de los soberanos de la Edad Moderna, Carlos I, ese César que inició una tipología heroica basada en las novelas de caballerías¹, se convierte en un prototipo conceptual de soberano viajero. En cualquiera de sus viajes y entradas triunfales, le acompañaba un séquito de nobles que compartían las glorias. Así, en su periplo en Sicilia, entre Trápani y Palermo en 1535 iba acompañado por los duques de Alba, y Medinaceli junto con el conde de Benavente y el inefable, marqués de Aguilar². Estas formas de acompañar al soberano se convirtieron en un legado narrativo que la literatura genealógica incorporó como estrategia de legitimación en la que factores como el servicio fueron el centro de la narración.

El viaje se perfila en el discurso nobiliario como una forma de relación entre los relatos míticos y la necesidad de conferir verosimilitud y capacidad normativa a los mismos. No hay en la relación nobleza-viaje ninguna reflexión sobre trayectos vitales, esenciales o existencialistas. El viaje no es un descubrimiento, es una oportunidad no ya de alcanzar saberes trascendentales sino para legitimar las preeminencias sociales o alcanzarlas. No hay una meta inicial, sino un contexto cultural y político en el que el viaje de los nobles se aparece como un trayecto político. De hecho, el viaje no parece referido como experiencia ni con tal nombre, corresponde a los historiadores ver en las narraciones de servicios, memoriales o en la propia tratadística, cómo, de la idea de servicio al soberano y las diferentes actividades políticas, diplomáticas o militares desarrolladas por los nobles lejos de su señorío o de las cortes regias, el viaje se nos presenta, evanescentes, arrebatados de toda su dimensión ontológica para ser simplemente el pretexto para justificar

1 CHECA, Fernando – *Carlos V y la Imagen del Héroe en el Renacimiento*. Madrid: Taurus, 1987, 17-54.

2 VISCEGLIA, Maria Antonietta – “Il viaggio cerimoniale di Carlo V dopo Tunisi”. in José Martínez Millán (ed.) – *Carlos V y la Quiebra del Humanismo Político en Europa (1530-1558)*. Vol 2. Madrid: Sociedad Estatal para la Conmemoración de los Centenarios de Felipe II y Carlos V, 2001, 101-108.

determinadas honras. Hay una variable forma de incertidumbre en el noble cuando “viaja” para emprender lo que él denominará, posteriormente, servicio. La base de esa sensación estribaba en los avatares que la caprichosa fortuna tuviera a bien poner en juego. Sólo, al regreso de un determinado servicio al monarca, el noble podía dotar a su “viaje” de toda la carga y manifestación de acto positivo de nobleza que podía llegar a alcanzar. Resulta indudable la existencia del viaje que hay una forma de viaje nobiliario de carácter más íntimo, personal al modo de Dante y mucho se ha escrito sobre él. Una forma estética, si se quiere en el que el viaje aparece presidido por una búsqueda permanente de lo bello o lo diferente. Una aventura en torno al contraste que la visión ética, estética y funcional del otro determina al viajero.

Todo comienza, como en el resto de las vidas, con unas notas y deseos de buen viaje. Antonio Álvarez de Toledo, VII duque de Alba, escribía una carta fechada en 28 de abril de 1688 al IX duque del Infantado, don Gregorio de Silva Mendoza deseándole un buen viaje junto al soberano³. El viaje, pues, forma parte indisoluble de la condición nobiliaria y se inserta dentro de la idea de servicio al soberano y del propio gobierno de sus Estados. La nobleza no usaba el viaje como una arrogante manifestación de su vínculo con la providencia; era más bien un “[...] teatro donde cada cual ha de representar su papel”. Esta frase es la que Antonio, el mercader veneciano de la obra de Shakespeare, *El Mercader de Venecia* (Acto I, escena I), le da a Bassanio, el nobilísimo pariente de Antonio. En ella, el comerciante contempla la dimensión de oportunidad que el mundo ampliado de las fronteras europeas plantea. La tierra y el viaje fue para los nobles una ocasión, una suerte de lluvia de mercedes que debía ser dotado de sentido como elemento central de la práctica cultural y política del grupo nobiliario. Figuras como don Manuel, “el afortunado”, el primo del rey D. João II que asumió en 1495 la corona lusitana, era un aristócrata. Segundogénito, que era, en palabras de Isabel Soler, “un David predestinado”⁴. David es una figura recurrente de los mitos y parangones que la tratadística nobiliaria coloca como forma ejemplo del héroe del pasado y su parangón con la nobleza del siglo XV y XVI, por ello, su figura será utilizada como puntual modelo. Pero poco o nada hay de David en la acción de los nobles en el viaje. Los acontecimientos que la nobleza experimenta en sus desplazamientos políticos siempre estaban sometidos a los vaivenes de la caprichosa fortuna. Un viaje como diplomáticos siempre dependía de las expectativas iniciales y de los resultados finales. Los desplazamientos a la guerra estaban igualmente marcados por la sutil frontera entre el éxito y el fracaso. Lo mismo que los desplazamientos obligados

3 Toledo, Archivo Histórico de la Nobleza, Osuna, CT, 205, D.8, s. f.

4 SOLER, Isabel – *El Sueño del Rey. Viajes y Mesianismo en el Renacimiento Peninsular*. Barcelona: Acanalado, 2015, 30. Ver también la biografía de OLIVEIRA E COSTA, João Paulo – *Dom Manuel I*. Lisboa: Temas e Debates, 2007.

para ocupar un puesto en la administración de la monarquía, como por ejemplo los ansiados virreinos italianos.

Para comprender lo que queremos decir, es fundamental no ya analizar la tratadística nobiliaria del periodo, sino las narraciones familiares, tan frecuentes en el siglo XVI, y sobre todo en los siguientes. Se trata de un artefacto cultural y discursivo privilegiado para analizar la relación de la nobleza con el viaje. El argumento central es la idea de servicio, no ya como una experiencia personal e íntima, sino como una forma de legitimar su estatus y permanencia en el tiempo. Basta con analizar algunas de ellas para ver cómo los méritos argüidos tienen mucho que ver con la necesidad de desplazamiento. Matrimonios, entrada en conventos, guerra eran los elementos que justificaban la itinerancia nobiliaria desde la Edad Media hasta el siglo XXI. En ellos, el noble, lo nobiliario como práctica, venía a confirmar que ellos eran los ilustres y que ese desplazamiento no era semejante a otros. La sangre, el nacimiento y las riquezas, elementos exclusivos del patrimonio cultural y simbólico de la nobleza a finales del XV y durante toda la Edad Moderna, eran los vectores sobre los que se construyó la concepción del viaje dentro del ethos aristocrático.

Son los historiadores, los libros de historia el receptáculo de la impronta que la nobleza dejó en su peregrinar por Europa como servidores del monarca y como parte de su cultura política. No existe, en los libros de historias impresos en Europa en los primeros momentos de la imprenta un texto que no incida en cómo la nobleza europea fue una nobleza “viajera”.

Igualmente, es la heráldica, ese lenguaje universal, la que debe ser interpretada como un mapa. Así, en la Escritura de Compraventa de la Villa de Aspe en Alicante que el conde de Conchada, Juan Ruiz de Corella, hace el 28 de noviembre de 1497 a don Gutierre de Cárdenas u Chacón, podemos ver el blasón del comprador. Fue, Gutierre de Cárdenas, un personaje muy vinculado a los Reyes Católicos y emparentado con los Enríquez, almirantes de Castilla, el pergamino iluminado presenta las armas del linaje de los Cárdenas con un escudo partido, primero sobre campo de oro, dos lobos pasantes de azur armados (Cárdenas) con bordura de gules, ocho veneras de oros (Maqueda) Y en segundo, mantelado, 1º y 2º de gules, un Castillo de oro aclarado de azur y manteladura, en campo de plata u león rampante de gules (Enríquez)⁵ y acolada, la cruz de Santiago, timbrada con venera de oro. Gutierre de Cárdenas, era el Comendador Mayor de la orden jacobea. Esta forma de concepción de la ida de nobleza y su plasmación en un símbolo como es el blasón configura desde la Edad Media una forma de comunicación sutil sobre las estrategias políticas que un individuo y su familia han mantenido a lo largo del tiempo.

5 Ronda, Archivo de la Real Maestranza de Caballería de Ronda, Archivo Ruiz de Arana.

Un pequeño ejemplo de “viajeros” excelentes, iluminada

La brillante obra, *Livro do Armeiro-Mor*, manuscrito de 1509, siendo rey de Portugal don Manuel I fue realizado por el influyente oficial heráldico, João de Croi. El libro plantea un viaje por la idea de fama en el Renacimiento Europeo. De tal forma que el primero de los capítulos, está dedicado a los Nueve de la Fama. Se trata de un lugar común dentro de la literatura e iconografías medievales y que llegó al mundo de la heráldica como receptáculo de un universo de valores propios del arsenal de mitos de la antigüedad clásica. Héctor de Troya, Alejandro Magno, Julio César aparecen como héroes, de un marcado carácter pagano, pero que portan los signos de la distinción (el blasón). Junto a ellos, Josué, David (del que hemos dicho algo en las primeras páginas) y el Judas Macabeo representan los héroes judíos, pero militares. Finalmente, Arturo, Carlomagno y Godofredo de Bouillón conforman los denominados héroes cristianos. En el caso del *Livro do Armeiro-Mor* se añade la figura de Bertrand du Guesclin.

En los tres grupos prevalecen los valores militares y conforman no ya el portalón de entrada de esta obra heráldica, sino que son usados como parangones de virtuosos nobles⁶. Estos nueve valientes conformaban los ideales centrales del mundo caballeresco y estaban movidos por un conjunto de ideales nacidos de una visión universal del servicio, lo que los llevó a desarrollar su actividad militar fuera de sus lugares de origen. Este ejemplo de conducta terminó por conformar un legado pedagógico para las noblezas. Así las alusiones heráldicas de estos personajes se convierten en un nexo entre el pasado y el presente. El vínculo es el valor. Principio fundamental de toda la construcción narrativa sobre la nobleza y motor principal de muchos de los discursos justificativos sobre las honras que los nobles pretendían y que, a su vez, servían de modo de explicación para justificar la fidelidad al monarca. Sobre estos nueve de la fama, se originó una polémica heráldica muy llamativa desde la Baja Edad Media, hasta el siglo XVIII.

La segunda parte del texto alude a su vez a un tópico muy recurrente en todos los manuales y tratados de heráldica como es la alusión a los diferentes reinos históricos y míticos, comienza por India menor y termina con las armas del rey de Suecia. Les sigue un capítulo dedicado a las armas de los territorios Imperiales. Las primeras, las del arzobispo de Tréveris y las últimas las del marqués de Brandemburgo. El penúltimo de los capítulos está dedicado al rey de Francia y sus Doce Pares para finalizar la obra con un amplio despliegue iconográfico sobre los príncipes de Portugal y las principales casas nobles lusitanas, que todas brillan en torno a la dinastía de Avis. Hay en esta forma de representación una forma de memoria del

⁶ Ver un interesante estudio sobre este particular en la fundamental: IBÁÑEZ PALOMO, Tomás – “Los Nueve de la Fama”. in *Base de Datos Digital de Iconografía Medieval* [en línea]. Disponible en www.ucm.es/bdiconografiamedieval/nueve-de-la-fama [consultado el 24 de marzo de 2022].

tracto sucesorio y del patrimonio simbólico que la heráldica representó para las noblezas peninsulares en el tránsito de la Edad Media a la modernidad.

Será Bartolome Cassaneau uno de los autores que interpreta la relación de estos nueve de la fama con la idea de nobleza. También el célebre Sancho Busto de Villegas, los referirá en su *Nobiliario*⁷, para afirmar que siempre hubo una cierta discrepancia sobre el tipo de armerías atribuidas a estos nueve, incluso alude a la polémica sobre las atribuciones al blasón de Héctor. Que para Busto y Chasaneaux era “Éctor traye dos leones de oro levantados el uno contra el otro en campo colorado”⁸, al modo de cómo aparecen en el *Livro do Armeiro-Mor*, mientras que para Jerónimo de Urrea, el célebre tratadista militar, las armas de Héctor eran “una silla de oro en campo colorado y en ella un león de púrpura sentado en magestad con un hacha de armas en las manos”⁹.

Esta polémica¹⁰, es glosada por el propio Busto en los siguientes términos:

“Los nueve de la fama es razón de ver que truxeron por armas según Cassaneo dize. Éctor traye dos leones de oro levantados el uno contra el otro en campo colorado y según don Gerónimo de Urrea en su Diálogo de la verdadera honrra militar traía Éctor una silla de oro en campo colorado y en ella un león de púrpura sentado en magestad con una hacha de armas en las manos. El rey David, una harpa de oro o vigüela en campo colorado y según el dicho don Gerónimo, el campo del escudo era azul. Josué, tres papaga(*tachado*: llos)< yos> verdes en campo de oro y según don Gerónimo eran tres garças negras puestas en triángulo mirando a la parte derecha del escudo. Judas Machabeo traía un dragón colorado en campo blanco y según don Gerónimo traía una cabeça de víuora de oro en campo colorado. Alexandre Magno traía un rey de oro asentado en su trono en campo azul y según don Gerónimo traía dos leones negros combatiendo (*tachado*: se) en campo de oro. Julio César, el águila del Ymperio. Gudufre de Bullón, las armas de (*tachado*: l Ymperio y las flores de lis de Françia) Jerusalem y según don Gerónimo traía por armas una vanda colorada en campo de oro con tres águilas pequeñas negras por ella una en pos de otro mostrando bolar para arriba atraesando el escudo <una> y en la parte derecha la cruz de Jerusalem. Charlo Magno, las armas del Ymperio y las flores

7 BUSTO DE VILLEGAS, Sancho – *Nobiliario*. Manuel Amador González Fuertes; José Antonio Guillén Berrendero (eds.). Murcia: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Murcia, 2014, 159.

8 Busto de Villegas, *Nobiliario*..., 159.

9 Madrid, Biblioteca Nacional de España, Jerónimo de Urrea, *Diálogo de la verdadera honrra militar*, Ms. 2765, 67.

10 Esta polémica ha sido estudiada por FRANCISCO OLMOS, José María de; FERNÁNDEZ MARTÍNEZ, Rodrigo José – “Los Nueve de la Fama. Los modelos caballarescos medievales y la creación de una heráldica inventada”. *Hidalguía*, 387 (2021), 143-198. El texto, con variaciones, es el que aparece publicado por los mismos autores bajo el título de “El repertorio heráldico de los nueve de la fama. Una obligada falsedad-invencción bajomedieval”. in Javier Martínez; Isabel Velázquez (eds.) – *De Falsa et Vera Historia. Estudios sobre Pseudoepígrafos y Falsificaciones Textuales Antiguas*. Madrid: Ediciones Clásicas, 2021, 273- 283.

de lis de França y según don Gerónimo traía media águila en la parte derecha y en la yzquierda las flores de lis dichas. El rey Artus, tres coronas de oro en campo azul y según don Gerónimo trae las tres coronas en campo colorado a la mano derecha del escudo y en la yzquierda tres leones pardos como los que traen los reyes de Ynglaterra. Pues se ha visto questos príncipes que hemos dicho que son la lumbre de la política nobleza las armas que traen y an traído son color sobre metal o metal sobre color. Manifiestamente se prueua ser verdadera la regla que dize que las armas para no ser falsas an de ser o metal sobre color o color sobre metal y esto como Casaneo dize es universal en armas y avida por princípio y como dize Aristóteles ninguna çiençia tiene de prouar sus princípios porque no ay cosa más manifiesta en la sciencia y el mismo Aristóteles dize, neccesario es creer más a los princípios que a la conclusión. De muchos señores y caualleros y de linajes se podrían poner aquí sus armas lo qual se dexa por escusar prolixidad y porque son muchas dellas muy notorias y porque de muchas dellas se verán en el discurso de esta obra”¹¹

Hay en esta forma de representación una forma de memoria del tracto sucesorio y del patrimonio simbólico que la heráldica representó para las noblezas peninsulares y europeas en el tránsito de la Edad Media a la modernidad. El uso de estos referentes conformó una de las genealogías de la fama y la nobleza más frecuente en la Edad Moderna y sirve como elemento aglutinador de esa suerte de cosmopolitismo que fue lo nobiliario. La nobleza en el tránsito del siglo XV al XVI, tuvo en el uso de la fama, la heráldica y sus formas de expresión libresca un modo de articular un concepto que les permitía a todos ser identificados en cualquier reino en el que estuvieran sirviendo a su soberano. Josué, David u el Macabeo, junto con los paganos Héctor, Alejandro y Julio César y los medievales y cristianísimos Arturo, Godofredo y Carlomagno, pasaban por ser los arquetipos de los caballeros más valerosos, sirviendo de espejos para el resto de los nobles o de los que aspiraran a ennoblescarse. Por ello, en el frontispicio de esta obra del *Livro do Armeiro-Mor*, los héroes bíblicos, paganos y cristianos aparecen mezclados por el valor de sus armerías y su capacidad de confirmación de cómo la nobleza estaba llamada ya a las grandes empresas. Acciones que mucho tienen que ver con la práctica del viaje político, militar o diplomático.

Estos nueve varones nobles conforman una genealogía de la fama y la nobleza fundamental en la Europa de su tiempo y gozaron de una inusitada fortuna crítica. De modo recurrente, el fenómeno de los héroes con falso blasón fue aquilatando una manera de concepción de la veracidad histórica sobre lo nobiliario que sirvió de modelo. De la forma en que se comentaron los hechos de armas y la propia

11 Busto de Villegas, *Nobiliario...*, 159.

construcción heráldica de estos héroes, se proyectó el modelo de noble y sus diferentes formas de legitimación histórica.

La importancia del mito de los de la fama, está basado en la identificación entre nobleza, linaje y honor que estos personajes encarnaron. Cuando se narran sus hechos, se pone un énfasis especial en destacar cómo todos los acontecimientos vitales que acompañaron sus vidas son narrados como modelos y en muchos casos, el viaje, los hechos de armas que llevaron a cabo lejos de sus lugares de origen, se conforman una experiencia de virtudes.

Viajes, nobleza y memoria genealógica. Una conclusión abierta

La mayor parte de las obras sobre la materia genealógica existentes en Castilla desde el siglo XV y su mayor proliferación y explosión en los XVII y XVIII, buscaban fijar un modelo de comportamiento que vinculara a un linaje o persona concreta, con las ideas de excelencia y fidelidad y servicio. En la tradición narrativa sobre la nobleza que comenzó a circular por Europa desde el siglo XV, la idea de servicio apareció como condición inherente al ser nobiliario. De esta forma, lo nobiliario adquiriría una dimensión de compromiso moral dentro de la diversidad de opciones que el servicio conllevaba, siendo el desplazamiento, uno de los vectores clave para un correcto desempeño de las obligaciones del noble.

La base de esta “torre del orgullo” que es el linaje se basaba en narrar las peripecias que se producen en los servicios que acarrea un viaje. Por lo general, el primer “viajero” y fundador de no pocos linajes, era Tubal y su “viaje” a la península ibérica o de Hércules. Parece probado que hay una larga tradición cultural e intelectual que vinculaba a Tubal con España. Esta vinculación estaba ya en los relatos bíblicos¹². Es Tubal un referente general en la construcción hispánica de una identidad¹³ y también en la de determinados orígenes nobiliarios, como se extrae de las propias explicaciones que sobre los linajes se ofrece en determinados documentos, como son las Ejecutorias de Hidalguía o los reconocimientos de armerías. Este origen “viajero” de la condición nobiliaria determina, también, la especificidad de la idea de servicio y amplía los horizontes geográficos del propio grupo. ¿Cómo se conforma la adscripción del viaje a la memoria nobiliaria? Mediante su inserción en los discursos familiares.

La primera evidencia narrativa de cómo el viaje configura la naturaleza nobiliaria la podemos encontrar en los discursos sobre la génesis de determinados

12 BALLESTER RODRÍGUEZ, Mateo – “La estirpe de Tubal. Relato bíblico e identidad nacional en España”. *Historia y Política*, 29 (2013), 219-246, aquí pp. 222-223.

13 Pese a la polémica que se abrió en los siglos XVI y XVII entre los diferentes historiadores y de la que ofrece una visión Ballester Rodríguez, “La estirpe de Tubal...”, especialmente pp. 226-235.

linajes. Todos ellos dicen provenir de un antepasado que llegó a la península para servir al monarca. Estos prolegómenos de la nobleza se sitúan en la llegada de un godo, romano, egipcio o cualquier lugar común dentro de los mitos fundacionales. Esta externalidad en el origen de la preeminencia configuraba una forma de creación y mantenimiento de una distinción social de carácter claramente privilegiado. Como es sabido, la literatura genealógica nunca tuvo un carácter marginal, puesto que desde el siglo XV y durante toda la Edad Moderna, la cultura del linaje y la parentela exigió modelos de narraciones sobre las génesis familiares. Se trataba de una construcción pedagógica inmediata y con una clara vocación de sistematización de los principales hechos que legitimaban la posición política del grupo nobiliario. Es posible que estas narraciones genealógicas adquirieran una caracterización coercitiva en torno al binomio noble-no noble y que esta taxonomía social se basaba en la amplia aceptación de que sólo los nobles tenían antepasados que desde siempre vivieron al modo de nobles, lo que les permitió ser los conocidos y que este conocimiento surgió de una notoria forma de emulación de los modelos clásicos que representaban los ya citados nueve de la fama.

Se trata de un modelo de explicación sobre la condición nobiliaria. Se evidencia en la literatura genealógica, las particularidades de la condición de noble o los elementos que sirven de exégesis de cómo se confiere la nobleza. En este punto, vamos a tratar de ver cómo el hecho de desplazarse era para la nobleza tanto una explicación de cuáles son los orígenes de sus apellidos y, por lo tanto, de su condición. Hay una literatura nobiliaria que exhibe una transformación temporal de aquello que era fundamental para ser noble y que implicaba la subordinación del noble a formas de narración fundamentales. Por ello, memoriales, nobiliarios y genealogías colocan la idea del viaje, como una experiencia fundamental. No era algo que se pueda percibir de modo explícito, sino implícita en todas las construcciones genealógicas. Estos elementos son fácilmente rastreables en los memoriales que proliferarán en la Edad Moderna y dan testimonio de cómo desplazarse constituía un modo nuclear de movilidad social del que todos los nobles participaban para legitimar aspiraciones coyunturales.

“Vna de las más ilustres y dignas familias de memoria que nuestra España tiene, es la que oy es señora de la casa de Vreña, descendiente de los antiguos Gironres, successors de la antiquísima casa de los Cisneros [...] Y aunque en este linaje ay vna señalada grandeza, que no es vno solo el varón, y singular el caso, a quien los Girones deuen imitar con gloria suya, más muchos fueron los varones, muchos y muy esclarecidos los casos dignos de hacer nuevos linajes”¹⁴.

14 Burgos, Biblioteca Pública de Burgos, Ms. 656, Jerónimo Gudiel Girones, *Compendio de Algunas Historias de España: Donde se Tratan Muchas Antigüedades Dignas de Memoria y Especialmente Se Da Noticia de la Antigua Familia de los Girones, y de Otros Muchos Linajes*. Prólogo al lector, s. f.

De aquellos viajes, estos títulos

Estas narraciones genealógicas funcionaban a modo de explicación de los orígenes que determinados apellidos tuvieron como señal inequívoca de nobleza. El espacio público de los apellidos está relacionado con la sistematización que de ellos se realiza desde la literatura genealógica y que, en muchos casos, la construcción de la memoria en torno a un apellido representa buena parte de la opinión pública de la misma, significando esencialmente aquellos elementos del discurso que se fijan en el imaginario colectivo y que siempre pueden ser utilizados como argumento en cualquier probanza de nobleza.

El genealogista de la casa de Osuna, Jerónimo Gudiel publicó su gran obra sobre la casa en la que se dedica a ensalzar los valores míticos del linaje de los girones en una suerte de servicios prestados a los sucesivos reyes castellanos para ganar el “reyno” a los musulmanes, incluso en la lucha contra el francés

“[...] y aún Franceses y Africanos han sentido lo que vale su lança. Por lo qual, en tiempos antiguos merecieron ser señores de gran parte de Tierra de Campos. [Ha se continuado esta nobleza en el nombre de los Girones, con notables hazañas por muchos años y siglos, sin rompimiento que la envidiosa fortuna aya podido hacer [...]”¹⁵.

Servir, viajar, construir linajes como una descripción ideal del comportamiento noble asimilable. El texto analiza la experiencia vital de los Girón como una expresión continua en la que el cambio de reinos se torna una forma vivencial para construir un prestigio y la inserción del viaje dentro de la cultura nobiliaria castellana entre los siglos XV-XVI. Se pretende fijar la atención en los diferentes modos en los que el viaje representa para la nobleza tanto una oportunidad política como artística y de memoria de linaje. Para la nobleza castellana, viajar constituyó el inicio del servicio al monarca, la posibilidad de ampliación de sus estados o la simple contemplación estética y vital.

Pensemos ahora en dos apellidos vinculados con la historia de la Monarquía de España en la Edad Moderna: Guzmán y Sandoval. Ambos apellidos son originarios del norte de Castilla y desembocaron en sus tierras solares como producto de migraciones de servicio bien finalizadas. Nobleza y monarquía firmaron un acuerdo no tácito en la recuperación de los reinos de Castilla durante la Edad Media. Esta afirmación constituye un lugar común dentro de las historias familiares que circularon impresas o manuscritas desde el siglo XVI hasta el XVIII. El motivo de

15 *Ibidem*.

este acuerdo se basaba en la idea de que el rey, por sí mismo, no podía conservar su corona. El resultado de esta necesidad fue la aparición junto al soberano de varones ilustres que ayudaban a los reyes en paz y en la guerra. Este argumento, que se encuentra ampliamente desarrollado en Jerónimo de Zurita, anticipa la necesidad de explicar cómo los nobles fueron tejiendo sus prestigios y preeminencias en los servicios destacados, aludiendo a la autoridad de Bartolo de Sassoferrato como elemento erudito de justificación genealógica.

La cuestión del lenguaje sobre la nobleza se reflejó en el uso de términos que tanto en los testimonios de los testigos como en la obra de los genealogistas y nobilistas crearon en torno al concepto de noble-hidalgo, un arquetipo político animado con atributos simbólicos. Este concepto evolucionó desde la mera descripción de sus asuntos materiales (es antiguo y tiene solar) hasta la definición más elaborada que desde 1560 se impone y que se centra en constatar esa mencionada posesión, pero se le añaden el de hidalgo+caballero+claro linaje, con lo que los elementos biológicos cobran un aspecto básico. De la descripción que Aponte hacía del apellido Maycas en torno a 1550 como “buenos y antiguos hijosdalgo”¹⁶. Así, por ejemplo, en torno al apellido Fernández se construyó un conjunto de argumentos que legitimaban su condición: “supuesto que en España se allan muchos fernandez de apellido deribado del patronimico fernando, con todo bemos algunas casas solariegas que lo conserban desde largos siglos”¹⁷.

Lo mismo ocurre con apellidos como Álvarez o Olmo, a los que se vinculan con “esclarecidos varones” y “servidores de sus reyes”¹⁸. La crítica contemporánea e incluso la actual historiografía recela de estas construcciones literarias, pero el valor de las mismas se asienta en constatar el modo en que determinadas expresiones y conceptos se entreveran en el discurso nobiliario, convirtiendo la geografía del mismo en una suerte de términos y categorías políticas que más allá de la reiteración en su uso, plasman una evidencia social referida al palimpsesto meritocrático que sirve de armazón al discurso nobiliario en general y al individual.

Así expresiones como que los de Aranda son” de Aranda de Duero y buenos hijos de algo”¹⁹, expresión que encontramos repetida para los Pastrana²⁰, los San Martín²¹. El propio Juan Benito Guardiola, que estaba dispuesto a escribir un libro sobre los principales linajes castellanos²², trata en algunas de sus obras y notas manuscritas

16 Madrid, Biblioteca Nacional de España, Aponte, *Nobiliario de Aponte y Mendoza*, Ms. 11565, fol. 226 recto.

17 Se trata de un texto anónimo de principios del siglo XVII. Madrid, Biblioteca Nacional de España, *Nobiliario*, 1601, Ms. 11595, fol. 38 recto.

18 *Ibidem*, fols. 18 verso-19 recto.

19 *Ibidem*, fol. 19 recto,

20 *Ibidem*, fol. 27 recto.

21 *Ibidem*.

22 Ver GUILLÉN BERRENDERO, José Antonio – *La Idea de Nobleza en Castilla durante el Reinado de Felipe II*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2007, 92.

que se conservan en la Biblioteca Nacional de Madrid, sobre distintos apellidos. Con una letra apretada y menuda trata de los Fuenleal, los Ramírez, Quiñones, Acuña, Pascuales, entre otros muchos²³. En torno a todos ellos construye un discurso que circula por la senda de la tradición discursiva castellana sobre la nobleza, utilizando los epítetos esenciales, así los Fuenleal son “servidores”²⁴ los Ramírez, “ilustres”²⁵.

Si nos fijamos en los libros generales de genealogías tenían, podemos ver cómo la memoria genealógica se basaba en la idea de hidalguía

Apellidos	Ilustre+solar+hidalgo	Noble+antiguo+hijodalgo
Ayala	X ²⁶	
Arellano	X ²⁷	
Rivera	X ²⁸	
Guevaras	X ²⁹	
Espino		X ³⁰
Cárdenas	X	
Cueva	X	
Alarcón	X	
Acuña	X	
Velasco	X	
Tovar	X	
Monteros	X	
Venegas	X	
Saavedra	X	
Mexia	X	
Rojas		
Cabreras		
Fonsecas		
Gutiérrez		

Tabla 2 – Apellidos tomados de los nobiliarios de Antonio de Mendoza y Jerónimo de Aponte entre los años 1500-1550.

23 Madrid, Biblioteca Nacional de España, Juan Benito Guardiola – *Obras I*, Ms. 12882.

24 *Ibidem*, fol. 67 recto.

25 *Ibidem*.

26 Así lo califica Antonio de Mendoza en Madrid, Biblioteca Nacional de España, *Nobiliario*, s. XVI, Ms. 11465, fol. 7 recto [atribuible a Antonio de Mendoza].

27 *Ibidem*, fol. 29.

28 *Ibidem*, fol. 32 recto.

29 *Ibidem*, fol. 49 recto.

30 Así los califica Madrid, Biblioteca Nacional de España, Aponte, *Nobiliario...*, fol. 5.

De tal modo que tanto las fuentes genealógicas, que proporcionan información sobre un individuo, como los nobiliarios, que amplían la información, sirven para construir un discurso sobre los apellidos que se centra en distinguir mediante la atribución de diferentes méritos, las cualidades de unos frente a otros, singulariza un apellido del resto, al igual que ocurre con los testimonios de las probanzas, que en muchos casos, parecen responder a este tipo de construcciones realizadas para responder rápidamente a determinadas coyunturas personales.

El discurso central obedece a resaltar el mérito de la condición de hidalgos que se atribuye a los miembros de un apellido, convirtiendo de este modo, un hecho biológico en una categoría política. La evolución del discurso convertirá los primigenios términos “ricos e ilustres” que pueblan los textos genealógicos de principios del XVI, por el de “muy nobles y de muy antiguos hijosdalgo” que encontramos desde 1560, a medida en que la limpieza de sangre penetra en el imaginario colectivo.

Cuando el anónimo autor del *Nobiliario* que estamos comentando, indica que el apellido Pozo es “muy noble y de muy antiguos hijosdalgo”³¹ y prosigue argumentando que son “buenos servidores”³², sirve para centrar la comunicación de lo nobiliario en el justo término en que debe estar para cumplir su función política, esto es, responder a las necesidades y estrategias que un individuo del tal apellido podía tener para confirmar o probar su nobleza. Esta descripción del apellido Pozo o cuando se habla del Sáez y se le tilda de “es muy noble y antiguo de calificados caballeros hijosdalgo”³³ se está ofreciendo una herramienta de interpretación de lo nobiliario y de la posición de los individuos en la sociedad, insertando la exégesis histórica de un apellido dentro de los mecanismos del honor y la nobleza. De modo que el discurso nobiliario se enriquece con un conjunto de fuentes que, centradas en la historia del apellido, glosan aquellos atributos significativos políticamente.

En el siguiente cuadro vemos la evolución del tratamiento que se da a los apellidos en los textos genealógicos atendiendo a distintos términos que se superponen y que siempre tienen que ver con un origen vinculado a la cultura de la memoria del linaje y de su primer fundador. La siguiente tabla nos muestra cómo los términos y epítetos para referir las calidades de una persona o familia fueron ganando una dimensión conceptual más compleja. Estas formas de reconocimiento social estaban firmemente asentadas en el sistema de probanzas de nobleza. Estas pruebas, debían probar el conocimiento en diferentes territorios de la condición de noble de una persona y de toda su familia. En esta tabla podemos ver la evolución

31 Madrid, Biblioteca Nacional de España, *Nobiliario*, s. XVI, Ms. 11465, fol. 7 recto [atribuible a Antonio de Mendoza], fol. 38 recto.

32 *Ibidem*.

33 *Ibidem*, fol. 46 recto.

sobre un conjunto de expedientes de hábito para la Orden de Santiago entre 1550 y 1621 en la Corona de Castilla.

TÉRMINOS	1550-1560	1560-1621
Ilustre+nobles	X	
Nobles+antiguos+hijosdalgo		X
Nobles+antiguos+caballeros+Hijosdalgo		X
Nobles+antiguos+caballeros+ilustres+limpios+hijosdalgo		X

Tabla 3 – Evolución de expedientes de hábito para Orden de Santiago en la Corona de Castilla (1550-1621).

Si analizamos un nobiliario manuscrito en Castilla comprobaremos algunas cuestiones que aparecen reflejadas en las probanzas referidas al peso que determinados conceptos tenían, y cómo el vocabulario político se adapta a las circunstancias, resaltando el hecho innegable de que los textos genealógicos, además de una suerte de nombres, apellidos e historias variopintas, esconden un tratado de nobleza con un cargado valor pragmático, cuando no programático. Se relaciona indefectiblemente con la idea de que un apellido debía ser “noble y de antiguos caballeros hijosdalgo”, extendiendo esta consideración a todos los miembros de un mismo apellido, lo que debemos interpretar en clave de posibilismo político institucionalizado y que siempre tenía su origen en un momento seminal provocado por un desplazamiento geográfico de una familia hacia otro lugar. Otro autor pronobiliario, Pedro Salazar Mendoza, en su texto sobre los *Orígenes de las Dignidades Seglares*, utiliza el término “Ricos homes”, para mencionar en cada reinado a aquellos apellidos que poseían tal condición y que, en su caso, quedaban asimilados con la nobleza titulada, resultado de este, una suerte de lazos familiares, herencia de servicios y dignidades que tornan más cerrado el universo explicativo de la nobleza “El origen de las armas e insignias es antiguo, nacieron de los triunfos de los merecimientos e victorias”³⁴ o se consolida en expresiones como “en la nobleza española ha auido tres grados de hijosdalgo, ynfançon y rico hombre. De pendón y caldera el primero, reconocida el segundo. Hijodalgo es hijo de bueno”³⁵.

La cuestión del lenguaje sobre la nobleza se reflejó en el uso de términos que tanto en los testimonios de los testigos como en la obra de los genealogistas y nobilistas, crearon en torno al concepto de noble-hidalgo, un arquetipo político animado con atributos simbólicos. Este concepto evolucionó desde la mera descripción de sus asuntos materiales (es antiguo y tiene solar) hasta la definición más elaborada que desde 1560 se impone y que se centra en constatar esa mencionada posesión, pero se

34 Madrid, Biblioteca Nacional de España, *Nobiliario*, s. XVI, Ms. 11465, fol. 7 recto [atribuible a Antonio de Mendoza].

35 *Ibidem*, fol. 9 recto.

le añaden el de hidalgo+caballero+claro linaje, con lo que los elementos biológicos cobran un aspecto básico. De la descripción que Aponte hacía del apellido Maycas en torno a 1550 como “buenos y antiguos hijosdalgo”³⁶.

Una breve conclusión

Hemos podido comprobar en las páginas precedentes que el concepto de nobleza gravitaba sobre una particular manera de explicar un conjunto de estrategias y acciones vitales. La construcción del concepto de nobleza política encontró, desde el siglo XV una forma muy evidente de distinción en el viaje. El viaje del noble no es como otros, es una acción que responde a una pulsión biológica y a una forma notoria de evidenciar su diferencia de otros que no son nobles. Como es conocido, la nobleza política, viene sancionada por el derecho civil, comparte absolutamente el mismo universo de valores que la nobleza “natural” y todavía más, el lenguaje identifica la condición nobiliaria. Esto fue recogido ya en el siglo XVII por Vilas Boas de Sampaio,

“[...] a verdadeira nobreza há-de ser heredada e derivada dos Pais aos fillos [...] e se algumas pessoas de nascimento humilde chegam nos povos a ser avaliados por nobres por ações valorosas, que obráram, pelos cargos honrados, que tiveram, ou por alguma preeminência, ou grau, que os acrescente, noa é esta a nobreza verdadeira derivada pela sangue, e heredada dos avós, mas pertencesse á classe da nobreza Civil, e política que se adquire pelos cargos, e postos da Republica, e servir-lhe-ão estes e os feitos gloriosamente obrados de os constituir nos princípios da nobreza de sorte que verdadeiramente se não pode dizer deles que são nobres, se não que o começam de ser”³⁷.

Consecuencia directa de una tradición discursiva fuertemente enraizada en la sociedad castellana, podemos entender que para los teóricos de la nobleza, el viaje y su utilidad para la definición de nobleza se basaba en la combinación de una serie de elementos basilares que podemos resumir en cuatro puntos en los que el desplazamiento, siempre está relacionado de forma directa o indirecta:

a) la “nobilitas” es expresada en el sentido a una fidelidad determinada hacia los ancestros y la idea de linaje noble;

36 Madrid, Biblioteca Nacional de España. Aponte, *Nobiliario...*, fol. 226 recto.

37 VILAS BOAS DE SAMPAIO, António – *Nobiliachia Portuguesa. Tratado da Nobreza Hereditaria e Política*. Lisboa: Officina de Filipe de Sousa Villela, 1725 [1.ª ed. 1676], 28-29.

b) la existencia de un conjunto de valores como la “virtus” que se traducen desde el punto de vista de su energía y capacidad para el desempeño de determinadas funciones sociales;

c) la denominada “certa habitatio”, o lo que es lo mismo, la posesión de un determinado territorio sobre el que se ejerce una determinada jurisdicción sobre las tierras y los hombres que lo componen;

d) estructura patriarcal de la descendencia nobiliaria que termina por configurar un sistema de aureolas en torno a la familia noble.

Todo ello servirá para que se configure a lo largo de la Edad Media y la Edad Moderna una serie de estrategias políticas y de mecanismos de representación de las noblezas europeas que terminaran por configurar una cultura nobiliaria europea.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fuentes

- Burgos, Biblioteca Pública de Burgos, Ms. 656, Jerónimo Gudiel Girones, *Compendio de Algunas Historias de España: Donde se Tratan Muchas Antigüedades Dignas de Memoria y Especialmente Se Da Noticia de la Antigua Familia de los Girones, y de Otros Muchos Linajes*. Prólogo al lector, s.f.
- Madrid, Biblioteca Nacional de España, *Nobiliario*, 1601, Ms. 11595.
- Madrid, Biblioteca Nacional de España, *Nobiliario*, s. XVI, Ms. 11465, fol. 7 recto [atribuible a Antonio de Mendoza].
- Madrid, Biblioteca Nacional de España, Jerónimo Aponte, *Nobiliario de Aponte y Mendoza*, Ms. 11565.
- Madrid, Biblioteca Nacional de España, Juan Benito Guardiola, *Obras I*, Ms. 12882.
- Madrid, Biblioteca Nacional de España, Jerónimo de Urrea, *Diálogo de la Verdadera Honra Militar*, Ms 2765.
- Ronda, Archivo de la Real Maestranza de Caballería de Ronda, Archivo Ruiz de Arana.
- Toledo, Archivo Histórico de la Nobleza, Osuna, CT, 205, D.8, s.f.
- VILAS BOAS DE SAMPAIO, António – *Nobiliachia Portuguesa. Tratado da Nobreza Hereditaria e Política*. Lisboa: Oficina de Filippe de Sousa Villela, 1725 [1.^a ed. 1676].

Bibliografía

- BALLESTER RODRÍGUEZ, Mateo – “La estirpe de Tubal. Relato bíblico e identidad nacional en España”. *Historia y Política*, 29 (2013), 219-246.
- BUSTO DE VILLEGAS, Sancho – *Nobiliario*. Manuel Amador González Fuertes; José Antonio Guillén Berrendero (eds.). Murcia: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Murcia, 2014.
- CHECA, Fernando – *Carlos V y la Imagen del Héroe en el Renacimiento*. Madrid: Taurus, 1987.
- FRANCISCO OLMOS, José María de; FERNÁNDEZ MARTÍNEZ, Rodrigo José – “El repertorio heráldico de los Nueve de la Fama. Una obligada falsedad-invencción bajomedieval”. in Javier Martínez; Isabel Velázquez (dirs.) – *De Falsa et Vera Historia. Estudios sobre Pseudoepígrafos y Falsificaciones Textuales Antiguas*. Madrid: Ediciones Clásicas, 2021, 273-283.
- FRANCISCO OLMOS, José María de; FERNÁNDEZ MARTÍNEZ, Rodrigo José – “Los Nueve de la Fama. Los modelos caballescicos medievales y la creación de una heráldica inventada”. *Hidalguía*, 387 (2021), 143-198.
- GUILLÉN BERRENDERO, José Antonio – *La Idea de Nobleza en Castilla Durante el Reinado de Felipe II*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2007.

IBÁÑEZ PALOMO, Tomás – “Los Nueve de la Fama”. in *Base de Datos Digital de Iconografía Medieval* [en línea]. Disponible en www.ucm.es/bdiconografiamedieval/nueve-de-la-fama [consultado el 24 de marzo de 2022].

OLIVEIRA E COSTA, João Paulo – *Dom Manuel I*. Lisboa: Temas e Debates, 2007.

SOLER, Isabel – *El Sueño del Rey. Viajes y Mesianismo en el Renacimiento Peninsular*. Barcelona: Acantilado, 2015.

VISCEGLIA, Maria Antonietta – “Il viaggio cerimoniale di Carlo V dopo Tunisi”. in José Martínez Millán (ed.) – *Carlos V y la Quiebra del Humanismo Político en Europa (1530-1558)*. Vol. 2. Madrid: Sociedad Estatal para la Conmemoración de los Centenarios de Felipe II y Carlos V, 2001, 101-108.

Divergências e rupturas nas primeiras viagens quatrocentistas

Susani Silveira Lemos França

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)
susanilemos@gmail.com

Resumo

As primeiras viagens de exploração de territórios não europeus por viajantes cristãos foram possíveis graças à combinação de princípios universais, como a propagação da fé, e de interesses e condições circunstanciais para levar adiante as empresas e estimular a tomarem o mar homens de proveniências diversas – nem sempre inteirados do que os aguardava ou bem-preparados para o que poderia acontecer. Nos diversos relatos de tais viagens ocorridas na primeira metade do Quatrocentos, é possível notar que as projeções iniciais são comumente repensadas e os desempenhos redefinidos, em grande parte devido às vontades dos envolvidos. Em uma célebre viagem às ilhas atlânticas no início do século XV, comandada pelo barão normando Jean de Béthencourt e pelo gentil-homem gascão Gadifer de La Salle, os desentendimentos tiveram início ainda na costa europeia, prolongando-se ao longo das conquistas e estendendo-se para além da vida dos dois conquistadores, quando duas versões da história passaram a disputar a verdade sobre o ocorrido. A proposta deste estudo é apurar as pequenas dissidências que acabaram por conduzir a uma ruptura entre os capitães, com a finalidade de analisar em que medida tais desavenças ultrapassam o âmbito de uma viagem específica e ajudam a entender as condições das primeiras viagens de conquista e a ação dos indivíduos neste contexto.

Palavras-chave

conquistas atlânticas; viagens quatrocentistas; *Les Canariens*; dissidências; desavenças

Nota biográfica

Susani Silveira Lemos França é Doutora em Cultura Portuguesa pela Universidade de Lisboa e professora titular em História Medieval na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Autora, entre outros, de *Mulheres dos outros. Os viajantes cristãos nas terras a oriente (séculos XIII-XV)* (Editora UNESP, 2015), *Peregrinos e Peregrinações na Idade Média* (Vozes, 2017), *Os reinos dos cronistas medievais* (Annablume, 2006). É Acadêmica Correspondente Brasileira da Academia Portuguesa da História, pesquisadora principal do Grupo *Escritos sobre os novos mundos* e coordenadora do Grupo Luso-Brasileiro *Raízes medievais do Brasil Moderno*.

Divergences and ruptures in early 15th-century voyages**Abstract:**

The first voyages of exploration of non-European territories by Christian travellers were made possible by the combination of universal principles, such as the propagation of the faith, and of interests and circumstantial conditions to carry out the enterprises and stimulate men from diverse backgrounds to take to sea - not always aware of what awaited them or well-prepared for what might happen. In the various accounts of such voyages that took place in the first half of the 15th century, it is possible to note that the initial projections were commonly rethought and the performances redefined, largely due to the will of those involved. In a famous voyage to the Atlantic islands at the beginning of the fifteenth century, commanded by the Norman baron Jean de Béthencourt and the Gasconian nobleman Gadifer de La Salle, the disagreements began still on the European coast, continuing throughout the conquests and extending beyond the lives of the two conquerors, when two versions of history began to dispute the truth about what happened. The proposal of this text is to ascertain the small dissensions that eventually led to a rupture between the captains, in order to analyse to what extent such disagreements go beyond the scope of a specific voyage and help to understand the conditions of the first conquest voyages and the action of individuals in this context.

Keywords

Atlantic conquests, 15th century voyages, *Les Canariens*, dissensions, disagreements.

Biographical note

Susani Silveira Lemos França holds a PhD in Portuguese Culture from the University of Lisbon and is a Lecturer in Medieval History at the Universidade

Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Author, among others, of *Mulheres dos outros. Os viajantes cristãos nas terras a oriente (séculos XIII-XV)* (UNESP Publisher, 2015), *Peregrinos e Peregrinações na Idade Média* (Vozes, 2017), *Os reinos dos cronistas medievais* (Annablume, 2006) and organizer of *Imagens e textos: interpretações sobre cultura e poder no medievo*. (Alameda, 2020); *Cuidar do Espírito e do Corpo* (Edufscar, 2019); *A escrita da história de um lado a outro do Atlântico* (Cultura Acadêmica, 2018) *Questões que incomodam o historiador* (Alameda, 2013). She is a Brazilian Corresponding Academic of the Portuguese Academy of History, main researcher of the Writings on the New Worlds Group and coordinator of the Luso-Brazilian Group Medieval Roots of Modern Brazil.

Os grandes dilemas ou conflitos que justificaram os avanços dos cristãos por terras mais ou menos incógnitas são um capítulo à parte na história das viagens europeias pelas ilhas atlânticas e pela costa africana no Quatrocentos, ecoando os argumentos antigos em defesa da guerra justa. Nas célebres contendas que antecederam a tomada de Ceuta pelos portugueses, por exemplo, a natureza da empresa, o seu fim último e seus fins intermediários, bem como as circunstâncias que os envolviam foram aspectos trazidos à baila para avaliar a viabilidade da empresa¹. As cogitações, correntes naquele período, quanto a ser serviço de Deus ou proveito para o reino, estão entre as principais apresentadas em defesa dos avanços, assim como precauções quanto aos custos e riscos de perdas humanas ou gastos excessivos estavam entre as alegações para um eventual recuo. Juízos semelhantes encontramos em documentos respectivos a outras viagens do período, em que a máxima da realização do bem² aparece atualizada como justificativa para conduzir os conquistadores provenientes dos reinos cristãos, que não se esquecem de declarar seu comprometimento em mover-se por razões de ordem espiritual, mas também não escondem as demais causas que os moviam.

1 O ato humano, segundo Tomás de Aquino, podia ser caracterizado por sua natureza, pelo seu fim e pelas circunstâncias que o envolviam, de cuja combinação resultava a sua qualidade. Esta última, que faz um ato bom, é igualmente a que completa sua plena realidade como um ato. Melhor dizendo, quando seus outros três elementos – objetivo, fim e circunstância – estão plenamente de acordo com a razão, o ato se faz bom e alcança sua plena realidade como um ato humano. BYRNE, Peter – *The Philosophical and Theological Foundations of Ethics. An Introduction to Moral Theory and its Relation to Religious Belief*. Nova Iorque: Palgrave, 1999, 40-41.

2 O viés da abordagem aqui é o que podia ser defendido como bom e não a denúncia do “armamento ideológico” da nobreza para justificar suas ações no além-mar, como se não fosse admissível como verdade o que se declara como bom. COELHO, António Borges – *Raízes da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1974, 89.

Em outra célebre expedição para território muito disputado no século XV por sua posição estratégica³, as ilhas Canárias⁴, a alusão às motivações da viagem, tal como era comum nos relatos, traz à cena o mesmo ideal: viagem em “honra de Deus e em defesa e engrandecimento da nossa santa fé nas partes meridionais”⁵. A motivação grandiosa não impede, entretanto, que, logo no início da expedição, os interesses menores, dos indivíduos, deem as configurações de uma viagem que será marcada por dissidências, que se estenderam para muito além do fim da viagem e da vida dos conquistadores, e que ganharam tons acalorados nas narrativas legadas sobre a experiência da conquista. Tais desavenças são hoje conhecidas por meio de duas variantes do relato que apresentam uma pequena variação temporal: a versão G, provavelmente a mais antiga – aproximadamente de 1420 –, mas apenas divulgada em 1896, trata dos eventos ocorridos até 1404, e a versão B, conhecida desde o século XV e preparada entre 1480 e 1490, vai até 1406, abarcando a exploração das ilhas e a governança por Jean de Béthencourt⁶. O confronto das versões permite notar que aquele atribuído a Béthencourt, apesar de mais tardio, foi conhecido primeiro e se tornou mais célebre; o de Gadifer de La Salle veio à luz somente no Oitocentos. A publicação tardia fez com que Jean de Béthencourt despontasse para os quatrocentistas e quinhentistas como o único responsável pela empresa⁷.

Quantos eram os viajantes, não sabemos ao certo. Uma das versões do relato, a do manuscrito G, refere o número de 280, a do manuscrito B estima apenas 80⁸. Em geral, as notícias de outras viagens falam em expedições em que as frotas

3 A disputa pela hegemonia das ilhas atlânticas terminou com a posse castelhana das ilhas, porém, vale lembrar as sucessivas investidas dos navios portugueses enviados às Canárias por D. Henrique até o momento de sua morte. ARAÚJO, Julieta – *Portugal e Castela na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri, 2009, 79-102.

4 “O arquipélago das Canárias representa para o mundo medieval a fronteira para além da qual habita o desconhecido”. LOPES, Paulo – *O Medo do Mar nos Descobrimientos. Representações do Fantástico e dos Medos Marinhos no Final da Idade Média*. Rev. Helder Guéguas. Lisboa: Tribuna da História, 2009, 71.

5 “Édition de la copie de Jean de Béthencourt (ms. ‘B’).” in AZNAR, Eduardo *et al.* (eds.) – *Le livre nommé Le Canarien: textes français de la conquête des Canaries au XV e siècle*. Paris: CNRS Éditions, 2008, 73.

6 PICO GRAÑA, Berta – “La lengua de los manuscritos”. in Eduardo Aznar Vallejo *et al.* (eds.) – *Le Canarien: Retrato de Dos Mundos*. Vol. 2. *Contextos*. La Laguna: Instituto de Estudios Canarios, 2006, 248.

7 ZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica de Guiné*. Introd., novas anotações e glossário de José de Bragança. Porto: Livraria Civilização, 1973, 334; SINTRA, Diogo Gomes de – *Descobrimiento Primeiro da Guiné*. Estudo preliminar, ed. crítica, trad., notas e comentário de Aires A. Nascimento, introd. histórica de Henrique Pinto Rema. Lisboa: Edições Colibri, 2002, 93. Cf. ONRUBIA PINTADO, Jorge; BAUCCELLS MESA, Sergio – “Betancores y maciotes: la conquista francesa y *Le Canarien* en la primera historiografía canaria (ss. XV-XVIII)”. in Eduardo Aznar Vallejo *et al.* (eds.) – *Le Canarien: Retrato de Dos Mundos*. Vol. 2. *Contextos*. La Laguna: Instituto de Estudios Canarios, 2006, 333-335; BERNÁLDEZ, Andrés – *Historia de los Reyes Católicos D. Fernando y Doña Isabel*. T. 1. Sevilha: Imprenta que fué de D. José María Geofrin, 1870, cap. 65, 181.

8 Tamanha diferença nas duas versões é explicada pelo fato de, na versão G, aparecer XIII^{XX}, quatorze vezes vinte, 280, contudo, o compilador de B interpretou como 80 (*quatre-vingt*). “Édition de la copie de Gadifer de la Salle (ms. ‘G’).” in AZNAR, Eduardo *et al.* (eds.) – *Le livre nommé Le Canarien: textes français de la conquête des Canaries au XV e siècle*. Paris: CNRS Éditions, 2008, 80; “Édition de la copie de Jean de Béthencourt (ms. ‘B’)”... 81; *Le Canarien: Crônicas Francesas de la Conquista de Canarias*. Introd. y trad. de Alejandro Cioranescu. Santa Cruz de Tenerife: Ediciones Idea, 2004, 89, nota 21. Cf. LADERO QUESADA, Miguel Ángel – “Jean de Béthencourt, Sevilla y Enrique III”. in Eduardo Aznar Vallejo *et al.* (eds.) – *Le Canarien: Retrato de Dos Mundos*. Vol. 2. *Contextos*. La Laguna: Instituto de Estudios Canarios, 2006, 38.

contavam com um homem por cada 4 ou 6 tonéis⁹, com tripulação em torno de 25 a 30 por nau¹⁰, embora algumas fossem mais sobrecarregadas de gente¹¹. Já quanto à dimensão dos navios, uma associação, pelo porte da viagem, pode ser feita com a expedição portuguesa a Ceuta. Nas prévias, quando D. João I cogitava sobre a viabilidade da conquista, uma das suas ponderações foi justamente acerca da necessidade, para aquele tipo de viagem, de “uma muito grande frota de navios e grandes, afora os pequenos”, que faltavam nos seus reinos¹². As dimensões não são referidas, apenas a necessidade de embarcações de portes variados¹³, contudo, outras fontes referem, por exemplo, a dimensão de cem tonéis ou mais, “sob o primeiro telhado”, nos tempos de Afonso V de Portugal¹⁴, e uma nau de mil toneis no reinado de D. João II¹⁵. Também no seu relato de viagens, o médico e geógrafo Jerônimo Münzer faz referência a uma embarcação de um alemão com o qual se deparou nas suas andanças para o sul da Europa, nas proximidades de Lisboa, que avalia como “muito bem equipada” e com 100 homens a bordo¹⁶. Vale recordar, ainda, a propósito do tamanho dos navios e do número da tripulação, que, no retorno das Índias, a expedição de Pedro Álvares Cabral veio desfalcada, segundo o cronista da expedição, Álvaro Velho. Teriam partido 150 tripulantes e retornado não mais que 55¹⁷. Na versão G do *Le Canarien*, pois, os 280 estimados estariam acima do que era habitual.

9 Medida utilizada para o cálculo da arqueação das grandes embarcações.

10 Não é simples confirmar o número de indivíduos em uma embarcação, mas as “cifras habituais das naus pequenas, iguais ou inferiores a 100 tonéis, oscilavam entre 25 e 40 homens, enquanto as das caravelas oscilavam entre 10 e 12, e as dos barcos entre 7 e 10”. AZNAR VALLEJO, Eduardo – “Marinos y pescadores”. *Medievalismo*, 13-14 (2004), 229-240, aqui p. 235; RIVERA MEDINA, A. M. – “Vivir a bordo. Necesidades y vicisitudes de los navegantes medievales”. in Jesús Ángel Solórzano Telechea; Fernando Martín Pérez (coords.) – *Rutas de Comunicación Marítima y Terrestre en los Reinos Hispánicos durante la Baja Edad Media. Movilidad, Conectividad y Gobernanza*. Madrid: Ediciones de La Ergástula, s.l., 2020, 261-287 e 268-269.

11 As naus holandesas do século XVI rondavam os 100, mas as portuguesas eram mais superlotadas, excedendo os 300 em algumas naus e podendo chegar a mais de 1000. MONIZ, António M. de Andrade – *A História Trágico-Marítima. Identidade e Condição Humana*. Lisboa: Colibri, 2001, 92-93.

12 ZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica da Tomada de Ceuta por El Rei D. João I*. Francisco Maria Esteves Pereira (ed.). Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915, 39.

13 Sobre a dimensão das embarcações e como as galés e as naus redondas eram longas e largas, ver: MARTÍNEZ-HIDALGO, José María – *Las Naves del Descubrimiento y Sus Hombres*. Madrid: Mapfre, 1991, 21-22.

14 *Titulo das liberdades, e framquezas que ElRey daa aos armeiros que vierem morar a estes Reinnos, e a quaesquer outros que a elles trouxerem armas*. in José Correa da Serra (ed.) – *Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza, dos Reinados de D. João I, D. Duarte, D. Affonso V, e D. João II*. Tomo 3. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1793, 504.

15 RESENDE, Garcia de – *Crónica de D. João II e Miscelânea. Reimpressão fac-similada da nova edição conforme a de 1798*. Pref. Joaquim Veríssimo Serrão. Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 1973, 214.

16 MÜNZER, Hieronymus – *Itinerary and Discovery of Guinea*. Trad. e notas de James Firth. Londres: James Firth, 2014, 89.

17 MARQUES, A. H. de Oliveira – “As estruturas”. in Joel Serrão; A. H. de Oliveira Marques (dirs.) – *Nova História da Expansão Portuguesa*. Vol. 2. *A Expansão Quatrocentista*. Lisboa: Estampa, 1998, 150.

À frente da expedição normanda às Canárias, estavam pelo menos três tipos comuns de viajantes do período: o nobre em busca de benefícios e honra para sua linhagem, representado pelo normando Jean de Béthencourt; o aventureiro ou “cavaleiro errante” à procura de realizar façanhas e de fama, representado por Gadifer de la Salle; e, ainda, o marinheiro interessado em recompensas materiais¹⁸, o gentil-homem pobre¹⁹ Bertin de Berneval. Por associação ao primeiro, poderíamos lembrar os infantes de Avis, em especial D. Henrique, por sua importância no período. Ao segundo, entre tantos, poderíamos lembrar o cavaleiro natural da Silésia polaca Nicolau Popielovo ou o cavaleiro da Suábia Jörg von Eingenhen, pertencente a uma família da pequena nobreza. Já semelhantes a Bertin de Berneval, movido pelo interesse por ganhos materiais, vale lembrar, por exemplo, os viajantes de meados do século XV, o genovês Antoniotto Usodimare e o veneziano Alvise Cadamosto, enviados portugueses em missões em terras da costa africana, pois o primeiro não esconde que fugia aos “credores”²⁰, e o segundo, que pretendia trabalhar “por todos os meios possíveis por adquirir alguma riqueza e também chegar a alguma perfeição de honra”²¹. Alguns interesses, pois, confluíam e, àqueles declarados, podiam se juntar outros, como relatam cronistas e viajantes portugueses a propósito das motivações de Béthencourt para viajar, cogitando até sobre a possibilidade, pouco defensável, de que a lepra o teria levado a se esconder em terras menos habitadas²².

O valor dessa viagem e do relato dos cavaleiros normandos, para além do legado de uma narrativa detalhada sobre a conquista das Canárias, diferentemente das expedições anteriores²³, decorre em parte dos desacordos entre os capitães e outros tripulantes, os quais recheiam a primeira parte da narrativa e revelam as motivações conflitantes e as dificuldades correntes nas diversas empresas de reconhecimento e conquista de lugares; ilustrativas de como os eventos acabados são feitos de ações menores e que interferem decisivamente no resultado final. Dos afrontamentos dos viajantes entre si aos afrontamentos com os nativos²⁴, da desobediência ao capitão às

18 MOLLAT, Michel – *Les explorateurs du XIII^e au XVI^e siècle : premiers regards sur des mondes nouveaux*. Paris: Éditions Jean-Claude Lattès, 1984, 49-51.

19 AZNAR, Eduardo *et al.* – “Introduction”. in Eduardo Aznar *et al.* (eds.) – *Le livre nommé Le Canarien: textes français de la conquête des Canaries au XV^e et XVI^e siècle*. Paris: CNRS Éditions, 2008, 5-67, aqui p. 37.

20 Carta de Antoniotto Usodimare. in Pe. António Brásio (ed.) – *Monumenta Missionaria Africana: África Ocidental (1342-1499)*. Segunda Série, 1. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1958, 381.

21 *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1988, 86-87.

22 A cogitação não parece procedente, se atentarmos para os desdobramentos da viagem e suas relações com Castela. Sintra, *Descobrimento...*, 92-93; *O Manuscrito “Valentim Fernandes”. Leitura e Revisão das Provas de António Baião*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1940, 101; Zurara, *Crónica de Guiné...*, 334.

23 Da expedição de 1341, comandada pelo genovês Niccoloso da Recco e pelo florentino Angelino di Tegghia e ordenada pelo rei D. Afonso IV de Portugal (1291-1357), só restou um relato fragmentário encontrado entre os escritos de Boccaccio. HERRERA PIQUÉ, Alfredo – “Fuentes antiguas de la historia del Archipiélago. El relato de Niccoloso da Recco sobre Canarias (año 1341)”. *Aguayro*, 141 (1982), 6-8, aqui p. 6.

24 “Édition de la copie de Gadifer de la Salle (ms. ‘G’)”..., cap. X, 96.

conspirações, das disputas por bens às dissidências, das traições durante a ausência do capitão ao desrespeito à hierarquia de comando da expedição²⁵, diversas são as situações em que a coesão do grupo e a força da meta são abaladas.

Uma primeira forma de dissidência decorre das corriqueiras mudanças de rotas e de encontros indesejados. Nos relatos de viagens quatrocentistas pela costa africana, são diversas as referências aos ventos de feição ou contrários que podiam alterar os destinos e trazer surpresas boas ou desagradáveis, como a chegada à ilha de Lançarote pelas caravelas de D. João I de Portugal, relatada por Diogo Gomes de Sintra²⁶, ou nas narrativas de Zurara, Cadamosto, Pedro Sintra e de tantos outros. No caso da expedição normanda, a necessidade de alteração de itinerário impôs-se cedo. O destino era Belle-Île, no Golfo da Gasconha, mas a parada, em razão de ventos contrários, foi em um dos importantes portos quatrocentistas da Galiza, Vivero²⁷, onde 8 dias de estada despertaram tensões e fizeram eclodir uma discussão entre os marinheiros que quase resultou no fim de uma empresa recém iniciada, não fosse a intervenção dos capitães. No porto seguinte, em La Corunha, as disputas por bens necessários à viagem, como âncora e batel, colocaram os capitães em confronto com outros nobres, deixando ver as interações conflituosas que marcavam o cotidiano dos espaços ligados ao mar, como costas, portos e ilhas, dado que ali se encontravam comumente gentes de armas de procedências diversas, empenhadas em realizações e em alcançar benefícios materiais, bem como preparadas para disputar bens pela força das armas, quando se fizesse necessário. Nesses territórios de passagem, era comum encontrarem-se indivíduos de diversas procedências, bem como de distinta condição²⁸, incluindo os piratas, corsários e ladrões²⁹ – que, menos do que prejudicar, estimulavam o comércio³⁰. Ali, eram comuns conflitos como o ocorrido com Jean de Béthencourt que, ao negociar com um conde da Escócia³¹ algumas coisas necessárias para a viagem, desagradou um grupo de homens que acompanhavam o conde. O conflito não chegou às vias de fato e ficou entre palavras

25 “Édition de la copie de Jean de Béthencourt (ms. ‘B’)”..., cap. IX, 95.

26 Sintra, *Descobrimento...*, 93.

27 Sobre os portos do norte da península ibérica e sua dinâmica, ver: ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz; BOCHACA, Michel – “Les villes portuaires du nord de la péninsule Ibérique”. in *Ports maritimes et ports fluviaux au Moyen Age. XXXVe Congrès de la Société des historiens médiévistes de l’Enseignement supérieur public (SHMESP) (La Rochelle, juin 2004)*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2005, 63-78, aqui p. 73.

28 MUÑOZ GÓMEZ, Víctor – “*Compañeros de armas*. Ejemplos de sociabilidad en las fronteras marítimas ibéricas durante el reinado de Fernando I de Aragón”. *Vegueta*, 18 (2018), 133-166, aqui pp. 134-136.

29 Rivera Medina, “Vivir a bordo”..., 285.

30 SANTOS, João Marinho dos – *Ceuta Não Foi Conquista mas Começo Dela*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017, 34.

31 *Le Canarien: Crónicas Francesas de la Conquista de Canarias*. Vol. 2. *Texto B, de Juan V de Bethencourt*. Trad. e notas de Elías Serra Rafols e Alejandro Cioranescu. La Laguna/Las Palmas: Instituto de Estudios Canarios/El Museo Canario, 1960, Conde de Crawford (1365?-1407), 18.

de desacato e provocações em torno de tomar os objetos forçadamente ou recebê-los de volta das mãos dos que os tomaram³².

Esses encontros nos entornos portuários, como conta o viajante flamengo Eustache de La Fosse, que viajou em 1479-1480, além de reterem por mais tempo do que o desejado os viajantes, podiam ter desfechos trágicos³³. Na sequência da viagem de Béthencourt e Gadifer, no porto de Cádiz, da dissidência com os comerciantes resultou a retenção dos normandos devido às acusações de comerciantes genoveses, placentinos e ingleses estabelecidos em Sevilha. Acusações ao rei de roubo e saque da parte dos franceses foram o motivo da retenção, pois Henrique III de Castela tinha, desde 1401, proposto medidas para conter a ação dos corsários³⁴. Nos espaços portuários, dos quais dependia a boa condução da economia marítima, alguma ordem era garantida pelas infraestruturas, pelas tentativas locais de regulação e pelos acordos de cooperação entre os que transitavam por ali³⁵. Os roubos de mercancias ou de navios foram comuns no período, e o conflito, em geral, terminava com o acordo de devolução dos produtos ou bens e a liberação a seguir³⁶. Na expedição às Canárias, Gadifer – na versão B, Béthencourt – foi detido pelo Conselho Real³⁷ para responder a acusações, provavelmente infundadas, mas foi liberado a seguir, não sem consequências, pois os marinheiros, alguns mal-intencionados, geraram rusgas no navio ancorado. Desse conflito, se tomarmos como provável o número de 280 tripulantes da versão G, só restaram 63, e desertaram justamente os mais bem equipados³⁸.

Para além da disputa por bens, a disputa por hegemonia sobre determinada rota ou território era outra constante. Episódio ilustrativo das contendas entre navegadores de proveniências diversas é o de Eustache de La Fosse, mercador de Bruges, que foi aprisionado pelos portugueses, em 1479, no Golfo da Guiné. O desditoso encontro do navio do comerciante com quatro caravelas portuguesas obrigou-o a seguir rumo a Portugal sob tutela portuguesa, inclusive ajudando a vender as suas próprias mercadorias, e prestando contas a Diogo Cão – sob as ordens

32 “Édition de la copie de Gadifer de la Salle (ms. ‘G’)”..., 78; “Édition de la copie de Jean de Béthencourt (ms. ‘B’)”..., 79.

33 LA FOSSE, Eustache de – *Crónica de Uma Viagem à Costa da Mina no Ano de 1480*. Prólogo de Joaquim Montezuma de Carvalho. Trad. e adaptação de Pedro Alvim. Lisboa: Vega, 1992, 60.

34 Ladero Quesada, “Jean de Béthencourt...”, 21.

35 BAZÁN DÍAZ, Iñaki – “Unas palabras introductorias a propósito de la legislación, organización político-institucional y gobernanza en los puertos atlánticos en la Baja Edad Media”. in Jesús Ángel Solórzano Telechea et al. (eds.) – *Los Puertos del Atlántico en la Baja Edad Media. Navegación, Instituciones y Gobernanza*. Lleida: Pagès editors, 2021, 10-17, aqui p. 10.

36 ÁLVAREZ FERNÁNDEZ, María – “‘Las espaldas del mar, de puerto a puerto’. Mecanismos de gobierno y derechos portuarios en la costa noroccidental leonesa (siglos XII-XVI)”. in Jesús Ángel Solórzano Telechea et al. (eds.) – *Los Puertos del Atlántico en la Baja Edad Media. Navegación, Instituciones y Gobernanza*. Lleida: Pagès editors, 2021, 18-55, aqui p. 49.

37 Segundo Miguel Ángel Ladero Quesada, Béthencourt tinha pendentes algumas acusações de corso no Canal da Mancha. Ladero Quesada, “Jean de Béthencourt...”, 24.

38 “Édition de la copie de Gadifer de la Salle (ms. ‘G’)”..., cap. III.

de quem, para seu descontentamento, acabou por ficar³⁹. O culminar do infortúnio para o flamengo e seus companheiros foi a condenação à forca em Portugal em razão de terem navegado em território, da costa da Guiné e da Mina de Ouro, que tinha sido reservado a Portugal no tratado de 24 de Setembro de 1479 com a Espanha; condenação da qual, entretanto, escaparam graças a uma fuga ajudada por um capelão⁴⁰. No que se refere à expedição normanda, os desentendimentos quanto ao direito sobre a conquista das Canárias levaram os capitães a retornarem à Europa em busca de intermediação para resolver as divergências acirradas pelo afastamento de Béthencourt das ilhas por quase dois anos. A decisão favorável a Béthencourt por parte de Henrique III de Castela⁴¹, entretanto, levou Gadifer a voltar para a França à procura, em vão, de ver reconhecidos seus méritos pelos nobres franceses, por meio, inclusive, do relato dos eventos ocorridos durante sua estadia no arquipélago.

O rumo dos ventos podia simplesmente forçar uma parada sem maiores consequências ou com consequências favoráveis. Cadamosto viu-se forçado a parar, pelos ventos contrários, no Cabo de São Vicente, perto do qual pôde se encontrar com o Infante D. Henrique⁴². Os ventos são marcações significativas nos diversos relatos, porque encaminhavam para destinos almejados e desconhecidos e igualmente para surpresas desagradáveis. Diogo Gomes, por exemplo, depois de avistar a ilha de Palma nas Canárias e passar pela Ilha da Madeira com destino a Portugal, viu seu navio ser levado, pelo vento contrário, às ilhas dos Açores, e acabou por chegar depois de António de Noli a Portugal, perdendo para ele a concessão régia da capitania da ilha de Santiago em Cabo Verde, da qual ele afirma ter sido o descobridor⁴³. Entre os qualificativos conferidos aos ventos, para além de “contrário”, e das indicações dos sentidos cardeais e colaterais, aparecem: “próspero”, “largo”, de “bonança”, “bom”, “furioso”, “galerno”⁴⁴, “rijo”, “de feição”⁴⁵, “vento de viagem”⁴⁶, que podiam levar a alguma ilha ou terra nova, a avançar ou a recuar, por sua “destemperança” ou “fraqueza”⁴⁷. Nas situações em que o desvio era desditoso, como nos referidos

39 La Fosse, *Crónica de Uma Viagem...*, 63-64.

40 La Fosse, *Crónica de Uma Viagem...*, 71-72.

41 Ladero Quesada, “Jean de Béthencourt...”, 15-47.

42 *Viagens de Luís de Cadamosto...*, 87.

43 Sintra, *Descobrimiento...*, 91. As discussões sobre a autoria do descobrimento do arquipélago de Cabo Verde são sintetizadas por Henrique Pinto Rema na sua “Introdução histórica” a Sintra, *Descobrimiento...*, 42-43.

44 *Navegações de Luiz de Cadamosto: A que se Ajuntou a Viagem de Pedro de Cintra, Capitão Portuguez. Traduzidas do Italiano*. Collecção de Noticias para a Historia e Geografia das Nações Ultramarinas, que Vivem nos Domínios Portugueses, ou Lhes São Visinhas, Tomo 2. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1812, respectivamente, cap. XXXII, p. 44; cap. XXXVI, p. 45, cap. XXXVII-XXXVIII, pp. 47-48; Navegação Segunda, cap. VI, p. 62.

45 Sintra, *Descobrimiento...*, 53, 73, 81; Zurara, *Crónica de Guiné...*, 392.

46 Zurara, *Crónica de Guiné...*, 225.

47 Zurara, *Crónica de Guiné...*, 142 e 147.

espaços portuários ou nas próprias terras costeiras ou insulares, a destemperança do vento podia⁴⁸ impedir capturas e conquistas⁴⁹ ou mesmo levar à morte⁵⁰.

A insegurança estava sempre no horizonte dos navegadores, fosse pelos sabidos riscos da travessia marítima, fosse pelos perigos que se podia esperar em terra, fosse ainda pelas condições precárias das embarcações ou pela quantidade insuficiente de mantimentos. Entre os viajantes centro-europeus curiosos e interessados na expansão por outras partes, o bávaro Jerónimo Münzer narra que dois subordinados de um nobre navegador alemão, Bernard Fechter, quando estavam no batel do navio a mando do capitão – ainda nas margens europeias –, foram levados para longe pela tempestade, permanecendo “dez dias e onze noites” à deriva no mar “sem comida, nem bebida, nem remos”; sobrevivendo apenas um deles ao infortúnio⁵¹. Os riscos eram, pois, sabidos, de forma que, não sem razão, em uma carta de 1467 ao cronista Zurara – então em Alcácer Ceguer para dar acabamento à sua crônica sobre o conde Duarte de Menezes –, o rei D. Afonso V de Portugal manda notícias sobre sua disposição corporal e espiritual, apelando para a metáfora da vida como o “mar deste mundo”, onde se “é continuamente combatido das ondas”, dado que todos, “depois do primeiro naufrágio”, a Queda, andavam à deriva até chegar “àquele verdadeiro porto seguro, que o homem não pode ver senão depois desta vida”⁵².

Um dos episódios, entre tantos, em que os ventos ou tormentas redefinem o rumo dos acontecimentos é narrado por Eustache de La Fosse, ao relatar a desgraça de um navio português que, assolado por “uma grande tormenta” no porto da Madeira, foi obrigado “a retomar os caminhos do mar, abandonando os companheiros que, num bote, haviam partido para a ilha”⁵³. Também o aquitano Gadifer e os seus, quando em 1404 procuravam reconhecer a Gran Canaria, não conseguiram, em razão do vento forte, ancorar nas proximidades de Telde, e acabaram por enfrentar uma emboscada dos canários, onde perderam remos e barris de água e por pouco não sucumbiram todos⁵⁴. Do mesmo modo, em direção a Fuerteventura, o vento contrário conduziu-os a outra emboscada, a dos castelhanos que tinham ancorado no seu porto⁵⁵.

Dos ventos e ares, decorria a bonança ou o risco. Diferentemente das Canárias, onde, segundo o relato normando, os europeus puderam permanecer por dois anos e meio sem que nenhum “jamais tivesse adoecido”⁵⁶, o perigo de enfermidades estava

48 Zurara, *Crónica de Guiné...*, 142-143.

49 Zurara, *Crónica de Guiné...*, 147.

50 Zurara, *Crónica de Guiné...*, 305.

51 Münzer, *Itinerary...*, 89.

52 ZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*. Larry King (ed. Diplomática). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1978, 43.

53 La Fosse, *Crónica de Uma Viagem...*, 70-71.

54 “Édition de la copie de Gadifer de la Salle (ms. ‘G’)”..., cap. LXII.

55 “Édition de la copie de Gadifer de la Salle (ms. ‘G’)”..., cap. LXIII.

56 “Édition de la copie de Gadifer de la Salle (ms. ‘G’)”..., cap. LIII.

nos horizontes dos navegadores e podia trazer turbulências e distúrbios. O viajante Münzer, acerca das adversidades, menciona que o próprio rei D. João II de Portugal evitava enviar alemães para a África, por ser a região inóspita para os povos do norte, dado o excessivo calor e as tempestades com “chuva quente e fétida”, de forma que “os germânicos sofrem muito nessas regiões, e muitos morrem”⁵⁷. Na caravela de Gonçalo Afonso, as doenças se abateram sobre os navegantes e levaram nove deles à morte⁵⁸. Mas Diogo Gomes, que relata o episódio, priva-nos das impressões causadas. Também é lacônico Cadamosto a propósito do que se passou no rio Gâmbia, onde um dos marinheiros perdeu a vida “doente com febres”⁵⁹. Refere apenas que a sua morte a todos pesava e que tiveram de sepultá-lo na própria ilha⁶⁰. Mais pródigo é Rui de Pina a propósito de uma viagem ao Congo, em 1490. Ali, as aspirações mútuas de aliança⁶¹ e trocas de presentes foram frustradas pela peste que assaltou as embarcações que rumavam para Cabo Verde, quando a doença tirou a vida do capitão português Gonçalo de Sousa e dos congolese cristianizados que retornavam no navio. Diante das mortes, os demais tripulantes quase se entregaram à discórdia, segundo o cronista; tamanho era o “espanto e [a] confusão que já não sabiam o que estavam fazendo”, pois “entre eles se tinha instaurado um estado de desordem e uma confusão tão tumultuosa que não encontravam solução”⁶².

Aos ventos contrários no mar, juntavam-se ventos contrários nos espíritos dos viajantes. Ambições desmedidas, excesso de zelo com a própria vida ou desleixo eram outros tantos fatores que ameaçavam o sucesso das empreitadas. Em um conselho de D. Duarte de Portugal a D. Henrique em sua partida para Tânger, o rei sugere ao irmão evitar despachar na frente das partes para evitar atrasos e outros inconvenientes, bem como recomenda cuidado com os “desvairados juízos”⁶³ que ameaçam a ação de qualquer senhor. Zurara, a propósito desse peso dos conflitos de opinião na condução das empresas, relata diversas situações em que “desvairadas tenções” antecedem os acordos sobre determinada ação em terras estrangeiras⁶⁴ ou os “desvairados acordos” envolvendo Dinis Dias e Palenço⁶⁵ sobre seguir o previsto

57 Münzer, *Itinerary...*, 251.

58 Sintra, *Descobrimento...*, 77.

59 *Viagens de Luís de Cadamosto...*, 161.

60 *Viagens de Luís de Cadamosto...*, 161.

61 Cf. SILVA, Alberto da Costa e – *A Manilha e o Libambo. A África e a Escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014, 361-362.

62 PINA, Rui de – “Relação do Reino do Congo”. in C. M. Radulet – *O Cronista Rui de Pina e a “Relação do Reino do Congo”*: *Manuscrito Inédito do “Códice Riccardiano 1910”*. Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 1992, 105.

63 D. DUARTE – *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*. Edição diplomática. Transc. de João J. A. Dias; introd. de A. H. de Oliveira Marques e João J. A. Dias; rev. de A. H. de Oliveira Marques e Teresa F. Rodrigues. Lisboa: Editorial Estampa, 1982, 122.

64 Zurara, *Crônica de Guiné...*, 234-235.

65 Abel dos Santos Cruz destaca que ele se notabilizou como “valente marinheiro, nas peijas travadas com os infiéis”, como destaca Zurara na *Crônica de D. Pedro de Meneses* (ZURARA, Gomes Eanes de – *Crônica do Conde D. Pedro de Meneses*. Maria Teresa Brocardo (ed.). [Lisboa]: Fundação Calouste Gulbenkian/

ou desviar a rota em busca de mouros⁶⁶. Para o sucesso de uma empresa, como adverte aos seus Gil Eanes, o bom acordo entre as partes é essencial, “porque toda divisão, especialmente entre tão pouca gente” seria “mui duvidosa e podia ser destruição”, além de “pouco serviço de Deus e do Infante nosso senhor”⁶⁷. Segundo o cronista, entretanto, não era fácil manter tal alvo, pois “entre muitos sempre há desvairados acordos”, fosse quanto à descida à terra, fosse quanto à melhor hora de fazê-lo, como se viu em uma das expedições à Guiné já na segunda metade do século XV. O capitão, no comando, Mafaldo, para fazer cumprir sua determinação, precisou apelar para o princípio da sua autoridade como capitão, lembrando aos da companhia que eram “obrigados” a obedecê-lo, como obedeceriam ao seu próprio senhor, o Infante D. Henrique. Diante, entretanto, de um dos fatores mais recorrentes para gerar dissidências, o temor do risco, ele precisou lembrar a própria condição dos navegantes de conviverem com a morte, argumentando que não amava menos sua vida do que eles as deles, mas que era preciso avançar. Tais palavras mostraram-se, contudo, de pouca valia, pois só foi seguido por obrigação e não por convicção, diz o relato⁶⁸.

Na viagem normanda às Canárias, em que a primeira parte do relato é toda ela destinada ao deslocamento, conflitos diversos ganham relevo, logo no início da viagem, com a emergência da figura de Bertin de Berneval, cujas más intenções parecem visíveis aos narradores, em especial ao da versão G. Representado como conspirador, a ele é atribuída grande parte da responsabilidade pelos episódios funestos sucedidos, a começar pela referida deserção maciça dos tripulantes e pelas querelas geradas, germe da dissidência dos dois comandantes da empresa. Os atos do lugar-tenente, que lhe valeram na versão G o rótulo de Judas Iscariotes, concorrem no sentido de estimular a discórdia, de alimentar a intranquilidade dos marinheiros quanto à viabilidade da empresa e de despertar o descrédito entre os canários por descumprimento do combinado⁶⁹.

Suas motivações são descritas como perversas e ganham significativo espaço no relato, à semelhança de outras condutas igualmente condenáveis, mas não tão viciosas, como as de um capitão português quatrocentista, Gonçalo de Sintra. Segundo o citado cronista Zurara, alguns homens “cobiçam cobrar fama, desejando avantajar-se sobre os outros”. E este capitão, enviado à Guiné pelo Infante D. Henrique, desejou ir à ilha de Arguim, negligenciando os argumentos contrários dos demais marinheiros quanto a ser descumprimento da incumbência do seu senhor, o

Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1997). CRUZ, A. dos S. – *A nobreza portuguesa em Marrocos no século XV (1415-1464)*. Porto: [Edição do Autor], 1995, 69.

66 Zurara, *Crónica de Guiné...*, 301-302.

67 Zurara, *Crónica de Guiné...*, 106.

68 Zurara, *Crónica de Guiné...*, 199-200.

69 “Édition de la copie de Gadifer de la Salle (ms. ‘G’)”..., caps. III, VII e XIII.

Infante, e desvio de rota sem utilidade aparente. O resultado da impetuosa iniciativa, movida, segundo o cronista, pelo desejo de “honra” e “proveito”, foi seu fim e o de alguns de seus companheiros⁷⁰. A cobiça, assinalada como um dos motores da sua ação, aparece nas narrativas quatrocentistas como negativa ou positiva, dependendo dos seus alvos. A justa medida da ambição dependia, neste caso, em grande parte do seu alvo, justificando-se quando o desejo fosse de vencer inimigos e não de ganhar riquezas, como ensinavam as *Sete Partidas*. Zurara, mais de uma vez na *Crónica de D. Pedro de Meneses*, descreve situações em que a ambição podia resultar em dano, mas comumente descreve os capitães portugueses ciosos quanto à conduta da “gente popular”, cujo desejo precisava ser controlado, pois, quando “achavam as cousas muitas e boas, acendia-se-lhes a cobiça, e queriam tudo levar; e acertava-se que, levando umas coisas ao pescoço, pareciam-lhes outras melhores, e com cobiça das que achavam deixavam as que traziam”⁷¹.

Nos escritos examinados, entretanto, a cobiça vem, algumas vezes, associada ao “bom desejo” ou muito desejar de algo, como servir ao seu senhor, por exemplo, segundo registra Zurara a propósito de Tristão Vaz, em viagem ao Cabo Branco⁷². Nesses casos, não vem associada a dissidências, antes surge como sinônimo da ambição por buscar mais, em especial presas humanas, diante da promessa do que havia nas terras africanas⁷³. Encontra-se essa qualidade entre os três motores das ações lembrados por Zurara para explicar o ocorrido com o referido Gonçalo de Sintra: “movimento de cobiça”, “vontade de servir” ou “desejo de honra”; motivações, pois, negativas ou positivas. Mas não se arrisca a afirmar o que, com certeza, teria movido esse capitão para o “acontecimento contrário”, antes prefere extrair lições do erro, como: obedecer sempre ao seu senhor; desconfiar dos trugimãos de terras alheias e dos inimigos que se infiltram na companhia; respeitar os conselheiros; ocultar potencial poder aos inimigos; não se deixar ver pelos inimigos na costa; não permitir que os que não sabem nadar enfrentem travessia em que a água suba abruptamente⁷⁴. Já na versão G de *Le Canarien*, a cobiça, em aparição única, surge associada ao orgulho, à inveja, à luxúria e ao extravio do mundo que caracterizam, para o narrador, o período do chamado “Cisma do Ocidente”, quando a sede da Igreja foi transferida de Roma para Avignon sob a influência do monarca francês, Filipe, o Belo. Aparece, pois, como o que se opõe ao verdadeiro amor a Deus, à honra, ao bem e à verdade⁷⁵.

70 Zurara, *Crónica de Guiné...*, 129-132.

71 Zurara, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses...*, 427.

72 Zurara, *Crónica de Guiné...*, 299.

73 Zurara, *Crónica de Guiné...*, 96.

74 Zurara, *Crónica de Guiné...*, 135-138.

75 “Édition de la copie de Gadifer de la Salle (ms. ‘G’)”..., cap. LVIII.

Outro ato ou qualidade que por vezes interfere no sucesso das conquistas é a “perfidia”. Gadifer, por exemplo, em um dos seus empreendimentos nas ilhas, ficou à mercê dos marinheiros, que se recusaram a permanecer na ilha de Lobos e impuseram-lhe condições humilhantes, privando-o do que era seu⁷⁶. Diante dos tantos motivos de desassossego desses viajantes⁷⁷, Bertin de Berneval não teve dificuldades para causar ou facilitar o estrago na expedição às Canárias. As ondas incertas que rondavam essas viagens, das quais outros antes não tinham voltado, como os irmãos genoveses Vadino e Ugolino de Vivaldi, bem como as notícias funestas de outras expedições, que já não eram incomuns, facilmente podiam desencorajar os participantes das armadas. Sinais de fraqueza e dúvida são comuns nos relatos quatrocentistas sobre os avanços para as ilhas e pela África. Para além do esperado no mar, em terras estranhas o que era aguardado não servia para acalmar os espíritos. Na expedição a Ceuta em 1415, os escudeiros do Infante D. Henrique não quiseram ocultar sua “dúvida” quanto a cumprir a missão de avançar sobre a cidade, sob o argumento de que seriam massacrados. E só não desistiram, porque, segundo o cronista, D. Henrique os admoestou com dureza, envergonhando-os e assumindo que seria ele próprio o primeiro a descer da galé, acompanhado dos de outra galé, dada a falta de convicção dos seus⁷⁸. Ao contrário dele, na armada normanda, o traidor Bertin de Berneval e os outros “mal-intencionados” trataram de desencorajar ao invés de exortar, apelando para a insuficiência de víveres, o que levou o próprio Jean de Béthencourt a querer dispensar 20 dos seus homens⁷⁹.

Embora tais viagens para as ilhas, em comparação com as que se seguirão para o sul e sudeste, fossem menos demoradas e temerárias e menos sujeitas às tormentas características das proximidades do Bojador, ainda assim eram motivo de apreensão. Os riscos eram acrescidos em especial naquelas diversas situações em que os capitães precisavam se fazer ausentes, para negociar em terra ou para conduzir alguma conquista em outra ilha. Além de ter estimulado a discórdia entre os marinheiros que ficaram no navio no porto de Cádiz⁸⁰, a outra ação traiçoeira de Bertin de Berneval se dá na ausência de Gadifer e Béthencourt no castelo de Rubicon, quando, apoiado por um grupo de gascões, capturou canários para vender como escravos – inclusive aliados dos capitães –, e saqueou o castelo, levando não só os meios de sustento como o bote de salvação⁸¹. Desobedecia, desse modo, seu chefe, rompia a aliança com os canários e traía seus próprios companheiros, rompendo os prezados laços de fidelidade que garantiam a viabilidade das empresas, segundo

76 “Édition de la copie de Gadifer de la Salle (ms. ‘G’)”..., cap. VII.

77 Lopes, *O Medo do Mar...*, 177-178. Rivera Medina, *Vivir a Bordo...*, 287.

78 Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta ...*, 188-189.

79 “Édition de la copie de Gadifer de la Salle (ms. ‘G’)”..., cap. III, 80.

80 “Édition de la copie de Gadifer de la Salle (ms. ‘G’)”..., cap. III.

81 “Édition de la copie de Gadifer de la Salle (ms. ‘G’)”..., caps. X e XI.

a versão G – deslealdade, porém, amenizada na versão B. Além disso, entre outras ações em prejuízo do chefe, os aliados de Bertin, desconsiderando o cuidado do capitão Gadifer na distribuição de víveres, “tanto ao pequeno como ao grande”, causaram, no castelo de Rubicon, durante sua ausência, “grande estrago e grande destruição dos víveres pertencentes a Gadifer que lá se encontravam, como vinho, biscoito e outras vitualhas”⁸².

A tal falta de lealdade, deliberada, podia-se ainda juntar outro tipo de conduta que, em circunstâncias de tantos riscos de mortes, era igualmente nociva: o desleixo ou descuido. O próprio capitão, Béthencourt – diferentemente da imagem pintada do Infante D. Henrique nos relatos quatrocentistas, como avisado e prudente – é censurado por ter abandonado seus homens e não ter sido diligente no encaminhamento da empresa⁸³, mostrando-se indiferente ao ponto de enviar-lhes, quando estavam muito necessitados, um barco sem víveres para seus companheiros em estado de penúria em uma das ilhas⁸⁴. As diversas possibilidades de desprovisionamento nessas viagens podiam resultar fosse da ancoragem por mais tempo do que o previsto, fosse dos desastres naturais, fosse da má fé dos companheiros, de modo que, dos capitães, mais do que de quaisquer outros, se esperava o cuidado para com os seus e capacidade para estimar o tempo da viagem, a distância e o consumo diário necessário para a tripulação⁸⁵. Tais cuidados eram especialmente necessários, porque nunca se sabia ao certo as condições das paragens, que podiam inclusive ser desprovidas “de água doce”, como na ilha de Lobos, para onde os franceses viajaram em busca de suprimentos⁸⁶. A incerteza do que estava por vir para além do Cabo Bojador e a má fama vinda de longa data, como a falta de água, árvores ou ervas e as fortes correntes, foram motivos de reticência do Infante D. Henrique e suas gentes⁸⁷. Notícias difusas sobre a possibilidade de “mingua de água”⁸⁸ ou de encontrar água “boa”⁸⁹ são correntes. A propósito de Arguim⁹⁰, a promessa era de “água muito boa”, ou havia notícias de lugares onde nascia “água doce na areia”⁹¹, todavia, *Este livro é de Rotear*, compilado por Valentim Fernandes, lembrava a total ausência ou a dificuldade de a encontrar em ilhas do arquipélago de Cabo Verde⁹².

82 “Édition de la copie de Gadifer de la Salle (ms. ‘G’)”..., cap. XVI.

83 “Édition de la copie de Gadifer de la Salle (ms. ‘G’)”..., cap. XXXIII, 132.

84 “Édition de la copie de Gadifer de la Salle (ms. ‘G’)”..., cap. XXXV, 136.

85 MARQUES, A. H. de Oliveira – “Alimentação”. in Joel Serrão; A. H. de Oliveira Marques (dirs.) – *Nova História da Expansão Portuguesa*. Vol. 2. *A Expansão Quatrocentista*. Lisboa: Estampa, 1998, 142-143.

86 “Édition de la copie de Gadifer de la Salle (ms. ‘G’)”..., cap. XI.

87 Zurara, *Crónica de Guiné*..., 49-50.

88 Zurara, *Crónica de Guiné*..., 67.

89 *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, 159.

90 GODINHO, Vitorino Magalhães – “O ‘Mediterrâneo’ saariano e as caravanas do ouro”. *Revista de História*, 11, 23 (1955), 72-134, 124.

91 Sintra, *Descobrimento*..., 59.

92 *O Manuscrito “Valentim Fernandes”*..., 218 e 219.

Não poucas vezes se confirmavam as expectativas negativas, como na situação vivida por Gadifer e os seus, que viram não apenas seus corpos, mas também suas almas ameaçadas pela perfídia de Bertin de Berneval e pelo descuido de Béthencourt, pois ficaram aproximadamente seis meses à base de carne, sem pão ou vinho, e sem poder respeitar as regras do calendário litúrgico quanto aos alimentos próprios do período da Quaresma e do Carnaval⁹³, “dado que a necessidade não tem lei”, como avalia o autor do relato⁹⁴. A falta de víveres era fator decisivo nas viagens e definia os próprios rumos da conquista, de forma que a conduta de Bertin era extremamente condenável. Usodimare, por exemplo, relata que não pôde se demorar no rio Gâmbia, pois os produtos que ali havia, adverte, não podiam “os homens brancos de modo algum alimentar-se sem adoecer e morrer, só os pod[íam] comer os negros que lá nascem”⁹⁵.

As disposições e cuidados prévios dos membros das armadas eram, pois, determinantes. Cadamosto destaca que, no seu tempo, as caravelas de Portugal, além de serem os melhores navios de vela que se viam nos mares, eram “bem providos de todo o necessário”⁹⁶. E as narrativas legadas sobre os capitães sob o comando do Infante D. Henrique tendem a exaltar suas condutas diligentes, diferentemente do relato normando, em que as dissidências são a principal marca. Nos relatos sobre as viagens portuguesas, as figuras exaltadas são, mais comumente, as daqueles de boa disposição. A Álvaro Vasques, por exemplo, é atribuído o “propósito de acabar alguma grande coisa”, de forma que o “seu esforço e bom aviamento” são avaliados pelo cronista Zurara como pelo “proveito” de todos da companhia⁹⁷. À sua semelhança, Lançarote é qualificado como “disposto para qualquer trabalho ou perigo” por serviço de Deus ou do seu senhor; e Gomes Pires é também distinguido como preparado para enfrentar riscos, na expectativa de “mercê e honra” que sabia que viriam do pródigo Infante D. Henrique, seu senhor⁹⁸. Disposições, pois, condizentes com o compromisso com seu senhor, diferentemente do que se passa na expedição às Canárias comandada por Béthencourt, em que sua ausência faz sobressair um oficial apenas movido por proveito próprio e em detrimento dos demais.

Seu comportamento em nada condiz com o daqueles capitães portugueses pintados nas narrativas como comprometidos em vencer os inimigos e engrandecer o reino. Sobre aquele, Nuno Tristão, que primeiramente chegou ao Cabo Branco e às ilhas de Arguim e das Garças a mando de D. Henrique na década de 40

93 COELHO, Maria Helena da Cruz – “A festa – a convivialidade”. in José Mattoso (dir.) – *História da Vida Privada em Portugal*. Vol. 1. Lisboa: Temas e Debates, 2011, 144-169, aqui pp. 147 e 150.

94 “Édition de la copie de Gadifer de la Salle (ms. ‘G’)”, ..., cap. VIII.

95 Carta de Antoniotto Usodimare..., 382-383.

96 *Navegações de Luiz de Cadamosto*..., 3; *Viagens de Luís de Cadamosto*..., 85.

97 Zurara, *Crónica de Guiné*..., 191-193.

98 Zurara, *Crónica de Guiné*..., 251-252.

do Quatrocentos, consta, a propósito, que ao contrário de abandonar os seus companheiros, foi morto juntamente com eles, “como valente homem”, e sua morte foi lamentada pelo seu senhor D. Henrique, igualmente porque seu corpo e dos demais foram lançados ao mar e sepultados “nos ventres dos peixes”, sem túmulo digno⁹⁹. O oficial da armada francesa, Bertin de Berneval, diferentemente do que se vê nesse relato, é apresentado como movido pelo “desejo de fazer todo o mal possível”, não poupando sequer seus comparsas, abandonados por ele em terra à mercê da morte, sem qualquer manifestação de culpa ou gratidão¹⁰⁰. O destino destes, com sinais de arrependimento e temor de castigo por parte de Gadifer, foi “embrenhar[em-se] mar adentro” e, “em seu desespero”, afogaram-se dez dos doze que seguiam, e os dois sobreviventes foram escravizados em uma região próxima à cidade de Marrocos¹⁰¹.

Muitos são os sinais difusos nos relatos sobre o feito ou índole dos navegantes, dos quais não foi possível destacar aqui senão uma parte. Daquilo que ficou registrado a propósito da redefinição de rumos e desacordos decorrentes do que está para além da ação humana e do que depende desta, não é possível delimitar padrões claros de ação, mas é plausível dizer, por um lado, que as tentativas pontuais, como as dos normandos, estavam mais sujeitas ao sabor das vontades e que, por outro, uma certa coesão das condutas dos enviados aparece claramente associada a um comando geral, seja nas situações desditosas, seja nas afortunadas. Esses padrões de ação, marcados pela centralidade e firmeza da finalidade justa e reta, vale destacar, informam também, e talvez principalmente, acerca daqueles que registram os feitos: uns empenhados em engrandecer um povo e um reino, outros em defender os direitos sobre uma conquista, outros em simplesmente dar a conhecer as suas experiências em terras distantes para atender a demanda do seu tempo. Ainda assim, a despeito dos diversos fatores envolvidos na condução de determinada conquista, os relatos deixam ver o que podia mover ou impedir as ações no âmbito dos navios armados para reconhecer e conquistar terras ou ao longo das costas das terras desconhecidas: incertezas e discordâncias; más intenções; açodamento; atrapalhação; ambição desmedida; covardia; medo; fraqueza; falta de fidelidade; despreparo; negligência; desespero; preguiça ou culpa.

99 Zurara, *Crónica de Guiné*, 363: “[...] corpos sobre a multidão das aguas, sepultando suas carnes nos ventres dos peixes!”

100 “Édition de la copie de Gadifer de la Salle (ms. ‘G’)”..., cap. XXII, 114.

101 “Édition de la copie de Gadifer de la Salle (ms. ‘G’)”..., cap. XXIII.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

- Carta de Antoniotto Usodimare. in Pe. António Brásio (ed.) – *Monumenta Missionaria Africana: África Ocidental (1342-1499)*. Segunda Série, 1. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1958.
- D. DUARTE – *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*. Edição diplomática. Transc. de João J. A. Dias; introd. de A. H. de Oliveira Marques e João J. A. Dias; rev. de A. H. de Oliveira Marques e Teresa F. Rodrigues. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.
- “Édition de la copie de Gadifer de la Salle (ms. ‘G’)”. in AZNAR, Eduardo *et al.* (eds.) – *Le livre nommé Le Canarien: textes français de la conquête des Canaries au XV e siècle*. Paris: CNRS Éditions, 2008.
- “Édition de la copie de Jean de Béthencourt (ms. ‘B’)”. in AZNAR, Eduardo *et al.* (eds.) – *Le livre nommé Le Canarien: textes français de la conquête des Canaries au XV e siècle*. Paris: CNRS Éditions, 2008.
- LA FOSSE, Eustache de – *Crónica de Uma Viagem à Costa da Mina no Ano de 1480*. Prólogo de Joaquim Montezuma de Carvalho. Trad. e adaptação de Pedro Alvim. Lisboa: Vega, 1992.
- Le Canarien. Crónicas Francesas de la Conquista de Canarias*. Introd. y trad. de Alejandro Cioranescu. Santa Cruz de Tenerife: Ediciones Idea, 2004.
- Le Canarien: Crónicas Francesas de la Conquista de Canarias*. Vol. 2. *Texto B, de Juan V de Bethencourt*. Trad. e notas de Elías Serra Rafols e Alejandro Cioranescu. La Laguna/Las Palmas: Instituto de Estudios Canarios/El Museo Canario, 1960.
- MÜNZER, Hieronymus – *Itinerary and Discovery of Guinea*. Trad. e notas de James Firth. Londres: James Firth, 2014.
- Navegações de Luiz de Cadamosto: A que se Ajuntou a Viagem de Pedro de Cintra, Capitão Portuguez. Traduzidas do Italiano*. Collecção de Noticias para a Historia e Geografia das Nações Ultramarinas, que Vivem nos Domínios Portugueses, ou Lhes São Visinhas, Tomo 2. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1812.
- O Manuscrito “Valentim Fernandes”. Leitura e Revisão das Provas de António Baião*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1940.
- PINA, Rui de – “Relação do Reino do Congo”. in C. M. Radulet – *O Cronista Rui de Pina e a “Relação do Reino do Congo”: Manuscrito Inédito do “Códice Riccardiano 1910”*. Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 1992.
- RESENDE, Garcia de – *Crónica de D. João II e Miscelânea. Reimpressão fac-similada da nova edição conforme a de 1798*. Pref. Joaquim Veríssimo Serrão. Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 1973.

- SINTRA, Diogo Gomes de – *Descobrimento Primeiro da Guiné*. Estudo preliminar, ed. crítica, trad., notas e comentário de Aires A. Nascimento, introd. histórica de Henrique Pinto Rema. Lisboa: Edições Colibri, 2002.
- Titulo das liberdades, e framquezas que ElRey daa aos armeiros que vierem morar a estes Reinnos, e a quaesquer outros que a elles trouxerem armas*. in José Correa da Serra (ed.) – *Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza, dos Reinados de D. João I, D. Duarte, D. Affonso V, e D. João II*. Tomo 3. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1793.
- Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1988.
- ZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica da Tomada de Ceuta por El Rei D. João I*. Francisco Maria Esteves Pereira (ed.). Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915.
- ZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica de Guiné*. Introd., novas anotações e glossário de José de Bragança. Porto: Livraria Civilização, 1973.
- ZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*. Larry King (ed. Diplomática). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1978.
- ZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*. Maria Teresa Brocardo (ed.). [Lisboa]: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1997.

Estudos

- ÁLVAREZ FERNÁNDEZ, María – “Las espaldas del mar, de puerto a puerto”. Mecanismos de gobierno y derechos portuarios en la costa noroccidental leonesa (siglos XII-XVI)”. in Jesús Ángel Solórzano Telechea *et al.* (eds.) – *Los Puertos del Atlántico en la Baja Edad Media. Navegación, Instituciones y Gobernanza*. Lleida: Pagès editors, 2021, 18-55.
- ARAÚJO, Julieta – *Portugal e Castela na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri, 2009.
- ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz; BOCHACA, Michel – “Les villes portuaires du nord de la péninsule Ibérique”. in *Ports maritimes et ports fluviaux au Moyen Age. XXXVe Congrès de la Société des historiens médiévistes de l’Enseignement supérieur public (SHMESP) (La Rochelle, juin 2004)*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2005, 63-78.
- AZNAR, Eduardo *et al.* – “Introduction”. in Eduardo Aznar *et al.* (eds.) – *Le livre nommé Le Canarien: textes français de la conquête des Canaries au XV e siècle*. Paris: CNRS Éditions, 2008, 5-67.
- AZNAR VALLEJO, Eduardo – “Marinos y pescadores”. *Medievalismo*, 13-14 (2004), 229-240.
- BAZÁN DÍAZ, Iñaki – “Unas palabras introductorias a propósito de la legislación, organización político-institucional y gobernanza en los puertos atlánticos en la

- Baja Edad Media”. in Jesús Ángel Solórzano Telechea *et al.* (eds.) – *Los Puertos del Atlántico en la Baja Edad Media. Navegación, Instituciones y Gobernanza*. Lleida: Pagès editors, 2021, 10-17.
- BERNÁLDEZ, Andrés – *Historia de los Reyes Católicos D. Fernando y Doña Isabel*. T. 1. Sevilla: Imprenta que fué de D. José María Geofrin, 1870.
- BYRNE, Peter – *The Philosophical and Theological Foundations of Ethics. An Introduction to Moral Theory and its Relation to Religious Belief*. Nova Iorque: Palgrave, 1999.
- COELHO, António Borges – *Raízes da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1974.
- COELHO, Maria Helena da Cruz – “A festa – a convivialidade”. in José Mattoso (dir.) – *História da Vida Privada em Portugal*. Vol. 1. Lisboa: Temas e Debates, 2011, 144-169.
- CRUZ, Abel dos Santos – *A Nobreza Portuguesa em Marrocos no século XV (1415-1464)*. Porto: [Edição do Autor], 1995.
- GODINHO, Vitorino Magalhães – “O ‘Mediterrâneo’ saariano e as caravanas do ouro”. *Revista de História*, 11, 23 (1955), 72-134.
- HERRERA PIQUÉ, Alfredo – “Fuentes antiguas de la historia del Archipiélago. El relato de Niccoloso da Recco sobre Canarias (año 1341)”. *Aguiar*, 141 (1982), 6-8.
- LADERO QUESADA, Miguel Ángel – “Jean de Béthencourt, Sevilla y Enrique III”. in Eduardo Aznar Vallejo *et al.* (eds.) – *Le Canarien: Retrato de Dos Mundos*. Vol. 2. *Contextos*. La Laguna: Instituto de Estudios Canarios, 2006.
- LOPES, Paulo – *O Medo do Mar nos Descobrimentos. Representações do Fantástico e dos Medos Marinhos no Final da Idade Média*. Rev. Helder Guéguas. Lisboa: Tribuna da História, 2009.
- MARQUES, A. H. de Oliveira – “Alimentação”. in Joel Serrão; A. H. de Oliveira Marques (dirs.) – *Nova História da Expansão Portuguesa*. Vol. 2. *A Expansão Quatrocentista*. Lisboa: Estampa, 1998.
- MARQUES, A. H. de Oliveira – “As estruturas”. in Joel Serrão; A. H. de Oliveira Marques (dirs.) – *Nova História da Expansão Portuguesa*. Vol. 2. *A Expansão Quatrocentista*. Lisboa: Estampa, 1998.
- MARTÍNEZ-HIDALGO, José María – *Las Naves del Descubrimiento y Sus Hombres*. Madrid: Mapfre, 1991.
- MOLLAT, Michel – *Les explorateurs du XIII^e au XVI^e siècle : premiers regards sur des mondes nouveaux*. Paris: Éditions Jean-Claude Lattès, 1984.
- MONIZ, António M. de Andrade – *A História Trágico-Marítima. Identidade e Condição Humana*. Lisboa: Colibri, 2001.
- MUÑOZ GÓMEZ, Victor – “*Compañeros de armas*. Ejemplos de sociabilidad en las fronteras marítimas ibéricas durante el reinado de Fernando I de Aragón”. *Vegueta*, 18 (2018), 133-166.

- ONRUBIA PINTADO, Jorge; BAUCCELLS MESA, Sergio – “Betancores y maciotes: la conquista francesa y *Le Canarien* en la primera historiografía canaria (ss. XV-XVIII)”. in Eduardo Aznar Vallejo *et al.* (eds.) – *Le Canarien: Retrato de Dos Mundos*. Vol. 2. *Contextos*. La Laguna: Instituto de Estudios Canarios, 2006.
- PICO GRAÑA, Berta – “La lengua de los manuscritos”. in Eduardo Aznar Vallejo *et al.* (eds.) – *Le Canarien: Retrato de Dos Mundos*. Vol. 2. *Contextos*. La Laguna: Instituto de Estudios Canarios, 2006.
- RIVERA MEDINA, A. M. – “Vivir a bordo. Necesidades y vicisitudes de los navegantes medievales”. in Jesús Ángel Solórzano Telechea; Fernando Martín Pérez (coords.) – *Rutas de Comunicación Marítima y Terrestre en los Reinos Hispánicos durante la Baja Edad Media. Movilidad, Conectividad y Gobernanza*. Madrid: Ediciones de La Ergástula, s.l., 2020.
- SANTOS, João Marinho dos – *Ceuta Não Foi Conquista mas Começo Dela*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.
- SILVA, Alberto da Costa e – *A Manilha e o Libambo. A África e a Escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

Mercenaries, traders and missionaries: travelling in the Slavic realm before the year 1000

Susana Torres Prieto

IE University (Segovia/Madrid) / Harvard Ukrainian Research Institute
storresprieto@gmail.com

Abstract

The arrival of the Slavs in the fifth and sixth centuries to Central, Eastern and Southern Europe became eventually the last big reorganisation of territory in Eurasia after the fall of Rome. Many of these new Europeans engaged in various forms of travelling, either seeking economic gain or spiritual solace. Moreover, many of the new polities were formed as recently arrived, non-Slavic peoples exercised dominion over Slavic settlers. The first centuries of the history of the Slavs are, thus, permeated with trips and travels. The aim of this chapter is to discuss the economic, cultural and political impact of all these travels and how they contributed to the incorporation of these newly arrived peoples to the formation of Europe before the year 1000.

Keywords

Central Europe; Eastern Europe; medieval trade; slavery; Cyrillo-Methodian mission

Biographical note

Susana Torres Prieto is Associate Professor in the Humanities at IE University (Segovia/Madrid) and Associate Researcher at the Harvard Ukrainian Research Institute, where she directs a digital humanities project on the culture of Kyivan Rus'. Her research focuses on the Slavic Middle Ages, in particular on various aspects of textual transmission, encompassing manuscript studies as well as textual analysis and the rhetoric of propaganda. Dr. Torres Prieto is the author of more than forty scholarly publications and co-editor of three academic volumes in her fields of expertise. Her two latest monographs are *The Early Slavs. The First Centuries of Eastern Europe* (Routledge, 2025) and *The Slavic Alexander Romances. A Study on Textual Transmission* (Cambridge University Press, forthcoming).

Mercenários, mercadores e missionários: viajar no reino eslavo antes do ano 1000

Resumo

A chegada dos eslavos à Europa Central, Oriental e Meridional, nos séculos V e VI, acabou por ser a última grande reorganização do território da Eurásia após a queda de Roma. Muitos destes novos europeus envolveram-se em várias formas de viagem, quer em busca de ganhos económicos quer de consolo espiritual. Além disso, muitas das novas unidades políticas foram formadas quando os povos não eslavos recém-chegados exerceram o domínio sobre os colonos eslavos. Os primeiros séculos da história dos eslavos estão, portanto, permeados de viagens e deslocações. O objetivo deste capítulo é discutir o impacto económico, cultural e político de todas estas viagens e a forma como contribuíram para a incorporação destes povos recém-chegados na formação da Europa antes do ano 1000.

Palavras-chave

Europa Central; Europa de Leste; comércio medieval; escravatura; missão Cirilo-Metódica

Nota Biográfica

Susana Torres Prieto é Professora Titular de Humanidades na Universidade IE (Segóvia/Madrid) e Investigadora Associada no Harvard Ukrainian Research Institute (HURI), onde dirige um projeto de humanidades digitais sobre a cultura de Kyiv Rus'. A sua investigação centra-se na Idade Média eslava, com especial atenção aos diferentes aspectos da transmissão textual, incluindo o estudo da cultura

manuscrita, bem como a análise textual e a retórica da propaganda. A Dra. Torres Prieto é autora de mais de quarenta publicações académicas e co-editora de três volumes colectivos nas suas áreas de especialização. As suas duas monografias mais recentes são *The Early Slavs. The First Centuries of Eastern Europe* (Routledge, 2025) e *The Slavic Alexander Romances. A Study on Textual Transmission* (Cambridge University Press, a publicar).

On the promenade of the Greek city of Thessaloniki, a stone cross commemorates the journey of the brothers Cyril and Methodius, whose respective birth names were Constantine and Michael, from Constantinople to the newly established polities of the Slavs. Their missionary journey and its aftermath epitomise in many respects how relevant travelling was among the Slavs in the centuries immediately after their arrival to Eurasia. It also attests to the many difficulties the Slavs encountered in Europe, and is testimony to the most notable cultural and religious mission that the European continent has ever witnessed. Today, the number of Eurasian countries whose official languages are written in Cyrillic alphabet and whose national churches are Orthodox provide clear evidence that their journey, arduous as it was, was a success.

The arrival of the Slavs

Although the evidence of the arrival of the Slavs to Eurasia is flimsy from the point of view of archaeology, undoubtedly due to their lack of use of metals and of employment of any form of writing, it seems that it could be dated around the fifth or sixth centuries¹. Jordanes and Procopius of Caesarea both mention them in the middle of the sixth century, and so does the Byzantine emperor Maurice (539-602) in his *Strategikon*, for example, among other sources. The Byzantines encountered the Slavs mainly in the Balkans, although Procopius notes, in the successive revisions made to his own work, the *Buildings*, newly added names of fortifications not only in the Western Balkans, but also along the Danube, in response to incursions by Slavs in the mid sixth century². Later on, around the eighth and ninth centuries, Frankish and Carolingian sources place Western Slavs

1 In recent years, the archaeologist Florin Curta has proposed that the term Slavs (or *Sclavenes*) is too elusive in exogenous written sources, where it seems to be often confused with the name of another people, the Antes, to point to a clear denomination of a single people. Moreover, according to him, the archaeological evidence would not match the chronology of settlements apparently given by the sources. All this leads him to conclude that the term *Sclavenes* was not really an ethnonym, and that they certainly did not migrate from the East into Europe at any given time. He rather proposes that the term simply referred in the sources to those settlers in the fringes of the Byzantine Empire with whom the Byzantines enter into contact, as did subsequently the peoples of the Carolingian Empire. While maybe a far too strong philological bias was characteristic of nineteenth century historiography, and Slavs is certainly a term that ultimately only refers to speakers of a Slavic language, and the linguistic evidence is equally incontestable, despite the frustrating lack of metal object or endogenous written evidence. For a detailed study of his theories, see CURTA, Florin – *The Making of the Slavs. History and Archaeology of the Lower Danube Region c. 500-700*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, and CURTA, Florin – *Southeastern Europe in the Middle Ages, 500-1250*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

2 See SHEPARD, Jonathan – “Superpower to soft power, within overlapping circles: Byzantium and its place in twenty-first-century international History”. in Barbara Haider-Wilson et al. (eds.) – *Internationale Geschichte in Theorie Und Praxis*. Wien: Verlag der Österreichischen Akademie der Wissenschaften, 2017, 81-122, p. 93.

in modern Austria, Istria and Pomerania. It should not be forgotten that the dates in the sources only provide evidence of the moment when the Slavs entered into the radar of these literate, established peoples, either due to war or trade, or both, and do not indicate necessarily settlement dates.

One of the first proper names that crawls into the sources is that of Samo (d. 658/9)³. Not much is known about him, and less still would be known if it were not for the fact that he is often mentioned heading the first Slavic proto-state, also known as Samo's Confederation. He was in fact of Frankish origin, and probably a trader who, according to Fredegar, led the Slavs in 624 in their uprising against the Avars, with whom they had previously collaborated, probably forcibly. Fredegar knew about this because the combined forces of Avars and Slavs had already entered the Frankish region of Thuringia. Samo, who according to the Frankish chronicler, had twelve Slavic wives and thirty-seven children, became a foreign ruler over a predominant Slavic population, a scenario that will be repeated elsewhere among the Slavs, but his confederation did not survive him. If what Fredegar says is true, Samo would have made the journey from Frankish territory to the fringes of the Merovingian kingdom in times of Clothar II as a trader and then became the elected king of the Slavs of that region⁴.

3 Aside from Fredegar, whose testimony, analysed further down, is the most extensive, other sources also mention Samo, such as Regino of Prüm's *Chronicle*, under the years 605-611: "king Dagobert fought with the Slaves (*Sclavis*) and overcame them. At that time a *dux (dux)* named Samo ruled over them. He also restrained the rebellious Gascons with the sword. The Huns and Bulgars (*Vulgares*) joined in battle among themselves. The Huns defeated the Bulgars. Utterly defeated and driven from Pannonia, nine thousand with their wives and children appealed to King Dagobert for land they needed to live on. The king ordered that they be received in scattered houses in Bavaria for the winter, and one night he ordered them all to be killed together with their wives and children". All these facts are further confirmed in the *Gesta Dagoberti* [MGH SRM 2]. Bruno Krusch (ed.). Hannover: s.n., 1888, 396-425, cols. 27, 28 and 36. The English translation is quoted from *History and Politics in Late Carolingian and Ottonian Europe. The Chronicle of Regino of Prüm and Adalbert of Magdeburg*. Transl. Simon Maclean. Manchester: Manchester University Press, 2009, 108. The terms in brackets correspond to the Latin terms in the original as edited by Migne in PL, T. 37.

4 In the chapter 48 of Book IV of his chronicle we are told: "Anno XL regni Chlothariae homo nomen Samo, natione Francos de pago Senonago, plures secum negotiantes adciuit, exercendum negucium in Sclauos coinomento Vuinedos perrexit. Sclauuam contra Auaris coinomento Chunis et regem eorum Gagano ceperant reuellare. Vuinidi Befulci Chunis fuerant iam ab antiquo ut cum Chuni in exercitum contra gentem qualibet adgredebant, Chuni pro castra adunatum illorum stabant exercitum, Vuinidi uero pugnabant. Si ad uincendum preualebant, tunc Chuni predas capiendum adgredebant; sin autem Vuinidi superabantur (f. 145, V^o). Chunorum auxilio fulti uirebus resumebant; ideo Befulci uocabantur a Chunis eo quod dublicem in congressione certamine uestila priliae facientes ante Chunis prederint. Chuni aemandum annis singulis in Esclauos ueniebant, uxores Sclauorum et filias eorum strato sumebant, tributa super alias oppressiones Sclaui Chunis soluebant. Filii Chunorum quos in uxores Vuinodorum et filias generauerunt tandem non subferentes maliciam ferre et oppressione Chunorum dominacione negantes ut supra memine ceperant reuellare. Cum in exercito Vuinidi contra Chunos fuissent adgressi Samo negucians quo memorauit superius cum ipsis in exercito perrexit, ibique tanta ei fuit utilitas de Chunis facta u mirum fuisset et nimia multitudo ex eis gladio Vuinidorum trucidata fuisset. Vuinidi cernentes utilitatem Samones eum super se eligunt regem, ubi XXX et V annos regnauit feciliter. Plures prelia contra Chunis suo regimini Vuinidi iniaerunt suo consilio et utilitate Vuinidi semper Chunos superant. Samo XII uxores ex genere Vuinidorum habebat de quibus XXII filius et quindecim filias habuit." MONOD, Gabriel – *Scholasticus Fredegarius. Études critiques sur les sources de l'histoire mérovingienne*. Paris: A. Francke, 1872, 138-139.

Something similar also happened in Bulgaria with the Turkic steppe people, the Bulgars, arriving from Asia around 679 to settle in the southern banks of the Danube. The Bulgars were originally inhabitants of the area between the lower Volga river and the lower Dnieper, to the north of the sea of Azov. The lower Volga is where, centuries later, the Arab traveller Ibn Fadlan (c. 879- c. 960) would find them. Following the demise of Avar power in Europe, after their defeat in Constantinople in 626 and the definitive surrender of their Danubian state to Charlemagne in 795-796, the Bulgars, led by their leader Asparuh (d. 701) chose the south Danubian basin, an area already inhabited by Slavs, to settle themselves. According to the *Chronicle of George Syncellus, sub anno* 6171 AM (679/690 AD) they entered the Danube delta, expelled the Byzantines and “became the masters of the seven tribes of Sclavini” that dwelled there. They were, in fact, the first Slavic state that Byzantium recognised as such in a treaty dated 681, probably due to their military might. They were so successful that in 813, under the leadership of Krum (r. 808-814), they arrived at the gates of Constantinople. Their dominions increased dramatically, from their initial capital at Pliska, and they were by the time of Simeon I (893-927), without any doubt, the largest and most powerful Slav state in Europe. From the Turkic origins of the ruling elite, only a few words remained. In the meantime, they intermarried and adopted the Slavic language and culture and become Christians. Soon the First Bulgarian Empire was the biggest threat to the Byzantine empire on the Western frontier. Only the strong collaboration of Byzantium with Rus’ mercenaries managed to weaken them until Basil II managed to secure an ignominious defeat over them in 1014, which gained him the sobriquet “the Bulgar slayer”.

A similar scenario developed centuries later in Kyivan Rus’, whither Viking traders arrived from south Scandinavia in search of trade routes to Byzantium and Khazaria, the most relevant emporium of the Silk Route at the time dominating the northern steppes of the Black and Caspian seas. The Khazars were of Turkic origin and Jewish religion⁵, and rose to prominence in the decades immediately after the death of the prophet Muhammad, when they managed to contain the advances of the Muslim armies towards Europe. As such, it was in the interest of Byzantium to

5 In fact, Constatine-Cyril, who led with his brother Methodius the Christianisation mission among the Slavs (see below) was sent to Khazaria by the Patriarch of Constantinople to try to convince the khazars to adopt Orthodox Christianity. He was sent to engage in public debate with Jewish scholars at the capital, a task for which, according to his *Vita*, Cyril learnt Hebrew and the Torah. The *khagan* and his subjects finally adopted Judaism as state religion, but the experience was undoubtedly useful for his future endeavour among Slavs. This fact, alongside the above-mentioned dynastic marriages, gives a clear picture of the level of interest that Byzantium had in fostering an alliance with the Khazar *khaganate*. The *Vita Constantini* offers a date around 860, but numismatic evidence attests to a formal adoption of Judaism as state religion around the 830s. See KOVALEV, Roman K. – “Creating Khazar identity through coins. The special issue of Dirhams of 837/8”. in Florin Curta (ed.) – *East Central & Eastern Europe in the Early Middle Ages*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2005, 220-253.

have them as a buffer state in the often unstable Eastern frontier. As Peter Frankopan affirms: “So important were the Khazars as allies that in the early eight century two marriage alliances were arranged between the ruling houses of Khazaria and Byzantium”⁶. By the tenth century, its capital Atil, royal residence of their no longer nomad *khagan*, was one of the busiest confluences of the Silk route: where traders from the capital of the Caliphate, Baghdad, from northern Scandinavia as well as those arriving from Samarkand all met, by land, or crossing the Black or the Caspian seas, or descending the Volga, at the markets of Khazaria. The Vikings were expert sailors, and they quickly learnt how to make their boats smaller so they could follow the course of the rivers Dnieper and Volga. If they were initially lured by the fur trade, whose monopoly was in Khazars’ hands at the time, they soon became involved in the more profitable business of slave trading. They opened the famous route from the Varangians to the Greeks, which is in the origin of the prosperous polity of Kyivan Rus’, as well as another one across the northern steppes along the Volga to Atil. As in the case of Samo or the Bulgars, foreign traders assumed the leading political role in the organisation of the new state. Despite the oft-repeated sentimental tale of how the Varangians became ruling princes of Kyivan Rus’ as presented in their foundational chronicle, the *Primary Chronicle* or *Tale of Bygone Years* (*Povest’ vremennykh let*), which states that the Rus’ descendants of Riurik were invited by the Slavs to rule over them, a less favourable tale suggests that, most likely, the Rus’ traded heavily in Slavic slaves, aside from in furs and in amber, wax or honey. In order to do so, they must have already subdued them militarily and coerced them, similarly to what apparently the Avars had done to the Western Slavs before they were ‘liberated’ by Samo. The difference is that, in this case, as with the Bulgars in the Balkans, the Rus’ became the political elite that traded with them, only to be eventually assimilated socially and linguistically.

In any case, it seems that it was the prosperity offered by the trade routes and the demand for Slavic slaves, mainly from the Caliphate, which lured the non-Slavic peoples into the Slavic speaking lands.

Traders and mercenaries

Our general understanding of what happened in the period between the arrival of the Slavs and the year 1000 relies mainly on written accounts and archaeological findings. With the former, the situation is further complicated in the case of the Slavs before Christianisation, since all written evidence is provided by others, and not themselves given they did not use any form of writing. Therefore, we only know

⁶ FRANKOPAN, Peter – *The Silk Roads*. London: Bloomsbury, 2015, 108.

about what surprised, bothered or annoyed other peoples, but not what the Slavs knew or thought about themselves or the peoples they encountered. Thus, one should expect many of these written sources are biased. In the area of archaeology, the Slavs did not seem to have been skilled in metalwork, only in working with perishable materials. These two facts complicate substantially our understanding of the history of the Slavs prior to their Christianisation, rendering challenging scenarios for scholars.

In studying trade in the Middle Ages, which seems to have been extremely relevant for the establishment of the first Slavic polities, a couple of caveats should be borne in mind⁷. Firstly, a very high proportion of trade, particularly local trade, was made by bartering, in the exchange of some goods for others, often both perishable. This trade leaves no archaeological trace behind, and it is only occasionally mentioned in some official documents when the goods exchanged are in a large quantities or as anecdotes in literary sources. In the case of the slave trade, which seems to have been much more widespread in the Middle Ages than traditionally thought; slaves are what some scholars have termed a “silent commodity”⁸. Unlike weapons, luxury items, jewellery or even silk, slaves have not left a very obvious visible trace, which does not mean they have not left any at all. As with all the above-mentioned items, slaves were traded for the consumption of the elites, and not average people, and therefore the routes of this particular trade necessarily end in politically or economically powerful cities. Many of the ordinary, everyday, barter trade would have used the same routes, but, when this was not the case, the evidence is almost totally lost to us. So we can study trade routes using written sources and archaeology, but only the of those goods consumed by powerful elites. It is therefore a partial study of trade, not all of the trade.

Despite Steve Runciman’s insistence that slave trade was condemned by the Church and not carried out by or with Christians in the Byzantine empire, it seems undeniable that Slavs were heavily traded and that some of the traders were members of the same non-Slavic elites that had become their first acknowledge rulers, Christian or not⁹. It is estimated that in the city of Córdoba alone, when it was the capital of the Caliphate, there were more than 13,000 male Slavic slaves

7 See GIEYSZTOR, Aleksander – “Trade and industry in Eastern Europe before 1200”. in Cynthia Postan *et al.* (eds.) – *The Cambridge Economic History of Europe from the Decline of the Roman Empire. Volume 2: Trade and Industry in the Middle Ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987, 474-524.

8 On the relevance of slave trade in the European Middle Ages, see the groundbreaking and exceptionally detailed McCORMICK, Michael – *Origins of the European Economy: Communications and Commerce, A.D. 300-900*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, esp. 237-269.

9 RUNCIMAN, Steven – “Byzantine trade and industry”. in Cynthia Postan *et al.* (eds.) – *The Cambridge Economic History of Europe from the Decline of the Roman Empire. Volume 2: Trade and Industry in the Middle Ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987, 132-167.

in 961¹⁰. According to David Abulafia, in the eleventh century: “Saqaliba or Slav dynasties of southern Spain were created by descendants of east European slaves who had been bought for service in the bodyguards of Moorish rulers”¹¹. In recent years, specialists had taken a closer look at the role of slavery in the emergence Slavic states. As Marek Jankowiak, whose research focuses on Slave trade in medieval Central and Eastern Europe, asserts:

“What makes them such an ideal case study is their high visibility in texts produced in the Islamic world between the early 9th and early 11th centuries. Arab geographers and diplomats investigated their origins, while archaeological material, primarily hundreds of thousands of *dirhams* found in Scandinavia and the Slavic lands, provides traces of the slave trade. By combining these strands of evidence, we can build an exceptionally detailed image of slave trade systems that supplied Saqaliba to the Islamic markets”¹².

Combining all the evidence at our disposal, limited as it might seem, and, most importantly, analysing it from a fresh point of view, there are so me trade routes that can be clearly traced across Slavic territory in the Middle Ages. Firstly, a major trade route, which clearly included slave trade, across Great Moravia and later Bohemia. This route started in Great Moravia in the ninth century, maybe in the city of Mikulčice, although we cannot be completely sure. The Bohemian city of Prague will eventually become its neuralgic centre from the tenth century onwards. By the time the Al-Andalus Sephardic traveller Ibn-Yaqub visited Prague in the mid-tenth century, it was already bustling with trade:

“And the city of Prague is made of stone and lime. In merchandise it is the richest of the land. The Rus and the Slavs come there with merchandise from the city of Cracow. And the Moslems, Jews, and Turks come to them from the land of the Turks also with goods and commercial cargo and take out slaves, tin, and various furs. Their lands are the best of the lands of the peoples of the

10 Although this number, offered by ABULAFIA, David – “Africa, Asia and the trade of Medieval Europe”. in Cynthia Postan *et al.* (eds.) – *The Cambridge Economic History of Europe from the Decline of the Roman Empire. Volume 2: Trade and Industry in the Middle Ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987, 402-473, p. 417, has been subsequently repeated in other historical works (ck. Frankopan, *The Silk Roads...*, 120), Abulafia does not offer any supporting evidence as to how does he account for such an amount. Regardless, it is clear that Slavs were coveted as slaves in medieval Europe and the Middle East.

11 Abulafia, “Africa, Asia...”, 417.

12 See JANKOWIAK, Marek – “What does the slave trade in the *Saqaliba* tell us about early Islamic slavery?”. *International Journal of Middle East Studies*, 49, 1 (2017), 169-172 and, more generally, BIERMANN, Felix; JANKOWIAK, Marek – *The Archaeology of Slavery in Early Medieval Northern Europe: The Invisible Commodity*. Cham, Switzerland: Springer, 2021, particularly the chapter JANKOWIAK, Marek – “Tracing the Saqaliba. Slave trade and the archaeology of the Slavic lands in the tenth century”, 161-181.

North and are best supplied with livestock. For one denarius they sell as much wheat as a man needs for a month, and for one denarius they sell as much barley as one horse needs for forty nights, and for one denarius they sell ten hens. In the city of Prague they make saddles, bridles, and shields of inferior quality which are used in their lands. In the land of Bohemia they make light cloth of very delicate fabric in the manner of a net which is not good for anything. In any season its price is ten pieces of cloth for one denarius and with them they buy and sell. And they keep them in stock. And they represent for them property and the value of things, they buy for them wheat, flour, horses, gold, silver, and all kinds of things¹³.”

His detailed description of the city and its trade was probably facilitated by his ties with the Jewish community of the Radhanites, expert travellers in the Middle Ages whose networks expanded from China to Cordoba¹⁴. In a meaningful anecdote depicted in the door of Gniezno cathedral (c. 1170), St. Adalbert of Prague is credited with requesting Boleslaw II, Duke of Bohemia, to release Christian slaves from their masters, Radhanite Jews, often depicted with a pointed hat. The Central European Route brought to Prague goods from Rus' and Khazaria, but also whatever could be loaded into boats down the Danube to Bulgaria. From Prague, a western route continues the trade through Regensburg and Verdun to the Caliphate of Córdoba and onwards to North Africa via the Al-Andalus port of Almería. Another southern branch went to Venice, either through the ancient Amber Road, or via the Eastern March and Bavaria, across the Alps, and thence to the Middle East¹⁵. Until the arrival of the Magyars, the often unstable area of the Pannonia had to be avoided via the Adriatic coast or through Kyiv via Cracow.

The Amber Road had been famous since the Roman Empire. It connects the North and Baltic seas with Venice and Aquileia, on the Adriatic coast. Starting from the city of Riga, it went down to the port of Gdansk, on the Baltic and from

13 The text was edited by HAVLÍK, Lubomír E. (ed.) – *Magnae Moraviae Fontes Historici*. Vol. 3. Brno: Universita J. E. Purkyně, 1969, 413-414. The English translation is to be found in SCHENKER, Alexander M. – *The Dawn of Slavic. An Introduction to Slavic Philology*. New Haven: Yale University Press, 1995, 46.

14 The routes of the Radhanites are well described by ibn Khordadbeh (c. 825-913), public servant in the Abbasid Caliphate, in his *Book of Roads and Kingdoms (Kitāb al-Masālik wa-l-Mamālik)*. He mentions four routes: one from Frank lands to Pelusium, in the Nile delta, from which the travel the Arabian Peninsula southwards by camel to embark in Medina or Jeddah to India and China. A second one will take them from Pelusium to Constantinople. Another will take them also from Pelusium to the banks of the Euphrates in modern Iraq via Antioch, eventually reaching Baghdad. A third one will take them for Frankish lands down the Iberian peninsula and then across the Mediterranean to northern Africa and to China via Damascus. A fourth one, crossing Slav territory, will eventually take them to Khazaria and from there, via the Silk Route, to China as well. Ibn Khordadbeh mentions they traded with female slaves, eunuchs, boys, brocade, furs, swords and spices.

15 For a detailed analysis of the compelling evidence of the slave trade in this route, particularly the analysis of newly digged archaeological sites in the area, see MACHÁČEK, Jiří – “Slave trade in Great Moravia. Reality or fiction?”. in Felix Biermann; Marek Jankowiak (eds.) – *The Archaeology of Slavery in Early Medieval Northern Europe*. Cham: Springer, 2021, 110-130.

there, across Poland, to the very important Bohemian trade centre of Olomouc and continued pass the Moravian city of Devin to Ljubljana, then Aquilea and finishing in Venice. As such, it cut across several of the main European rivers and allows us to understand the pattern of settlements in Central and Eastern Europe since Late Antiquity. It was one of the main trade routes for the Western Slavs as well as the Vikings, and particularly the Rus', who could trade between the Volga Bulgars and Khazaria and the Central European markets without having to go through Constantinople.

The above-mentioned famous route from the Varangians to the Greeks runs almost parallel to the Amber Road, a few parallels to the east. The scholarly attention it has received since the nineteenth century has more to do with the ontological national question of who were the ancestors of modern Russians (the so-called Normandist polemic) than with any previously unknown direction of trade. What was certainly an innovation, and as such impressed Byzantine emperor Constantine Porphyrogenetos, so much so that he described it in his *De Administrando Imperio*, was the newly acquired skill of the Rus' to navigate the Dnieper downstream, thus avoiding having to negotiate with the Khazars, the Radhanites or any other group that covered the horizontal trade routes from Eurasia. By arriving directly at the gates of the imperial capital, this gain was clearly multiplied. Moreover, by linking the trade between the two most relevant cities of their new polity, Novgorod in the north and Kyiv in the south, they also opened the possibility of trading directly with the Baltic, German and eventually Hanseatic ports from the north, and with the Khazars and the steppe peoples, from the south¹⁶.

Although we are not very sure about when exactly did the Rus' arrive to Constantinople for the first time, the mid-ninth century seems a quite plausible date. According to the *Primary Chronicle*, the first expedition of the Rus' to Constantinople took place in 866. Byzantine sources place the attack rather in 860. In any case, it was repelled, apparently, thanks to a miraculous intervention of the Virgin. Another source, however, seems to contradict this date. The *Annals of Saint Bertin* (an abbey in Saint-Omer, in Pas-de-Calais) attest to the arrival of a Byzantine diplomatic mission to Ingelheim, to the court of Louis the Pious, in 839. Within this mission, there were, apparently, members who self-identified as

16 The relevance of Novgorod in the history of Kyivan Rus' and Muscovy later can hardly be overstated. Despite establishing the political capital at Kyiv, the Rus' never lost sight of the relevance of the northern city, and, in due time, it will become so economically strong and independent, that ruling it from such a distance became problematical. It is hardly surprising that the first thing that a newly appointed Kyivan prince always did was to send his heir apparent to the see of Novgorod. Its economic and political organisation was complex and extremely powerful, even before the ruling princes of Kyiv. The traders accessed the Gulf of Finland by following the Volkhov river upstream until the Lake Ladoga and from there to the Baltic Sea. The amount of trade became so relevant that Novgorod eventually became a *kontor* of the Hanseatic League and developed its own German neighbourhood.

belonging to a nation with the name of Rus' (*Rhos*) whose king, whom they call *chaganus* (khagan) had sent them to be by the side of Byzantine emperor Theophilos due to their friendship. They requested permission from Louis to cross his territory to go back to Constantinople and back to their homeland. Louis found out that they really belonged to the people of the Swedes (*gentis Sueonum*), and suspected they were really spies at the Byzantine court, whose long detour to the West in order to reach Constantinople made little sense, and therefore decided to hold them until he could take further decisions. These Rus' might have been indeed spies within the unexpected Byzantine delegation or might have been mercenaries, or even slave traders, working for the Byzantine court, whose aspect recommended a royal safe-conduct to continue their journey. The fact that their appearance as diplomats or mercenaries predates the first organised attack on Constantinople does not necessarily invalidate either testimony or either date. It could have well been that the Rus' did render some services to the Byzantines before deciding to exact better trading conditions by besieging the capital (which they eventually obtained in 911 when Oleg launched his successful attack)¹⁷. If we can more or less date by archaeological evidence the first settlements in Staria Ladoga in the mid-eighth century and their presence in lake Ladoga in the mid-ninth, it is not impossible to suppose that they would have already arrived in Constantinople as traders, and maybe mercenaries, by the turn of the century.

Missionaries

Without a doubt, one of the most fascinating journeys, for many reasons, was the missionary expedition by Cyril and Methodius¹⁸. It was promoted and encouraged by the Patriarch Photios (c. 810- c. 893), who, eager to antagonise the Pope in Rome, readily responded to the request of the Moravian prince Rastislav (r. 846-870) by sending both brothers to preach to the Slavs in their own language, instead of Latin. Until that point, Slavic was only an oral language, without a proper alphabet. We have some epigraphic evidence that runes might have been tentatively used in Bulgaria, and at some point, not very successfully, the Latin alphabet had been accommodated, albeit poorly, to Slavic sounds¹⁹. The first task of the brothers, particularly of Cyril,

¹⁷ See GONNEAU, Pierre – *Novgorod. Histoire et archéologie d'une république russe médiévale (970-1478)*. Paris: CNRS Éditions, 2021.

¹⁸ The Council of Europe has an excellent webpage dedicated to all aspects of the Cyril and Methodius Route: <https://www.cyril-methodius.cz>. A full accounted with all available sources can be found in Schenker, *The Dawn of Slavic...*, 25-43.

¹⁹ The Freising Fragments, datable between 998 and 1027, are the oldest extant attempt to use the Latin alphabet (Carolingian minuscule) to record a Slavic text. They probably attest to some early Bavarian missionary activity around the cities of Regensburg and Passau. They are five folia in parchment containing confessional and

who seemed to have been the most linguistically talented of the two, was to create an alphabet (the Glagolitic script) to adequately represent all the sounds of a language that, at that time, must have been still relatively homogenous across all the linguistic areas of the Slavs. The very attempt to deliver liturgy in Slavic, though not such a shocking phenomenon among the oriental Orthodox Churches, where liturgies in Armenian, Georgian or other languages were being used since Late Antiquity, came into direct conflict with the position of Rome, who refused to admit the liturgy in any other language than Latin or Greek. In the end, it was a fight for the religious area of influence of either the Patriarchate of Constantinople or the Papacy of Rome, which eventually meant a political influence by the Byzantine or the Holy Roman empires.

This was not the first mission of a similar type for either brother. Constantine-Cyril had been previously sent in 850/851 to Baghdad, the capital of the Caliphate and, most importantly, a decade later to the capital of Khazaria (see note 5). His brother Methodius had served as military governor in the theme of Strymon, in south Macedonia, where one of his duties during his decade of service there had been to attempt the Christianisation of the Slavs inhabiting that part of the Empire. In 851 he became hegumenos of the monastery of Polychron in mount Olympos, where he was eventually joined by his brother after the return of the latter from Khazaria. It was whilst returning from Atil that Constantine managed to obtain the relics of St. Clement in Cherson and take them with him. These relics will be of extreme importance in the future of their mission.

The Thessaloniki brothers started their journey in 862 or 863. The petition to the Constantinopolitan Patriarchate had only been sent by prince Rastislav in 862. The sources do not tell us precisely which route they took from Constantinople, or from their monastery on Mount Olympus in Bithynia/Mysia, present day Uluda in Turkey, up to the land of the Grand Moravia, which is in current Slovakia and the Czech Republic. Two alternative routes were available: the first, exclusively by land, would have taken them through the ancient city of Plovdiv in Bulgaria, up through modern Serbia and Hungary, to the lands of the Grand Moravia near the modern Slovak capital of Bratislava. Whilst this route is more direct, the instability of this area at that time makes it more likely that the route taken was by sea. This other used the old Roman *Via Egnatia*, linking Constantinople with the Adriatic port of Epidamnos/Dyrrhachion (currently Durrës in Albania) via Thessaloniki. From there they would have sailed to Venice, and from the Italian city, following the safe merchant Amber Road from Aquilea via Pannonia (Hungary) up to Moravia.

baptismal formulas and exhortations to penitence according to the Roman rite. The Slavic text is written in the margins of a Latin MS. A non-adapted Latin alphabet was used to transcribe the Slavic, and there was, therefore, confusion between phonemes and their graphic representations.

We do not know exactly where in Great Moravia they stayed, but we can surmise that their activities took place in the territory between Mikulčice (today in South Moravia, almost in the border between Slovakia and the Czech Republic) and Staré Město, currently in the Czech region of Zlín. After three and a half years, they were called to Rome by pope Nicholas I, who had yielded to the complaints of the German clergy in their accusations of incurring in the so-called Trilingual or Pilatian heresy, which using any other language in liturgy than the ones used by Pilate in the Cross of Christ (Greek, Latin and Hebrew) was heretic. Apparently, another problem arose as neither of brothers had the rank of bishop and therefore did not have the authority to appoint new members of the clergy, trained by them in Slavonic. Moreover, their status, whether they were dependent on the Patriarchate of Constantinople or the Papacy in Rome, was also under discussion. In any case, by this time Rastislav had lost interest in the Christianisation and had also almost lost his kingdom, so the situation of the Byzantine missionaries became increasingly precarious, especially as Photius had been deposed back in Constantinople. Forgotten by the Patriarchate, politically in the hands of the Frankish kingdom and under attack by the German clergy, who did not want to have newly converted Christians preached in anything but Latin, their only way out was to try to convince the Pope in person of the validity of their mission, in order to have the authority to continue.

At the end of year 866, they started their journey to Rome. They passed by the capital of Lower Pannonia near Lake Balaton, where the Bulgarian Duke Kocel welcomed them and where, we know, they taught their newly-created Glagolitic alphabet. Then they stopped again in Venice at the end of 867, where they disputed with members of the German clergy once more about the possibility of praying and celebrating in Slavonic.

They were welcomed upon their arrival to Rome precisely because they were carrying with them the relics of St. Clement of Rome, fourth Pope (92-99) and the first Apostolic Father. The whole episode, however, turned bittersweet. Nicholas I, the pope who had called them to Rome, died in November 867, without having had the opportunity of listening to their claims. A month later Adrien II was proclaimed pope. Luckily for them, he was more favourable than his predecessor to their mission and approved the use of liturgical books in Slavonic and the use of Slavonic for general liturgical purposes. Methodius was ordained bishop and a group of their pupils were ordained as priests or deacons. Unfortunately, Constantine had fallen ill in the last few months and, after fulfilling his wish to die as a monk, passed away on February 4th, 869. He was buried in the church of St. Clemente Laterano in Rome, next to the relics he had himself brought to the ancient capital.

After that, Methodius returned to Pannonia, where the Bulgarian duke Kocel requested his presence to pope Adrian II in order to continue with the Christianising

mission they had started on their way to Rome. He was appointed bishop of Pannonia by the pope and returned there with his disciples in 870. Nevertheless, the German clergy could not accept this and, despite the papal protection, his remaining disciples in Moravia were brutally expelled and sold as slaves by Svatopluk when he deposed his uncle Rastislav with the help of the Franks. Methodius himself was arrested and brought before the Imperial Diet in Regensburg, where he was accused of the same old charges by the bishop of Salzburg, Adalvin, and subsequently sentenced and incarcerated in a Bavarian monastery. Only after three years, when the new pope John VIII learnt about his situation and forbade the Bavarian bishops to celebrate mass, was Methodius released. After this, he was escorted back to Pannonia to continue his work and the last decade of his life seems to have been a busy series of trips between Pannonia, Great Moravia, Rome and even Constantinople. After his death in 885, however, he could no longer secure the destiny of his own disciples in Great Moravia, given the change in position of the new pope Stephen V, who finally proscribed the liturgy in Slavonic. Most of his disciples in Great Moravia were either captured and sold as slaves, among them maybe Constantine of Preslav, while a few managed to escape. A curious anecdote tells how three of these monks, Clement, Naum and Angelarius, apparently managed to build a raft and floated down the Danube to Belgrade, which at that time was a Bulgarian frontier town. They eventually reached Pliska, the first capital of the First Bulgarian Empire, where they were welcomed by the Bulgarian khan Boris I (r. 852-889), who needed experts to complete the Christianisation process started in 865. And it is there, in Bulgaria at the apex of its political and cultural expansion, where the Cyrillo-Methodian mission will finally find a place to flourish. This is where Cyrillic script was created by their disciples and where, in the monastic scriptoria of Preslav and Ohrid, Old Church Slavonic will be finally develop as a liturgical and literary language.

This was certainly not the only missionary trip undertaken by the Slavs. We have plenty of written evidence from members of the German clergy of their encounters with north western Slavs and their attempts to convert them. From Adam of Bremen (d. 1016) to the bishop Thietmar of Merseburg (975-1018) or Helmold of Bosau, who wrote in the mid-twelfth century a specific *Chronicle of the Slavs* (*Helmodi presbyteri chronica Slavorum*), all their accounts have been extremely valuable, though sometimes hopelessly biased, in trying to understand Slavic paganism and cosmology. The rulers of the first Slavic states occasionally turned either to Constantinople or Rome or any other religious hierarchy for supporting the Christianisation of their subjects. Aside from the above-mentioned change of heart of Rastislav, who requested the mission of Cyril and Methodius and subsequently supported the views of the German clergy, there was Stefan II Nemanjić (1165-1228), prince of Serbia, who was, maybe wrongfully, known as the

“Twice Crowned” as he allegedly received his first crown from the Pope and then was crowned by his own brother Sava, head of the Orthodox Serbian church. While two coronations might not have taken place, it is clear that he, like other rulers, was more interested in the geopolitics, and maybe the economics, involved in the process of Christianisation, than in the formulation of the Trinitarian processions²⁰. Another example is Olga (d. 969), widow of prince Igor, regent in Kyivan Rus’ for her son Sviatoslav, who rendered services to the Byzantine emperor against the Bulgars and the Khazars. After her husband’s death, she became regent in 925. In an often repeated episode, she travelled to Constantinople to be baptised, receiving the name of Helena as her baptismal name, and seeking an Orthodox Christianisation of her subjects. She also used the trip to negotiate various other agreements with the emperor, from trade quotas to military support for the emperor. The visit took place in the mid-950s, but it is unknown when exactly and how long it lasted, although it is surmised that it lasted at least a couple of years. Apparently, the visit did not end on very good terms, and by the year 959, Olga approached Otto of Saxony to ask for Christian missionaries. According to Adalbert’s *Continuation of the Chronicle of Regino of Prüm*: “Legates of Helen, queen of the Rus’ [*reginae Rugorum*], who had been baptized in Constantinople under the Constantinopolitan emperor Romanus, came to the king and asked (falsely, as became clear later) that a bishop and priests be appointed to that people”²¹.

Further down, *sub anno* 961, we learn that it was the author himself, Adalbert of Magdeburg, who was chosen for the mission:

By the contrivance and counsel of Archbishop William [of Mainz], Adalbert from the monks of St-Maximin [in Trier] was appointed to be sent abroad in his place, even though he expected better from William and had never done anything to offend him. With his accustomed mercy, the most pious king equipped him with all the supplies he needed and sent him with honour to the people of the Rus’.

It was clearly not a mission Adalbert looked forward too, either because he had already suspected the reasons were spurious or because he felt there was not much to be gained from that part of the world, where Christians, if any, seemed to be happy to follow the Orthodox conventions of the Patriarchate in Constantinople.

20 Among the many differences between the Catholic Church in Rome and the Orthodox Church of Constantinople, it has often been adduced that the inclusion of the word ‘*filioque*’ in the Creed by the Frankish clergy was key in leading to the schism of 1054. It was most probably a minor, and very little known question, among the many liturgical, hierarchical and other non-religious issues that forced the split of the European Church into two.

21 Again, the English translation of this and the following fragments is quoted from Maclean, *History and Politics...*, 260-263. The terms in brackets correspond to the Latin terms in the original as edited by Migne in PL, T. 37. On Olga/Helena’s policy towards Byzantium and Western Christianity, see J. Shepard’s analysis in FRANKLIN, Simon; SHEPARD, Jonathan – *The Emergence of Rus 750-1200*. London: Longman, 1996, 133-137.

Of course the author himself is writing all this with the benefit of hindsight, because we learn in entry of the following year:

In the same year Adalbert, who had been ordained as bishop of the Rus', returned, realising that he could not accomplish any of the things that he had been sent to do and that he was tiring himself out in vain; some of his men were killed on the way home, and he himself only just escaped with great effort. When he came to the king he was received with love and embraced and supported like a brother with all good things and comforts by Archbishop William, beloved of God, to make up for the very troublesome pilgrimage that he had engineered for him.

Whether Olga only requested Otto's mission to force the Byzantines to implement the agreements she had negotiated with them, or whether Otto had a particular interest in trying to win over the East Slavs to his church, is something that cannot be ascertained. What might be more interesting, though, is to understand what lay behind these fluctuations of Slavic rulers between the Churches of Rome and Constantinople.

It is clear by this point that each of the churches in Rome or Constantinople, despite being still nominally a single church until the Schism of 1054, were pursuing their own agendas. More importantly each served a different political leader whose antagonism for economic and political influence in Europe was only increasing, particularly in the years after Charlemagne. In this scenario, the control of the trade routes, and its cargo, was paramount in the alliances each new player was fighting for. It is important to remember, in view of the above evidence, that Christianisation did not only mean adopting more or less willingly a new understanding of the world or even the many advantages of writing, but also a guarantee against being enslaved, theoretically. And this was only the case if one was Christianised by the Church acknowledged or controlling the territory one inhabited, as the stories of the Slavic monks, or of Methodius or Adalbert, themselves remind us. One not only had to be Christian, but the right type of Christian as well, so the political and trading elites of the area would not enslave one's people. This might be a more powerful reason for any new leader to adopt one or another form of religion than the wording of the Creed or the details of liturgy. In a nutshell, if there is a pattern that seems to repeat itself among Slavic peoples before the year 1000 is that many Slavic speaking groups were enslaved and heavily traded with while the demand for Saqaliba slaves remained high in the Caliphate, basically until the eleventh century. Many of the trading elites that probably arrived in areas already inhabited by Slavs eventually became their political and economic elites (by intermarriage) and considered that it was time to enslave other peoples, rather than their own. In this endeavour, in the transition from traders to princes, Christianisation was a great aid: once their subjects were Christians, they could not be enslaved, neither by them nor by anyone

else. Before the year 1000, the same routes that brought to the Slavs their exploiters also eventually brought them their safe-conduct as free human beings. It is quite likely that they would not have had the benefit of the latter without the former.

REFERENCES

Sources

- Gesta Dagoberti* [MGH SRM 2]. Bruno Krusch (ed.). Hannover: s.n., 1888, 396-425.
- History and Politics in Late Carolingian and Ottonian Europe. The Chronicle of Regino of Prüm and Adalbert of Magdeburg*. Transl. Simon Maclean. Manchester: Manchester University Press, 2009.
- HAVLÍK, Lubomír E., (ed.) – *Magnae Moraviae Fontes Historici*, vol. 3, Brno: Universita J. E. Purkyně, 1969.

Studies

- ABULAFIA, David – “Africa, Asia and the trade of Medieval Europe”. in Cynthia Postan *et al.* (eds.) – *The Cambridge Economic History of Europe from the Decline of the Roman Empire. Volume 2: Trade and Industry in the Middle Ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987, 402-473.
- BIERMANN, Felix; JANKOWIAK, Marek – *The Archaeology of Slavery in Early Medieval Northern Europe: The Invisible Commodity*. Cham, Switzerland: Springer, 2021.
- CURTA, Florin – *The Making of the Slavs. History and Archaeology of the Lower Danube Region c. 500-700*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- CURTA, Florin – *Southeastern Europe in the Middle Ages, 500-1250*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- FRANKLIN, Simon; SHEPARD, Jonathan – *The Emergence of Rus 750-1200*. London: Longman, 1996.
- FRANKOPAN, Peter – *The Silk Roads*. London: Bloomsbury, 2015.
- GIEYSZTOR, Aleksander – “Trade and industry in Eastern Europe before 1200”. in Cynthia Postan *et al.* (eds.) – *The Cambridge Economic History of Europe from the Decline of the Roman Empire. Volume 2: Trade and Industry in the Middle Ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987, 474-524.
- GONNEAU, Pierre – *Novgorod. Histoire et archéologie d’une république russe médiévale (970-1478)*. Paris: CNRS Éditions, 2021.
- JANKOWIAK, Marek – “What does the slave trade in the Saqaliba tell us about early Islamic slavery?”. *International Journal of Middle East Studies*, 49, 1 (2017), 169-172.
- JANKOWIAK, Marek – “Tracing the Saqaliba. Slave trade and the archaeology of the Slavic lands in the tenth century”. in Felix Biermann; Marek Jankowiak – *The Archaeology of Slavery in Early Medieval Northern Europe: The Invisible Commodity*. Cham: Springer, 2021, 161-181.
- KOVALEV, Roman K. – “Creating Khazar identity through coins. The special issue of Dirhams of 837/8”. in Florin Curta (ed.) – *East Central & Eastern Europe in the Early Middle Ages*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2005, 220-253.

- MACHÁČEK, Jiří – “Slave trade in Great Moravia. Reality or fiction?” in Felix Biermann; Marek Jankowiak (eds.) – *The Archaeology of Slavery in Early Medieval Northern Europe*. Cham: Springer, 2021, 110-130.
- MCCORMICK, Michael – *Origins of the European Economy: Communications and Commerce, A.D. 300-900*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- MONOD, Gabriel – *Scholasticus Fredegarius, Études critiques sur les sources de l’histoire mérovingienne*. Paris: A. Francke, 1872.
- RUNCIMAN, Steven – “Byzantine trade and industry”. in Cynthia Postan *et al.* (eds.) – *The Cambridge Economic History of Europe from the Decline of the Roman Empire. Volume 2: Trade and Industry in the Middle Ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987, 132-167.
- SCHENKER, Alexander M. – *The Dawn of Slavic. An Introduction to Slavic Philology*. New Haven: Yale University Press, 1995.
- SHEPARD, Jonathan – “Superpower to soft power, within overlapping circles: Byzantium and its place in twenty-first-century international History”. in Barbara Haider-Wilson *et al.* (eds.) – *Internationale Geschichte in Theorie Und Praxis*. Wien: Verlag der Österreichischen Akademie der Wissenschaften, 2017, 81-122.
- TORRES PRIETO, Susana – *Los Antiguos Eslavos*. Madrid: Síntesis, 2020.

Negociar e narrar a diplomacia. Os relatos de embaixadas do século XV¹

*Douglas Mota Xavier de Lima*²

Universidade Federal do Oeste do Pará
douglas.mxl@ufopa.edu.br

Resumo

O desenvolvimento da diplomacia nos reinos europeus foi acompanhado da diversificação dos escritos relacionados às embaixadas, como salvo-condutos, procurações, instruções, cartas de embaixadores e detalhamentos dos custos das missões. Em meio a tais escritos, observa-se a multiplicação de um tipo particular de narrativa, os relatos de embaixadas, textos de caráter híbrido e de cunho descritivo que registravam as atividades da embaixada e constituíam uma forma de conhecimento do espaço, recolha de informações sobre o estrangeiro e pedagogia do ofício de embaixador. A proposta deste estudo é refletir sobre os relatos de embaixadas, problematizando a dimensão escrita do exercício da diplomacia ao fim do medievo.

Palavras-chave

Idade Média; diplomacia; viagens; relatos de embaixadas

1 Texto relacionado ao projeto “Na rota dos relatos de embaixadas (Europa, século XV)”, pesquisa de pós-doutorado realizada na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP – Franca/São Paulo/Brasil), sob a supervisão da Prof.^a Dr.^a Susani Silveira Lemos França e com o Grupo de Pesquisa Escritos sobre os Novos Mundos.

2 Professor Adjunto da Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, Brasil. Doutor em história pela Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: douglas.mxl@ufopa.edu.br. ORCID: 0000-0002-7197-7930.

Nota biográfica:

Professor da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) (2016). Pós-doutorado realizado na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP-Franca) (2021-2023). Pesquisa temas relacionados ao poder e sociedade na Baixa Idade Média ibérica, viagens medievais e diplomacia, e relações diplomáticas medievais.

Negotiating and narrating diplomacy: embassy reports from the 15th century**Abstract**

The development of diplomacy in medieval European kingdoms was accompanied by the diversification of written records related to embassies, such as safe-conducts, letters of attorney, instructions, ambassadors' letters and details of the costs of the missions. Among such written pieces, we observe the increasing presence of a special type of narrative, the embassy reports, texts of a hybrid character and descriptive nature that registered the activities of the embassy, and constituted a form of spatial knowledge, the collection of information about the foreigner and pedagogy of the ambassador's craft. The purpose of the study is to discuss the reports of embassies, problematizing the written dimension of the exercise of diplomacy at the end of the Middle Ages.

Keywords

Middle Ages; diplomacy; travels; embassy reports

Biographical note

Professor at the Federal University of the West of Pará (UFOPA). Doctor in History from the Fluminense Federal University (UFF) (2016). Post-doctorate at the “Júlio de Mesquita Filho” Paulista State University (UNESP-Franca) (2021-2023). Research topics related to power and society in the Iberian Middle Ages, medieval travels and diplomacy, and medieval diplomatic relations.

Introdução

Aos dezenove dias do mês de outubro de 1428, os embaixadores do duque de Borgonha – Filipe, o Bom – adentraram em duas galés de Veneza, estacionadas no porto holandês de Sluis, e iniciaram uma longa jornada a fim de negociar o casamento do duque com a infanta D. Isabel de Avis, filha de D. João I e Filipa de Lancaster. A ilustre comitiva foi encabeçada por Jean, senhor de Roubaix e Herzele, e acompanhada por uma série de outros homens da corte borguinhã, entre os quais o pintor Jan van Eyck, um dos expoentes da pintura renascentista flamenga, responsável por retratar a princesa portuguesa³.

Tratava-se de uma viagem diplomática de suma importância; afinal, em meio ao acirramento da Guerra dos Cem Anos e aos conflitos entre a casa de Borgonha e a monarquia Valois, o duque Filipe alcançava a segunda viuvez sem deixar herdeiros, um dos principais temores de qualquer governante do período⁴. A grande embaixada enfrentou uma série de dificuldades entre a parada na Inglaterra e a chegada a Portugal, aportando em terras lusitanas, na vila de Cascais, cerca de dois meses depois, no dia 16 de dezembro, e chegando a Lisboa no dia 18. Estando D. João I e os infantes de Avis ausentes da urbe lisboeta e residindo em outra cidade, Estremoz, foi necessário que o rei de armas Flandres, que acompanhava a missão borguinhã, fosse até o monarca a fim de apresentar as cartas que explicavam a embaixada e organizar a recepção aos embaixadores. A comitiva foi orientada a aguardar em Arraiolos, e a devida recepção e audiência ocorreram apenas em 13 de janeiro de 1429, na vila de Avis, proferida em latim pelo mestre Gilles d'Escornaix perante o rei e os principais homens da corte lusitana.

As tratativas avançaram por quase sete meses, tempo suficiente para mensagens serem trocadas entre as cortes, informações sobre a fama da princesa serem coletadas e a famosa pintura ser terminada e enviada para apreciação do duque. Durante a pausa nas negociações, alguns embaixadores visitaram Santiago de Compostela, diferentes cidades de Castela e alcançaram Granada, sobrepondo interesses religiosos, políticos e culturais ao objetivo maior da missão. Em 25 de

3 Segundo o relato, a comitiva foi composta por Jean, senhor de Roubaix e Herzele, Baudouin de Lannoy, senhor de Molembais, André de Toulangeon, senhor de Mornay, mestre Gilles d'Escornaix, doutor em decretos e auditor das petições do palácio, Guy Guibaut, conselheiro e governador das finanças, e Baudouin d'Ongnies, escudeiro e administrador das finanças. O texto indica a presença de outras pessoas junto aos embaixadores, entre as quais o pintor Jan van Eyck e o rei de armas Flandres.

4 Único filho de João Sem Medo e Margarida da Baviera, Filipe, o Bom, casou-se em 1409 com Michelle de Valois, filha de Carlos VI, rei da França, e tornou-se duque de Borgonha em 1419. O matrimônio não gerou herdeiros, e, em julho de 1422, Michelle faleceu. Cerca de dois anos depois, em novembro de 1424, Filipe desposou Bonne de Artois, viúva do conde de Nevers, numa tentativa de reconciliação franco-borguinhã. Em meio ao acirramento da Guerra dos Cem Anos, a duquesa faleceu em setembro de 1425 sem deixar herdeiros. Sobre o contexto borguinhão, ver: CALMETTE, Joseph – *Les grands ducs de Bourgogne*. Paris: Éditions Albin Michel, 1949, 177-230; SCHNERB, Bertrand – *L'État bourguignon (1363-1477)*. Paris: Editions Perrin, 2005, 172-227.

julho, D. Isabel foi recebida por procuração como esposa de Filipe, o Bom, feito acompanhado por festas públicas e palacianas, cuja celebração foi finalizada com a conturbada partida da comitiva, composta por cerca de 2000 pessoas e 14 grandes embarcações, em 8 de outubro de 1429⁵.

Esse resumo abarca, aproximadamente, um ano da missão diplomática borguinhã em terras portuguesas e serve de ponto de partida para a reflexão acerca da dimensão escrita da diplomacia nos fins da Idade Média. Afinal, os pormenores da referida embaixada são apenas conhecidos por meio de uma cópia de anotações tomadas durante a viagem e as festas de recepção da comitiva no ducado da Borgonha, registros de autoria indefinida, possivelmente compilados por um oficial do serviço heráldico. Tais dados foram expostos ao duque como um informe oral, copiados, conservados em arquivo e, posteriormente, circularam por outras cortes, demonstrando a importância da memória de tais acontecimentos e, indiretamente, a relevância da preservação dos registros da diplomacia. Ademais, a existência do registro evidencia que um tempo importante do deslocamento das missões diplomáticas era dedicado à redação de documentos, entre os quais relatos de embaixadas, textos que acentuam o papel informativo da diplomacia no período.

Como exemplificado pela embaixada citada, no fim da Idade Média a diplomacia tornou-se mais complexa, e as práticas diplomáticas da Europa cristã conheceram um aprimoramento em relação às formas de negociação e representação. Elucidam esse processo, por exemplo, a gradativa constituição do ofício de embaixador, com a consolidação do termo latino *ambassiator* frente às demais designações dos enviados diplomáticos, a crescente individualização do serviço diplomático na literatura política e o recrutamento dos embaixadores cada vez mais circunscrito e especializado⁶. Além disso, tal aprimoramento expressa-se no aparecimento das primeiras embaixadas permanentes no contexto italiano quatrocentista – por vezes considerado marco da diplomacia moderna e do sistema de equilíbrio de poder (*balance of power*)⁷ – e na importância acentuada adquirida

5 O relato da embaixada borguinhã tem duas tradições manuscritas: o texto quatrocentista conservado em Bruxelas e o manuscrito do século XVI conservado na Biblioteca Nacional de Paris. Para uma edição crítica atualizada que comporta as diferentes tradições manuscritas e traz traduções para o inglês e espanhol, ver: LÓPEZ DE CORSELAS, Manuel Parada – *El Viaje de Jan van Eyck de Flandes a Granada (1428-1429)*. Madrid: La Érgastula, 2016.

6 QUELLER, Donald – *The Office of Ambassador in the Middle Ages*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1967; PÉQUIGNOT, Stéphane – “Les ambassadeurs dans les miroirs des princes en Occident au Moyen Âge”. in Stefano Andretta et al. (orgs.) – *De l’ambassadeur. Les écrits relatifs à l’ambassadeur et à l’art de négocier du Moyen Âge au début du XIX^e siècle*. Roma: École Française de Roma, 2015, 33-55; PÉQUIGNOT, Stéphane – “Ambassades et ambassadeurs”. in Jean-Marie Moeglin (org.) – *Diplomatie et “relations internationales” au Moyen Âge (IX^e-XV^e siècle)*. Paris: PUF, 2017, 345-494.

7 MATTINGLY, Garrett – *Renaissance Diplomacy*. Baltimore: Penguin Books, 1964; FRIGO, Daniela (org.) – *Politics and Diplomacy in Early Modern Italy. The Structure of Diplomatic Practice, 1450-1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000; FLETCHER, Catherine – *Diplomacy in Renaissance Rome. The Rise of the Resident Ambassador*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

pela informação (rumores, notícias, novas etc.), uma informação cada vez mais politizada e mecanismo da ação das autoridades públicas, responsável por fomentar novas estratégias oficiais e oficiosas, como rumores e espionagem, para a diplomacia⁸.

Nesse processo, evidencia-se a multiplicação sem precedentes das fontes documentais ligadas aos poderes instituídos e, conseqüentemente, daquelas relacionadas à diplomacia, tanto dos escritos preparativos das missões – cartas de crença, salvo-condutos, procurações e instruções – e dos textos relacionados à comitiva – correspondências variadas, por exemplo –, quanto dos registros produzidos pelos enviados diplomáticos, como a redação de relatos, itinerários, cadernos de despesas, memórias e diários que narravam as atividades durante determinada missão diplomática⁹. A diplomacia insere-se, assim, na chamada “explosão informativa” e no novo “ethos de arquivamento” dos fins da Idade Média e inícios da modernidade¹⁰, processo acentuado pela imprensa e que envolveu a maior produção de documentos e, conseqüentemente, novas práticas de gestão das informações¹¹.

Ao longo de todo o medievo, existiram inúmeras missões diplomáticas, contudo, até o século XII, foram poucas as embaixadas dos reinos ocidentais que deixaram narrativas sobre suas atividades, sendo mais usual o registro oral¹². Somente a partir do século XIII, os relatos de embaixadas se tornaram mais abundantes na Europa,

8 LAZZARINI, Isabella – “Scritture dello spazio e linguaggi del territorio nell’Italia tre-quattrocentesca. Prime riflessioni sulle fonti pubbliche tardomedievali”. *Bullettino dell’Istituto Storico Italiano per il Medio Evo e Archivio Muratoriano*, 113 (2011), 174-196, aqui pp. 137-208; LAZZARINI, Isabella – *Communication and Conflict. Italian Diplomacy in the Early Renaissance, 1350-1520*. Oxford: Oxford University Press, 2015, 51-66; DE VIVO, Filippo – *Information and Communication in Venice. Rethinking Early Modern Politics*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

9 Péquignot, “Ambassades et ambassadeurs”..., 441; PÉQUIGNOT, Stéphane – “Les ‘journaux d’ambassades’ en Occident à la fin du Moyen Âge”. in Jean-Louis Fournel; Matteo Residori (orgs.) – *Ambassades et ambassadeurs en Europe (XI^e-XVII^e siècle)*. Genebra: Librairie Droz, 2020, 23-45.

10 DOVER, Paul Marcus – “Deciphering the diplomatic archives of fifteenth century”. *Arch Sci*, 7 (2007), 297-316, aqui pp. 298-299; PÉQUIGNOT, Stéphane – “Les cadres des échanges”. in Jean-Marie Moeglin (org.) – *Diplomatie et “relations internationales” au Moyen Âge (IX^e-XI^e siècle)*. Paris: PUF, 2017, 97-146, aqui pp. 139-146.

11 BURKE, Peter – “Problemas causados por Gutenberg. A explosão da informação nos primórdios da Europa moderna”. *Estudos Avançados*, 16, 44 (2002), 173-185.

12 GANSHOF, François – *Histoire des relations internationales. Tome premier: Le Moyen Âge*. Paris: Hachette, 1953, 127-128. Uma exceção é o texto de Liuprando de Cremona, clérigo italiano que atuou como embaixador em Constantinopla no século X (*The Complete Works of Liudprand of Cremona*. Paolo Squatriti (ed. e trad.). Washington, DC: Catholic University of America Press, 2007). Um cenário distinto mostra-se para o caso de Bizâncio e do mundo muçulmano, nos quais é possível encontrar maior número de relatos preservados. Sobre Bizâncio, ver: NICOL, Donald – *Byzantium and Venice. A Study in Diplomatic and Cultural Relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992; DROCOURT, Nicolas – *Diplomatie sur le Bosphore. Les ambassadeurs étrangers dans l’Empire byzantin des années 640 a 1240*. 2 vols. Louvain/Paris/Walpole: Peeters, 2015. Sobre a diplomacia no mundo muçulmano medieval, ver: ISTANBULI, Yasin – *Diplomacy and Diplomatic Practice in the Early Islamic Era*. Oxford: Oxford University Press, 2001; BEHRENS-ABOUSEIF, Doris – *Practising Diplomacy in the Mamluk Sultanate. Gifts and Material culture in the Medieval Islamic World*. Londres/Nova Iorque: I.B. Tauris, 2014; BAUDEN, Frédéric; DEKKICHE, Malika – *Mamluk Cairo, a Crossroads for Embassies. Studies on Diplomacy and Diplomatics*. Leiden/Boston: Brill, 2019.

fenômeno diretamente relacionado ao crescente interesse pelas informações sobre o estrangeiro, especialmente sobre as terras orientais, à maior importância adquirida pela produção textual e pelas formas de registro e arquivamento, assim como ao referido aprimoramento das práticas diplomáticas.

Em geral, em termos historiográficos, a produção narrativa das embaixadas foi pouco abordada em conjunto e de modo comparativo, sobressaindo, desde o século XIX, as investigações sobre as *relazioni* venezianas como fontes confiáveis, em detrimento do maior número de narrativas consideradas equívocas e suspeitas¹³. Nesse sentido, os estudos sobre o tema das viagens diplomáticas tendem a oferecer apontamentos genéricos, ora acentuando as características das relações diplomáticas no período, ora destacando o estatuto dos embaixadores, além de enfatizarem a descrição de algumas missões célebres ocorridas ao longo do medievo¹⁴. À parte dessas contribuições, há uma série de estudos sobre determinada viagem diplomática e seus relatos, oferecendo detalhamentos sobre rotas, meios de transporte, membros da comitiva, contexto diplomático das negociações etc.¹⁵ Tais pesquisas permitem compreender a ligação entre o desenvolvimento dos relatos de embaixadas e o aprimoramento da diplomacia nos fins da Idade Média. Elas abarcam questões como a preparação das missões, as rotas percorridas, as formas de negociação e

13 As *relazioni* constituíram, por exemplo, o cerne da história realista de Leopold von Ranke, que as tratava como documentos de estimado valor por fornecerem informações objetivas, genuínas e não falsificadas, relatos elaborados por embaixadores igualmente imparciais. Tal abordagem persistiu na historiografia até meados do século passado, ao passo que gradualmente novas investigações revisitaram tais documentos e ressaltaram, por exemplo, as *relazioni* não como textos de arquivo envoltos em políticas de sigilo, que expressam os acontecimentos com rigor e precisão tal como ocorreram, mas como textos de ação, relacionados à performance da oralidade (primeira manifestação do relato dos enviados diplomáticos), que eram usados em apoio a visões políticas particulares em Veneza. Sobre tais discussões, ver: DE VIVO, Filippo – “How to read Venetian ‘relazioni’”. *Renaissance and Reformation / Renaissance et Réforme*, 34, 1/2 (2011), 25-59.

14 LADERO QUESADA, Miguel Ángel – *El Mundo de los Viajeros Medievales*. Madrid: Anaya, 1992, 26-31; LABARGE, Margaret Wade – *Viajeros Medievales. Los Ricos y los Insatisfechos*. Madrid: Nerea, 1992, 175-182; FRIEDMAN, John Block; FIGG, Kristen Mossler (orgs.) – *Trade, Travel, and Exploration in the Middle Ages. An Encyclopedia*. Nova Iorque: Routledge, 2000, 19-20; VERDON, Jean – *Voyager au Moyen Âge*. Paris: Tempus, 2007, 226-239.

15 Os estudos são inúmeros e podem ser exemplificados por: MADURELL MARIMÓN, José Maria – “Embajada catalana a Luís XI (1463-1464). Notas para su estudio”. *Boletín de la Real Academia de Buenas Letras de Barcelona*, 32 (1967-1968), 189-307; MARQUES, A. H. de Oliveira – “O Portugal do tempo do infante D. Pedro visto por estrangeiros (a embaixada borguinhã de 1428-29)”. *Biblos. Revista da Faculdade de Letras*, LXIX (1993), Actas do Congresso Comemorativo do 6.º Centenário do Infante D. Pedro, 59-78; CREPALDI, Daniele – *Il Viaggio di Felice Brancacci in Egitto (1422-1423)*. Torino: Università degli studi di Torino, 1996. Tesi di Letteratura Umanistica; “Journal de l’écuyer Jaroslav sur l’ambassade du sieur Albert Kostka de Postupice auprès de Louis XI, Roi de France en 1464”. Introd. Martin Nejedlý, trad. Éloïse Adde e Martin Nejedlý. *Annuaire-Bulletin de la Société de l’histoire de France*, s/n. (2009), 91-117; BOCHACA, Michel – “Navigation entre la France et l’Écosse d’après le récit de l’ambassade de Regnault Girard auprès de Jacques Ier Stuart (1434-1436)”. *Annales de Bretagne et des Pays de l’Ouest*, 119, 4 (2012), 35-64; BOCHACA, Michel – “Un voyage par mer d’Angleterre à Bordeaux et retour en 1442-1443 d’après *A Journal by one of the Suite of Thomas Becketon*”. *Annales du Midi. Revue archéologique, historique et philologique de la France méridionale*, 125, 283 (2013), 371-390; GUNIA, Inke – “The travel report of the Castilian embassy to the court of Tamerlane at Samarkanda (1403-1406)”. in Ralf Hertel; Michael Keevak (orgs.) – *Early Encounters between East Asia and Europe. Telling Failures*. Nova Iorque: Routledge, 2017.

representação, as trocas e contatos culturais, a atuação dos embaixadores e a coleta de informação sobre o estrangeiro, problemáticas, por vezes, não possibilitadas pela documentação das chancelarias régias. Não obstante, a especificidade dos relatos de embaixadas permanece pouco explorada e convida a reflexões por outras vias¹⁶.

Afinal, o que são esses relatos de embaixadas? Em que medida se aproximam dos relatos de viagens em geral? Como tais textos permitem compreender melhor as práticas escritas das embaixadas? Essas são algumas interrogações que o capítulo pretende abordar em seguida, explorando, para tal objetivo, alguns escritos quatrocentistas.

Relatos de embaixadores e relatos de viagens

Sem a pretensão de aprofundar o debate literário sobre livros e relatos de viagens, destaca-se que, durante a Idade Média, muitos foram os que deixaram testemunho escrito de seus deslocamentos, dando origem a um vasto conjunto de textos de viagens na Europa medieval: guias de mercadores, guias de peregrinação, relatos de missionários, diários de embaixadores e narrativas de viagens imaginárias. Esses escritos formam um gênero multifacetado, incluindo confluências do discurso documental, com pretensão realista, e do literário, marcado pela invenção¹⁷; convergência que tendeu a gerar resistências por parte da historiografia até meados do século passado.

Em que pese a significativa edição dos textos de viagens medievais entre os séculos XVIII e XIX, sobretudo por estudos literários e coletâneas de fontes, foi na segunda metade do século XX que a temática passou a receber maior atenção, especialmente dos estudos da história cultural¹⁸. No que se refere ao medievo, a obra de Jean Richard, *Les récits de voyages et de pèlerinages* (1981), foi uma das pioneiras pelos esforços do autor na definição tipológica do gênero e das modalidades de viagem durante a Idade Média. Para Richard, é possível distinguir duas categorias: relatos de viagem e literatura de viagem, com o primeiro caracterizado por um

16 O estudo de Stéphane Péquignot “Les ‘journaux d’ambassades’...” é, quiçá, o único com amplitude espacial e temporal sobre a temática. Trabalhos como o de Francesco Senatore (SENATORE, Francesco – *Uno Mondo de Carta*. *Forme e Struture dela Diplomazia Sforzesca*. Naples: Liguori Editore, 1998), de Isabella Lazzarini (“Scrittura dello spazio e linguaggi del território...”) e Donald Queller (QUELLER, Donald – “The development of ambassadorial *relazioni*”). in J. R. Hale (org.) – *Renaissance Venice*. Londres: Faber, 1973, 174-196), apesar de contribuírem significativamente para o tema, caracterizam-se por partirem de recortes muito precisos espacial e temporalmente, no caso as cidades italianas, com destaque para Veneza.

17 CARRIZO RUEDA, Sofia M. – “Analizar un relato de viajes. Una propuesta de abordaje desde las características del género y sus diferencias con la literatura de viajes”. in Rafael Béltran (coord.) – *Maravillas, Peregrinaciones y Utopías. Literatura de Viajes en el Mundo Románico*. Valencia: Publicacions de la Universitat de València, Departament de Filologia Espanyola, 2002, 343-358.

18 BURKE, Peter – *Formas de História Cultural*. Madrid: Alianza Editorial, 2000, 127.

tipo de escrita factual e verossímil, ao passo que o segundo se caracteriza pelo deslocamento fictício e imaginário¹⁹.

A classificação de Richard, apesar de mostrar-se, por vezes, insuficiente para contemplar a complexidade das narrativas medievais, impulsionou as investigações sobre livros de viagem e permanece norteando as discussões da área, sobretudo nos estudos literários sobre os textos medievais. De todo modo, as pesquisas têm demonstrado os limites tênues entre realidade e ficção nos livros de viagens medievais, indicando a pouca operacionalidade da divisão entre relatos reais e fictícios, posto que os relatos, frequentemente, alternam observações tiradas da realidade com a descrição de elementos lendários e mitológicos²⁰. Eles se caracterizam pelo testemunho direto e busca da realidade sem intermediações, ainda que sejam alimentados pelos referentes culturais dos viajantes antecedentes, porém o caráter testemunhal não justifica a separação rígida entre narrativas reais e narrativas imaginárias, visto que os conhecimentos decorrentes da observação direta e das reminiscências literárias compuseram, de forma indiferenciada, o arcabouço que orientava a percepção dos viajantes²¹.

Em meio a tais discussões, os estudos têm demonstrado a existência de uma estrutura própria dos relatos de viagens medievais, como o itinerário, a ordem cronológica, a ordem espacial, os *mirabilia* e a forma de apresentação do relato textual (linear, continuada e em primeira pessoa)²². Recentemente, outros componentes foram acrescentados ao modelo: a ausência de uma clara separação entre geografia, história, lenda e mito; o caráter informativo do relato, que busca dar a conhecer determinada realidade; a ausência de ações paralelas; o privilégio dos dados externos; e a apresentação de histórias intercaladas²³. De certo modo, todos os elementos indicados contribuíam para dar legitimidade aos relatos, garantindo a verossimilhança das informações contidas nos textos. Não obstante, as obras

19 RICHARD, Jean – *Les récits de voyages et de pèlerinages*. Turnhout: Brepols, 1981. Ao propor a divisão dos textos entre “relatos” e “literatura” de viagens, Richard insere-se num amplo e delicado debate do campo da Literatura sobre gêneros literários. Em geral, nos estudos literários, entende-se literatura de viagens como um gênero narrativo que engloba muitas modalidades (novela, diários, cartas, relações, crônicas, itinerários, entre outros). Destarte, a categoria engloba desde as narrativas de Homero e Cervantes aos textos de Marco Polo e Colombo. Por essa amplitude, um conjunto de estudiosos têm defendido a especificidades dos “relatos” em meio ao conjunto genérico dos livros de viagens: ALBUQUERQUE-GARCÍA, Luís – “Los ‘libros de viajes’ como género literário”. in Manuel Lucena Giraldo; Juan Pimentel (orgs.) – *Diez Estudios sobre Literatura de Viajes*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto de la Lengua Española, 2006.

20 LOPES, Paulo – “Os livros de viagens medievais”. *Medievalista*, 2 (2006), 7.

21 FRANÇA, Susani Silveira Lemos – *Mulheres dos outros: os viajantes cristãos nas terras a Oriente*. São Paulo: Unesp, 2015, 20; “Reminiscências e observação no universo dos viajantes dos séculos XIV e XV”. *Morus, Utopia e Renascimento*, n.6 (2009), 153.

22 PÉREZ PRIEGO, Miguel Ángel – “Estudio literario de los libros de viajes medievales”. *Epos, Revista de Filología*, n.1, 1984; RUBIO TOVAR, Joaquín – *Libros españoles de viajes medievales*. Madrid: Taurus, 1986.

23 Lopes, “Os livros de viagens...”; CASTRO HERNÁNDEZ, Pablo – “Los libros de viajes a fines de la Edad Media y el Renacimiento. Una revisión a la tradición narrativa en las *Andanças e Viajes* de Pero Tafur”. *Lemir: Revista de Literatura Española Medieval y del Renacimiento*, 19 (2015).

usavam diferentes estratégias narrativas para alcançar tal objetivo, como o frequente recurso ao ver e ao ouvir (ouvir-dizer) como forma de avaliar a credibilidade do relato²⁴.

A preocupação com a credibilidade da informação veiculada acentua-se em alguns textos inseridos nos relatos de viagens e diretamente relacionados à diplomacia. Tais escritos caracterizam-se pela mescla de observações empíricas e anotações pessoais, sendo responsáveis por difundir informações e narrar às esferas de governança coisas que aconteceram, sendo, por vezes, redigidos por embaixadores ou membros das comitivas durante ou depois de determinada missão diplomática. René Maulde la Clavière foi um dos primeiros a esboçar uma classificação entre as diferentes narrativas de embaixadas, propondo a divisão em três categorias: “*journal*” ou “*memorandum*”, espécie de relatório minucioso e cronológico ligado a missões solenes; “*rapport*”, textos reduzidos, geralmente ligados a missões simples, que eram apresentados em apoio ao relato oral ou em resposta às instruções recebidas pelo embaixador; e “*relation*”, escritos que descrevem a vida no estrangeiro em aspectos sociais, econômicos, políticos etc., com os assuntos diplomáticos tomando pouco espaço da narrativa²⁵. Não obstante, atualmente as investigações têm defendido o caráter híbrido dos relatos de embaixadas, caracterizando-os pela articulação entre elementos das narrativas de viagens, das crônicas, das relações, dos itinerários, dos diários e do gênero epistolar, conseqüentemente, como obras que ultrapassam as fronteiras tipológicas rígidas. Nesse sentido, por relato de embaixadas pode-se aceitar qualquer documento elaborado durante ou no fim de uma embaixada, que segue seu percurso cronologicamente e inclui anotações narrativas²⁶.

Diferentes modos de narrar a diplomacia em fins da Idade Média

Ao regressarem das missões, os enviados diplomáticos tinham uma última tarefa a cumprir: apresentar um relatório às autoridades competentes no qual prestavam contas das atividades desempenhadas, das respostas recebidas, das informações coletadas e de tudo o mais que aprenderam durante a embaixada e pudesse ser do interesse do governo. Trata-se de uma prática, de certa maneira, generalizada na Europa a partir do século XIV, mas a forma como o relatório era exposto e a quem

24 Castro Hernández, “Los libros de viajes...”, 78, 82.

25 MAULDE LA CLAVIÈRE, René de – *La Diplomatie au temps de Machiavel*. Vol. 3. Paris: Ernest Leroux Éditeur, 1893, 381-382, 386.

26 LEBEL, Jean – “Littérature de voyage et genre épistolaire au XVI^e siècle”. *Bulletin de l'Association Guillaume Budé*, 2 (2000), 175-192; Péquignot, “Les ‘journaux d’ambassades’...”, 25-28; Lazzarini, “Scrittura dello spazio e linguaggi del territorio...”, 184.

era submetido variava conforme as regiões e a importância de cada embaixada²⁷. De todo modo, em geral, esse relatório (do latim *relacio*) consistia numa mistura de resumos das respostas recebidas em relação às questões mencionadas nas instruções ou cartas de crença com o acréscimo de uma coleção de informações e dados variados, sendo expostos, sobretudo, por meio de relatos orais²⁸.

Nesse cenário de práticas diversas, os estados italianos foram pioneiros no hábito de buscar preservar os relatórios diplomáticos por escrito. Em Veneza, por exemplo, remonta a 1268 a exigência expedida pelo Grande Conselho para que todos os embaixadores, ao retornarem à cidade, colocassem por escrito, dentro de quinze dias, as respostas que receberam e o que quer que tivessem conhecido ou ouvido que pudesse servir ao lucro e à honra dos venezianos. Orientações similares também podem ser encontradas em Florença, no século XIV, e em Mântua, no século XVI. Contudo, ao longo do período, a recomendação não foi plenamente obedecida. Em 1425, por exemplo, o Senado de Veneza expressava a ausência de relatórios escritos das embaixadas, permanecendo, quase exclusivamente, a exposição oral das missões até o século XVI²⁹.

O difícil equilíbrio entre o relato oral e o relatório escrito, envolto nos perigos associados à preservação dessas fontes, gerou a dinâmica de produção de relatórios simplificados sobre as principais questões da embaixada e uma coleção mais ampla e flexível de informações e notícias que poderiam ser obtidas pelo embaixador. Essa tendência a textos mais longos e detalhados pode ser representada pelo célebre exemplo das *relazioni* venezianas, tidos como um gênero em si e uma particularidade da história da República de Veneza. Tais relatos não mais se limitavam a repetir, integralmente ou de maneira abreviada, notícias que seriam encontradas em despachos, mas, em vez disso, forneciam uma síntese ampla e abrangente dos lugares visitados³⁰.

O relatório de Zaccaria Contarini, de 1492, acerca de uma embaixada enviada ao reino da França, é uma das mais antigas *relazioni* venezianas preservadas e exemplifica bem essa tendência. Nas primeiras palavras do texto, o embaixador de

27 Ganshof, *Histoire des relations internationales...*, 278. Na Inglaterra, por exemplo, foi usual os embaixadores apresentarem os relatórios perante o rei e o conselho, mas nem sempre o relato foi escrito e preservado. Ver: CHAPLAIS, Pierre – *English Diplomatic Practice in the Middle Ages*. Londres/Nova Iorque: Bloomsbury Publishing, 2003, 244-245.

28 Lazzarini, *Communication and Conflict...*, 55.

29 Queller, “The development of ambassadorial *Relazioni*”..., 185-187. Lazzarini também discorre sobre as orientações da *Signoria* de Florença, expedidas em 1395, que estabeleciam que a chancelaria deveria ser responsável por registrar todas as etapas da atividade diplomática em volumes diferentes, com os relatórios finais das embaixadas sendo importantes para a memória futura. LAZZARINI, Isabella – “The final report”. in Monica Azzolini; Isabella Lazzarini (orgs.) – *Italian Renaissance Diplomacy. A sourcebook*. Toronto: Pontifical Institute of Medieval Studies, 2017, 57-72, aqui p. 58.

30 Lazzarini, “The final report...”, 59-60; Lazzarini, *Communication and Conflict...*, 55-56.

Veneza expõe o objetivo amplo do relato, assim como a obrigação de registrar as atividades da embaixada:

“L’officio mio, serenissimo e inclito Principe, illustrissima ed eccellentissima Signoria, gravissimo e sapientissimo Consiglio, al presente è di riferir alia Vostra Sublimità tutti i progressi e andamenti di questa nostra legazione. E perchè da una parte io intendo toccar tutte quelle cose che conoscerò esser degne e convenienti della notizia di quella, e dall’altra io desidero, per non esser nè lungo nè tedioso, usar quella più breve e stretta forma di parole che a questo mi sarà possibile, hinc est che senza alcuno esordio e divisioni di parlare comincerò a narrar come meglio conoscerò poter soddisfare alia Vostra Sublimità”.³¹

Apesar disso, como demonstra o *Diario di Felice Braccacci* sobre a viagem do embaixador de Florença ao Egito entre 1422 e 1423, a escrita da diplomacia seguia caminhos variados, com as anotações frequentemente assumindo um caráter descritivo e decorrendo da ordem cronológica das atividades: “[...] A di 30 di giugno ci partimo di Firenze e venimo la sera a Empoli e stemo a Sovigliana, luogo di messer Carlo Federighi sopradetto.// A di primo di luglio giugnemo in Pisa [...]”.³²

Como exemplificado pelo texto de Braccacci, os diários³³ (do latim *diurnium* ou, posteriormente, *diarium*) constituíam outro tipo de escrita comum relacionada às embaixadas, funcionando como um registro do cotidiano da viagem, geralmente sem a presença de um plano de redação para a narrativa e com acentuada predominância da ordem cronológica como estruturante do texto³⁴. Essa foi uma tendência crescente a partir do século XV, especialmente relacionada a textos produzidos nas e para as esferas da governança, registrando informações sobre

31 “Meu dever, sereníssimo e inclito Príncipe, ilustríssima e excelentíssima Signoria, prudente e sábio Conselho, é relatar à Vossa Sublimidade todo o progresso e o andamento dessa nossa missão. E porque, de uma parte, eu intento mencionar todas as coisas que considero adequadas e dignas de sua atenção e, por outro lado, eu desejo, para evitar ser longo e tedioso, usar aquela forma mais curta e sóbria de palavras que for possível, portanto, sem exórdio e divisões do meu discurso, começarei a narrar da melhor maneira para agradar à Vossa Sublimidade”. “Relazione di Francia di Zaccaria Contarini anno 1492”. in Eugenio Albèri (ed.) – *Relazioni Degli Ambasciatori Veneti al Senato*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012, 3.

32 “No dia 30 de junho, saímos de Florença e chegamos à noite em Empoli e nos hospedamos em Sovigliana, a cidade natal de Carlo Federighi. No dia 1.º de julho chegamos em Pisa [...]”. *Diario di Felice Braccacci*. in Daniele Crepaldi (ed.) – *Il Viaggio di Felice Braccacci in Egitto (1422-1423)*. Torino: Università degli studi di Torino, 1996, 60-154. Tesi di Letteratura Umanistica, 60.

33 Tais obras diferem dos diários de pesquisa e dos diários pessoais, gêneros que se afirmaram a partir do século XVII e XIX, respectivamente. Ver: CUNHA, Maria Teresa – “Diários pessoais. Territórios abertos para a História”. in Carla Pinsky; Tânia Regina de Luca (orgs.) – *O Historiador e Suas Fontes*. São Paulo: Contexto, 2012, 251-279.

34 SCHNEIDER-MIZONY, Odile – “Le journal de voyage, mode d’emploi pour voyageurs”. in Dominique Dinet et al. (orgs.) – *Les formes du voyage. Approches interdisciplinaires*. Strasbourg: Presses universitaires de Strasbourg, 2010, 183-192.

atos públicos, feitos individuais e, em particular, viagens³⁵. De todo modo, como assinala Péquignot, o campo semântico relacionado aos diários em fins da Idade Média é deveras amplo e, no caso dos diários de embaixadas, torna-se ainda mais complexo, tendo em vista que, por vezes, tais registros receberam o título de diários posteriormente, sobretudo a partir do século XVI, época em que o *diarium legationis* tornou-se uma prática comum³⁶.

Guardadas as devidas particularidades da história da administração em Veneza e das *relazioni* ligadas à urbe – ou, no limite, do desenvolvimento da escrita e da gestão da diplomacia nas demais cidades italianas –, reitera-se que, desde o século XIV, a prática de os enviados diplomáticos apresentarem relatórios às autoridades competentes depois do fim das missões estava disseminada pelos reinos ocidentais. Apesar disso, a transposição da modalidade do relatório de relatos orais em registros textuais tendeu a envolver, em particular, missões de grande relevo, especialmente embaixadas relacionadas às conferências de paz, aos concílios, aos projetos de paz e de cruzadas e às negociações matrimoniais³⁷. Outra característica que se constata ao considerar o quadro geral da Europa em fins da Idade Média é a diversidade dos relatos de embaixadas. Como evidencia o vocábulo *relación* do castelhano quatrocentista, o termo apresentava uma conotação variada, abarcando a noção ampla de narração (*narratio.onis*) e, gradativamente, de informe³⁸. De tal modo, esses relatos, por vezes, ultrapassavam o caráter de registro protocolar, assumindo dimensões e características diversas, assim como, às vezes, envolviam interesses particulares e memórias pessoais.

Exemplo elucidativo dessa plasticidade é a narrativa castelhana que trata da embaixada enviada em 1403 por Enrique III a Tamerlão, líder do Império Timúrida. O manuscrito do século XVI traz o texto nomeado como itinerário, porém trata-se de um autêntico diário, em que cada dia forma uma unidade narrativa na qual se inserem descrições de lugares e relações dos sucessos da missão. O caráter híbrido da narrativa também é perceptível pelo uso de uma série de esquemas difundidos nos panegíricos de cidades e nos livros de viagens, como a comparação, a *descriptio urbis* e as referências ao maravilhoso³⁹. Ademais, o prólogo da narrativa atesta

35 HAUSER, Henri – “De la nature des documents”. in Henri Hauser, *Les Sources de l’histoire de France. XV^e siècle (1494-1610)*. Paris: Alphonse Picard et fils, 1906, 9-11; ZUMTHOR, Paul – “Dire le voyage au Moyen Âge”. *Liberté*, 35, 4-5 (1993), 83.

36 Péquignot, “Les ‘journaux d’ambassades’...”, 26-27.

37 Péquignot, “Les ‘journaux d’ambassades’...”, 30.

38 MAGNOLO, Walter – “Cartas, crónicas y relaciones del descubrimiento y la conquista”. in Luis Iñigo Madrigal (org.) – *História de la Literatura Hispanoamericana*. Vol. 1. Madrid: Cátedra, 1992, 70; NEBRIJA, Elio António de – *Vocabulario Español-Latino*. Salamanca, 1495, fol. LXXXVIIIr.

39 Sobre o texto, ver: LÓPEZ ESTRADA, Francisco – “Ruy González de Clavijo. La Embajada a Tamorlán. Relato del viaje hasta Samarcanda y regreso (1403-1406)”. *Arbor*, 711-712, CLXXX (2005), 515-535; PÉREZ PRIEGO, Miguel Ángel – “Prólogo”. in *Viajes Medievales II. Embajada a Tamorlán, Andanças e Viajes de Pero Tafur, Diarios de Colón*. Miguel Ángel Pérez Priego (ed.). Madrid: Fundación José Antonio de Castro, 2006, XIII-XV; Gunia, “The travel report...”, 2017.

que, mais do que uma obrigação do ofício, tal como prescrito aos embaixadores de Veneza e Florença, a embaixada a Tamerlão verteu-se em texto pelo exotismo e pela demanda de informações sobre as terras distantes⁴⁰.

Os textos citados – a *Relazione* de Zaccaria Contarini, o diário de Felice Brancacci e a narrativa *Embajada a Tamorlán* – são como pontas limítrofes dos tipos de relatos de embaixadas quatrocentistas, expressando a diversidade da dimensão escrita da diplomacia no período. Desse modo, reitera-se que, por relato de embaixadas, pode-se aceitar qualquer documento elaborado durante ou no fim de uma embaixada, que segue seu percurso cronologicamente e inclui anotações narrativas. A proposta é ampla e flexível, a ponto de abarcar diferentes narrativas relacionadas às embaixadas de fins da Idade Média, mostrando-se operativa para as discussões aqui desenvolvidas.

A embaixada alemã de 1451-1452 e seu relato

Como uma espécie de estudo de caso que busca demonstrar, de forma mais detalhada, as questões levantadas até o momento, apresentam-se alguns apontamentos sobre o relato alusivo à embaixada imperial que partiu de Neustadt, em março de 1451, rumo ao reino de Portugal a fim de desposar, em nome de Frederico III, a princesa D. Leonor, filha do rei D. Duarte. A narrativa acompanha a comitiva composta especialmente pelo mestre Tiago Moetz e Nicolau Lanckman de Valckenstein, capelães e núncios imperiais, durante todas as etapas da viagem, desde a saída da Alemanha, a passagem pela França, Catalunha, Aragão, Castela e Santiago de Compostela antes de chegar a Portugal e o longo retorno com escala nas cidades italianas até a chegada em Neustadt, em junho de 1452⁴¹.

Desponsatio et coronatio serenissimi Friderici tercii et eius auguste domine Leonore (Diário de viagem do embaixador Nicolau Lanckman de Valckenstein) é um texto quatrocentista de características híbridas no qual a questão da memória acerca do acontecimento narrado, mais do que os interesses imediatos e protocolares

40 “E porque la dicha embaxada es muy ardua y a lueñes tierras, es necessario y complidero de poner en escrito todos los lugares e tierras por do los dichos embaxadores fueren e cosas que les ende acaecieren, por que no cayan en olvido y mejor y más complidamente se puedan contar y saber. E por enede, en el nombre de Dios, en cuyo poder son todas las cosas, e a onor de la Virgen Santa María su madre, comencé a escrevir desde el día que los embaxadores llegaron al Puerto de Santa María cerca de Cádiz, para entrar en una carraca en que avían de ir, y con ellos el dicho embaxador que el dicho Tamurbec embió al dicho señor rey” (“Embajada a Tamorlán”..., 6).

41 Sobre a embaixada alemã, ver: HERBERS, Klaus – “El viaje a Portugal de los embajadores de Federico III en el relato de Lanckmann y de otros cronistas”. *Anuario de Estudios Medievales*, 32, 1 (2002), 183-198; COSTA, António Martins – “O casamento de D. Leonor e Frederico III (1451-1452) e as relações entre Portugal e o Sacro Império nos finais da Idade Média”. *Medievalista*, 24 (2018); LOPES, Paulo – “Late medieval Iberia: the perception of ambassador Nikolaus Lanckman von Valckenstein”. in Pedro Martínez García (org.) – *Alteridad Ibérica. El Otro en la Edad Media*. Murcia: Sociedad Española de Estudios Medievales, 2021, 123-144.

da diplomacia, liga-se diretamente à existência do relato. O diário inicia com uma descrição típica das narrativas de peregrinação e relatos de viagem em geral, com menções a lugares de culto e milagres, questões que permeiam outros momentos do texto; incorpora ao relato outros documentos – como a cópia de um salvo-conduto expedido pela rainha de Aragão garantindo a passagem segura pelas terras da coroa aragonesa; e, posteriormente, começa a descrever a recepção, a audiência e a conclusão do casamento junto à corte portuguesa, assim como os festejos que seguiram, narrativa que se mantém envolta em exaltações de lugares visitados e outros esquemas comuns aos livros de viagens do período. As diversas passagens em primeira pessoa fazem sobressair o caráter pessoal do relato;⁴² não obstante, o diário também apresenta trechos escritos em terceira pessoa e outros em que o narrador aparenta ser um personagem distinto de Nicolau, descrevendo as atividades do embaixador, o que reafirma a complexa composição do texto, possivelmente obra de Nicolau e outros intervenientes⁴³.

O percurso da embaixada desde a saída de Portugal, com os detalhamentos sobre a celebração do enlace na Itália até a chegada da imperatriz aos domínios de Frederico III, é descrito com atenção especial às cerimônias, com informes variados sobre os personagens presentes, os tipos de festas realizadas (banquetes, justas, festas públicas, danças palacianas etc.), as precedências e outros elementos ligados à indumentária de cada corte; ao passo que outras questões, como os costumes populares ou o contexto político e econômico dos lugares de parada, por exemplo, são pouco exploradas. Além disso, o diário ultrapassa a viagem de D. Leonor e agrega, ao fim da narrativa, informes sobre o nascimento do primogênito do casal imperial, em 1455; a eleição de Frederico III como rei da Hungria, em 1457; o nascimento de Maximiliano, em 1459, herdeiro do trono e destinatário da história;

42 “Aqui ouvi narrar a permanência da fé cristã no reino de Portugal; [...] de que modo Dom Fernando, tio da senhora desposada, a imperatriz, se entregou à morte pela pátria e libertação do seu povo em África. À menção da sua morte toda a multidão começou a chorar, e levantou-se um grande e alto clamor do povo de Deus, pela alma do rei Dom Fernando, assim martirizado e morto em África. Creio piamente que ele é um dos salvandos. Sem lágrimas nunca pude contar esta história. [...] No dia oito do mês de dezembro, levantou-se, no porto de Marselha, uma grande tempestade, os rios aumentarem o nível das águas e formou-se grande procela, de tal maneira que os nossos navios dançavam nas âncoras como cães em correntes”. *Leonor de Portugal, Imperatriz da Alemanha. Diário de Viagem do Embaixador Alemão Nicolau Lanckman de Valckenstein*. Edição do texto latino e trad. Aires A. Nascimento, com Maria João Branco e Maria de Lurdes Rosa. Lisboa: Edições Cosmos, 1992, 37, 39, 63.

43 “No dia três do mês de fevereiro, [...] foi decidido que um dos embaixadores do senhor imperador que houvesse tratado e testemunhado todas e cada uma das coisas que tinham sido negociadas deveria procurar o sereníssimo imperador, se estivesse a caminho, e informar Sua Majestade de cada coisa e por que razão não podia chegar ao porto de Livorno com tantos navios e gente. Um dos embaixadores, Mestre Tiago Motz, por efeito da alteração do mar, estava doente e desfalecido, e não tinha forças. Contudo, outro embaixador, Nicolau Lanckman, embora estivesse igualmente debilitado, aceitou, não obstante, o encargo, na medida das suas possibilidades. [...] O embaixador, Nicolau Lanckman, foi-lhes ao encontro na praça e, como cumpria, desceu do cavalo em terra, ajoelhou-se e apresentou-se cheio de contentamento ao sereníssimo senhor imperador que assim passava. Recebeu-o jubiloso o senhor imperador e, acabado o ofício divino e reunido o conselho, ouviu o dito embaixador Nicolau”. *Leonor de Portugal, Imperatriz da Alemanha...*, 69.

informações sobre os outros filhos do casal e termina com anotações sobre a morte da imperatriz em 1467. Pelos elementos expostos, o diário de viagem do embaixador alemão, mais do que um relato da embaixada, consiste numa história do casamento e da coroação de Frederico III e D. Leonor – tal como indicado pelo título do *Codex Vindobonensis Palatinus* 3286, de Viena, manuscrito mais antigo relacionado ao texto⁴⁴ –, ao passo que a diplomacia em si se torna um tema a mais, e não o núcleo central da preocupação do relato.

A questão memorialística sobre os esponsais e a coroação explica, inclusive, a existência textual do relato da embaixada e sua circulação posterior. O manuscrito de Viena citado é um texto do século XV, possivelmente autógrafa de Nicolau de Valckenstein, material inacabado que reúne anotações da embaixada dos anos 1450 e fatos vividos pelo capelão imperial até o falecimento da imperatriz, em 1467. As motivações do capelão para a compilação são desconhecidas, podendo envolver desde o desejo de reunir memórias pessoais a demandas da casa real Habsburgo. De todo modo, o manuscrito de Viena foi descoberto apenas no século XVIII, ao passo que a edição célebre do texto de Valckenstein deve-se a outra tradição manuscrita: a edição em latim elaborada por Nicolau, bispo de Hipona e confessor da casa imperial, em 1503. Trata-se de um texto de inícios do século XVI, financiado por Tiago Wacker de Salisburgo, produzido pelo bispo de Hipona para ser um presente ao imperador Maximiliano (1459-1519) em memória de seus pais⁴⁵.

Outro aspecto evidenciado no Diário alemão é o papel do sujeito na condução da viagem diplomática e, principalmente, na definição dos elementos que compõem a narrativa. Diferentemente do oficial heráldico responsável pelo relato borguinhão que abriu o presente capítulo, o qual concentrou o registro na descrição dos caminhos percorridos, das personagens contatadas e das cerimônias realizadas, no diário alemão o capelão Nicolau e seus possíveis contribuintes agregaram a tais informes uma série de anotações sobre outras atividades realizadas durante a viagem, propósitos que se justificam pela condição do viajante, um clérigo, e, especialmente, pelas escolhas individuais empreendidas ao longo do deslocamento. Por exemplo, tanto a embaixada borguinhã como os embaixadores alemães visitaram Santiago de Compostela. Contudo, na primeira narrativa, a visita é mencionada brevemente: “Y, esperando nuevas y respuesta de dicho monseñor de Borgoña, algunos de los

44 NASCIMENTO, Aires A – “Introdução”. in *Leonor de Portugal, Imperatriz da Alemanha...*, 9-13.

45 “[...] tenho eu também conhecimento de que se constituíram outras memórias de Vossa Majestade e se continuaram a constituir, mas que utilidade há em mantê-las fechadas em armários, que interesse tem um tesouro escondido na terra? Poucos têm disso conhecimento, mas se forem postos a público serão ocasião de louvor e exaltação para os próprios homens de valor, darão aos vindouros um bom exemplo a seguir [...]. Por isso, rei sacratíssimo, revendo há algum tempo os escritos de minha juventude, e vindo-me à mão alguns cadernos com a descrição do matrimônio e da coroação de vosso pai e de vossa mãe, [...] decidi transmitir uma coisa e outra àqueles que tem por Vossa Majestade veneração e estima”. *Leonor de Portugal, Imperatriz da Alemanha...*, apêndice I, 99.

dichos embajadores [...], se fueron a Santiago en Galicia, y de allí fueron a visitar al duque de Arjona [...]”⁴⁶, quiçá por não ser uma atividade ligada ao objetivo central da missão; já no diário há uma descrição mais detalhada da visita a Santiago e seus arredores, ressaltando a peregrinação dos viajantes até o local onde se encontrava o barco que transportou o santo.

Em seguida, pondo-se a caminho, chegaram, por lugares e castelos de certa terra até o lugar de Santiago. Esta cidade chama-se Compostela. Aí por descanso e devoção se demoraram três dias, e celebraram missas. Depois fizeram seis milhas até Padrón, local em que S. Tiago pregou e fez muitos milagres, e local esse mesmo a que arribou por mar, da Judeia, depois de ter sido morto, num barco de pedra. Vê-se este barco, nos dias de hoje, nas águas, e é mostrado aos peregrinos⁴⁷.

Em outras passagens do Diário, as escolhas particulares do embaixador ficam ainda mais evidentes, demonstrando as opções do sujeito durante a condução da missão:

“No dia cinco do mês de maio, a senhora Imperatriz com a sua corte foi, em peregrinação, ao monte Sant’Ângelo, no Monte Gargano, à igreja de S. Miguel, que não foi construída nem consagrada por mãos de homens, mas apareceu por milagre, como consta da história da aparição de S. Miguel no monte Gargano. [...] Eu, Nicolau, disse missa e visitei o local com diligência. [...]”

Próximo desse monte, quase no vale voltado a poente, vivia um devoto ancião, um padre eremita. Fui ter com ele, visitei a casa em que morava, e inteirei-me da sua vida santa de eremita com os próprios olhos e com ele conversei de muitas coisas⁴⁸.

As singularidades do relato em questão reafirmam que a produção textual dos relatos de embaixadas também variava conforme as exigências próprias de cada missão, seu contexto de realização e as inclinações pessoais dos embaixadores/compiladores. Assim, no diário alemão, nota-se uma narrativa mais afeita às cerimônias e aos festejos, visto que a negociação em si ocorreu em outra embaixada e por meio de outros personagens, ao mesmo tempo explicita os interesses particulares do embaixador Nicolau em selecionar lugares de visitaçao ou contatar determinados personagens.

46 “Copie du verbal du voyage de Portugal qui se feist de par feu monseigneur le bon duc Phelippe de Bourgoingne”. in Manuel Parada López de Corselas – *El Viaje de Jan van Eyck...*, 171.

47 *Leonor de Portugal, Imperatriz da Alemanha...*, 25.

48 *Leonor de Portugal, Imperatriz da Alemanha...*, apêndice I, 83, 85.

Considerações finais

Ao longo do capítulo, procurou-se apresentar alguns apontamentos sobre a escrita da diplomacia em fins da Idade Média, expressa por meio dos relatos de embaixadas. Pelos elementos expostos, é possível caracterizar essa modalidade de registro da diplomacia como textos que, apesar das particularidades de cada obra e de seu caráter híbrido, têm como elemento comum a forma, expressa no caráter testemunhal – elemento que os remete aos relatos de viagem de modo geral –, e o tema. Afinal, constituem registros de embaixadas produzidos em circunstâncias distintas e com objetivos diversos: durante o transcorrer da missão diplomática ou imediatamente posterior ao término da embaixada, como uma obrigação do ofício e demanda das chancelarias; uma compilação de anotações diárias da viagem e outros documentos, apresentado ou não às autoridades; ou ainda uma recolha de memórias pessoais acerca de um importante acontecimento da história de determinada casa real.

Espera-se que os apontamentos apresentados possam suscitar novas investigações sobre as práticas diplomáticas de fins da Idade Média, em particular sobre a escrita relativa às embaixadas. Esses textos híbridos e diversos se mostram relevantes não apenas para o conhecimento acerca das negociações diplomáticas em si, mas também sobre uma série de outros elementos relacionados ao exercício da diplomacia no período.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

- “Copie du verbal du voyage de Portugal qui se feist de par feu monseigneur le bon duc Phelippe de Bourgoingne”. in Manuel Parada López de Corselas – *El Viaje de Jan van Eyck de Flandes a Granada (1428-1429)*. Madrid: La Érgastula, 2016, 169-182.
- Diario di Felice Braccaci*. in Daniele Crepaldi (ed.) – *Il Viaggio di Felice Braccacci in Egitto (1422-1423)*. Torino: Università degli studi di Torino, 1996, 60-154. Tesi di Letteratura Umanistica.
- “Embajada a Tamorlán”. in *Viajes Medievales II. Embajada a Tamorlán, Andanças e Viajes de Pero Tafur, Diarios de Colón*. Miguel Ángel Pérez Priego (ed.). Madrid: Fundación José Antonio de Castro, 2006, 1-210.
- “Journal de l’écuyer Jaroslav sur l’ambassade du sieur Albert Kostka de Postupice auprès de Louis XI, Roi de France en 1464”. Introd. Martin Nejedlý, trad. Éloïse Adde e Martin Nejedlý. *Annuaire-Bulletin de la Société de l’histoire de France*, s/n. (2009), 91-117.
- Leonor de Portugal, Imperatriz da Alemanha. Diário de Viagem do Embaixador Alemão Nicolau Lanckman de Valckenstein*. Edição do texto latino e trad. Aires A. Nascimento, com Maria João Branco e Maria de Lurdes Rosa. Lisboa: Edições Cosmos, 1992.
- “Relazione di Francia di Zaccaria Contarini anno 1492”. in Eugenio Albèri (ed.) – *Relazioni Degli Ambasciatori Veneti al Senato*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- The Complete Works of Liudprand of Cremona*. Paolo Squatriti (ed. e trad.). Washington, DC: Catholic University of America Press, 2007.

Estudos

- ALBUQUERQUE-GARCÍA, Luís – “Los ‘libros de viajes’ como género literário”. in Manuel Lucena Giraldo; Juan Pimentel (orgs.) – *Diez Estudios sobre Literatura de Viajes*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto de la Lengua Española, 2006.
- BAUDEN, Frédéric; DEKKICHE, Malika – *Mamluk Cairo, a Crossroads for Embassies. Studies on Diplomacy and Diplomatics*. Leiden/Boston: Brill, 2019.
- BEHRENS-ABOUSEIF, Doris – *Practising Diplomacy in the Mamluk Sultanate. Gifts and Material culture in the Medieval Islamic World*. Londres/Nova Iorque: I.B. Tauris, 2014.
- BOCHACA, Michel – “Navigation entre la France et l’Écosse d’après le récit de l’ambassade de Regnault Girard auprès de Jacques Ier Stuart (1434-1436)”. *Annales de Bretagne et des Pays de l’Ouest*, 119, 4 (2012), 35-64.

- BOCHACA, Michel – “Un voyage par mer d’Angleterre à Bordeaux et retour en 1442-1443 d’après *A Journal by one of the Suite of Thomas Beckington*”. *Annales du Midi. Revue archéologique, historique et philologique de la France méridionale*, 125, 283 (2013), 371-390.
- BURKE, Peter – *Formas de História Cultural*. Madrid: Alianza Editorial, 2000.
- BURKE, Peter – “Problemas causados por Gutenberg. A explosão da informação nos primórdios da Europa moderna”. *Estudos Avançados*, 16, 44 (2002), 173-185.
- CALMETTE, Joseph – *Les grands ducs de Bourgogne*. Paris: Éditions Albin Michel, 1949.
- CARRIZO RUEDA, Sofía M. – “Analizar un relato de viajes. Una propuesta de abordaje desde las características del género y sus diferencias con la literatura de viajes”. in Rafael Béltran (coord.) – *Maravillas, Peregrinaciones y Utopías. Literature de Viajes en el Mundo Románico*. Valencia: Publicacions de la Universitat de València, Departament de Filologia Espanyola, 2002, 343-358.
- CASTRO HERNÁNDEZ, Pablo – “Los libros de viajes a fines de la Edad Media y el Renacimiento. Una revisión a la tradición narrativa en las *Andanças e Viajes de Pero Tafur*”. *Lemir. Revista de Literatura Española Medieval y del Renacimiento*, 19 (2015).
- CHAPLAIS, Pierre – *English Diplomatic Practice in the Middle Ages*. Londres/Nova Iorque: Bloomsbury Publishing, 2003.
- COSTA, António Martins – “O casamento de D. Leonor e Frederico III (1451-1452) e as relações entre Portugal e o Sacro Império nos finais da Idade Média”. *Medievalista*, 24 (2018).
- CREPALDI, Daniele – *Il Viaggio di Felice Brancacci in Egitto (1422-1423)*. Torino: Università degli studi di Torino, 1996. Tesi di Letteratura Umanistica.
- CUNHA, Maria Teresa – “Diários pessoais. Territórios abertos para a História”. in Carla Pinsky; Tânia Regina de Luca (orgs.) – *O Historiador e Suas Fontes*. São Paulo: Contexto, 2012, 251-279.
- DE VIVO, Filippo – “How to read Venetian ‘relazioni’”. *Renaissance and Reformation / Renaissance et Réforme*, 34, 1/2 (2011), 25-59.
- DE VIVO, Filippo – *Information and Communication in Venice. Rethinking Early Modern Politics*. Oxford: Oxford University Press, 2007 [e-book].
- DOVER, Paul Marcus – “Deciphering the diplomatic archives of fifteenth century”. *Arch Sci*, 7 (2007), 297-316.
- DROCOURT, Nicolas – *Diplomatie sur le Bosphore. Les ambassadeurs étrangers dans l’Empire byzantin des années 640 a 1240*. 2 vols. Louvain/Paris/Walpole: Peeters, 2015.
- FLETCHER, Catherine – *Diplomacy in Renaissance Rome. The Rise of the Resident Ambassador*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

- FRANÇA, Susani Silveira Lemos – *Mulheres dos Outros. Os Viajantes Cristãos nas Terras a Oriente*. São Paulo: Unesp, 2015.
- FRANÇA, Susani Silveira Lemos – “Reminiscências e observação no universo dos viajantes dos séculos XIV e XV”. *Morus, Utopia e Renascimento*, 6 (2009).
- FRIEDMAN, John Block; FIGG, Kristen Mossler (orgs.) – *Trade, Travel, and Exploration in the Middle Ages. An Encyclopedia*. Nova Iorque: Routledge, 2000.
- FRIGO, Daniela (org.) – *Politics and Diplomacy in Early Modern Italy. The Structure of Diplomatic Practice, 1450-1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- GANSHOF, François – *Histoire des relations internationales. Tome premier: Le Moyen Âge*. Paris: Hachette, 1953.
- GUNIA, Inke – “The travel report of the Castilian embassy to the court of Tamerlane at Samarkanda (1403-1406)”. in Ralf Hertel; Michael Keevak (orgs.) – *Early Encounters between East Asia and Europe. Telling Failures*. Nova Iorque: Routledge, 2017.
- HAUSER, Henri – “De la nature des documents”. in Henri Hauser, *Les Sources de l’histoire de France. XVI^e siècle (1494-1610)*. Paris: Alphonse Picard et fils, 1906, 9-11.
- HERBERS, Klaus – “El viaje a Portugal de los embajadores de Federico III en el relato de Lanckmann y de otros cronistas”. *Anuario de Estudios Medievales*, 32, 1 (2002), 183-198.
- ISTANBULI, Yasin – *Diplomacy and Diplomatic Practice in the Early Islamic Era*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- LABARGE, Margaret Wade – *Viajeros Medievales. Los Ricos y los Insatisfechos*. Madrid: Nerea, 1992.
- LADERO QUESADA, Miguel Ángel – *El Mundo de los Viajeros Medievales*. Madrid: Anaya, 1992.
- LAZZARINI, Isabella – *Communication and Conflict. Italian Diplomacy in the Early Renaissance, 1350-1520*. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- LAZZARINI, Isabella – “Scritture dello spazio e linguaggi del territorio nell’Italia tre-quattrocentesca. Prime riflessioni sulle fonti pubbliche tardomedievali”. *Bullettino dell’Istituto Storico Italiano per il Medio Evo e Archivio Muratoriano*, 113 (2011), 137-208.
- LAZZARINI, Isabella – “The final report”. in Monica Azzolini; Isabella Lazzarini (eds.) – *Italian Renaissance Diplomacy. A Sourcebook*. Toronto: Pontifical Institute of Medieval Studies, 2017, 57-72.
- LEBEL, Jean – “Littérature de voyage et genre épistolaire au XVI^e siècle”. *Bulletin de l’Association Guillaume Budé*, 2 (2000), 175-192.
- LOPES, Paulo – “Late medieval Iberia: the perception of ambassador Nikolaus Lanckman von Valckenstein”. in Pedro Martínez García (org.) – *Alteridad Ibérica. El Otro en la Edad Media*. Murcia: Sociedad Española de Estudios Medievales, 2021, 123-144.
- LOPES, Paulo – “Os livros de viagens medievais”. *Medievalista*, 2 (2006).

- LÓPEZ DE CORSELAS, Manuel Parada – *El Viaje de Jan van Eyck de Flandes a Granada (1428-1429)*. Madrid: La Érgastula, 2016.
- LÓPEZ ESTRADA, Francisco – “Ruy González de Clavijo. La Embajada a Tamorlán. Relato del viaje hasta Samarcanda y regreso (1403-1406)”. *Arbor*, 711-712, CLXXX (2005), 515-535.
- MADURELL MARIMÓN, José Maria – “Embajada catalana a Luís XI (1463-1464). Notas para su estudio”. *Boletín de la Real Academia de Buenas Letras de Barcelona*, 32 (1967-1968), 189-307.
- MAGNOLO, Walter – “Cartas, crónicas y relaciones del descubrimiento y la conquista”. in Luis Iñigo Madrigal (org.) – *História de la Literatura Hispanoamericana*. Vol. 1. Madrid: Cátedra, 1992.
- MARQUES, A. H. de Oliveira – “O Portugal do tempo do infante D. Pedro visto por estrangeiros (a embaixada borguinhã de 1428-29)”. *Biblos. Revista da Faculdade de Letras*, LXIX (1993), Actas do Congresso Comemorativo do 6.º Centenário do Infante D. Pedro, 59-78.
- MATTINGLY, Garrett – *Renaissance Diplomacy*. Baltimore: Penguin Books, 1964.
- MAULDE LA CLAVIÈRE, René de – *La Diplomatie au temps de Machiavel*. Vol. 3. Paris: Ernest Leroux Éditeur, 1893.
- NASCIMENTO, Aires A. – “Introdução”. in *Leonor de Portugal, Imperatriz da Alemanha. Diário de Viagem do Embaixador Alemão Nicolau Lanckman de Valckenstein*. Edição do texto latino e trad. Aires A. Nascimento, com Maria João Branco e Maria de Lurdes Rosa. Lisboa: Edições Cosmos, 1992, 9-13.
- NEBRIJA, Elio António de – *Vocabulario Español-Latino*. Salamanca: s.n., 1495.
- NICOL, Donald – *Byzantium and Venice. A Study in Diplomatic and Cultural Relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- PÉQUIGNOT, Stéphane – “Ambassades et ambassadeurs”. in Jean-Marie Moeglin (org.) – *Diplomatie et “relations internationales” au Moyen Âge (IX^e-XV^e siècle)*. Paris: PUF, 2017, 345-494.
- PÉQUIGNOT, Stéphane – “Les ambassadeurs dans les miroirs des princes en Occident au Moyen Âge”. in Stefano Andretta et al. (orgs.) – *De l’ambassadeur. Les écrits relatifs à l’ambassadeur et à l’art de négociier du Moyen Âge au debut du XIX^e siècle*. Roma: École Française de Roma, 2015, 33-55.
- PÉQUIGNOT, Stéphane – “Les cadres des échanges”. in Jean-Marie Moeglin (org.) – *Diplomatie et “relations internationales” au Moyen Âge (IX^e-XV^e siècle)*. Paris: PUF, 2017, 97-146.
- PÉQUIGNOT, Stéphane – “Les ‘journaux d’ambassades’ en Occident à la fin du Moyen Âge”. in Jean-Louis Fournel; Matteo Residori (orgs.) – *Ambassades et ambassadeurs en Europe (XV^e-XVII^e siècle)*. Genebra: Librairie Droz, 2020, 23-45.

- PÉREZ PRIEGO, Miguel Ángel – “Estudio literario de los libros de viajes medievales”. *Epos. Revista de Filología*, 1 (1984), 217-239.
- PÉREZ PRIEGO, Miguel Ángel – “Prólogo”. in *Viajes Medievales II. Embajada a Tamorlán, Andanças e Viajes de Pero Tafur, Diarios de Colón*. Miguel Ángel Pérez Priego (ed.). Madrid: Fundación José Antonio de Castro, 2006, IX-XLII.
- QUELLER, Donald – “The development of ambassadorial *relazioni*”. in J. R. Hale (org.) – *Renaissance Venice*. Londres: Faber, 1973, 174-196.
- QUELLER, Donald – *The Office of Ambassador in the Middle Ages*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1967.
- RICHARD, Jean – *Les récits de voyages et de pèlerinages*. Turhnout: Brepols, 1981.
- RUBIO TOVAR, Joaquín – *Libros Españoles de Viajes Medievales*. Madrid: Taurus, 1986.
- SCHNEIDER-MIZONY, Odile – “Le journal de voyage, mode d’emploi pour voyageurs”. in Dominique Dinet et al. (orgs.) – *Les formes du voyage. Approches interdisciplinaires*. Strasbourg: Presses universitaires de Strasbourg, 2010, 183-192.
- SCHNERB, Bertrand – *L’État bourguignon (1363-1477)*. Paris: Editions Perrin, 2005.
- SENATORE, Francesco – “Uno Mundo de Carta”. *Forme e Strutture dela Diplomazia Sforzesca*. Naples: Liguori Editore, 1998.
- VERDON, Jean – *Voyager au Moyen Âge*. Paris: Tempus, 2007.
- ZUMTHOR, Paul – “Dire le voyage au Moyen Âge”. *Liberté*, 35, 4-5 (1993), 79-94.

Rarezas y cosas exóticas de las tierras de Oriente: lo extraño y lo maravilloso en las *Andanças e Viajes* de Pero Tafur (siglo XV)¹

Pablo Castro Hernández

Universidad Alberto Hurtado / Universidad de Santiago de Chile
pfcastro@uc.cl

Resumen

En esta investigación analizamos la presencia de las maravillas en la obra *Andanças e Viajes* de Pero Tafur (siglo XV). En primer lugar, estudiamos el concepto de lo maravilloso desde enfoques historiográficos, literarios y culturales. En segundo lugar, examinamos las funciones y propósitos narrativos de lo extraño y lo maravilloso en el relato de viajes de Pero Tafur. Por consiguiente, proponemos que el viajero hispano incluye las maravillas como parte de una tradición cultural de los viajeros medievales para resaltar lo exótico y lo singular de las tierras extranjeras. De esta manera, las maravillas generan sorpresa y admiración por los seres, objetos y fenómenos extraños y sobrenaturales, los cuales crean una atmósfera narrativa basada en la novedad y la diferencia, así como también en horizontes fabulosos que establecen una ruptura con el mundo conocido. Así, la presencia de las rarezas y los prodigios forjan representaciones de la otredad, utilizándose para proyectar diferencias culturales con la identidad del viajero y legitimar sus aventuras en las tierras lejanas.

¹ El presente artículo se basa en la ponencia titulada “«*Mirando muchas e muy estrañas cosas*»: funciones y propósitos narrativos de lo extraño y lo maravilloso en el relato de viajes de Pero Tafur (s. XV)”, la cual fue presentada en el “Congresso Internacional VIATOR: Viagens e Viajantes Medievais” organizado por el Instituto de Estudos Medievais de la Universidade Nova de Lisboa (2021).

Palabras clave

Maravillas; tierras extrañas; exotismo; funciones y propósitos narrativos; Pero Tafur

Nota biográfica

Licenciado en Historia de la Pontificia Universidad Católica de Chile. Magíster en Historia de la Pontificia Universidad Católica de Valparaíso. Doctorando en Estudios Hispánicos Avanzados de la Universitat de València. Actualmente realiza docencia en Historia Medieval y Renacentista en la Universidad Alberto Hurtado, la Universidad de Santiago de Chile, la Universidad Academia de Humanismo Cristiano y la Universidad Andrés Bello. Director y editor general de la revista *Historias del Orbis Terrarum*. Sus campos de estudio se centran en los libros de viajes medievales y renacentistas, las representaciones y construcciones identitarias de la otredad oriental y las funciones de las maravillas en las crónicas y literatura medieval.

Rarity and exotic things from the lands of the East: the strange and the wonderful in the *Andanças e Viajes* by Pero Tafur (15th century)

Abstract

In this paper we analyze the presence of wonders in the work *Andanças e Viajes* by Pero Tafur (15th century). First, we study the concept of the marvelous from historiographic, literary and cultural perspectives. Second, we examine the narrative functions and purposes of the strange and the wonderful in the travel writing of Pero Tafur. Therefore, we propose that the Hispanic traveler includes wonders as part of a medieval traveler cultural tradition to highlight the exotic and singular of foreign lands. In this way, wonders generate surprise and admiration for strange and supernatural creatures, objects and phenomena, which create a narrative atmosphere based on novelty and difference, as well as fabulous horizons that establish a break with the known world. Thus, the presence of rarities and prodigies forge representations of otherness, being used to project cultural differences with the identity of traveler and legitimize his adventures in distant lands.

Keywords

wonders; strange lands; exoticism; functions and narrative purposes; Pero Tafur

Biographical note

Graduated in History from the Pontifical Catholic University of Chile. Master in History from the Pontifical Catholic University of Valparaíso. PhD Candidate in Advanced Hispanic Studies at the University of Valencia. He currently teaches in Medieval and Renaissance History at the Alberto Hurtado University, the University of Santiago, the Academy of Christian Humanism University and the Andrés Bello University. Director and general editor of the journal *Historias del Orbis Terrarum*. His fields of study focus on Medieval and Renaissance travel books, representations and identity constructions of Eastern otherness and the functions of wonders in medieval chronicles and literature.

En el presente estudio analizamos la presencia de lo extraño y lo maravilloso en la narrativa de viajes de Pero Tafur (s. XV), revisando los elementos singulares y fabulosos de las tierras extranjerías. De manera concreta, se examinan las funciones y propósitos narrativos de los *mirabilia* en la escritura de viajes, tanto en criaturas, fenómenos y objetos extraños y asombrosos de las regiones de Oriente. A partir de esto, resulta fundamental cuestionarse, ¿cómo se describen las maravillas en los viajes de Pero Tafur? ¿Qué rol e intencionalidad narrativa poseen los elementos asombrosos en su relato? ¿Y en qué medida lo extraño y lo maravilloso permite forjar bases de la identidad cultural europea mediante una dialéctica de la alteridad con la otredad oriental?

Para realizar el análisis se ha considerado la obra *Andanças e Viajes* de Pero Tafur, redactada hacia 1454. El viajero –un caballero e hidalgo procedente de Sevilla– se refiere a su viaje por Europa, el Mediterráneo y Tierra Santa, donde describe los pueblos que conoce, sus costumbres, prácticas y formas de vida. Asimismo, anota sobre las maravillas, rarezas y singularidades de las tierras lejanas, las que deslumbran por su novedad y exotismo².

Bajo nuestra mirada, se propone que en la narrativa de Tafur se describen elementos extraños y maravillosos, los cuales tienen como finalidad resaltar la diferencia de la otredad oriental. La maravilla refleja la admiración por las cosas extrañas, fabulosas y sorprendentes, las que causan pasmo por su carácter insólito

² Para el presente estudio se ha considerado la edición reciente de la obra de Pero Tafur realizada por Miguel Ángel Pérez Priego: PERO TAFUR – *Andanzas y Viajes*. Miguel Ángel Pérez Priego (ed.). Madrid: Cátedra, 2018.

y distinto. La intencionalidad narrativa de lo maravilloso en el relato del viandante considera tres ejes centrales: informar sobre las cosas extrañas y exóticas de las tierras lejanas, crear un relato lúdico-didáctico que permita entretener a los lectores y la audiencia del escrito de viajes, e integrar los cuentos e historias asombrosas que conforman parte del imaginario de Oriente. Así, la presencia de seres, fenómenos y objetos extraordinarios y fabulosos en las tierras asiáticas, exaltan una dialéctica de la alteridad en la que el viajero forja representaciones de una otredad diferente que contrasta con la identidad cultural europea. De este modo, se articula una diferenciación social, moral, física y natural con la otredad asiática, lo que permite reafirmar la identidad occidental frente al espejo ‘extraño’ del otro.

Las maravillas en la Edad Media: algunas precisiones conceptuales

Si examinamos el concepto de maravilla en la Edad Media, notaremos que refleja los elementos extraordinarios y asombrosos que conforman parte del mundo creado. Jacques Le Goff señala que los *mirabilia* designan realidades geográficas, naturales y asombrosas³. La palabra tiene su raíz latina en *miror*, como expresión de ‘admirar’, ‘extrañarse’, ‘querer saber’ y ‘preguntarse con curiosidad o admiración’⁴. De hecho, en el ámbito etimológico, esta palabra posee “una raíz *mir* (*miror*, *mirari*) que implica algo visual”⁵, de modo que se articula una relación con la mirada y la contemplación de un fenómeno u objeto extraordinario, lo cual provoca una fascinación por su naturaleza maravillosa y diferente⁶.

Para Francis Gingras, la maravilla significa la sorpresa que provoca alguna fuerza sobrenatural en las personas, así como también la naturaleza extraordinaria de algún fenómeno u objeto que se vislumbra⁷. Asimismo, Claude Kappler sostiene

3 LE GOFF, Jacques – *Héroes, Maravillas y Leyendas de la Edad Media*. Barcelona: Paidós, 2010, 20.

4 *Diccionario Esencial Vox Latino-Español*. Barcelona: Larousse, 2010, 274; *Oxford Latin Dictionary*. Oxford: The Clarendon Press, 1968, 1115; ERNOUT, Alfred; MEILLET, Antoine – *Dictionnaire Etymologique de la Langue Latine*. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1951, 721-722; MARTÍNEZ CALVO, Pascual – *Diccionario Latino-Castellano Etimológico*. Zaragoza: Cometa, 2009, 158.

5 LE GOFF, Jacques – *Lo Maravilloso y lo Cotidiano en el Occidente Medieval*. Barcelona: Gedisa, 2008, 10.

6 Lorraine Daston y Katharine Park señalan que la emoción de maravillarse en latín fue llamada *admiratio* y los objetos maravillosos, *mirabilia* y *miracula*. En esta línea, el verbo *miror* y el adjetivo *mirus*, parecen tener sus raíces en la palabra *smeiros*, lo que expresa las acciones de ‘sonreír’ y ‘sorprenderse’. Por otro lado, con el griego *thauma*, se asocian las nociones de ‘ver’ y ‘admirar’ (DASTON, Lorraine; PARK, Katharine – *Wonders and the order of nature, 1150-1750*. New York: Zone Books, 1998, 16). Junto con esto, la idea de lo maravilloso se extiende por la literatura y la sensibilidad medieval mediante las lenguas vulgares. Así, “*merveille* se encuentra en el francés antiguo desde el siglo XIII”, en tanto, que, “otros términos surgidos del latín sobre el mismo modelo se encuentran en italiano (*meraviglia*), español (*maravilla*) y portugués (*maravilha*); al mismo tiempo, el alemán propone *Wunder* y el inglés *Wonder*, y las lenguas eslavas, como el polaco, utilizan el término *Cud*” (Le Goff, *Héroes...*, 20).

7 Cfr. GINGRAS, Francis – *Une étrange constance. Les motifs merveilleux dans les littératures d’expression française du Moyen Age à nos jours*. Québec: Les Presses de l’Université Laval, 2006, 1-10.

que la maravilla refleja las nociones de admiración, sorpresa, gusto por lo nuevo y lo extraordinario⁸. En cierta medida, lo maravilloso genera una ruptura con el mundo cotidiano, articulando sensaciones que oscilan entre lo asombroso y lo terrorífico. Así, las maravillas sorprenden por las cosas insólitas y extrañas de la naturaleza, al igual que por los elementos exóticos y fabulosos de una otredad. En este sentido, la maravilla expresa una relación de apertura y encuentro con otras realidades culturales, proyectando una tensión identitaria en la que el sujeto occidental confronta su realidad –vida material, cultural e imaginarios– con las dimensiones exóticas y desconocidas de la otredad, de modo que se remarca una diferencia que provoca un estado de admiración y sorpresa frente a la extrañeza y la novedad⁹.

Ahora bien, la sociedad medieval articula un imaginario fabuloso de las tierras lejanas, enfatizando en cuentos asombrosos de otras gentes, historias de criaturas prodigiosas y anotaciones de cosas extrañas, sobrenaturales y exóticas. Estos seres, criaturas y objetos extraordinarios se localizan en los espacios distantes: lo maravilloso se manifiesta en lugares desconocidos y diferentes. Lorraine Daston y Katharine Park indican que los escritores medievales ubican las maravillas en los rincones del mundo, en cuanto estos espacios resultan proclives para manifestar la novedad, la variedad y la exuberante transgresión natural¹⁰. Sin ir más lejos, Maria Serena Mazzi sostiene que los viajeros sitúan a los seres extraños y peculiares fuera del ‘centro’, esto es, en las regiones lejanas¹¹. En cierta medida, los lugares lejanos provocan un estado de curiosidad y asombro frente a las cosas nuevas que se observan: lo extraño y lo diferente tensionan la identidad del viajero que confronta su realidad con lo ajeno. La maravilla ubicada en los márgenes del mundo permite legitimar las andanzas de los viandantes por los territorios ignotos, en el que el

8 KAPPLER, Claude – *Monstruos, Demonios y Maravillas a Fines de la Edad Media*. Madrid: Akal, 1986, 56.

9 Tal como refiere Michel Mollat, las maravillas se conciben como un “conjunto de fábulas prodigiosas” que pueden ser “admirables o chocantes, y de manera excepcional, alcanzar lo sublime o ser rechazadas a la exclusión” (MOLLAT, Michel – *Los Exploradores del Siglo XIII al XVI. Primeras Miradas sobre Nuevos Mundos*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1990, 101). Sumado a esto, Stephen Greenblatt sostiene que la maravilla y el asombro “oscilan entre la designación de un objeto material y la designación de una reacción frente al objeto”. Así, lo maravilloso es “un rasgo fundamental dentro de la totalidad del complejo sistema de representación verbal y visual, filosófico y estético, intelectual y emocional” de la sociedad medieval y renacentista, con lo cual perciben “lo desconocido, lo ajeno, lo terrible, lo deseable y lo detestable” (GREENBLATT, Stephen – *Maravillosas Posesiones. El Asombro ante el Nuevo Mundo*. Barcelona: Marbot, 2008, 58-59). Incluso, como añade Miguel Ángel Pérez Priego, las maravillas son “seres, objetos o situaciones”, las que generan “la sensación de penetrar en otro mundo, un mundo que era nuevo en cuanto no conocido y en el que las cosas eran diferentes e incluso contrarias a las conocidas. Todo ello provocaría evidentemente interés y fascinación, asombro y maravilla” (PÉREZ PRIEGO, Miguel Ángel – “Maravillas en los libros de viajes medievales”. *Compás de Letras*, 7 (1995), 67-68).

10 Daston; Park, *Wonders...*, 25.

11 MAZZI, Maria Serena – *Los Viajeros Medievales*. Madrid: Machado Libros, 2018, 218.

viaje se transforma en una aventura y los objetos maravillosos en los elementos que nutren la curiosidad y el exotismo de las gentes y sus imaginarios fabulosos¹².

En suma, la maravilla se relaciona con el proceso de contemplar fenómenos u objetos que generan una diferencia con la realidad conocida, experimentando la sensación de entrar en otro mundo. Con ello, lo maravilloso concentra categorías de lo extraordinario, lo mágico, lo extraño, lo milagroso y lo monstruoso, donde los elementos naturales y sobrenaturales se funden dentro de la realidad material, cristalizándose en formas insólitas y singulares que fascinan por su novedad, rareza y diferencia¹³.

Lo extraño y lo maravilloso en la narrativa de Pero Tafur

En el prólogo de la obra, Tafur se refiere a la acción del viajero de “visitar tierras estrañas”¹⁴, lo cual significa internarse en territorios lejanos y desconocidos. En lengua latina, lo *extraneus* es lo ‘extraño’, lo ‘impropio’ y lo ‘extranjero’¹⁵. Y en la etimología de la lengua castellana, extraño es lo ‘exterior’, lo ‘ajeno’, lo ‘foráneo’ y lo que se encuentra ‘fuera’¹⁶. Para Paul Zumthor, lo ‘extraño’ es la diferencia que caracteriza a las otras tierras, lo que no solo expresa las distancias ordinarias, sino que proyecta una medida de lejanía¹⁷. Así, lo extraño considera elementos que se hallan en el exterior, en *otro lugar*, y que manifiestan lo único, lo inédito y lo increíble. Este concepto alude a la rareza y el desconocimiento, lo que provoca una

12 Cabe señalar que la maravilla expresa una realidad única de una otredad lejana y diferente. Según Claude Kappler, la maravilla solo se concibe como tal “si el «objeto» extraordinario está localizado en un único extremo del mundo, si es exclusivamente ajeno. Esa «exclusividad» es la condición de la sorpresa y de la admiración” (Kappler, *Monstruos, Demonios y Maravillas...*, 68).

13 Para una mayor revisión sobre el concepto de las maravillas, véase también: DUBOST, Francis – *La Merveille médiévale*. Paris: Honoré Champion, 2016; BARLETT, Robert – *The Natural and the Supernatural in the Middle Ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011; BYNUM, Caroline Walker – “Wonder”. *The American Historical Review*, 102, 1 (1997), 1-26; RÜTH, Axel – “Representing wonder in medieval miracles narratives”. *MLN*, 126, 4 (2011), 89-114; MORALES, Ana María – “Lo maravilloso medieval en literatura”. *El Hilo de la Fábula*, 2 (2003), 118-129; WITTKOWER, Rudolf – “Maravillas de Oriente: estudio de la historia de los monstruos”. in *La Alegoría y la Migración de los Símbolos*. Madrid: Siruela, 2006, 70-113; CASTRO HERNÁNDEZ, Pablo – “La magia en los libros de viajes medievales: una aproximación a la nigromancia y los encantamientos en las andanzas de Pero Tafur”. *Revista Sans Soleil. Estudios de la Imagen*, 8 (2016), 66-75; CASTRO HERNÁNDEZ, Pablo – “La tradición de las maravillas en las *Andanzas e Viajes* de Pero Tafur (1436-1439)”. *Lemir*, 18 (2014), 329-382; BELTRÁN, Rafael (ed.) – *Maravillas, Peregrinaciones y Utopías. Literatura de Viajes en el Mundo Románico*. Valencia: Publicacions de la Universitat de València, 2002; KARNES, Michelle – “Marvels in the medieval imagination”. *Speculum*, 90, 2 (2015), 327-365.

14 Tafur, *Andanzas y Viajes...*, 64.

15 *Diccionario Esencial Vox Latino-Español*, 157; *Oxford Latin Dictionary*, 661; Martínez Calvo, *Diccionario Latino-Castellano Etimológico*, 109.

16 COROMINES, Joan – *Breve Diccionario Etimológico de la Lengua Castellana*. Barcelona: Gredos, 2012, 242.

17 ZUMTHOR, Paul – *La Medida del Mundo. La Representación del Espacio en la Edad Media*. Madrid: Cátedra, 1994, 253.

perturbación de lo familiar. En esta línea, para el viajero hispano, recorrer las tierras extrañas constituye desplazarse por lugares ajenos, exóticos y distintos, generando una fascinación por el carácter único de los sucesos que deslumbran por su novedad y diferencia.

Tafur describe la naturaleza exótica de las regiones que recorre de Oriente. Menciona el caso del elefante en las tierras de Babilonia (El Cairo):

“Este día bolvimos a Babilonia e otro día siguiente fuemos a ver la casa donde están los elefantes e fallé siete, los cuales son negros de color y de grandeça más que camellos e de fortaleça así de braços como de piernas que parecen mármoles, la mano redonda e con uña fuerte, e dizen que conjuntura tienen, pero que no tienen tuétano ninguno. Tienen los ojos muy chequitos como un cornado e colorados, la cola corta como de oso, la oreja como una comunal adarga y la cabeça como de tinaja de estas seis arrovras, los colmillos de cuatro palmos. Tiene la boca muy chica, tiene en el beço de arriba una trompa de fasta seis palmos, esta él la aluenga cuando él quiere e la encoge cuando quiere, e con esta apaña las cosas que a de comer e las mete en la boca e fínchela de agua cuando quiere beber. Estas bestias parece como que tengan entendimiento, tantas burlas fazen que a las vezes traen aquella trompa llena de agua e échala encima a quien quiere, e fázelos jugar con una lança echándola en alto e recibíendola, e otros muchos juegos [...] Estos tienen el cuerpo muy duro e, si reciben alguna ferida, pónenle donde le dé la luna e luego otro día es sano [...] Dizen que en la India que arman castillos sobre ellos en que van diez e seis ombres, e afórranles aquellos colmillos, cuando quieren combatir, en acero. Dizen que biven mucho estas animalias.”¹⁸

Y también anota el caso de la jirafa:

“Este día volví a la posada mirando muchas e muy estrañas cosas. Otro día siguiente fui a ver una animalia que llaman xarafia, que es tan grande como un gran ciervo e tiene los braços tan altos como dos braços e las piernas tan cortas como un cobdo, e toda la fación como una cierva e rodada, las ruedas blancas e amarillas, el cuello tan alto como una razonable torre, e muy mansa. Cuando le dan a comer del pan con la mano, abaxa la cabeça e faze un grande arco con el cuello. Dizen que biven mucho tiempo e que esta avía más de docientos años que estava allí.”¹⁹

18 Tafur, *Andanzas y Viajes...*, 148-149.

19 Tafur, *Andanzas y Viajes...*, 149-150.

El viajero se asombra de los animales exóticos que aprecia en las tierras orientales, los que fascinan por sus formas físicas, tamaños y colores. La observación de estas criaturas genera una ruptura con su mundo cotidiano, en cuanto cataloga a estos animales de ‘extraños’, los que expresan una naturaleza insólita y diferente. Los animales se describen con características físicas particulares: los elefantes son negros, grandes y gruesos, con ojos pequeños, cola corta y grandes orejas, destacando de su cabeza los enormes colmillos y su gran trompa; y en el caso de la jirafa, es un animal grande, de brazos altos y piernas cortas, con un pelaje de ‘ruedas blancas e amarillas’ y un enorme cuello. La forma genera extrañeza, en la medida que rompe con lo familiar y lo conocido, causando sorpresa por lo inusual de su naturaleza. Para Barry Taylor, el viajero describe estas criaturas con mucha autenticidad, aunque también sucumbe ante los cuentos extraordinarios, considerando que el elefante se puede sanar con la presencia de la luna, o la jirafa puede vivir más de doscientos años²⁰. En cierta medida, la narrativa del viandante enfatiza en el exotismo y la singularidad, con el objetivo de presentar la rareza de las tierras lejanas.²¹ Asimismo, valora las cualidades de estos seres, de lo cual señala que el elefante tiene un buen ‘entendimiento’, es muy gracioso y juguetón, en tanto que la jirafa es ‘muy mansa’. Así, ambas criaturas cautivan por su comportamiento ameno, lo que contrasta con las formas bestiales y salvajes de otros animales monstruosos, como el cocodrilo o el hipopótamo, que se conciben peligrosos para las personas. Según Victoria Béguelin-Argimón, estos animales desconocidos en Castilla anuncian la ‘maravilla’ de las tierras extranjeras, expresando la diferencia y ruptura con lo cotidiano²². En este sentido, el viaje refleja un encuentro con una espacialidad, naturaleza y fauna que deslumbra por su novedad y extrañeza, y que conforman parte de un proceso de develamiento de los lugares exóticos de la otredad oriental.

Asimismo, en su encuentro con Nicolò de Conti, el viajero veneciano le menciona a Pero Tafur otras criaturas extrañas y diferentes:

20 Cfr: TAYLOR, Barry – “Late medieval Spanish travellers in the East: Clavijo, Tafur, Encina and Tarifa”. in Rosamund Allen (ed.) – *Eastward Bound. Travel and Travellers, 1050-1550*. Manchester/New York: Manchester University Press, 2004, 221-234, aquí p. 231.

21 Tal como afirma Pedro Martínez García, Pero Tafur incluye datos de carácter sobrenatural cuando se refiere al proceso milagroso de curación de las heridas de los elefantes. En torno a esto, los viajeros bajomedievales “buscan constatar su paso por lugares lejanos a través de la incorporación de seres fabulosos a sus textos, pero a la vez demuestran un interés creciente por la naturaleza que les rodea y por transmitir una experiencia empírica con maravillas insólitas y excepcionales al lector de sus andanzas” (MARTÍNEZ GARCÍA, Pedro – “*Esto yo non lo vi, pero dicho me fue*. Lo maravilloso y lo monstruoso en el relato de viajes bajomedieval”. in María del Pilar Carceller Cerviño (coord.) – *Viajes y Viajeros en la Edad Media*. Madrid: La Ergástula, 2021, 111-127, aquí p. 124).

22 Tal como refiere la autora: “La maravilla es en estos casos lo que realmente se ve pero es diferente de lo cotidiano, y la comparación que se establece con lo conocido permite la integración y aceptación de lo nuevo en el universo de lectores y oyentes” (BÉGUELIN-ARGIMÓN, Victoria – “Lo maravilloso en tres relatos de viajeros castellanos del siglo XV”. in Julio Peñate Rivero (ed.) – *Relato de Viaje y Literaturas Hispánicas*. Madrid: Visor Libros, 2004, 96).

“Preguntéle si avía visto cosas monstruosas en la forma humana, así como algunos quieren decir hombres de un pie o de un ojo, o tan pequeños como un cobdo o tan altos como una lança. Dize que no sintió nada de todas esas cosas, pero que bestias vido de estrañas figuras, que en una tierra de gentiles vido un elefante muy grande, blanco como nieve, que es cosa bien estraña por quanto todos son negros, e que lo tenían atado a una columna con cadenas de oro e aquel por dios adoraban. Dize que vido un asno que truxeron al Preste Juan, poco mayor que un podenco e de quantas colores se podíen decir, e que vido muchos onicornios e muchas animalias que sería largo de escrevir, e que vido armar los castillos en los elefantes para ir a combatir la tierra.”²³

Nicolò de Conti destaca las criaturas estrañas por sobre los monstruos gigantes e híbridos de Oriente. En cierta medida, estas criaturas y animales que vislumbra resultan raros y diferentes en cuanto se desprenden de la fauna y naturaleza conocida en Occidente, generando admiración y sorpresa por la novedad que significan a los viajeros. Tal como sostiene Paul Zumthor, lo que ve y registra el viajero medieval es la diferencia, no la semejanza²⁴: sus anotaciones se abocan a lo extraordinario y lo sorprendente, dimensiones de un espacio inimaginable. De este modo, el caballero español registra los casos de distintos animales, tales como los asnos, rinocerontes y elefantes, los cuales maravillan al autor, quien construye una imagen de Oriente basada en lo exótico y lo distinto²⁵. En concreto, se sorprende por las ‘estrañas figuras’, ya sea por los tamaños, la variedad de colores y las formas únicas de estas criaturas: el viajero considera que es ‘cosa bien estraña’ ver un elefante blanco como nieve, ya que solo conocía elefantes con tonos más oscuros, e incluso, se deslumbra cómo arman castillos sobre sus cuerpos para ir a la guerra. Así, Tafur forja una ruptura con lo conocido, presentando nuevas formas de la realidad de las tierras lejanas, alejándose de lo familiar y proyectando horizontes inexplorados de la otredad.

Sumado a esto, se refiere a la barbarie y antropofagia de algunos pueblos narrados por el veneciano Nicolò de Conti:

“Asimismo dize que vido comer carne de hombres e que ésta es la cosa más estraña que él vido. Esto todo, se entiende, entre los gentiles, mas entre los

23 Tafur, *Andanzas y Viajes...*, 163-164.

24 Zumthor, *La Medida del Mundo...*, 251.

25 Cabe señalar que lo exótico concentra los elementos estraños, aquellas cosas que no son conocidas ni familiares. En esta línea, tal como afirma Gabriel Weisz, “lo exótico viene a crear un espacio imaginario”, de modo que, frente a la saturación de las cosas conocidas, el exotismo ofrece una apertura de geografías inexploradas. Así, lo exótico constituye “un gesto que libera de la claustrofobia de un lugar demasiado reducido para explorar el misterio del espacio” (WEISZ, Gabriel – *Tinta del Exotismo. Literatura de la Otredad*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 2007, 42-43).

cristianos vido comer la carne de las animalias cruda, requiriéndose de quince o veinte días de comer de una yerba muy odorífera e, si de allí pasa, que torna leproso.”²⁶

Según Pero Tafur, el viajero veneciano vislumbra la rareza de estas gentes que comen carne de otros hombres, denotando un sentido de salvajismo y barbarie. Sin embargo, su sorpresa se acrecienta aún más cuando ve esto entre los cristianos que comen carne cruda de animales. Julia Roumier refiere que el viajero establece una afirmación de su identidad a través del contraste y la crítica con las culturas extranjeras, las cuales se diferencian en su aspecto físico, costumbres y moralidad²⁷. La imagen que se construye sobre la otredad oriental se fundamenta justamente en esos elementos extraños que difieren de los hábitos, normas y nociones culturales propias de su realidad occidental, donde si bien la lejanía de estos espacios induce a este tipo de prácticas barbáricas –puesto que se hallan lejos del orden y el mundo civilizado– el sentido de lo extraño se amalgama con todo lo que represente una diferencia y rareza dentro del mundo conocido²⁸.

Por otro lado, el viajero se refiere a la gran maravilla del piélagos cercano al río Jordán: “El moro que me levava me dixo una gran maravilla, que el río Jordán entra por el piélagos e sale de la otra parte sin se mezclar con la otra agua, e dize que en medio del piélagos pueden beber agua dulce del río”²⁹. El autor anota lo maravilloso extraordinario, en la medida que el río Jordán que entra por el mar no se mezcla con sus aguas, considerándose como expresión de una naturaleza fabulosa. Karen Daly refiere que el viajero hispano destaca las curiosidades naturales, remarcando la separación del agua salada y dulce en la confluencia del Mar Muerto y el río Jordán³⁰. La maravilla representa un marco en el cual este tipo de sucesos se ajustan por su carácter insólito y sorprendente. Caroline Walker Bynum indica que lo maravilloso genera admiración por la singularidad e importancia del objeto encontrado. En

26 Tafur, *Andanzas y Viajes...*, 160.

27 ROUMIER, Julia – “Construction de l’identité et rencontre de l’étranger dans un récit de voyage autobiographique: *las Andanzas e Viajes de Pero Tafur*”. *Journée des doctorants AMERIBER EA3656*. Bordeaux: Université Michel de Montaigne Bordeaux 3, Institute d’études Ibériques et Ibéro-Américaines, 2010, 2-4. Tal como añade la autora, el extranjero se percibe como alguien marginal y anómalo, una alteración de un modelo superior, y que, por ende, refleja la inferioridad, la perversión y la desviación. En este sentido, el extranjero proyecta una realidad ajena, la cual se aleja de la norma del sujeto que forja el discurso etnocéntrico, lo que conduce a descripciones caricaturescas, deshumanizantes y extrañas de la otredad (Cfr. ROUMIER, Julia – “Constructions de l’étranger en figure du mal. Récits de voyages hispaniques à la fin du Moyen Âge”. *Alfinge*, 32 (2020), 95-130, aquí p. 98).

28 En la mirada de Gabriel Weisz, la representación de lo extraño “nos hace confirmar el lugar de nuestra normalidad”, donde la otredad adquiere “una posición en el imaginario occidental; todo el miedo que se siente contra ‘quien no es como nosotros’ toma la forma doble de alteridad y monstruosidad” (Weisz, *Tinta del Exotismo...*, 45).

29 Tafur, *Andanzas y Viajes...*, 126.

30 DALY, Karen M. – “Here there be no dragons. *Maravilla* in two Fifteenth-Century Spanish *libros de viajes*”. *Notandum*, 29 (2012), 33.

este sentido, solo lo que es realmente diferente de lo conocido puede provocar la maravilla³¹. En este caso, el fenómeno natural se asume como parte de una realidad extraordinaria que genera una ruptura con todo suceso habitual y cotidiano, significando una expresión singular de una geografía maravillosa.

Finalmente, el viajero se refiere al arte de nigromancia en las tierras orientales:

“Dizíe que el arte de la nigromancia que la traen mucho por la mano e muy usada, e que vido, por el mar Vermejo, consultar con los enemigos, e que vido desde la gavia fasta baxo descender e subir un bulto negro muchas vezes e después, que le fizieron estar quedo e le preguntaron: ‘¿Qué será de nuestro camino?’ e que respondió: ‘Avrés seis días de calma muerta, que la mar estará como astite e el navío no fará camino, e aparejad, que avrés otros tantos de muy afortunada tormenta’”³².

Tafur describe un acto de nigromancia cerca del Mar Rojo, en el que un hechicero le realiza preguntas a un bulto negro –que representa a un muerto–, con la finalidad de que pronostique sobre el tiempo de su próxima travesía. En cierta medida, la magia se puede apreciar en el fenómeno sobrenatural de alzar y descender al muerto, donde el nigromante mantiene una directa relación con el otro mundo, transgrediendo el espacio común y comunicándose con espíritus del más allá³³. San Isidoro de Sevilla indica que los *nigromantes* “son aquellos con cuyos hechizos se aparecen los muertos resucitados y adivinan y responden a las preguntas que se le formulan”³⁴. Asimismo, en *Las Siete Partidas* de Alfonso X el Sabio, se señala: “Necromantia dizen en latin, a un saber estraño que es para encantar espíritus malos”³⁵. En esta línea, el nigromante es visto como un hombre que realiza alteraciones a la realidad material a través del encantamiento de

31 Cfr. Bynum, “Wonder”..., 3.

32 Tafur, *Andanzas y Viajes...*, 165.

33 Cabe señalar que la palabra de nigromancia deviene del griego *nekroi*, que alude a los ‘muertos’, y *mantia*, que significa ‘adivinación’. Para Richard Kieckhefer, la nigromancia consiste en una forma de adivinación mediante la conjuración de los muertos. En esta línea, los autores medievales interpretaron que “los muertos no podían en realidad ser devueltos a la vida, sino que los demonios tomaban la apariencia de personas fallecidas y pretendían ser esas personas” (KIECKHEFER, Richard – *La Magia en la Edad Media*. Barcelona: Crítica, 1992, 164). Para una mayor revisión sobre la nigromancia en la Edad Media, véase también: BAILEY, Michael D. – “From sorcery to witchcraft: clerical conceptions of magic in the later Middle Ages”. *Speculum*, 76, 4 (2001), 960-990; FORSHAW, Peter J. – “The occult Middle Ages”. in Christopher Partridge (ed.) – *The Occult World*. London: Routledge, 2015, 34-48; MATTOSO, José – “A necromancia na Idade Média”. *Hymanitas*, L (1998), 263-284; y KLASSEN, Frank – “Necromancy”. in Sophie Page; Catherine Rider (eds.) – *The Routledge History of Medieval Magic*. London/New York: Routledge, 2019, 201-211.

34 SAN ISIDORO DE SEVILLA – *Etimologías*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2004, VIII, 9, 11, 705.

35 ALFONSO X EL SABIO – *Las Siete Partidas del Muy Noble Rey Don Alfonso el Sabio*. Tomo III. Madrid: Compañía General de Impresores y Libreros del Reino, 1844, VII, XXIII, 1-2, 479-480.

espíritus, adquiriendo connotaciones malignas, antisociales y demoníacas³⁶. Para los autores medievales, la magia consiste en una serie de técnicas adivinatorias que poseen inspiración diabólica, de modo que el adivino es visto como alguien que desea ‘usurpar’ el poder de Dios para conocer las cosas que están por venir³⁷. En el caso de Tafur, este incluye el cuadro de lo mágico como expresión de la aventura, el peligro y la diferencia: el nigromante refleja la transgresión del mundo ordinario, apoyándose en fuerzas del más allá para comunicarse con los muertos. Ahora bien, el viajero sevillano no explicita el hecho de que este acto corresponda a algo perverso o demoníaco, sino más bien recalca cómo el nigromante toma en sus manos un poder sobrenatural que está dado por las artes ocultas. Con este poder transgrede las formas naturales y temporales para adquirir un conocimiento superior de acaecimientos venideros, previniendo y evitando cualquier tipo de mal que le aseche. En suma, el arte de la nigromancia en Tafur se aprecia como parte de la predicción del futuro, al igual que como una instancia en la que el hechicero se comunica con espíritus, lo que refleja una transgresión del mundo material y ordinario, y que, en este caso, legitima la aventura del viajero que es ‘testigo’ de esta realidad sorprendente en las tierras foráneas.

Algunas consideraciones finales

En definitiva, la presencia de las maravillas en las *Andanças e Viajes* de Tafur conforman parte de la representación exótica y asombrosa de las tierras orientales. La descripción del viajero se centra en una otredad diferente: se construye un imaginario fabuloso del ‘otro’, como expresión de la novedad, la rareza y la particularidad. Así, lo desconocido genera una ruptura con la mentalidad del viandante, quien anota los elementos que le resultan extraños y significativos en su descripción de las tierras lejanas.

De este modo, el viajero informa sobre las rarezas de las regiones extranjeras, tanto en su fauna novedosa –como los elefantes, jirafas, cocodrilos, asnos

36 GIRALT, Sebastià – “Magia y ciencia en la Baja Edad Media: la construcción de los límites entre la magia natural y la nigromancia, c.1230-1310”. *Clío & Crimen*, 8 (2011), 11-72, aquí p. 62; CASTRO HERNÁNDEZ, Pablo – “La magia en los libros de viajes medievales: una aproximación a la nigromancia y los encantamientos en las andanzas de Pero Tafur”. *Revista Sans Soleil. Estudios de la Imagen*, 8 (2016), 66-75, aquí pp. 71-73.

37 En el caso de *Las Siete Partidas* de Alfonso X el Sabio, se señala que el adivino desea “tomar el poder de Dios para saber las cosas que estan por venir” (ALFONSO X EL SABIO, *Las Siete Partidas...*, VII, XXIII, 1-2, 479-480). Sumado a esto, Santo Tomás de Aquino establece una crítica a los adivinos que pretenden predecir el futuro: “Hay que decir: que la palabra adivinación significa anuncio anticipado de sucesos futuros [...] Por tanto, si alguien pretende conocer y predecir cualquier modo tal clase de sucesos futuros, a no ser por revelación divina, está usurpando manifiestamente lo propio de Dios [...] Esto nos consta que es pecado. Por tanto, la adivinación siempre es pecado” (SANTO TOMÁS DE AQUINO – *Suma de Teología, IV. Parte II-II (b), Tratado de la Religión*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1994, C.95, a.1, 135).

multicolores y unicornios–, así como también sobre espacios maravillosos, actitudes bestiales y prácticas mágicas. El relato se torna un medio informativo, en el que se entregan noticias de las tierras lejanas, las cuales maravillan por sus prodigios y cosas fabulosas. Junto con esto, el escrito adquiere un carácter lúdico-didáctico, en la medida que incluye los elementos extraños y maravillosos como un recurso de distracción para los lectores y oyentes. La historia de una criatura asombrosa, o un fenómeno extraordinario, se integra en un tejido de entretención literaria que busca captar la atención de la audiencia.

Finalmente, se incluyen los cuentos e historias maravillosas como parte de una tradición cultural de la narrativa de viajes medievales, en el que los eventos naturales y extraordinarios se funden dentro de la misma realidad. Tafur conserva dicha tradición narrativa de los viajeros predecesores que recorrieron Asia, e integra las ‘cosas extrañas’ para articular una imagen exótica y singular de la otredad oriental. Oriente refleja un receptáculo de anhelos y horizontes oníricos, en el que la maravilla constituye un recurso que exalta la diferencia cultural e identitaria con el mundo occidental. Así, la identidad europea centrada en un marco de civilidad y vida cristiana contrasta con las rarezas de una otredad que deslumbra por una naturaleza prodigiosa, animales exóticos y prácticas barbáricas y nigrománticas de gentes paganas. Con todo, la maravilla se articula como un espejo que proyecta representaciones de un Oriente imaginado y que permite legitimar las andanzas del viajero que se desenvuelve por tierras lejanas, asombrosas y desconocidas, donde el choque con la alteridad esboza rasgos de reafirmación de su propia identidad frente a lo extraño y lo ajeno que contrastan con su realidad cultural.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fuentes

- ALFONSO X EL SABIO – *Las Siete Partidas del Muy Noble Rey Don Alfonso el Sabio*. Tomo III. Madrid: Compañía General de Impresores y Libreros del Reino, 1844.
- SAN ISIDORO DE SEVILLA – *Etimologías*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2004.
- SANTO TOMÁS DE AQUINO – *Suma de Teología*, IV. Parte II-II (b), *Tratado de la Religión*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1994.
- TAFUR, Pero – *Andanzas y Viajes*. Miguel Ángel Pérez Priego (ed.). Madrid: Cátedra, 2018.

Estudios

- BAILEY, Michael D. – “From sorcery to witchcraft: clerical conceptions of magic in the later Middle Ages”. *Speculum*, 76, 4 (2001), 960-990.
- BARLETT, Robert – *The Natural and the Supernatural in the Middle Ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- BÉGUELIN-ARGIMÓN, Victoria – “Lo maravilloso en tres relatos de viajeros castellanos del siglo XV”. in Julio Peñate Rivero (ed.) – *Relato de Viaje y Literaturas Hispánicas*. Madrid: Visor Libros, 2004.
- BELTRÁN, Rafael (ed.) – *Maravillas, Peregrinaciones y Utopías. Literatura de Viajes en el Mundo Románico*. Valencia: Publicacions de la Universitat de València, 2002.
- BYNUM, Caroline Walker – “Wonder”. *The American Historical Review*, 102, 1 (1997), 1-26.
- CASTRO HERNÁNDEZ, Pablo – “La magia en los libros de viajes medievales: una aproximación a la nigromancia y los encantamientos en las andanzas de Pero Tafur”. *Revista Sans Soleil. Estudios de la Imagen*, 8 (2016), 66-75.
- CASTRO HERNÁNDEZ, Pablo – “La tradición de las maravillas en las *Andanzas e Viajes* de Pero Tafur (1436-1439)”. *Lemir*, 18 (2014), 329-382.
- COROMINES, Joan – *Breve Diccionario Etimológico de la Lengua Castellana*. Barcelona: Gredos, 2012.
- DALY, Karen M. – “Here there be no dragons. *Maravilla* in two Fifteenth-Century Spanish *libros de viajes*”. *Notandum*, 29 (2012).
- DASTON, Lorraine; PARK, Katharine – *Wonders and the Order of Nature, 1150-1750*. New York: Zone Books, 1998.
- Diccionario Esencial Vox Latino-Español*. Barcelona: Larousse, 2010.
- DUBOST, Francis – *La Merveille médiévale*. Paris: Honoré Champion, 2016.
- ERNOUT, Alfred; MEILLET, Antoine – *Dictionnaire Etymologique de la Langue Latine*. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1951.

- FORSHAW, Peter J. – “The occult Middle Ages”. in Christopher Partridge (ed.) – *The Occult World*. London: Routledge, 2015, 34-48.
- GINGRAS, Francis – *Une étrange constance. Les motifs merveilleux dans les littératures d'expression française du Moyen Age à nos jours*. Québec: Les Presses de l'Université Laval, 2006.
- GIRALT, Sebastià – “Magia y ciencia en la Baja Edad Media: la construcción de los límites entre la magia natural y la nigromancia, c.1230-1310”. *Clío & Crimen*, 8 (2011), 11-72.
- GREENBLATT, Stephen – *Maravillosas Posesiones. El Asombro ante el Nuevo Mundo*. Barcelona: Marbot, 2008.
- KAPPLER, Claude – *Monstruos, Demonios y Maravillas a Fines de la Edad Media*. Madrid: Akal, 1986.
- KARNES, Michelle – “Marvels in the medieval imagination”. *Speculum*, 90, 2 (2015), 327-365.
- KIECKHEFER, Richard – *La Magia en la Edad Media*. Barcelona: Crítica, 1992.
- KLASSEN, Frank – “Necromancy”. in Sophie Page; Catherine Rider (eds.) – *The Routledge History of Medieval Magic*. London/New York: Routledge, 2019, 201-211.
- LE GOFF, Jacques – *Héroes, Maravillas y Leyendas de la Edad Media*. Barcelona: Paidós, 2010.
- LE GOFF, Jacques – *Lo Maravilloso y lo Cotidiano en el Occidente Medieval*. Barcelona: Gedisa, 2008.
- MARTÍNEZ CALVO, Pascual – *Diccionario Latino-Castellano Etimológico*. Zaragoza: Cometa, 2009.
- MARTÍNEZ GARCÍA, Pedro – “Esto yo non lo vi, pero dicho me fue. Lo maravilloso y lo monstruoso en el relato de viajes bajomedieval”. in María del Pilar Carceller Cerviño (coord.) – *Viajes y Viajeros en la Edad Media*. Madrid: La Ergástula, 2021, 111-127.
- MATTOSO, José – “A necromancia na Idade Média”. *Hvmanitas*, L (1998), 263-284.
- MAZZI, Maria Serena – *Los Viajeros Medievales*. Madrid: Machado Libros, 2018.
- MOLLAT, Michel – *Los Exploradores del Siglo XIII al XVI. Primeras Miradas sobre Nuevos Mundos*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- MORALES, Ana María – “Lo maravilloso medieval en literatura”. *El Hilo de la Fábula*, 2 (2003), 118-129.
- Oxford Latin Dictionary*. Oxford: The Clarendon Press, 1968.
- PÉREZ PRIEGO, Miguel Ángel – “Maravillas en los libros de viajes medievales”. *Compás de Letras*, 7 (1995), 65-78.
- ROUMIER, Julia – “Construction de l'identité et rencontre de l'étranger dans un récit de voyage autobiographique: *las Andanças e Viajes de Pero Tafur*”. *Journée des doctorants AMERIBER EA3656*. Bordeaux: Université Michel de Montaigne Bordeaux 3, Institute d'études Ibériques et Ibéro-Américaines, 2010.

- ROUMIER, Julia – “Constructions de l'étranger en figure du mal. Récits de voyages hispaniques à la fin du Moyen Âge”. *Alfinge*, 32 (2020), 95-130.
- RÜTH, Axel – “Representing wonder in medieval miracles narratives”. *MLN*, 126, 4 (2011), 89-114.
- TAYLOR, Barry – “Late medieval Spanish travellers in the East: Clavijo, Tafur, Encina and Tarifa”. in Rosamund Allen (ed.) – *Eastward Bound. Travel and Travellers, 1050-1550*. Manchester/New York: Manchester University Press, 2004, 221-234.
- WEISZ, Gabriel – *Tinta del Exotismo. Literatura de la Otriedad*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 2007.
- WITTKOWER, Rudolf – “Maravillas de Oriente: estudio de la historia de los monstruos”. in *La Alegoría y la Migración de los Símbolos*. Madrid: Siruela, 2006, 70-113.
- ZUMTHOR, Paul – *La Medida del Mundo. La Representación del Espacio en la Edad Media*. Madrid: Cátedra, 1994.

Fantastic cures and where to find them. How hagiographers encouraged pilgrimage travel

Kara Kersh

Trinity College Dublin
kershk@tcd.ie

Abstract

One of the main purposes of hagiographies in the Middle Ages was to convince others of the power and merit of a saint, and by so doing increasing the saint's following and visitations to their shrines. This was, however, a tricky balancing act. Emphasizing the miracles performed at a shrine could increase visitation but might limit the following and power of the saint to one finite location. Conversely, showing the power of the saint in granting petitions anywhere could increase their following, but negate the importance of in person shrine attendance. In my paper I will discuss how hagiographers carefully crafted collections of posthumous miracles to encourage pilgrimage travel without limiting the power of the saint to act anywhere when called upon.

Keywords

Saints; Hagiography; Pilgrimage; Shrines; Miracles.

Biographical note

Kara Kersh is a PhD student at Trinity College Dublin in Medieval Studies.

Curas fantásticas e onde encontrá-las: como os hagiógrafos incentivaram as viagens de peregrinação

Resumo

Um dos principais objetivos das hagiografias na Idade Média consistia em persuadir os seus leitores acerca do poder e do mérito dos santos, aumentando assim o número de seguidores dos mesmos, bem como as visitas aos respetivos santuários. Este revelou-se, no entanto, um processo complexo. Enfatizar os milagres realizados num santuário poderia, de facto, aumentar as visitas. Contudo, acabava por limitar o poder do santo e as subsequentes peregrinações a um único local. Por outro lado, mostrar o poder do santo em conceder petições em qualquer lugar poderia aumentar o número de seguidores, mas diminuía a importância de visitar o santuário pessoalmente. No presente texto analisaremos a forma como os hagiógrafos cuidadosamente criaram coleções de milagres póstumos para encorajar a realização de viagens de peregrinação, porém, sem limitar o poder do santo de agir em qualquer lugar quando invocado.

Palavras-chave

Santos, hagiografia, peregrinação, santuários, milagres.

Nota biográfica

Kara Kersh é doutoranda em Estudos Medievais no Trinity College, em Dublin.

Introduction

Medieval miracle books served many purposes. Two of the key goals of these types of writings were to showcase the power of a saint and influence others to travel to and venerate that particular saint at their shrine's location. However, as Bartlett pointed out "there was a debate and discussion about the value of invocation at the tomb vs invocation at a distance". Indeed, "there was always some tension between the belief that the saint was in some sense 'in' his or her shrine, and the idea that saints could be appealed to anywhere"¹. This debate was something hagiographers had to consider when recording the posthumous wonders of the saints. If they emphasised the need to come to the shrine of the saint for an effective miracle too strongly, then it could lessen the perceived power of the saint. On the other hand, if the writer were to focus more on the universality of the saint and the reach of his or her power, then they ran the risk of their audience feeling no urgency to come to the shrine and the church would lose much needed revenue. Thus, it was a balance of how to promote pilgrimage to a saint's shrine without limiting the reach of the saint's power.

This paper will examine the tools hagiographers in Britain and France used from the XI to the XIII century, when creating posthumous miracle compilations to extol the far-reaching power of a saint while simultaneously emphasising the importance of travel to the shrines. Scholars such as Finucane, Sigal, and Vauchez have extensively studied and cataloged what can be learned about medieval society from the contents of hagiographies². While there is debate as to the true nature of miracles and what they can reveal about the past, this paper aims to explore the writers of those miracle collections, their perspectives, and the devices and manners in which they portrayed those events in order to underscore the power of the saints and promote pilgrimage. For this study I will only be considering miracles in which there was an active request made, either by a mortal to a saint or vice versa, and will not be including stories in which amazing things miraculously occurred without specifically being asked for, such as curses or ampullae suddenly filling or emptying. The cure miracles that will mainly be examined here will consist of those from the *Miracles of Thomas of Canterbury* by Benedict of Peterborough, the collection of *Mary from Rocamadour*, and the texts of various saints by Aelred of Rievault, as they provide comparisons of cure accounts from differing locations and manuscript prolificacy. For the purposes of this paper, the term 'shrine cures' will encompass

1 BARTLETT, Robert – *Why Can the Dead Do Such Great Things? Saints and Worshippers from the Martyrs to the Reformation*. Princeton: Princeton University Press, 2013, 105.

2 See FINUCANE, Ronald C. – *Miracles and Pilgrims. Popular Beliefs in Medieval England*. London: Dent and Sons, 1977; SIGAL, Pierre-André – *L'Homme et le miracle dans la France médiévale (11-12 siècles)*. Paris: CNRS Éditions, 1985; SIGAL, Pierre-André – "Maladie, pèlerinage et guérison au XII^e siècle. Les miracles de saint Gibrien à Reims". *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 24, 6 (1969), 1522-1539.

any type of miracle that took place either at the shrine itself or inside the building. ‘Distance cures’ comprises any cures or general aid given that took place away from the shrine, which includes those en route to or while returning home from the shrine, as well as any type of aid sought from farther distances. Using a mixture of specific elements within these two different types of cure location stories, hagiographers were able to both proclaim the power of the saints and instil in their audience the necessity of pilgrimage to their shrines.

Audience

While there is no consensus from scholars regarding the audience for whom miracle books were originally intended, it appears they were generally written as persuasion tools arguing the sanctity of the saints. Hubert and Hubert wrote that *The Book of Sainte Foy’s Miracles*

“presents itself as a work of edification, but also of propaganda, intended to spread the renown of the sanctuary where wonderous cures and other miracles were effected. The descriptions of a multitude of pilgrims pressed into the narrow space where the statue was displayed were very likely intended to attract new dévotées”³.

With the increase of papal power over the canonization of saints in the late XII and early XIII centuries, miracle books also assisted in proving the posthumous power a saint manifested. But miracle books had been a part of Christian literature as early as the V century. In fact, miracle collections of varying lengths were, “over the course of the Middle Ages and beyond, to be one of the most common types of Christian literature; they number in the tens of thousands”⁴. So, who was the audience for so great a genre of literature?

It is unlikely that the majority of miracle books were intended for the sole use of the author. As most books began with a statement by the author expressing their unworthiness as a person and writer to take on such a great task, they appear to have been excusing the inadequacies of the grammar, spelling, or other failings in the writing to an intended audience. Some even specifically stated they hoped the writings would convince unbelievers of the sanctity of the saint. “I implore you,” wrote Bernard of Angers, “to bring faith wholeheartedly to my narration so that

³ *The Book of Sainte Foy*. Pamela Sheingorn (ed. and trans.). Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1995, 22.

⁴ Bartlett, *Why Can the Dead...*, 23.

later you will not regret that you disparaged a holy martyr”⁵. Whether this was meant for lay doubters or perhaps skeptics from competing monasteries is never expressed. Having been written mainly in Latin, it is unlikely that these miracle stories were meant for the laypeople, although, after the discovery of the relics of St Stephen and the miracles which followed, St Augustine “encouraged those who had received miraculous healings at the shrines housing the relics to make a written record of the event [...] which could then be read out over the congregation”⁶. Thus, it is not improbable that the miracles from other miracle books could also have been in some way conveyed to the illiterate or those who did not know Latin. And so, while it remains unclear who exactly the intended audience of these miracle books was, it is clear that these books and their stories were meant to persuade their audience of the sanctity of their saint. With this purpose in mind, it is no surprise that hagiographers could also be engaged in the debate between the universality of the power of the saint versus the importance of the shrine as a location for that saint. For these writers it was a matter of balancing the promotion of travel to the saints’ shrines without limiting their power.

Shrine visitation

One of the most common ways for a hagiographer to balance power and place was to emphasize the need for the grateful receiver of a distance cure to still make a pilgrimage to the shrine, generally a relatively short time after the miracle had been performed, often with a gift or token. Aelred of Rievaulx recorded an example of such a tale in the mid XII century, writing of a man named Uthred who fell into the water while trying to steer a boat across a river. His companions on the shore despaired as he disappeared under the water. Finding no other recourse to get him out, they prayed to St Alchmund, while at the same time Uthred was also praying to the saint while trapped beneath the surface of the river. Suddenly, those on the shore noticed a man standing nearby with a lance. They were able to use it to hook Uthred and pull him out, largely unharmed, much to the surprise of everyone involved. Once Uthred had sufficiently recovered, he went to the monastery and gave thanks both to God and the saint. Every year afterwards, he returned on the same day to give more offerings, for, as Aelred was keen to point out, “he did not neglect to make a suitable return to his rescuer with what gifts he could for the help

⁵ *The Book of Sainte Foy*..., 41.

⁶ WARD, *Benedicta – Miracles and the Medieval Mind. Theory, Record and Event, 1000-1215*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1982, 30.

he had received”⁷. In this story the author was able to demonstrate the power of St Alchmund by saving Uthred from drowning, and also used the opportunity to draw attention to the necessity of giving the right gift at the right place in exchange for that divine intervention.

Medieval authors frequently employed this device, of making specific mention of visitations and offerings after a received distance cure, to increase visitations to the shrine while also maintaining the far-reaching power of the saint. In the posthumous miracle collection of the Lady of Rocamadour, of the 122 individual miracle stories, 104 were distance cures⁸. Of these 104, fifty-one specifically recorded that the supplicants came to the shrine to give thanks, and several included descriptions of the offerings. In two of the stories, the cured supplicants did not make the journey themselves but still sent their offerings through someone else. One other person was cured on the way home from visiting the shrine. All included, over half the distance miracles performed by the Lady of Rocamadour included specific mention of various stages of contact with the shrine itself in the course of the miraculous healing process.

An even greater percentage of post-cure pilgrimages are seen in the first eighty-three miracles by St Thomas of Canterbury⁹. While his miracles were more evenly divided between distance cures and shrine cures, forty-four at the shrine and thirty-nine at a distance, of the thirty-nine that occurred away from the church, only six had no contact clearly recorded with the church or something from it. Fifteen supplicants performed their own visits, five were cured en route and still completed the journey to the church, three visited the church and were healed by relics later, and four did not go to the church but were healed by relics someone else obtained from the church. Because of the high number of people who had contact in some form with the shrine in order for the miracle to occur, the hagiographer was able to urge anyone making future petitions to visit the shrine no matter where the miracle took place.

Punishment tales

In some stories, the narrative ended as soon as the cure was performed, never specifying whether the vow was ever fulfilled. From the stories of the Lady of Rocamadour were nineteen such cases, while St Thomas of Canterbury had two. Just

⁷ AELRED OF RIEVAULX – *The Lives of the Northern Saints*. Jane P. Freeland (ed. and trans.). Collegeville: Cistercian Publications, 2006, 101.

⁸ *The Miracles of Our Lady of Rocamadour*. Marcus Bull (trans.). Woodbridge: Boydell Press, 1999.

⁹ Oxford, *Bodleian Libraries*, MS. Eng. hist. c. 322. For more on the cult of Thomas Becket see SLOCUM, Kay Brainerd – “The making, re-making and un-making of the cult of Saint Thomas Becket”. *Hagiographica*, 7 (2000), 4-16, and FOREVILLE, Raymonde – *Thomas Becket dans la tradition historique et hagiographique*. London: Variorum Reprints, 1981.

because the author did not specify when writing a distance cure what the supplicant did after receiving their miracle, does not necessarily mean that the audience could surmise the supplicant did not fulfil their vows. On the contrary, hagiographers made sure their audience could confidently assume that those vows were completed by including warning tales of what happened when someone did not. These accounts are relatively few but added a poignant reminder to the audience that the price for the miracle must be paid. Three such stories were found in the Lady of Rocamadour collection and one in the first eighty-three posthumous miracles of St Thomas of Canterbury.

While serving as a warning to not take the power of the saints for granted, these punishment tales were also another way that hagiographers could balance between the power of the saint and the need for pilgrimage, for, according to Gregory of Tours, a saint's power "is shown in the punishment of fools just as in the grace of healing"¹⁰. A knight named Raymond was the unfortunate recipient of such a punishment, recorded c. 1172. Raymond suffered from a fistula near his groin. He prayed to the Virgin of Rocamadour, promising that he would visit her shrine within a year if she healed him. The knight's petition was granted, and he was healed, though for whatever reason he did not go to her church as agreed. But "the Queen of mercy deceives no one nor does she suffer anyone to deceive her," and the painful fistula returned even worse than before¹¹. Raymond knew the cause of the illness' return and prayed fervently to the Lady again for her grace and forgiveness. Eventually she forgave the knight and cured him again. This time he went immediately to the church. In this and similar tales, the writers were able to illustrate the importance of fulfilling vows and going on pilgrimage to the site by demonstrating the power of the saint to punish the foolish. Because the supplicants in the nineteen stories from the Lady of Rocamadour and two from St Thomas of Canterbury were not reported to have relapsed or suffered worse afflictions after the initial healing, the reader could safely assume they fulfilled their promises to their respective saints. In accordance with this, these 'open-ended' stories can be added to the previously mentioned figures recording distance cures in which there was shrine contact and bring the total for the Lady of Rocamadour to 67% and those for St Thomas of Canterbury to 74% of their over all miracles.

In contrast to the story of the knight Raymond is that of two young men returning from Rocamadour, recorded around the same time, which highlights an important, key point in Raymond's story. These two young men were trying to cross the River Tarn on their return to Gascony from the Lady's shrine, but the boat was full. The hagiographer recounted that the "two grew indignant, and being

¹⁰ Bartlett, *Why Can the Dead...*, 37.

¹¹ *The Miracles of Our Lady of Rocamadour...*, 191.

impudent, [...] jumped into the boat on top of their companions. But as it is written, *A haughty spirit comes before a fall*: divine retribution and the nod of the gracious Virgin caused them both to fall into the water and sink to the bottom”¹². When their companions and nearby fishermen tried all they could but were unable to rescue the youths, they prayed to the Virgin. As everyone lost hope and were about to leave, the young men appeared on the riverbank “unharméd, and not one part of them was wet”¹³. They intended to return to the shrine at Rocamadour to give thanks but were convinced otherwise by their travelling companions and continued their journey home.

When comparing these two stories it is evident that attendance at the shrine played an important factor in the final outcome of the supplicants’ miracles. In both accounts the supplicants intended to visit the shrine after the miracle had been performed and in both cases they did not. Raymond, who had no recent ties to the church, was punished for not attending the shrine. Conversely, the two youths who had just recently paid the shrine a visit received no chastisement, even though swayed by the words of others not to go, which had ended badly for others¹⁴. This, once again, is how the author was able to show the importance of pilgrimage to shrines and how those visits worked in tandem with the power of the saint. It did not matter whether the visit occurred before or after the miracle, what was important was that there was a connection to the shrine; the key point being that pilgrimage, at some point in the miracle process, must be achieved.

Relics

While it was important for there to be some contact with the shrine for a successful cure, it did not always have to be directly by the sufferer. Relics were like portable shines that, once acquired from the original site, could be taken abroad for those in need. ‘Portable relics’ for this paper are defined as those smaller items which were obtained from the larger, more stationary relic. Instances in which the whole body of the saint is removed from the tomb and toured around to perform miracles such as stopping fires and curing plagues do not fall into this category. Stories involving these smaller, portable relics were another way hagiographers showed the power of the saint beyond the shrine but still inspired attendance. Relics could be used like prepaid portable power. To obtain a relic, someone first had to have gone to the site to collect it, after which it could be used anywhere at anytime. Some relics

12 *The Miracles of Our Lady of Rocamadour...*, 191.

13 *The Miracles of Our Lady of Rocamadour...*, 191.

14 See Bazas and his punishment for returning to gambling when persuaded by his father-in-law in *The Miracles of Our Lady of Rocamadour...*, 159-162.

such as bones, hair, or clothing items were able to be used again and again. The belt of St Anselm was used to heal a knight suffering from dropsy, a woman on the verge of death, and a monk with a fever. Others, like blood or water, might run out, requiring another visit to the church. The governess of a hospital in the late XII century acquired a small amount of St Thomas of Canterbury's blood and took great care of its handling so that it would not dry and become unusable¹⁵.

The blood and water of St Thomas of Canterbury were the most prominent relics featured in his miracles. 43% of the first eighty-three miracles he performed involved some kind of relic. This device, used by hagiographers to encourage visits to the shrines, varied among writers. 38% of the miracles of St Anselm used his belt as a relic to cure the suffering, while the relics of St Oswald were only used in 15% of his cases. Aelred of Rievaulx recounted three instances of the use of relics in twelve miracles from four different saints. One reason for the greater use of relic related miracles in the St Thomas of Canterbury stories might be explained by the fact that he was a much more recent saint and therefore more items known to be his were more readily accessible. Benedict, who recorded the life and posthumous miracles of St Thomas of Canterbury, was his contemporary and these accounts would have been recorded within twenty years of the death of the archbishop.

When writers included relic accounts, it allowed authors to bridge the argument between power and place. They took the power from the place and made it portable, thus working in tandem with prayers and relics, cures could be acquired. Eadmer of Canterbury recorded a story c. 1120 in which dropsy had brought a noble knight named Humphrey near death. The doctors could do nothing and had given up hope, but Humphrey called on St Anselm for mercy. He requested that his old friend Haimo, a monk of Canterbury, come see him before he died. Haimo brought with him the belt of St Anselm and wrapped it around the knight. Because of the power of the relic "he recovered and after some days came to Canterbury and presented himself in thankfulness at the fathers tomb"¹⁶. Once again the author combined power and place as the ingredients for a successful miracle. It showed that the primary power of the saint was in the shrine, but that that power was still far reaching. Having a portable relic was like taking the site with you. And so relics, even though they were often used in distance cures, still emphasised the necessity of a visitation to the shrine. After all, the relic had to come from somewhere special before its power could be taken abroad. If a relic was needed, someone had to have gone first to the shrine to get it.

15 Oxford, *Bodleian Libraries*..., 24v.

16 EADMER OF CANTERBURY – *The Life of St. Anselm, Archbishop of Canterbury*. Richard W. Southern (ed. and trans.). London: Thomas Nelson and Sons Ltd, 1962, 159-160.

Saintly medicine

Sometimes, more natural healing methods were attempted before calling upon saintly beings for cures. For hagiographers, physicians' failures were another tool used to convince their audience of the power of the saints and the importance of visiting the shrines. Nineteen of the Lady of Rocamadour miracles and five of St Thomas of Canterbury's miracles specifically stated that doctors were unable to do anything to help the patient. One case is also seen among the seventeen miracles of St Dunstan. By so blatantly including the limits of mortal medical practices, it made it seem all the more miraculous when the saint was generous and powerful enough to provide the cure. In the case of Siger of Subrigien, recorded c. 1172, he was run through with a lance and for over a year the wound remained putrid and the doctors were unable to cure him. Once Siger prayed to the Virgin of Rocamadour however, he was cured. He then went to the church and gave thanks¹⁷. The length of time he suffered, coupled with the ineffective doctors, served to showcase the power of the saint. It emphasised that there was no earthly way the man could have regained his health, and that it was certainly not a coincidence. It was by the awesome power of the saint alone that he was able to be made whole, and a visit to the shrine was the appropriate reaction for such a gift.

Siger suffered for over a year with his illness before seeking the help of the saints. With so many saints who seemed to be quite effective at curing most illnesses, it seems odd that so many people waited extended periods of time to be cured. Just like the addition of incompetent doctors, waiting for months, years, or sometimes decades, was an additional device hagiographers could use to demonstrate the power of the saint. Mentioning the duration of the illness was another way to show that the healing was not by chance or naturally by the body, but could only come by divine intervention. If a wound had not healed on its own for months or even years, then no one could argue that it was by any other power than the saint's that had finally wrought the healing. Not only was it difficult to argue as to how the healing occurred, hagiographers also made it clear it was unwise to question the power of the saints.

In an early XII century account, a very wealthy priest of a noble family became paralysed, but delayed going to Canterbury for a cure because he disdained the idea of mixing with the poor. Though many people told him to seek St Dunstan for healing, he refused to go and be numbered among the common folk. Eventually, when his sickness had become unbearable, he finally relented. So, his friends carried him to Canterbury and as he lay there he was miraculously healed. During a feast to celebrate his recovery his pride got the better of him and he declared that St

¹⁷ *The Miracles of Our Lady of Rocamadour...*, 133.

Dunstan had not healed him like he did the poor, but that he would have been healed whether St Dunstan was there or not. The wealthy priest was immediately struck by the same illness and died. “Thus fear and veneration increased in many people for the dwelling-place of the servant of God, and a multitude gathered there from distant regions, both to restore the health of their bodies and in order that they might deserve to be liberated from their sins through his merits”¹⁸. By highlighting the ineffectiveness of doctors and the improbability of natural healing, writers were able to show off the power of the saint, and by stressing the need to visit the shrines in conjunction with these miraculous acts they were able to inspire attendance.

With few exceptions, all those who called upon the saints were granted access to the greatest of all physicians and were healed, though not everyone was granted perfect health. To modern standards that might diminish the miraculous nature of the cure and the power of the saint, but as Kuuliala argued, “the whole concept of ‘normal’ did not exist before the nineteenth century. The prime concept was that of ‘ideal’, which no human is ever able to achieve”¹⁹. The miraculousness was, therefore, not necessarily in the return to a state of complete health, but rather it was in a return to a functional state. Kuuliala went on to say that the “health or the lack of it was defined primarily by the community, as was a miraculous cure”²⁰. Those who were burdens on their families and on society, unable to work or be in some way useful, were thankful for any relief from their condition. And “if indeed the partial nature of some of these cures had lessened the powers of the saint, there is the possibility that [the author] would not have included so many of them in his text”²¹. Beyond being considered merely noteworthy, partial cures were celebrated just as much as complete cures.

The XII century story of a woman from the town of Hoxton who had been blind for six years was the receiver of one such partial cure. Not only was she blind but her arm was also contracted up on itself. In addition, for the past ten years her leg had also been drawn up behind her. Completing her list of complaints was her foot, which was crooked, and the toes were bent. After praying and fasting at the tomb of St Thomas of Canterbury for three days, she was healed so that only her foot remained a little crooked and she left with a slight limp using a staff. While she was not completely healed, it was enough to get her on her way and to help her resume a useful status in the community. The author exclaimed how wonderful it was to

18 EADMER OF CANTERBURY – *Lives and Miracles of Saints Oda, Dunstan and Oswald*. Bernard J. Muir; Andrew Turner (eds. and trans.). Oxford: Clarendon Press, 2006, 163.

19 KUULIALA, Jenni, – “Heavenly healing or failure of faith? Partial cures in later medieval canonization processes”. in Kirsi Salonen; Sari Katajala-Peltomaa (eds.) – *Church and Belief in the Middle Ages*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2016, 189.

20 Kuuliala, “Heavenly healing or failure of faith...”, 184.

21 Kuuliala, “Heavenly healing or failure of faith...”, 177.

behold that “here wear [four] miracles wrought [...] upo[n] one woma[n]”²². It did not matter that she still had a slight limp and needed a staff. She was, for all intents and purposes, healed, and that was worthy of “unspeakable joy”²³.

Miracles as entertainment

Hagiographers were quick to demonstrate that this “unspeakable joy” was not only for the supplicant who was healed, but for everyone present when the event occurred. Even those who were not in need of healing were enticed to the shrines of the saints. One of the ways in which writers tempted people to come to the shrines was by showing that they would be able to see, and therefore participate in, miracles, even hinting that they would be missing out if they were not there to experience the wonders for themselves. Right before the woman from Hoxton received her four miracles, a young boy, who had been deaf, blind, and unable to speak since he was born was miraculously healed. Others around were moved to tears by the sight along with the parents. But they hardly had time to enjoy it because at the same time the Hoxton woman’s miracle was happening on the other side of the church. “Before we coulde be fully satified w[ith] this delightfull spectacle, beholde, we wear drawne away to [the] beholding of another, no less delightfull and glorious”²⁴. Several other accounts also tell of the the joy, happiness, and wonder that onlookers shared with the supplicants. Sometimes the onlookers even ended up as actual participants.

A man named Godwin, living in the diocese of York in the late XII century, had pain and swelling in his thigh, leg, and foot, to the extent that he had to remain in bed for a year. Eventually he managed to make his way to Canterbury, but when he had been there several days and received no cure, he began the laborious journey home. That night, St Thomas of Canterbury appeared to him in a dream and asked why he was returning home. When the man had explained his disappointment in the lack of a cure and subsequent return journey, the saint told him to go back to Canterbury and that he would be healed. In the morning when the man awoke, he ignored the dream and slowly continued his journey homeward. On the road he met a knight from his own country who, after hearing the whole story, asked Godwin to go with him back to Canterbury so that he might see a real miracle with his own eyes. As soon as Godwin began to pray at the tomb he was healed. Benedict reported that “it was harde to judge whether [the] knight’s admiration or [the] pore man’s

22 Oxford, *Bodleian Libraries*, 40v.

23 Oxford, *Bodleian Libraries*, 40v.

24 Oxford, *Bodleian Libraries*, 40v.

joye was greater”²⁵. The knight, who had started his day with no intention of going to Canterbury, was rewarded with the opportunity to witness a miracle firsthand.

In both these accounts, those around the suffering supplicants became equal participants in the spectacle and in the joy felt by those who were healed. Watching miracles, therefore could almost have been considered a form of entertainment as well as vicarious participation. By including stories like these in which everyone present gained a certain amount of joy or wonder in some form or another, audiences could be persuaded to travel to the shrines, even if in perfect health, just to see what might be happening. These stories were used by medieval hagiographers much the same way that modern advertisements are used to persuade people to buy things they do not need. By showing someone how much others are enjoying something they do not have, whether it be seeing a miracle, driving a car, or eating a particularly good chocolate biscuit, it makes the audience member’s desire grow to experience that same thing, and dissatisfaction is planted for a life in which they have not seen, driven, or eaten. The person longs to have their own dose of the positive emotions being promised to them, if only they would participate. Thus, hagiographers could use these miracle stories to make audiences feel that they were missing out if they were not there, witnessing the events for themselves. In this way the importance of shrine visitation was able to be stressed and participation at the shrines could be increased.

And so, hagiographers carefully recorded their accounts to not only entice people to believe in the power of their saint, but also to witness it firsthand. This does not, however, mean that hagiographers could fill their books with every story they heard about a saint’s post-mortem activities, overwhelming their audience with grace and glory. Medieval writers knew that there needed to be a balance between quantity and quality. Many hagiographies include at least one passage in which the author bemoans their inability to include all the saint’s actions. “But what am I to do?” lamented Eadmer of Canterbury, “If I wanted to set it down in writing for posterity all the marvelous things which happened through the intervention of this glorious father and which people talk about, then I have set my hand to work on something which can never be brought to proper conclusion”²⁶. Similar statements in other hagiographies express the desire to honour the saint without wearying the audience. Not including copious amounts of miracles, while also alluding to the innumerable nature of the miracles of a saint, was actually a clever literary device used by the authors. Suggesting that the saint had more miracles than were written led to an open-ended perception of the power of the saint. Someone with an ailment not mentioned could still dream of the possibility of healing. Afterall, if there were

25 Oxford, *Bodleian Libraries*, 54v.

26 Eadmer of Canterbury, *Lives and Miracles of Saints Oda, Dunstan and Oswald...*, 319.

many other miracles not mentioned, who could say the saint had never dealt with their problem before. Thus, by writing less and being selective, hagiographers were still able to claim that the saint was very active at any distance and widely accepted as a good saint to pray to and ultimately make pilgrimage to.

Women and pilgrimage

This need to be selective is likely one of the reasons men were generally mentioned as supplicants in hagiographies more often than women, though demographics did vary from saint to saint. Finucane concluded that some shrines had predominantly male visitors while others were more evenly mixed²⁷. Of the nine miracles recorded by Eadmer of Canterbury for St Anselm, only one involved a female supplicant. Likewise, of the combined miracles of four different saints by Ælred of Rievaulx, only three involved female supplicants, one of which was within a larger, mixed-gender group. Even for a female saint like the Lady of Rocamadour, only twenty-seven of her 122 miracles specifically involved women asking for help. The miracles of St Thomas of Canterbury, however, were more balanced, though still favouring the tales of male supplicants. Perhaps one reason women were generally not mentioned as often in hagiographies was because they could actually be more prevalent than men at local shrines. In his study of English shrines, Finucane argued “that the majority of pilgrims who attended a local shrine were women (and lower class)”²⁸. Morrison’s study of “extensive material” also “suggests that pilgrimage activity was not undertaken by only a few, exceptional women, like Margery Kempe or Bridget of Sweden; rather, that, while it remained a special experience in one’s life, it was a normal social activity for numerous women”²⁹. Thus, women were far from an uncommon sight along the local pilgrimage routes.

While there are very few records which elaborate on the actual journeys of women who participated in local pilgrimages, the reasons why they were so prevalent on the pilgrimage road is clear. The abundance of female pilgrims is logical when the role of women in the medieval household is understood. The main roles of women during the Middle Ages were motherhood and caring for the family, and pilgrimage was one tool for performing those duties. Webb argued that the common idea that most women “were largely bounded and confined to their domestic roles is not inconsistent with the evidence for their participation in pilgrimage”³⁰. The well-being of the family, including her own health as well as that of her children

27 Finucane, *Miracles and Pilgrims...*, 117-129.

28 Morrison, *Women Pilgrims...*, 2.

29 Morrison, *Women Pilgrims...*, 44.

30 Webb, *Medieval European Pilgrimage...*, 98.

and spouse, along with the daily duties of running a home “and other household concerns often provided the motives for their pilgrimages”³¹. Women often made vows to undertake pilgrimages to particular saints in order to obtain aid for their various domestic and family concerns. These vows were more likely to take them to local sites, as a pregnant woman or mothers with household responsibilities would be unlikely to spend the time and money to travel to Rome or Santiago de Compostela to ask for assistance for herself or her child when nearby local saints could provide the same services.

If women were so prevalent at shrines, why did they not appear more in hagiographies? Because they were such common occurrences, it is possible that hagiographers did not find them remarkable enough to put into their accounts. Hagiographers wanted to prove the saint’s power, but at the same time wanted to keep their audience engaged. There are instances in many hagiographies in which the author paused to explain that they did not want to tire the reader with multiple accounts of the same types of miracles, such as in Eadmer of Canterbury’s account of the miracles of Oswald. After already recording several miracle stories, he then quickly glosses over two others, one of a crippled man and the other of a person of unspecified gender who was unable to speak. “I do not know whether anyone will be willing to accept their significance,” he wrote, “for I have recounted earlier that he performed other deeds which were greater since they were less unusual, and although these two are sufficiently great, they nevertheless cannot be considered equivalent to the earlier miracle”³². The author wished to point out that many miracles had happened but considered them more ordinary and, therefore, not as grand as the previously mentioned miracles. Because the average pleas for miracles of a healthy family were not as grandiose as some of the others, where longer distances had been travelled or more difficult ailments were cured, women’s miracles were not considered as interesting to relate, suggesting it is possible that it was not that fewer women were coming to the shrines for help, but that their stories were not as often recorded.

Along with the possible repetitive nature of women’s miracles, the simpleness of women’s petitions might also have contributed to their miracle experiences not being recorded as often. Some considered the petitions of women to be more spontaneous and frivolous rather than out of need or devotion. One Lollard preacher complained that “a wife lose a keye of valew of thre pens, anon she wil hete to seke seynt Sithe, and spende a noble or ten schilyngis in the iurney”³³. His complaint was not that women were making vows and going on pilgrimages, but instead that they would make such a considerable promise for such a trivial

31 Webb, *Medieval European Pilgrimage...*, 98.

32 Eadmer of Canterbury, *Lives and Miracles of Saints Oda, Dunstan and Oswald...*, 307.

33 Morrison, *Women Pilgrims...*, 64.

inconvenience. Some contemporaries believed that women were turning what was supposed to be a spiritual journey into a fix-all solution while expending more than the initial problem was worth. Hugh Latimer, the bishop of Worcester, joined others in arguing that “women especially should be prevented from making such vows without the authority of their husbands and their priests”³⁴. This does not seem to have been strictly enforced however and women continued to commonly be found on pilgrimage routes.

Even when vows were not a spontaneous, grand gesture to solve a trivial problem, some still debated the virtue of the motives prompting women to participate in pilgrimage. While there were those who believed “that the women gathered around the shrines were the most devout he had ever seen,” others, such as Erasmus, presented their motives as irrational³⁵. In his satirical work *A Pilgrimage for Religion’s Sake*, the character Ogygius recounts a fictitious letter written by the Virgin Mary at Walsingham complaining about some of the petitions made by women praying to her. “Some people’s prayers are not so irreverent as absurd. An unmarried girl cries, “Mary, give me a rich and handsome bridegroom.” A married one, “Give me fine children.” A pregnant woman, “Give me an easy delivery.”³⁶ Erasmus paints women’s pilgrimage as being spurred on by self-serving motives rather than a desire to contribute to the family. Given these concerns of frivolousness and inappropriate petitions, it is unlikely that a hagiographer would want to record multiple stories of what could be considered trivial matters. Occasional quirky stories are thrown in for a brief moment of levity, but hagiographers had limited space and had to be discriminating about the miracles they chose. While they wanted to show the power of the saint and encourage people to pray to him or her, they would not want to record these types of stories, particularly if they believed that including more of those kinds of stories might encourage more women to make frivolous sorts of pilgrimages.

If a hagiographer did choose to record all the petitions from women, whether frivolous or fervent, there could have been a lot more stories of generic help and healing and it could have run the risk of boring the audience; and few would feel inspired to pray to a boring saint. It was not exactly the kind of marvelous and wondrous event to behold that writers would have been looking for to bolster the saint’s reputation and promote visitations and offerings. Returning to the advertisement analogy, hagiographers were looking for engaging tales they could use to ‘sell’ the power of the saint and the importance of coming to the shrine. To

34 Webb, *Medieval European Pilgrimage...*, 56-57.

35 SUMPTION, Jonathan – *Pilgrimage. An Image of Medieval Religion*. London: Faber and Faber, 1975, 263.

36 ERASMUS – *The Collected Works of Erasmus*. Craig Thompson (ed. and trans.). Toronto: University of Toronto Press, 1997, 625.

do this, miracles needed to be more enticing than those someone might hear from the majority of the women in their own village. A woman finding the coin she lost under a rug would be far less awe inspiring than a man who had been healed from a lance through the eye and then travelled all the way to the shrine to give thanks.

Shrine popularity

The fact that women did not travel as far when visiting shrines might, however, explain why women as supplicants are mentioned with greater frequency in the beginning of the St Thomas of Canterbury miracle collection than in others. The correlation between demographics and distances travelled to shrines has been discussed at length by many authors, such as Finucane for English pilgrims and Sigal for the French³⁷. These and other scholars have concluded that in most cases people came from closer proximity when the saint was first starting to gain popularity and the circle widened as that popularity grew. If women frequented local shrines, then they would also be among the first to interact with the saint and his relics. As previously mentioned, Benedict was a contemporary of St Thomas at Canterbury and writing within twenty years after the death of the archbishop, when the cult was still relatively new. Canterbury would be the epicenter of the locations of those seeking miracles and fan out from that point. Tales of local women would eventually give way to those of men travelling from greater distances, such as the man recorded later in the book who came from as far as Norway to give thanks for the safe return of his favourite falcon³⁸.

As a new saint, Thomas's cult would have been in the beginning stages of spreading, especially when compared to a saint like the Virgin Mary, who had been well known for so much longer. In the Lady of Rocamadour miracles, the majority of her power is manifest for those requesting miracles at a distance. Since Mary was already a famous and well-established saint, the hagiographer would not have been as concerned with trying to convince people of her power and why they should pray to her, but more specifically why they should pray to and visit that particular location in which Mary resided. Her power was already known, it was this author's task to persuade others that her power could reach them anywhere, but it was emanating from Rocamadour. Of Mary's 122 recorded miracles, 104 were performed at a distance from the shrine. Conversely, of the first eighty-three miracles recorded for St Thomas of Canterbury, forty-four were at the shrine and thirty-nine were performed at a distance.

³⁷ See Finucane, *Miracles and Pilgrims...*; Sigal, *L'Homme et le miracle...*

³⁸ ABBOT, Edwin A. – *St. Thomas of Canterbury. His Death and Miracles*. Vols. 1-2. London: A and C Black, 1898, 52.

These figures correspond with what might be the expected gender attendance figures if it is to be believed that women tended to stay closer to home while men often travelled further on pilgrimage. Roughly 65% of the miracles performed by Mary of Rocamadour were performed for male supplicants, while only about 22% were females³⁹. This is a pattern for many hagiographies, with their percentages of male supplicant-related miracles often reaching the 60% range and above⁴⁰. For St Thomas of Canterbury's miracles, there is a somewhat more even distribution: about 56% were men and 34% women⁴¹. A more even distribution of men and women for St Thomas' miracles coincides with a more even distribution of where the miracles took place. These visitations reflecting gender and the distances they travelled to shrines demonstrates that, no matter how far away the saint might have been from the miracle location, it was always important, as Aelred of Rievaulx stressed, to 'not neglect to make a suitable return' for the divine assistance that had been granted⁴².

Conclusion

The manner in which saints manifested their power was an important issue for medieval hagiographers. For them, it was not a debate about at which location the cure miracle occurred, whether at the shrine or at a distance, that proved a better representation of the saints' power, but rather how those miracle locations worked together. Hagiographers sought to harmoniously combine the stories of miracles that took place in various locations in a way that would produce a document which could show the limitless power of the saint while at the same time encouraging their audiences to come to the holy sites. All the story devices outlined above were mixed and matched by hagiographers to align the power of the saint at a distance with the need to perform pilgrimage to the shrine's location. Often, writers would incorporate several of these devices into one story in order to proclaim the power of the saint in aiding the worthy no matter where they were, while also emphasising the importance of contact with the shrine. This can be seen in a tale from the mid-XII century of a knight named Hubert of Pierrelatte. Hubert was hit in the chest with an arrow which remained there for three and a half years. As doctors could do nothing, he prayed and sent a wax effigy of himself to the church of the Lady of Rocamadour and later had himself taken there. He asked the others present at

39 14% were groups likely consisting of both men and women.

40 Other examples include: St Dunstan – Male: 64%, Female: 29%. St Oswald – M: 69%, F: 8%. St Anselm – M: 88%, F: 12%. St James at Reading – M: 59%, F: 37%. Some miracles were performed for groups of mixed genders and are not reflected in these percentages.

41 11% were groups likely consisting of both men and women.

42 Aelred of Rievaulx, *Lives of the Northern Saints...*, 101.

the shrine to pray for him but returned home uncured. Still believing he would be cured, he instructed one of his servants to remove the arrow. Reluctantly, the servant did as he was told and the knight was soon healed. He came again to the shrine to offer a silver arrowhead as a token of his gratitude⁴³.

Here, in one story, are all the elements required to showcase the magnitude of the saint's power and the importance of pilgrimage. The author of this story utilised four of the tools mentioned here to balance power and place. The knight waited for an extended period of time and the doctors were unable to help him, demonstrating the undeniable power of the saint. He prayed and promised a gift to the Virgin, showing the necessity to make pilgrimage to the shrine. He then went himself to the shrine but was healed at home, highlighting the need for both place and power to work together. Finally, Hubert returned to the church at Rocamadour to give a tangible token of his gratitude, once again emphasising the giving of gifts as the proper post-cure procedure. The hagiographer was able to incorporate many power-proving devices into one story, thus making it the perfect model to demonstrate the appropriate behaviour when evoking the power of the saint at a distance and correct procedure afterward.

To prove the power of the saints and establish the importance of visiting their shrines, hagiographers made sure to constantly refer to the shrine of the saint, no matter where the healing itself took place or by what means it occurred. Whether by relic or prayer, the supplicants in these accounts frequently had some sort of connection to the shrine. Doctors were made to be incapable in order to prove the power of the saint, while those who needed no physician were encouraged to visit the shrines and not miss out seeing the amazing things the saints were doing there. Writers also used punishment tales and curses to warn their audience of the dangers of underestimating the long reaching power of the saints or the necessity of pilgrimage to the shrine. Thus, authors were able to encourage amazing cures and miraculous protection to be sought from any location, while strengthening the habit of punctual pilgrimage to the associated shrine as the necessary foundation for a successful cure experience. Hagiographers used miracle collections to demonstrate that a supplicant could be cured anywhere, but pilgrimage was at the heart of any successful healing.

⁴³ *The Miracles of Our Lady of Rocamadour...*, 171.

BIBLIOGRAPHIC REFERENCES

Sources

- AELRED OF RIEVAULX – *The Lives of the Northern Saints*. Jane P. Freeland (ed. and trans.). Collegeville: Cistercian Publications, 2006.
- EADMER OF CANTERBURY – *Lives and Miracles of Saints Oda, Dunstan and Oswald*. Bernard J. Muir; Andrew Turner (eds. and trans.). Oxford: Clarendon Press, 2006.
- EADMER OF CANTERBURY – *The Life of St. Anselm, Archbishop of Canterbury*. Richard W. Southern (ed. and trans.). London: Thomas Nelson and Sons Ltd, 1962.
- ERASMUS – *The Collected Works of Erasmus*. Craig Thompson (ed. and trans.). Toronto: University of Toronto Press, 1997.
- Oxford, *Bodleian Libraries*, MS. Eng. hist. c. 322.
- The Book of Sainte Foy*. Pamela Sheingorn (ed. and trans.). Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1995.
- The Cult of St Swithun*. Michael Lapridge (ed. and trans.). Oxford: Clarendon Press, 2003.
- The Miracles of Our Lady of Rocamadour*. Marcus Bull (trans.). Woodbridge: Boydell Press, 1999.
- The Miracles of St Æbba of Coldingham and St Margaret of Scotland*. Robert Bartlett (ed. and trans.). Oxford: Oxford University Press, 2003.
- THOMAS OF MONMOUTH – *The Life and Passion of William of Norwich*. Miri Rubin (ed. and trans.). London: Penguin Classics, 2014.

Studies

- ABBOT, Edwin A. – *St. Thomas of Canterbury. His Death and Miracles*. Vols. 1-2. London: A and C Black, 1898.
- BAILEY, Anne E. – “Reconsidering the medieval experience at the shrine in high medieval England”. *Journal of Medieval History*, 47, 2 (2021), 203-229.
- BARTLETT, Robert – “Medieval miracle accounts as stories”. *Irish Theological Quarterly*, 82, 2 (2017), 113-127.
- BARTLETT, Robert – *Why Can the Dead Do Such Great Things? Saints and Worshippers from the Martyrs to the Reformation*. Princeton: Princeton University Press, 2013.
- BROWN, Peter – *The Cult of the Saints. Its Rise and Function in Latin Christianity*. Chicago: University of Chicago, 1981.
- FINUCANE, Ronald C. – *Miracles and Pilgrims. Popular Beliefs in Medieval England*. London: Dent and Sons, 1977.
- FINUCANE, Ronald C. – “The Use and Abuse of Miracles”. *History*, 60, 198 (1975), pp. 1-10.

- FOREVILLE, Raymonde – *Thomas Becket dans la tradition historique et hagiographique*. London: Variorum Reprints, 1981.
- FREEMAN, Charles – *Holy Bones, Holy Dust. How Relics Shaped the History of Medieval Europe*. London: Yale University Press, 2012.
- GEARY, Patrick J. – *Living with the Dead in the Middle Ages*. Ithaca: Cornell University Press, 1994.
- GOODICH, Michael – *Lives and Miracles of the Saints. Studies in Medieval Latin Hagiography*. Burlington: Ashgate/Variorum, 2004.
- GOODICH, Michael – “A note on sainthood in the hagiographical prologue”. *History and Theory*, 20, 2 (1981), 168-174.
- HALL, Donald J. – *English Medieval Pilgrimage*. London: Routledge, 1966.
- HEFFERNAN, Thomas J. – *Sacred Biography. Saints and Their Biographers in the Middle Ages*. Oxford: Oxford University Press, 1988.
- KEMP, Brian – “The miracles of the hand of St. James”. *Berkshire Archaeological Journal*, 65 (1970), 1-19.
- KLANICZAY, Gábor – “Healing with certain conditions. The pedagogy of medieval miracles”. *Cahiers de recherches médiévales (XIII^e-XV^e siècles)*, 19 (2010), 235-248.
- KOOPMANS, Rachel – *Wonderful to Relate. Miracle Stories and Miracle Collecting in High Medieval England*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2010.
- KUULIALA, Jenni, – “Heavenly healing or failure of faith? Partial cures in later medieval canonization processes”. in Kirsi Salonen; Sari Katajala-Peltomaa (eds.) – *Church and Belief in the Middle Ages*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2016.
- MORRISON, Susan S. – *Women Pilgrims in Late Medieval England. Private Piety as a Public Performance*. London: Routledge, 2000.
- SALTER, Ruth J. – *Saints, Cure-Seekers and Miraculous Healing in Twelfth-Century England*. Woodbridge: York Medieval Press, 2021.
- SIGAL, Pierre-André – “Maladie, pèlerinage et guérison au XII^e siècle. Les miracles de saint Gibrien à Reims”. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 24, 6 (1969), 1522-1539.
- SIGAL, Pierre-André – *L'Homme et le miracle dans la France médiévale (11-12 siècles)*. Paris: CNRS Éditions, 1985.
- SLOCUM, Kay Brainerd – “The making, re-making and un-making of the cult of Saint Thomas Becket”. *Hagiographica*, 7 (2000), 4-16.
- STICCA, Sandro (ed.) – *Saints. Studies in Hagiography*. New York: Mrts, 1996.
- SUMPTION, Jonathan – *Pilgrimage. An Image of Medieval Religion*. London: Faber and Faber, 1975.
- VAUCHEZ André – *La Sainteté en Occident aux derniers siècles du Moyen Âge*. Rome: École française de Rome, 1981.
- VAUCHEZ, André – *La Spiritualité du Moyen Âge occidental: VIII^e-XIII^e siècle*. Paris: Presses Universitaires de France, 1975.

- VAUCHEZ, André – *The Spirituality of the Medieval West from the Eighth to the Twelfth Century*. Colette Friedlander (trans.). Kalamazoo: Cistercian Publications, 1993.
- WARD, Benedicta – *Miracles and the Medieval Mind. Theory, Record and Event, 1000-1215*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1982.
- WEBB, Diana M. – *Medieval European Pilgrimage: c. 700 – c. 1500*. Basingstoke: Palgrave, 2002.
- WEBB, Diana M. – *Pilgrims and Pilgrimage in the Medieval West*. London: Bloomsbury Publishing, 1999.
- YARROW, Simon – *Saints and Their Communities. Miracles Stories in Twelfth-Century England*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

O contributo das viagens de oficiais de armas para a descrição geográfica durante o século XV¹

Waslan Saboia Araújo

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)
waslanaraujo@hotmail.com • waslansaboia@gmail.com

Resumo

Os oficiais de armas constituíram um tipo de servidor cuja função era inventariar informações sobre reinos, famílias ilustres, senhores e os emblemas, ou armas, que representavam esses entes. Tal ofício passou, entre os séculos XIV e XV, por um momento de desenvolvimento com uma melhor definição de suas incumbências, a adoção de uma hierarquia interna e uma atuação mais frequente nos círculos régios e nobiliárquicos. Essa inserção nos ambientes de poder e o seu emprego em diversos assuntos referentes às camadas mais distintas dos reinos, estimularam o envio desses fâmulos a sítios alhures enquanto mensageiros e embaixadores. Na medida em que a viagem se tornou mais habitual entre esses agentes, tornou-se importante criar formas de viabilizar essa tarefa, a exemplo de conhecimentos que auxiliassem na orientação. Assim, durante o século XV surgiram obras, escritas por oficiais de armas, que se concentravam na descrição geográfica, tanto por meio da relação de viagens como por descrições mais amplas do mundo conhecido. Isto posto, o objetivo do texto é, justamente, avaliar o vínculo entre as andanças desses emissários e o conhecimento geográfico por eles legado, indagando se os interesses desse mister interferiram na forma como os viajantes descreveram o mundo a ser percorrido.

¹ O presente texto é fruto da pesquisa de doutoramento financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo n.º 2019/03545-4.

Palavras-chave

arautos; armas; geografia; viagens; século XV

Nota biográfica

Waslan Saboia Araújo licenciou-se em História no ano de 2015 pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP *campus* de Franca. No ano de 2018 concluiu seu mestrado na área de História e Cultura Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da UNESP, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Atualmente é doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UNESP, na área de História e Cultura Social, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). É membro do grupo temático “Escritos sobre os novos mundos: uma história da construção de valores morais em língua portuguesa”, e integra o corpo editorial do periódico científico História e Cultura, publicação eletrônica semestral editada por discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UNESP.

The contribution of the travels of arms officers to the geographical description during the 15th century**Abstract**

Arms officers constituted a type of servant whose function was to inventory information about kingdoms, illustrious families, lords and the emblems, or arms, which represented these entities. Between the 14th and 15th centuries, this office went through a period of development with a better definition of its tasks, the adoption of an internal hierarchy and a more frequent action in royal and noble circles. This insertion in the environments of power and its use in several subjects related to the most distinct layers of the kingdoms, stimulated the sending of these servants to places elsewhere as messengers and ambassadors. As travel became common among these agents, it became important to create ways to make the task feasible, such as knowledge that would help in orientation. Thus, during the 15th century, works appeared, written by officers at arms, which focused on geographical description, both through travel records and broader descriptions of the known world. That said, the objective of the text is, precisely, to evaluate the link between the wanderings of these emissaries and the geographic knowledge left by them, asking if the interests of this profession interfered in the way in which the travelers described the world to be traveled.

Keywords:

heralds; arms; geography; travels; 15th century

Biographical note:

Waslan Sabóia Araújo graduated in History in 2015 from Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP campus in Franca. In 2018, he completed his master’s degree in History and Social Culture at the Postgraduate Program in History at UNESP, with funding from Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). He is currently a doctoral student in History at the Postgraduate Program in History at UNESP, in the area of History and Social Culture, with funding from the Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). He is a member of the thematic group “Escritos sobre os novos mundos: uma história da construção de valores morais em língua portuguesa”, and is part of the editorial board of the scientific journal *História e Cultura*, a biannual electronic publication edited by students of the Postgraduate Program in History from UNESP.

A obra *Le Livre de la description des pays*, escrita por Gilles le Bouvier (1386-1455?) na primeira metade do século XV, é encerrada com a seguinte afirmação: “Este livro² feito pelo rei de armas Berry, arauto do rei da França, trata sobre os países e regiões em que esteve durante sua vida, com os principais rios e cidades de toda a fé cristã³. Ao longo de sua carreira como servidor de Carlos VII (1403-1461), Le Bouvier escreveu uma série de obras com intuito de enaltecer a história e glória de seu senhor e reino⁴. A obra mencionada, no entanto, destoa das suas demais contribuições para a memória da coroa francesa, não constituindo um compilado de feitos dos monarcas e nobres, mas sim um livretto que apresenta uma diversidade de localidades estrangeiras, e que seria um dos mais antigos tratados de geografia descritiva escrito em francês vernacular⁵. O propósito do texto é apresentado pelo

2 Todas as citações diretas efetuadas a partir de obras originalmente em língua estrangeira foram traduzidas de próprio punho.

3 LE BOUVIER, Gilles – *Le Livre de la description des pays*. Paris: Ernest Leroux editeur, 1808, 132.

4 As obras escritas por Gilles le Bouvier incluem uma crônica sobre Carlos VII; uma breve história sobre o rei da Inglaterra, Ricardo II (1367-1400); um livro intitulado *Chronique et Recouvrement de Normandie*, que narra a história da província da Normandia desde o guerreiro nórdico Rolo (860-932) até a reconquista por Carlos VII em 1449 / 50; e um tratado sobre a nobreza, em especial a francesa, e seus brasões, desde Luís VIII (1187-1226). Para maiores detalhes, ver: LE BOUVIER, Gilles – *Armorial de France, Angleterre, Écosse, Allemagne, Italie et autres puissances, composé vers 1450 par Gilles Le Bouvier dit Berry, premier roi d’armes de Charles VII, roi de France*. Paris: Bachelin-Deflorenne, 1866; LE BOUVIER, Gilles – *Armorial de Gilles Le Bouvier*. Paris: Éditions du Léopard d’or, 1995. LE BOUVIER, Gilles – *Les Chroniques du Roi Charles VII*. Paris: C. Klincksieck, 1979..

5 Le Bouvier, *Le Livre de la description...*, 03.

próprio autor que atesta que o principal foco do livro seria, justamente, tratar sobre as plagas em que esteve ao longo de sua vida, com destaque para os locais habitados por cristãos. Um outro elemento a ser notado nessa passagem é o destaque concedido à função que Gilles le Bouvier desempenhava durante essas visitas, arauto do rei da França. Os arautos constituíram um tipo de profissional medieval que tinha como função primordial a comunicação da fama e honra de senhores, famílias e reinos⁶. Uma tarefa que, por vezes, os levou a efetuarem deslocamentos⁷.

O século XV foi palco de uma profusão de escritos feitos por esses profissionais que buscaram, além de tratar sobre a glória de seus senhores, legar algum tipo de conhecimento sobre a constituição de terras que teriam sido, ou que ainda poderiam ser visitadas⁸. De forma que o intuito do presente trabalho é o de examinar como a viagem foi concebida por esse tipo específico de viajante, bem como averiguar se a atividade de viajar teria contribuído, de alguma forma, para com a formação do conhecimento geográfico registrado por aqueles que se ocupavam de tal função. Em outras palavras, busca-se aqui entender o valor conferido à prática da viagem dentro do universo de preocupações desse mister que ganhava, desde o século XIV, elementos constitutivos mais definidos⁹.

A figura dos arautos pode ser identificada no contexto ocidental a partir do século XII, em especial em regiões francesas, tornando-se mais comum em outras localidades a partir do século XIV¹⁰. Correspondia a um tipo de servente que atuava principalmente em torneios, anunciando justas, identificando participantes e divulgando os feitos e a fama dos envolvidos. Sendo, igualmente, corrente a atuação deles em batalhas, auxiliando na identificação dos exércitos¹¹. Esses agentes que, a princípio, atuavam de modo esporádico converteram-se, paulatinamente, em especialistas nos símbolos que representavam entes de maior prestígio, em especial nos brasões e insígnias, comumente chamados de armas, derivando daí a

6 NADOT, Sébastien – “Des voyageurs de l’ombre: le rôle des hérauts d’armes dans les combats chevaleresques du XV^e siècle”. in Henri Bresc; Denis Menjot (dir.) – *Les voyageurs au Moyen Âge. Actes du 130^e Congrès national des sociétés historiques et scientifiques, « Voyages et voyageurs »*. Paris: CHTS, 2008, 50-60; PARAVICINI, Werner – “Le héraut d’armes. Ce que nous savons et ce que nous ne savons pas.” *Revue du Nord* [em linha], 3 (2006), 465-490. Disponível em <https://www.cairn.info/revue-du-nord-2006-3-page-465.htm> [consultado a 14 de agosto de 2021], p. 479.

7 Nadot, “Des voyageurs de l’ombre...”, 57.

8 COUHAULT, Pierre – “Les hérauts d’armes et le savoir géographique (XV^e-XVI^e siècles)”. *Revue de géographie historique* [em linha], 17-18 (2020), 01-20. Disponível em https://rgh.univlorraine.fr/articles/view/134/Les_herauts_d_armes_et_le_savoir_geographique_XVe_XVIe_siecles.html [consultado a 20 de maio de 2021].

9 MELVILLE, Gert – “Pourquoi des hérauts d’armes? Les raisons d’une institution”. *Revue du Nord* [em linha], 3 (2006), 491-502. Disponível em <https://www.cairn.info/revue-du-nord-2006-3-page-491.htm> [consultado a 01 de junho de 2021], p. 494.

10 Couhault, “Les hérauts d’armes et le savoir géographique...”, 01.

11 SIMONNEAU, Henri – “Du tournoi au couronnement. Les hérauts d’armes et les formules rituelles au Moyen Âge”. in C. Balouzet-Loubet; I. Draelants (orgs.) – *La Formule au Moyen Âge, II/ Formulas in Medieval Culture, II. Actes du colloque international de Nancy et Metz*. Turnhout: Brepols, 2015, 445.

denominação de oficiais de armas¹². Essa habilidade em lidar com a divulgação da honra¹³ auxiliou com que esses indivíduos deixassem de atuar apenas como mestres de cerimônia durante os torneios, passando a se distinguir dos demais profissionais relacionados a esses eventos¹⁴, e se posicionando, desde o século XIV, como servidores fixos nas cortes de nobres e monarcas¹⁵. Tal transformação foi, igualmente, devedora do fato de as cortes se tornarem ambientes complexos e permeados de cerimônias que demandavam a existência de especialistas em sinais visuais e ações simbólicas¹⁶.

Tal contexto possibilitou que esses agentes assumissem outras responsabilidades como organizar celebrações, substituir seus senhores em solenidades e atuar como mensageiros e embaixadores¹⁷, encargos que colocavam os arautos como mandatários daqueles a quem serviam¹⁸. Essa abertura para a ação dos arautos foi concomitante a uma maior formalização da ocupação¹⁹, que passou a adotar uma hierarquia interna semelhante a uma corporação de ofício, composta por aprendizes, os passavantes; por oficiais plenamente treinados, os arautos, e por profissionais de alto nível, os reis de armas. Outro elemento que integrou esse processo foi o costume de nomear certos oficiais de armas em alusão a posses territoriais sob domínio de seus senhores. Gilles le Bouvier, por exemplo, era o rei de armas Berry, título concedido por Carlos VII, em 1420, e que fazia referência ao território que incluía as províncias de Berry, Touraine, Languedoc, Auvergne, Bourbonnais e Poitou²⁰. Embora tais nomeações possuíssem um caráter simbólico e não jurisdicional²¹, esse procedimento demonstra um vínculo mais estável entre oficiais de armas e

12 O uso dessa designação era corrente no século XV, como se pode averiguar na obra de Jean Courtois que atuou no século XV como o arauto Sicília. Para maiores esclarecimentos, cf. COURTOIS, Jean – *Parties inédites de l'œuvre de Sicile*. Pierre Roland (ed.). Mons: Société des Bibliophiles Belges, 1867, 26.

13 Paravicini, “Le héraut d’armes...”, 479.

14 A exemplo de músicos, menestrelis e bufões que também ofereciam seus serviços durante o acontecimento dos torneios. CONTAMINE, Pierre – “Office d’armes et noblesse dans la France de la fin du Moyen Age”. *Bulletin de la Société Nationale des Antiquaires de France*. Paris: Edition-difusion de Boccard, 1994/1996, 310-322, p. 312.

15 Outras autoridades do período, como as ordens militares ou as cidades, também fizeram uso desses oficiais. SPITZBARTH, Anne-Brigitte – “La fonction diplomatique des hérauts. L’exemple de la cour de Bourgogne au temps de Philippe le Bon (1419-1467)”. *Revue du Nord* [em linha], 3 (2006), 559-576, p. 559. Disponível em <https://www.cairn.info/revue-du-nord-2006-3-page-559.htm> [consultado a 10 de agosto de 2021].

16 Melville, “Pourquoi des hérauts d’armes?...”, 498.

17 Melville, “Pourquoi des hérauts d’armes?...”, 494.

18 Nadot, “Des voyageurs de l’ombre...”, 50-60.

19 Couhault, “Les hérauts d’armes et le savoir géographique...”, 02.

20 Nadot, Sébastien – “Des voyageurs de l’ombre...”, 51.

21 Esse costume se tornou corrente durante o século XV, sendo comum arautos atenderem por nomes de senhorios, cidades e fortalezas sob comando de seus senhores, e oficiais de armas mais graduados receberem títulos de regiões inteiras quando serviam monarcas. Tais nomeações faziam parte do sistema simbólico que legitimava a atuação desses agentes e não implicavam qualquer autoridade sobre as terras aludidas. Ademais, é importante destacar que as denominações poderiam corresponder a elementos não necessariamente vinculados a repartições territoriais como o nome de Ordens militares, lemas familiares bem como palavras ou figuras relacionadas aos senhores que empregavam os oficiais. Para maiores detalhes ver: HABLLOT, Laurent – “Revêtir le prince. Le héraut en tabard, une image idéale du prince”. *Revue du Nord* [em linha], 3 (2006), 755-803, p. 770. Disponível em <https://www.cairn.info/revue-du-nord-2006-3-page-755.htm> [consultado a 03 de agosto de 2021].

autoridades específicas. Uma relação distinta daquelas estabelecidas no século XII quando esses servidores apenas alugavam suas habilidades e conhecimentos.

Se por um lado alguns oficiais de armas passaram a ser relacionados a localidades fixas, as novas atribuições fizeram com que eles se mantivessem em constante movimento²², deixando de se deslocar apenas na busca de novas oportunidades para oferecer seus serviços, e adotando a viagem como parte integrante de suas funções. Na esteira desse processo de formalização surgiram alguns escritos que buscaram justamente pensar elementos concernentes ao ofício de armas. Desde o século XIV é possível notar a existência de tratados sobre as armas e insígnias, elementos que continuaram figurando como preocupações desses fâmulos²³. No entanto, durante o século XV tornou-se mais comum a feitura de escritos que tentaram definir o próprio ofício. Talvez um dos maiores exemplos desse tipo de documento seja o compêndio escrito por Jean Courtois (?-1436) que serviu o rei de Aragão, Afonso V (1396-1458), como o arauto Sicília. Por volta do ano de 1435²⁴, Courtois – que, tal como Gilles le Bouvier, utilizava o nome de um território sob o domínio de seu senhor, a ilha mediterrânica que figurou como posse da Coroa de Aragão no século XV²⁵ – montou uma coleção de textos que teria como propósito ensinar seus “companheiros” de ofício por meio de uma “memória perpétua verdadeira” que deveria oferecer informações sobre os oficiais de armas,²⁶ bem como estabelecer determinados parâmetros dessa ocupação²⁷.

Um dos informes que o arauto Sicília incluiu em seu compêndio foi um pequeno tratado, supostamente, escrito por um clérigo de nome Jean Herard (?-?)²⁸, que estabelecia a origem desse mister. Nas páginas desse texto é defendido que o “nobre ofício das armas” foi, inicialmente, desempenhado por “nobres virgens” de reputação ilibada que portavam mensagens e atuavam em embaixadas para

22 HILTMANN, Torsten – “Vieux chevaliers, pucelles, anges. Fonctions et caractères principaux des hérauts d’armes d’après les légendes sur l’origine de l’office d’armes au XV^e siècle”. *Revue du Nord* [em linha], 3 (2006), 503-525, p. 506. Disponível em <https://www.caim.info/revue-du-nord-2006-3-page-503.htm> [consultado a 10 de julho de 2021].

23 Hiltmann, “Vieux chevaliers, pucelles, anges...”, 506.

24 Contamine, “Office d’armes et noblesse dans la France...”, 316.

25 SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis – *Los Trastámaras y los Reyes Católicos*. Madrid: Gredos, 1985, 122.

26 Courtois, *Parties inédites de l’œuvre de Sicile...*, 08.

27 Um objetivo que Courtois nutriu por muito tempo, tendo em vista que é de sua autoria o renomado tratado *Blason des Couleurs en armes*, escrito em 1414, em que o arauto Sicília refletiu sobre a qualidade das cores na feitura dos emblemas nobiliárquicos. Para maiores detalhes, ver: HILTMANN, Torsten – “La paternité littéraire des hérauts d’armes et les textes héraldiques. Héraut Sicile et le Blason des couleurs en armes”. in Miguel Beirão de Almeida Metelo de Seixas (coord.) – *Estudos de Heráldica Medieval*. Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais, 2012, 59-84.

28 Sabe-se muito pouco sobre a procedência desse escrito e de seu autor, contudo, é possível afirmar que o texto gozou de certo prestígio durante a centúria do Quatrocentos, sendo incluído em vários manuscritos sobre o ofício de armas e outros textos. Para maiores informações sobre as recorrências desse tratado, cf. HILTMANN, Torsten – *Zwischen Heroldsamt und Adel: Die Kompendien des office d’armes im französischen und burgundischen Spätmittelalter*. Paris: EPHE, 2005. Tese de doutorado, 428.

príncipes antigos²⁹. Tal escrito não foi o único a remontar a origem do ofício de armas, existindo no Quatrocentos outros que buscaram estabelecer o nascimento dessa função, havendo, inclusive, discrepâncias sobre essa origem³⁰. A despeito de tais divergências, houve, entre esses escritos, um aspecto consensual: a tentativa de apresentar as missões diplomáticas como uma função primordial dos arautos, tanto quanto a promoção da honra³¹. As habilidades e conhecimentos adquiridos nos círculos mais elevados da sociedade, bem como sua formação enquanto dignitários de grandes nomes, possibilitaram a inclusão dos arautos no grupo de indivíduos que se ocuparam dessa comunicação tão importante para reinos, senhorios e outras autoridades. Durante o século XV, foi cada vez mais comum o emprego de arautos e reis de armas nesse tipo de incumbência que se tornou mais dinâmica ao longo dos últimos séculos do medievo³².

Quando em missão, os oficiais de armas gozaram de prerrogativas compartilhadas com os demais indivíduos que atuaram em embaixadas, a exemplo da autoridade para negociar em nome de seu senhor, e das salvaguardas que garantiam a proteção e o direito de trânsito por reinos alheios³³ – um dos elementos mais importantes para o fazer diplomático nesse período³⁴. No entanto, esses servidores não foram os únicos a desempenhar esse tipo de função, nem contaram com nenhum tipo de predileção para encabeçar tais missões. Se, por um lado, os oficiais de armas nem sempre lideravam as missões, por outro, sua integração nas viagens foi muito apreciada, tal como se nota em alguns testemunhos como o relato proveniente da embaixada enviada por Henrique VII da Inglaterra (1457-1509) a Castela e Portugal, no ano de 1488, com intuito de negociar o casamento

29 Courtois, *Parties inédites de l'œuvre de Sicile...*, 81-82.

30 Dentre esses escritos que apresentavam versões divergentes sobre a origem dos oficiais de armas destaca-se o tratado intitulado *Selon les ditz*, redigido por volta de 1400. Esse tratado localiza o surgimento dos arautos nos últimos anos da república romana, com o Júlio Cesar (100 a.C.-44 a.C.) que buscou respeitar o desejo de soldados idosos que não pretendiam se afastar das batalhas, empregando-os como observadores das ações tomadas nas batalhas, criando uma função relacionada à honra dos feitos bélicos. Um outro livro que tratou da origem desse ofício se intitula *Le traité sur les anges*, escrito possivelmente na Inglaterra, e estabelece em suas páginas uma outra origem para os arautos com Enoque, filho de Seth e neto de Adão, que teria criado o ofício à semelhança dos anjos. Essa semelhança com os anjos seria o que possibilita a união das funções executadas pelos arautos, já que os anjos eram tanto mensageiros de Deus como divulgadores das ações humanas para a autoridade divina. Para maiores detalhes sobre as diferentes versões sobre a origem dos oficiais de armas ver: Hiltmann, “Vieux chevaliers, pucelles, anges...”, 512-523.

31 Hiltmann, “Vieux chevaliers, pucelles, anges...”, 516.

32 MOEGLIN, Jean-Marie – “Existe-t-il un ordre diplomatique médiéval?”. in Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public (dir.) – *Les relations diplomatiques au Moyen Âge, formes et enjeux. XLI^e Congrès de la SHMESP* [em linha]. Paris: Éditions de la Sorbonne, 2011. Disponível em <http://books.openedition.org/psorbonne/16382> [consultado a 06 de outubro de 2021].

33 Spitzbarth, “La fonction diplomatique des hérauts...”, 561.

34 PÉQUIGNOT, Stéphane – “Les diplomaties occidentales, XIII^e-XV^e siècle”. in Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public (dir.) – *Les relations diplomatiques au Moyen Âge, formes et enjeux. XLI^e Congrès de la SHMESP* [em linha]. Paris: Éditions de la Sorbonne, 2011. Disponível em <http://books.openedition.org/psorbonne/16382> [consultado a 06 de outubro de 2021].

entre Arthur Tudor, príncipe de Gales (1486-1502), e a infanta Catarina (1485-1536), filha de Fernando II (1452-1516) e Isabel I (1451-1504). Nesse relato é mencionado que o monarca inglês nomeou Thomas Savage (1449-1507), religioso e doutor em Direito³⁵, como “o chefe” da embaixada, e o cavaleiro Richard Nanfan (1445-1507) como “segundo embaixador”. Contudo, Henrique VII incluiu nessa missão o rei de armas Norroy que, segundo o relato, foi “designado” para “servir e acompanhar a dita embaixada por toda a jornada pela Espanha e Portugal”³⁶.

Rei de armas Norroy era o título concedido ao oficial de armas relacionado a região que abrangia o norte de Gales³⁷, cargo ocupado por Roger Machado (?-1510), um português³⁸ com muita experiência em viagens anteriores³⁹ que foi nomeado rei de armas em 1485. Embora Thomas Savage e Richard Nanfan tenham atuado como os principais representantes da missão, cabe destacar a atuação de Machado, um estrangeiro a serviço da coroa inglesa que ficou responsável por toda a parte logística do deslocamento, cuidando das rotas, pontos de paradas e todo tipo de relação com os autóctones. Tomando para si, inclusive, a incumbência de relatar a viagem, que constitui um dos testemunhos quatrocentistas que descrevem a navegação pelo Atlântico⁴⁰.

A experiência do rei de armas Norroy se soma a de outros arautos que tiveram larga participação em viagens, como Jean de la Chapelle (?-?) que atuou, durante o século XV, como arauto do duque de Saboia e registrou uma série de embaixadas em que ficou responsável pelos pormenores dos traslados, como as negociações sobre o trânsito e obtenção de salvo-condutos⁴¹. Dessa forma, é possível afirmar que, durante

35 Posteriormente Thomas Savage foi eleito o arcebispo da cidade de York, atuando entre 1501 e 1507.

36 MACHADO, Roger – “Embassy to Spain and Portugal”. in Bernard André (ed.) – *Les douze triomphes de Henry VII*. Londres: Longman, Brown, Green, Longmans, and Roberts, 1858, 157.

37 AILES, Adrian – “Le développement des « visitations » de hérauts en Angleterre et au Pays de Galles 1450-1600”. *Revue du Nord* [em linha], 3 (2006), 659-679. Disponível em <https://www.cairn.info/revue-du-nord-2006-3-page-659.htm> [consultado a 13 de maio de 2020], p. 659.

38 LEITÃO, Francisco – “Roger Machado, um português ao serviço dos primeiros soberanos Tudor”. *Medievalista* [em linha], 17 (2015), 01-25, aqui p. 7. Disponível em <https://journals.openedition.org/medievalista/1515> [consultado a 13 de maio de 2020]; WAGNER, Anthony – *Heralds of England. A History of the Office and College of Arms*. London: Her Majesty’s Stationary Office, 1967, 79; WATSON, Gemma – “A herald and his objects in exile. Roger Machado and his memorandum book, 1484-1485” in Marianne O’Doherty, Felicitas Schmieder (eds.) – *Travels and Mobilities in the Middle Ages. From the Atlantic to the Black Sea*. Turnhout: Brepols, 2015, 314.

39 O cargo de rei das armas de Henrique VII fez com que Machado se tornasse um viajante experiente, que atuou, durante um quarto de século, em embaixadas enviadas a diversos territórios, como França, península itálica e o Sacro Império Romano-Germânico. Leitão, “Roger Machado...”, 08.

40 BOCHACA, Michel – “Sea travel at the end of the Middle Ages based on the account of the embassy to Spain and Portugal given by Roger Machado (1489)”. *The Mariner’s Mirror* [em linha], 4 (2012), 436-447. Disponível em <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-01273710> [consultado a 18 de setembro de 2021].

41 As viagens de Jean de la Chapelle podem ser consultadas em breves relatórios que registram os gastos e pormenores dos traslados como a missão de auxiliar os embaixadores do duque até o reino de Chipre em 1432; a viagem de Turin até a Sicília efetuada em nome do príncipe de Piemonte, Amadeu VIII (1383-1451), no ano de 1435; e sua ida a Moulins, em 1437, para participar do casamento do filho de Renato I de Nápoles (1409-1480) com uma das filhas do duque de Bourbon, Carlos I (1401-1456). Para maiores detalhes ver: PAVIOT,

o século XV, os arautos atuaram recorrentemente em deslocamentos solenes, ora como emissários, ora cuidando da condução da viagem em si. A atividade itinerante passou a constituir uma incumbência de extrema relevância para o ofício de armas, chegando a ser pensada como um elemento definidor da hierarquia interna. Um pensamento defendido pelo arauto Sicília em seu compêndio, quando assevera que um aprendiz só poderia ascender ao posto de arauto após ter desempenhado a função de “passavante por muito tempo”, no mínimo quatro anos, e após ter “bem viajado em longas viagens por terra e por mar”, bem como ter “servido nas cortes de nobres e observado guerras e batalhas”⁴².

A prática de se deslocar é inserida como um dos elementos fundamentais do aprendizado do ofício, dividindo espaço com outras atividades que dotariam um neófito das aptidões necessárias para o posto de arauto. Contudo, a viagem não se restringiu apenas ao ensino, fazendo, igualmente, parte do cotidiano dos oficiais mais graduados, como se torna perceptível nas páginas de uma outra obra que tratou das bases desse mister, o *Livro de Aautos*, ou *De Ministerio Armorum*. Na obra em questão é defendido que a “regra dos arautos exige homens que sejam de muito trabalho e resistência e que viajem muito por mar e por terra em guerras e pátrias diversas, em torneios, justas e em todos os atos da nobreza”⁴³. Tanto na aprendizagem do ofício como na sua realização cotidiana, a viagem é posicionada à frente dos demais elementos que compunham as preocupações desse mister. Tal importância seria explicada pelo fato de que na maior parte das ocasiões em que atuaram na propagação da honra de seus senhores, os arautos efetuaram deslocamentos, tanto como líderes das missões como viabilizadores dos traslados. Dessa forma, pode-se cogitar que os oficiais de armas não se viam apenas como profundos conhecedores dos signos de nobreza medieval, mas também como especialistas em viagens, uma opinião que ficou registrada nas obras por eles legadas.

Se o livro do rei de armas Berry é um tratado geográfico feito por um oficial de armas, e o compêndio do arauto Sicília configura uma obra que trata sobre os elementos que definiam essa função, o *Livro de Aautos* pode ser entendido como uma espécie de junção de ambos propósitos, uma vez que trata sobre a história e obrigações dos oficiais de armas ao mesmo tempo em que apresenta uma

Jacques – “Une vie de héraut. Jean de la Chapelle, poursuivant Faucon, héraut Savoie (1424-1444)”. *Revue du Nord* [em linha], 3 (2006), 681-692. Disponível em <https://www.cairn.info/revue-du-nord-2006-3-page-681.htm> [consultado a 14 de agosto de 2021]; RABUT, François (ed.) – “Voyage du héraut Savoye en France, à Chypre, en Sicile, a Venise, etc. les années 1432 et suivantes. Extraits des comptes du chatelain de St-Germain en Bugey”. in *Mémoires et documents publiés par la Société savoisienne d'histoire et d'archéologie*. XXXI, s. II, t. VI. Chambéry: Imprimerie Ménard, 1892, 393-408. Disponível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k487371c?rk=21459;2>.

42 Courtois, *Parties inédites de l'œuvre de Sicile...*, 88.

43 *Livro de Aautos (De Ministerio Armorum)*. Aires Augusto Nascimento (ed.). Lisboa: Mirandela & Cª, 1977, 156.

apurada descrição de alguns reinos⁴⁴. O livro foi escrito no ano de 1416 por um arauto português desconhecido que afirmou que sua obra era contemporânea ao Concílio de Constança, realizado entre 1414 e 1418⁴⁵. Essa afirmação levou muitos a acreditarem que o autor faria parte de uma delegação portuguesa enviada ao concílio ecumênico⁴⁶, contudo, tal hipótese não é consensual. Se não é possível afirmar que a obra mencionada versa sobre um traslado específico, é razoável presumir que ela é devedora de uma série de deslocamentos, dado que o autor afirma que passou os “melhores anos” de sua vida “viajando” a fim de “conhecer as tarefas” que o ofício das armas exigiria. De modo que teria se deleitado em “poder visitar e descobrir muitas terras das partes e regiões do mundo”, afirmando que buscaria registrar e descrever naquela obra tudo aquilo que teria visto⁴⁷.

O trecho do *Livro de Arautos* expõe uma questão importante sobre a relação desses oficiais com os deslocamentos, a viagem não era apenas uma função importante para a formação e execução de suas responsabilidades, mas, igualmente, possibilitava a obtenção de informes específicos sobre as terras visitadas, ou seja, conhecimentos geográficos, que poderiam ser utilizados na exposição de reinos, principados e demais divisões territoriais⁴⁸. Inicialmente, esses conhecimentos ganharam corpo em obras como os armoriais, coleções de brasões, que, desde o século XIV, passaram a apresentar, em alguns casos⁴⁹, uma extensa lista de localidades que eram representadas pelos respectivos emblemas. Tais listas abrangiam desde áreas circunscritas, como ducados ou cidades, até reinos inteiros. Embora a produção dos armoriais não tenha sido uma tarefa exclusiva dos oficiais de armas⁵⁰, esses agentes

44 Nomeadamente Roma, Suábia, Península Ibérica, Aragão, Sicília, Nápoles, Hungria, Polónia, Chipre, algumas ilhas gregas e o ducado de Saboia.

45 REIS, Josué Callender dos – “Os concílios ecumênicos”. *Revista de História*, 68 (1966), 29-67. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/122665> [consultado a 25 de agosto de 2020].

46 Alguns trabalhos, como os de Maria Alice Pereira dos Santos, asseveram que o autor dessa obra seria o arauto Constantinopla, um oficial de armas que serviu a Coroa Portuguesa durante o reinado de D. João I (1357-1433). Tal tese, no entanto, foi negada por outros estudiosos como Aires Augusto Nascimento, responsável pelo estudo e edição crítica da obra. Para maiores esclarecimentos, cf. LIMA, João Paulo Abreu; SANTOS, Maria Alice Pereira dos – “Quem foi Gonçalo Caldeira. Testemunhos para uma análise de funções políticas na corte portuguesa Quatrocentista, de D. João I a D. Afonso V”. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património* [em linha], 2 (2003), 335-346, aqui pp. 336-338. Disponível em <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2922.pdf> [consultado a 01 de novembro de 2022]; SANTOS, Maria Alice Pereira dos – *O Olhar Ibérico sobre a Europa Quatrocentista no Livro de Arautos*. Lisboa: Universidade Aberta, 2000. Dissertação de mestrado, 148.

47 *Livro de Arautos...*, 164.

48 Spitzbarth, “La fonction diplomatique des hérauts...”, 570-571.

49 Um exemplo que pode ser encontrado no Trezentos é o Armorial de Gelre – compilado antes de 1396 por Claes Heinenzoon (1345-1414), arauto a serviço do duque de Guelders – que possui cerca de cinquenta capítulos organizados, sistematicamente, a partir do nome e o brasão da região, ou de príncipe, seguidos pelos escudos dos feudos, senhores e senhorios. No total, são quase 1.700 entradas que descrevem um espaço europeu em que nomes de lugares e indivíduos são divididos em unidades geográficas regionais, tomando possível traçar sua extensão e contorno. Para maiores detalhes, ver: Couhault, “Les hérauts d’armes et le savoir géographique...”, 05-07.

50 Hiltmann, “La paternité littéraire des hérauts d’armes...”, 82.

também criaram obras desse tipo, o que evidencia a erudição geográfica desse ofício, uma vez que ao criar tais obras, os arautos utilizavam os brasões a fim de identificar localidades e sintetizar configurações territoriais⁵¹.

Houve, como já pontuado, obras escritas por membros dessa ocupação que buscaram descrever as terras visitadas para além de um catálogo de principados e senhorios. Esse foi um objetivo manifesto por Gilles le Bouvier no *Livre de la description des pays* em que afirma que, devido ao fato de pessoas de diversos lugares desejarem saber mais sobre as terras distantes, sem terem de para lá se deslocar, e outras tantas almejem saber como viajar, ele decidiu discorrer sobre as extensões, montanhas, rios e qualidades dos países que conheceu. Para que dessa forma, todos aqueles que tivessem contato com seu livro pudessem conhecer a “verdadeira maneira, forma e as propriedades das coisas que existem em todos os reinos” em que esteve. Em seu livro, o rei de armas Berry conjuga o desejo de prover conhecimento sobre as terras alheias àqueles que desejassem saber sobre elas, com o caráter prático de seu escrito, que poderia servir como um guia para uma parcela de coetâneos que desejassem executar viagens. Para tal, se empenharia em descrever de forma fidedigna aquilo vivido durante os trajetos, especialmente, o que dizia respeito aos traços da geografia estrangeira, como o relevo e a extensão dos reinos visitados. O francês, portanto, coloca a descrição do espaço percorrido como alvo das suas orientações aos futuros viajantes⁵².

Esse saber geográfico não deveria ficar restrito aos integrantes desse ofício, um pensamento, igualmente, encontrado no *Livro de Arautos*. Embora o autor dessa obra pontue o peso das viagens para os arautos, em suas palavras, era igualmente imperioso “redigir algumas coisas no decurso” do dito “livro a respeito do domínio e natureza de algumas terras” para além daquelas que diziam “respeito ao ofício”, afirmando que todos aqueles que desejassem “viajar” deveriam tomar conhecimento dessas coisas⁵³. O arauto português, tal como seu companheiro de ofício francês, levou em conta a aplicabilidade do conhecimento geográfico por ele produzido, voltado tanto para membros do seu ofício como para qualquer indivíduo que, porventura, decidisse seguir por outras plagas. Uma preocupação relacionada à maior valorização de informes sobre as terras longínquas e sobre o desconhecido que passou a ser mais comum a partir do século XIII, com os avanços das viagens que

51 THERY, Hervé – “Heráldica e geografia”. *Mercator: Revista de Geografia da UFC* [em linha], 29 (2013), 7-22, p. 07 Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/2736/273629350002.pdf> [consultado a 09 de fevereiro de 2020]; GUERREAU, Alain – “Quelques caractères spécifiques de l’espace féodal européen”. in Neithard Bulst et al. (eds.) – *L’État ou le Roi. Les fondations de la modernité monarchique en France*. Paris: MSH, 1996, 86.

52 Le Bouvier, *Le Livre de la description...*, 30.

53 *Livro de Arautos...*, 164.

se dirigiam a lugares distantes e que, por sua vez, legavam relatos mais complexos sobre as paragens alhures⁵⁴.

Embora os testemunhos ofertados por oficiais de armas pontuassem sobre a constituição do mundo, as escolhas sobre os informes eram direcionadas pelo interesse em criar conhecimentos que servissem a futuras viagens. Tal como se nota na passagem do livro de Gilles le Bouvier em que ele afirma que não entraria em detalhes sobre as terras de Jerusalém. Por mais que o francês tenha afirmado, por repetidas vezes, a intenção de tratar sobre os lugares mais importantes para os cristãos, ele decidiu não descrever essa que foi uma das mais célebres cidades para os seguidores de sua fé⁵⁵. Um local que desempenhou, inclusive, um papel na mensuração geográfica por figurar o centro do mundo conhecido, uma concepção ainda corrente no Quatrocentos⁵⁶. A justificativa utilizada seria a de que informações sobre esse destino não seriam tão importantes, uma vez que “muitas pessoas” peregrinavam até a urbe, e por isso já se saberia o suficiente sobre esse local⁵⁷. O objetivo de informar futuros viajantes sobre locais menos conhecidos parece suplantar o interesse em relatar sobre os sítios importantes entre os coevos⁵⁸. Um imperativo que é constatado ao notar que Le Bouvier teve o cuidado em descrever as demais terras que estavam sob domínio do sultanato Mameluco⁵⁹. Assim, por serem

54 Esses avanços foram resultado das melhorias nas comunicações e do desenvolvimento dos meios de transportes, como a melhoria da infraestrutura de pontes e estradas; a utilização de materiais mais duráveis nos deslocamentos terrestres e o surgimento inovações técnicas nas viagens aquáticas, como o leme de cadaste que permitiu maior estabilidade nas navegações, e a bússola que auxiliava na orientação de viagens mais distantes, ambas as inovações implementadas durante o século XII. A isso somava-se a tomada de conhecimento sobre novas rotas e destinos, o que possibilitou o aumento no número de deslocamentos efetuados. Assim, as viagens se retroalimentavam, na medida que, a prática resultava no registro de conhecimentos, que, por sua vez, incentivavam novas viagens. HOWARD, Donald – *Writers and Pilgrims. Medieval Pilgrimage Narratives and Posterity*. Los Angeles: University of California Press, 1980, 106; MOLLAT, Michel – *Los Exploradores del Siglo XIII al XVI. Primeras Miradas sobre Nuevos Mundos*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990, 86-89; BRAUDEL, Fernand (org.) – *O Mediterrâneo. O Espaço e a História*. Lisboa: Teorema, 1987, 49; SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel; MARTÍN PÉREZ, Fernando (orgs.) – *Rutas de Comunicación Marítima y Terrestre en los Reinos Hispánicos durante la Baja Edad Media. Movilidad, Conectividad y Gobernanza*. Madrid: Ediciones de La Ergástula, 2020, 10.

55 BÉGUELIM ARGÍMON, Victoria – *La Geografía en los Relatos de Viajes Castellanos del Ocaso de la Edad Media. Análisis del Discurso y Léxico*. Zaragoza: Pòrtico, 2011, 40.

56 O historiador Michel Mollat afirma que a região da atual Palestina era, para viajantes cristãos ocidentais, a porta do Levante (Oriente), do mesmo modo que representava, para viajantes orientais, o início do Poente (Ocidente). Uma concepção presente em relatos de viajantes quatrocentistas como o de Pero Tafur, fidalgo sevilhano que efetuou uma série de viagens entre 1436 e 1439. Em seu registro sobre a Terra Santa, o castelhano destaca o local da crucificação de Jesus Cristo como o ponto em que o próprio Cristo teria marcado como o “meio do mundo”. Tal menção remete a simbologia judaico cristã da localização central de Jerusalém. Para maiores detalhes, ver: Mollat, *Los Exploradores del Siglo XIII al XVI...*, 19-20; TAFUR, Pero – *Andanzas y Viajes de un Hidalgo Español*. Madrid: Polifemo, 1995, 41.

57 Le Bouvier, *Le Livre de la description...*, 74.

58 Algo que é amplamente recorrente em outros registros espaciais, como os relatos de viagens medievais. Para maiores esclarecimentos, cf. Howard, *Writers and Pilgrims...*, 11.

59 Originalmente o termo mameluco dizia respeito a escravos de ascendência turca, utilizados especialmente em tarefas militares, que foram alocados no Egito pela dinastia Aiúbida, iniciada pelo famoso sultão Saladino, Salah al-Din Yusuf ibn Ayub, (1138-1193). Esse contingente escravo acabou por sobrepujar os

localidades menos familiares aos coetâneos foram incluídas regiões como o Egito, a Síria e a Arábia⁶⁰, mesmo que fossem posses mulçumanas.

Essa atenção dirigida às terras, encontrada nos testemunhos dos arautos, atendia a parâmetros caros ao ofício de armas e à organização estamental daquela sociedade, apresentando as regiões de acordo com as relações senhoriais nelas estabelecidas. Assim, é comum encontrar passagens como a que consta no *Livro de Arautos* que afirma que “O ducado, condado, terras e domínios do poderoso duque da Saboia começam no mar Mediterrâneo, entre a província e a costa de Gênova, estendendo-se as suas terras, feudos e domínios até à entrada da Alemanha, passando por altas montanhas. Por oriente faz fronteira com o Piemonte que é uma das províncias da Itália”⁶¹.

Ao descrever essa região, as posses senhoriais atuam como referencial de maior destaque, sendo utilizadas para estabelecer tanto a porção principal como as regiões limítrofes. Esse olhar sobre a formação dos territórios a partir do poder que os controlava era preenchido com notas descritivas sobre o relevo, extensão e outros aspectos caros àqueles que quisessem efetuar um deslocamento. Assim, ao pormenorizar o ducado de Saboia é descrito que nos montes, próximos a Piemonte, havia cerca de “dez passagens de grandes caminhos ou rotas” pelas quais poderia “passar-se” das terras da França para as italianas, sendo “os principais lugares de passagem” localizados no monte de Cenis⁶², no monte de S. Bernardo⁶³, no monte de Gotardo⁶⁴ e em Briga⁶⁵. Após apresentar a região por meio da organização senhorial, o autor do relato se importa em, não apenas descrever o relevo e qualidade das terras, mas, igualmente, se esforça em apresentar certos elementos que poderiam auxiliar viagens futuras, pontuando a existência de um sistema de caminhos que interligava duas grandes localidades cristãs. Tais caminhos eram, por sua vez, intrinsecamente ligados à autoridade que coordenava as terras, já que não haveria “príncipe no mundo” que conseguiria “atravessá-las ou conquistá-las” se o seu “senhor” decidisse defendê-las⁶⁶. O relato apresenta um balanço sobre esse trajeto, ao elucidar os detalhes sobre as rotas, bem como informa sobre a relação dessas vias

aiúbidas, se tornando uma elite militar que governou as regiões orientais entre 1250 e 1517. Os mamelucos foram responsáveis pela subjugação das bases cristãs estabelecidas pelos cruzados na Síria e Palestina estendendo seu poder até Jerusalém, que havia sido foi tomada dos cruzados por Saladino em 1187. Para maiores detalhes, ver: HOURANI, Albert – *Uma História dos Povos Árabes*. São Paulo: Companhia das letras, 1994, 107.

60 Le Bouvier, *Le Livre de la description...*, 73.

61 *Livro de Arautos...*, 312.

62 Possivelmente o autor se refere à passagem entre montanhas, ou passo, localizada na elevação que faz parte dos Alpes Cócios que se repartem pelo departamento francês da Saboia e de Piemonte na Itália.

63 Conhecido como o passo do Grande São Bernardo, é um passo de montanha dos Alpes valaisanos situado em Bourg-Saint-Pierre, um município da Suíça perto da fronteira com a Itália.

64 O passo de São Gotardo é um passo entre Airolo, no cantão de Ticino e Göschenen, no cantão de Uri.

65 Comuna da região de Piemonte, província de Novara.

66 *Livro de Arautos...*, 314-316.

com a autoridade local. Em outras palavras, mesmo as condições e possibilidades de viajar eram vistas como correlatas ao poder que comandava as paragens⁶⁷.

Todas as terras, e suas divisões, eram vinculadas a um senhor, fosse esse cristão ou não, de modo que Le Bouvier inseriu informes sobre as terras de um dos maiores senhores orientais do baixo medievo, mencionando que “perto do reino de Damasco” ficaria o “país de Tarso, e a Pérsia”, terras que tinham “Tamerlão” como “senhor”⁶⁸. Na busca por apresentar um compilado de terras mais a leste, o rei de armas Berry apresenta uma lista das porções conquistadas pelo fundador do império timúrida, Tamerlão (1336-1405)⁶⁹, que na segunda metade do século XIV iniciou uma trajetória de vitórias militares que possibilitaram a organização de um domínio coeso e forte na região da Transoxiana⁷⁰, com seu centro administrativo localizado na cidade de Samarcanda⁷¹, no atual Uzbequistão.

Le Bouvier tem o cuidado de especificar como a porção de terras que ia desde Damasco, na Síria, até a Pérsia – citando ainda algumas terras turcas, como a cidade de Tarso – configurava um vasto território sob um poder único, fazendo referência às regiões pérsicas, que o mongol tomou do Canato da Horda Dourada⁷² no final do século XIV, e as posses na região da Síria obtidas após as investidas timúridas sobre o território mameluco, entre os anos de 1400 e 1401. As terras eram totalmente vinculadas àquele que as dominava, sendo, nesse caso, o senhor da guerra asiático que embora fosse seguidor da lei de “Maomé”, promovia guerra contra “o Grão Cã”,

67 As redes de caminhos desempenharam, na Idade Média, funções de suma importância para o governo dos territórios uma vez que conectavam localidades; possibilitavam o abastecimento e a circulação de mercadorias; viabilizavam a conquista e ocupação de novos espaços bem como auxiliavam na administração que dependia, nesse período, do constante deslocamento de governantes e oficiais. Para maiores detalhes ver: PEROL, Céline – “Comment penser la route?”. *Siècles: Cahiers du Centre d'histoire Espaces et Cultures* [em linha], 25 (2007), 3-14. Disponível em <https://journals.openedition.org/siecles/1373> [consultado a 04 de maio de 2021]; IGUAL LUIS, David – “Comunicación y transporte en la Europa medieval. Valoraciones, sectores, evolución”. In Esther López Ojeda (org.) – *Una Nueva Visión de la Edad Media. Legado y Renovación. XXVI Semana de Estudios Medievales, Nájera, del 27 al 31 de julio de 2015*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2016, 69-98; VACA LORENZO, Ángel et al. (orgs.) – *La Formación del Espacio Histórico. Transportes y Comunicaciones*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2001, 09.

GARCÍA FERNÁNDEZ, Manuel – “En torno a la frontera de Granada a mediados del siglo XIV”. *Revista de Estudios Andaluces*, 9 (1987), 69-86. Disponível em <https://revistascientificas.us.es/index.php/REA/article/view/5684> [consultado a 9 de junho de 2020].

68 Le Bouvier, *Le Livre de la description...*, 76.

69 Latinização de Timur Lenk, nome pelo qual ficou conhecido Timur ibn Taragay Barlas, líder de uma tribo turca mongol convertida ao islamismo, os Barlas, e responsável por restaurar o esplendor das hordas tártaras entre a segunda metade do século XIV e início do XV.

70 Região histórica situada ao norte do curso médio e superior do rio Amu Dária na Ásia central.

71 CARLUCCI, F – “Recompondo Tamerlão e Samarcanda. A embaixada castelhana de Ruy González de Clavijo (1403-1404)”. In José Rivair Macedo (org.) – *Os Viajantes Medievais da Rota da Seda*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2011, 198.

72 O canato estabelecido no século XIII após a fragmentação do império mongol em 1259, também conhecido como canato de Kipchak, chegou a abranger, no seu auge, uma região que ia dos Urais ao rio Danúbio, chegando na Sibéria e nas montanhas do Cáucaso, na fronteira da dinastia mongol de Ilcanato. O canato da Horda Dourada também foi fragmentado em pequenos canatos após a invasão de Tamerlão em 1396. Mc KRAUSE, Stanford – *Islã. Das Invasões Mongóis ao Império Timúrida*. Cambridge: Cambridge Stanford Books, 2019.

o “Sultão” mameluco e o “Turco”⁷³, líder dos turcos otomanos⁷⁴. Essas descrições de Gilles le Bouvier sobre as terras orientais não provêm, particularmente, de experiências vividas em viagens do rei de armas. Embora Le Bouvier tenha executado algumas missões no Levante⁷⁵, não é possível afirmar que ele tenha visitado essas porções e observado esse contexto em específico, uma vez que suas viagens seriam posteriores ao período de Tamerlão⁷⁶. Contudo, o objetivo declarado de informar sobre o longínquo fez com que fossem incluídas paragens que não foram visitadas, mas que figuravam como pontos de interesse⁷⁷. Para além do entusiasmo pelo diverso, a inclusão dos domínios timúridas também respondiam a uma outra demanda cara aos ocidentais, a identificação e localização de um possível aliado nas terras além das fronteiras habituais⁷⁸. Um elemento que corrobora tal hipótese seria a ênfase dada ao fato de o líder mongol, embora mulçumano, combater os principais poderes que ameaçaram e rivalizaram com os cristãos, os mamelucos⁷⁹ e os turcos otomanos⁸⁰. Dessa forma, descrever tais terras era também descrever um momento de desagregação das forças inimigas e reforçar as esperanças que os cristãos do Poente possuíam em relação ao além-mar, um esforço que se repetiu nos registros das terras legados pelos oficiais de armas⁸¹. Os informes geográficos

73 Le Bouvier, *Le Livre de la description...*, 77.

74 Grupo de turcos originários da Anatólia que iniciaram durante o século XIV um processo de conquista que iria criar o Sultanato Turco Otomano.

75 Levante e Poente eram denominações usadas, no período, para designar o Mediterrâneo e o Atlântico, respectivamente, bem como podiam se referir aos dois maiores espaços geográficos conhecidos na época, sendo o Levante a denominação do Oriente próximo, a leste do mar Mediterrâneo, e o Poente o que dizia respeito ao conjunto de terras cristãs no continente europeu. Béguelim Argimon, *La Geografía en los Relatos de Viajes Castellanos...*, 71-72.

76 Embora ele tenha visitado a região da Armênia, entre 1443 e 1444, e o império de Trebizonda em 1448, suas missões ocorreram após a morte de Tamerlão. Cf. Le Bouvier, *Le Livre de la description...*, 09.

77 Além das plagas orientais, *Le livre de la description des pays* também apresenta uma descrição pormenorizada das terras russas incluindo as posses do Canato da Horda Dourada e outros reinos como a Cracóvia, Polónia, Livônia, Novgorod e a Prússia. Contudo, é difícil asseverar que Bouvier possa ter visitado essas terras, dado a falta de indícios sobre relações diplomáticas entre franceses e esses reinos. Para maiores esclarecimentos cf. Le Bouvier, *Le Livre de la description...*, 80.

78 PHILLIPS, J. R. S. – *La Expansión Medieval de Europa*. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1994, 81-85.

79 Grupo responsável pelo maior enfraquecimento cristão na costa da atual Palestina, acabando com o domínio dos cruzados sobre a região, processo que teve como um dos maiores eventos a tomada da cidade de São João do Acre pelo sultão Al-Ashraf Khalil (1260-1293) em 1291. Para maiores detalhes, ver: CROSBY, Alfred – *Imperialismo Ecológico. A Expansão Biológica da Europa, 900-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, 46.

80 Os turcos otomanos passaram a representar uma ameaça aos cristãos do Poente já no século XIV quando iniciaram a conquista da região dos Balcãs, em 1354. Atuando, igualmente, no Levante com a tomada, e domínio, da maior parte das posses do Império Romano do Oriente, localizadas nos arredores da cidade de Constantinopla. QUATAERT, Donald – *The Ottoman Empire, 1700–1922*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, 04.

81 Esse parece ser um objetivo compartilhado pelos escritos de oficiais de armas, não à toa tanto o *Livro de Arautos* como *Le Livre de la description des pays* buscaram descrever minuciosamente certos núcleos de resistência cristã em terras levantinas, como o reino de Chipre que é descrito, por ambos, como um local de destaque por suas potencialidades bélicas e defensivas. Para maiores detalhes ver: *Livro de Arautos...*, 286-292; Le Bouvier, *Le Livre de la description...*, 69-71.

registrados pelos oficiais de armas cumpriam, dessa forma, uma série de requisitos caros tanto para os companheiros de ofício como para o restante daquela sociedade.

Embora esses registros descritivos contemplem uma grande variedade de locais, eles não abrangem a totalidade do mundo conhecido, como outras obras fizeram⁸². A despeito do alcance das descrições que constam em tais documentos, cabe ressaltar o papel que o ato de viajar desempenhava na produção desse saber sobre as terras. A obtenção de tais conhecimentos foi possível graças à maior recorrência de traslados efetuados por arautos, e o arranjo desse conteúdo, por sua vez, foi concebido justamente a fim de fomentar, e auxiliar, outros deslocamentos. Embora esses registros não possibilitem mensurar se tal intento foi alcançado, a identificação dele em si já é de suma importância para entender como a viagem ocupou um lugar de destaque nesse mister que, a um primeiro olhar, se ocuparia apenas de assuntos relacionados à honra e ao poder. Essa valoração direcionada à viagem, presente já nas diretrizes que pensaram as obrigações do ofício, se intensifica na produção desse conhecimento específico que visava – por meio da informação sobre determinados sítios – contribuir com futuras viagens, tanto àquelas guiadas por demandas do ofício de armas como àquelas desempenhadas por qualquer indivíduo que porventura necessitasse cruzar tais espaços.

82 A exemplo do *El Libro Es del Conosçimiento de Todos los Rregnos et Tierras et Senorios que Son por el Mundo*, texto castelhano, sem autoria conhecida, escrito provavelmente no século XIV, que, como seu título adianta, se ocupa em narrar a totalidade do mundo conhecido apresentando uma compilação dos brasões correspondentes aos reinos descritos. Se trata de uma obra semelhante as mencionadas nesse trabalho, diferindo apenas no alcance das descrições e autoria, não havendo nenhum indício de que tenha sido escrita por um oficial de arma. Para maiores esclarecimentos, cf. *El Libro del Conosçimiento de Todos los Reinos*. Nancy. F. Marino (ed.). Arizona: Arizona Center for Medieval and Renaissance Studies, 1999; LOPES, Paulo Catarino. – “A concepção do espaço no livro do conhecimento”. *Memoria Europae* [em linha], I (2015), 4-41. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/19397> [consultado a 8 de agosto de 2017].

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

- COURTOIS, Jean – *Parties inédites de l'œuvre de Sicile*. Pierre Roland (ed.). Mons: Société des Bibliophiles Belges, 1867.
- El Libro del Conocimiento de Todos los Reinos*. Nancy. F. Marino (ed.). Arizona: Arizona Center for Medieval and Renaissance Studies, 1999.
- LE BOUVIER, Gilles – *Armorial de France, Angleterre, Écosse, Allemagne, Italie et autres puissances, composé vers 1450 par Gilles Le Bouvier dit Berry, premier roi d'armes de Charles VII, roi de France*. Paris: Bachelin-Deflorenne, 1866.
- LE BOUVIER, Gilles – *Armorial de Gilles Le Bouvier*. Paris: Éditions du Léopard d'or, 1995.
- LE BOUVIER, Gilles – *Les Chroniques du Roi Charles VII*. Paris: C. Klincksieck, 1979.
- LE BOUVIER, Gilles – *Le Livre de la description des pays*. Paris: Ernest Leroux editeur, 1808.
- Livro de Arautos (De Ministerio Armorum)*. Aires Augusto Nascimento (ed.). Lisboa: Mirandela & C^a, 1977.
- MACHADO, Roger – “Embassy to Spain and Portugal”. in Bernard André (ed.) – *Les douze triomphes de Henry VII*. Londres: Longman, Brown, Green, Longmans, and Roberts, 1858.
- RABUT, François (ed.) – “Voyage du héraut Savoye en France, à Chypre, en Sicile, a Venise, etc. les années 1432 et suivantes. Extraits des comptes du chatelain de St-Germain en Bugey”. in *Mémoires et documents publiés par la Société savoisienne d'histoire et d'archéologie*. XXXI, s. II, t. VI. Chambéry: Imprimerie Ménard, 1892, 393-408. Disponível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k487371c?rk=21459;2>.
- TAFUR, Pero – *Andanzas y Viajes de un Hidalgo Español*. Madrid: Polifemo, 1995.

Estudos

- AILES, Adrian – “Le développement des « visitations » de hérauts en Angleterre et au Pays de Galles 1450-1600”. *Revue du Nord* [em linha], 3 (2006), 659-679. Disponível em <https://www.cairn.info/revue-du-nord-2006-3-page-659.htm> [consultado a 13 de maio de 2020].
- BÉGUELM ARGÍMON, Victoria – *La Geografía en los Relatos de Viajes Castellanos del Ocaso de la Edad Media. Análisis del Discurso y Léxico*. Zaragoza: Pórtico, 2011.
- BOCHACA, Michel – “Sea travel at the end of the Middle Ages based on the account of the embassy to Spain and Portugal given by Roger Machado (1489)”. *The Mariner's Mirror* [em linha], 4 (2012), 436-447. Disponível em <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-01273710> [consultado a 18 de setembro de 2021].

- BRAUDEL, Fernand (org.) – *O Mediterrâneo. O Espaço e a História*. Lisboa: Teorema, 1987.
- CARLUCCI, F – “Recompondo Tamerlão e Samarcanda. A embaixada castelhana de Ruy González de Clavijo (1403-1404)”. in José Rivair Macedo (org.) – *Os Viajantes Medievais da Rota da Seda*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2011.
- CONTAMINE, Pierre – “Office d’armes et noblesse dans la France de la fin du Moyen Age”. *Bulletin de la Société Nationale des Antiquaires de France*. Paris: Edition-difusion de Boccard, 1994/1996, 310-322.
- COUHAULT, Pierre – “Les hérauts d’armes et le savoir géographique (XV^e-XVI^e siècles)”. *Revue de géographie historique* [em linha], 17-18 (2020), 01-20. Disponível em https://rgh.univlorraine.fr/articles/view/134/Les_herauts_d_armes_et_le_savoir_geographique_XVe_XVIe_siecles.html [consultado a 20 de maio de 2021].
- CROSBY, Alfred – *Imperialismo Ecológico. A Expansão Biológica da Europa, 900-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- GARCÍA FERNÁNDEZ, Manuel – “En torno a la frontera de Granada a mediados del siglo XIV”. *Revista de Estudios Andaluces*, 9 (1987), 69-86. Disponível em <https://revistascientificas.us.es/index.php/REA/article/view/5684> [consultado a 9 de junho de 2020].
- GUERREAU, Alain – “Quelques caractères spécifiques de l’espace féodal européen”. in Neithard Bulst et al. (eds.) – *L’État ou le Roi. Les fondations de la modernité monarchique en France*. Paris: MSH, 1996.
- HABLOT, Laurent – “Revêtir le prince. Le héraut en tabard, une image idéale du prince”. *Revue du Nord* [em linha], 3 (2006), 755-803. Disponível em <https://www.cairn.info/revue-du-nord-2006-3-page-755.htm> [consultado a 03 de agosto de 2021].
- HILTMANN, Torsten – “La paternité littéraire des hérauts d’armes et les textes héraldiques. Héraut Sicile et le Blason des couleurs en armes”. in Miguel Beirão de Almeida Metelo de Seixas (coord.) – *Estudos de Heráldica Medieval*. Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais, 59-84, 2012.
- HILTMANN, Torsten – “Vieux chevaliers, pucelles, anges. Fonctions et caractères principaux des hérauts d’armes d’après les légendes sur l’origine de l’office d’armes au XV^e siècle”. *Revue du Nord* [em linha], 3 (2006), 503-525. Disponível em <https://www.cairn.info/revue-du-nord-2006-3-page-503.htm> [consultado a 10 de julho de 2021].
- HILTMANN, Torsten – *Zwischen Heroldsamt und Adel: Die Kompendien des office d’armes im französischen und burgundischen Spätmittelalter*. Paris: EPHE, 2005. Tese de doutorado.
- HOURANI, Albert – *Uma História dos Povos Árabes*. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

- HOWARD, Donald – *Writers and Pilgrims. Medieval Pilgrimage Narratives and Posterity*. Los Angeles: University of California Press, 1980.
- IGUAL LUIS, David – “Comunicación y transporte en la Europa medieval. Valoraciones, sectores, evolución”. in Esther López Ojeda (org.) – *Una Nueva Visión de la Edad Media. Legado y Renovación. XXVI Semana de Estudios Medievales*, Nájera, del 27 al 31 de julio de 2015. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2016, 69-98.
- LEITÃO, Francisco – “Roger Machado, um português ao serviço dos primeiros soberanos Tudor”. *Medievalista* [em linha], 17 (2015), 01-25. Disponível em <https://journals.openedition.org/medievalista/1515> [consultado a 13 de maio de 2020].
- LIMA, João Paulo Abreu; SANTOS, Maria Alice Pereira dos – “Quem foi Gonçalo Caldeira. Testemunhos para uma análise de funções políticas na corte portuguesa Quatrocentista, de D. João I a D. Afonso V”. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património* [em linha], 2 (2003), 335-346. Disponível em <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2922.pdf> [consultado a 01 de novembro de 2022].
- LOPES, Paulo Catarino. – “A concepção do espaço no livro do conhecimento”. *Memoria Europae* [em linha], I (2015), 4-41. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/19397> [consultado a 8 de agosto de 2017].
- Mc KRAUSE, Stanford – *Islã. Das Invasões Mongóis ao Império Timúrido*. Cambridge: Cambridge Stanford Books, 2019.
- MELVILLE, Gert – “Pourquoi des hérauts d’armes? Les raisons d’une institution”. *Revue du Nord* [em linha], 3 (2006), 491-502. Disponível em <https://www.cairn.info/revue-du-nord-2006-3-page-491.htm> [consultado a 01 de junho de 2021].
- MOEGLIN, Jean-Marie – “Existe-t-il un ordre diplomatique médiéval?”. in Société des historiens médiévistes de l’enseignement supérieur public (dir.) – *Les relations diplomatiques au Moyen Âge, formes et enjeux. XLI^e Congrès de la SHMESP* [em linha]. Paris: Éditions de la Sorbonne, 2011. Disponível em <http://books.openedition.org/psorbonne/16382> [consultado a 06 de outubro de 2021].
- MOLLAT, Michel – *Los Exploradores del Siglo XIII al XVI. Primeras Miradas sobre Nuevos Mundos*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- NADOT, Sébastien – “Des voyageurs de l’ombre: le rôle des hérauts d’armes dans les combats chevaleresques du XV^e siècle”. in Henri Bresc; Denis Menjot (dir.) – *Les voyageurs au Moyen Âge. Actes du 130^e Congrès national des sociétés historiques et scientifiques, « Voyages et voyageurs »*. Paris: CHTS, 2008, 50-60.
- PARAVICINI, Werner – “Le héraut d’armes. Ce que nous savons et ce que nous ne savons pas.” *Revue du Nord* [em linha], 3 (2006), 465-490. Disponível em <https://www.cairn.info/revue-du-nord-2006-3-page-465.htm> [consultado a 14 de agosto de 2021].
- PAVIOT, Jacques – “Une vie de héraut. Jean de la Chapelle, poursuivant Faucon, héraut Savoie (1424-1444)”. *Revue du Nord* [em linha], 3 (2006), 681-692. Disponível em

- <https://www.cairn.info/revue-du-nord-2006-3-page-681.htm> [consultado a 14 de agosto de 2021].
- PÉQUIGNOT, Stéphane – “Les diplomaties occidentales, XIII^e-XV^e siècle”. in Société des historiens médiévistes de l’enseignement supérieur public (dir.) – *Les relations diplomatiques au Moyen Âge, formes et enjeux. XLI^e Congrès de la SHMESP* [em linha]. Paris: Éditions de la Sorbonne, 2011. Disponível em <http://books.openedition.org/psorbonne/16382> [consultado a 06 de outubro de 2021].
- PEROL, Céline – “Comment penser la route?”. *Siècles: Cahiers du Centre d’histoire Espaces et Cultures* [em linha], 25 (2007), 3-14. Disponível em <https://journals.openedition.org/siecles/1373> [consultado a 04 de maio de 2021].
- PHILLIPS, J. R. S. – *La Expansión Medieval de Europa*. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1994.
- QUATAERT, Donald – *The Ottoman Empire, 1700–1922*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- REIS, Josué Callender dos – “Os concílios ecumênicos”. *Revista de História*, 68 (1966), 29-67. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/122665> [consultado a 25 de agosto de 2020].
- SANTOS, Maria Alice Pereira dos – *O Olhar Ibérico sobre a Europa Quatrocentista no Livro de Arautos*. Lisboa: Universidade Aberta, 2000. Dissertação de mestrado.
- SIMONNEAU, Henri – “Du tournoi au couronnement. Les hérauts d’armes et les formules rituelles au Moyen Âge”. in C. Balouzet-Loubet; I. Draelants (orgs.) – *La Formule au Moyen Âge, II/ Formulas in Medieval Culture, II. Actes du colloque international de Nancy et Metz*. Turnhout: Brepols, 2015.
- SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel; MARTÍN PÉREZ, Fernando (orgs.) – *Rutas de Comunicación Marítima y Terrestre en los Reinos Hispánicos durante la Baja Edad Media. Movilidad, Conectividad y Gobernanza*. Madrid: Ediciones de La Ergástula, 2020.
- SPITZBARTH, Anne-Brigitte – “La fonction diplomatique des hérauts. L’exemple de la cour de Bourgogne au temps de Philippe le Bon (1419-1467)”. *Revue du Nord* [em linha], 3 (2006), 559-576. Disponível em <https://www.cairn.info/revue-du-nord-2006-3-page-559.htm> [consultado a 10 de agosto de 2021].
- SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis – *Los Trastámaras y los Reys Católicos*. Madrid: Gredos, 1985.
- THERY, Hervé – “Heráldica e geografia”. *Mercator. Revista de Geografia da UFC* [em linha], 29 (2013), 7-22, p. 07 Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/2736/273629350002.pdf> [consultado a 09 de fevereiro de 2020].
- VACA LORENZO, Ángel et al. (orgs.) – *La Formación del Espacio Histórico. Transportes y Comunicaciones*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2001.

WAGNER, Anthony – *Heralds of England. A History of the Office and College of Arms.*

London: Her Majesty's Stationary Office, 1967.

WATSON, Gemma – “A herald and his objects in exile. Roger Machado and his memorandum book, 1484-1485” in Marianne O’Doherty, Felicitas Schmieder

(eds.) – *Travels and Mobilities in the Middle Ages. From the Atlantic to the Black Sea.*

Turnhout: Brepols, 2015.

Los viajes del Príncipe de Viana: poder y cultura en la Baja Edad Media¹

Vera-Cruz Miranda Menacho

Universidad Rey Juan Carlos
veracruz.miranda@urjc.es

Resumen

A mediados del siglo XV Carlos de Aragón y Navarra, príncipe de Viana, realizó un largo viaje, por tierra y mar, tanto en su dimensión geográfica, más de dos mil kilómetros, como por su extensión en el tiempo, desde su partida en 1456 hasta su retorno a la península en 1460. Un viaje desde Navarra con destino Nápoles, pasando por París, Milán y Roma, y otras tantas millas por el Mediterráneo, de viaje de vuelta, pasando por Sicilia y Mallorca antes de arribar a Barcelona. Se trata de un gran viaje con dos objetivos: uno político, dentro del contexto del momento, y otro cultural, por la inquietud personal del príncipe. Este viaje representa a la perfección ese binomio humanista: poder y cultura, dentro de la corriente renacentista que recorría las cortes de Europa.

Palabras clave

Príncipe de Viana; viaje; Mediterráneo; Europa

Nota biográfica

Vera-Cruz Miranda Menacho se doctoró en Historia por la Universidad de Barcelona en el año 2012 y actualmente profesora del Área de Historia Medieval de la Universidad Rey Juan Carlos. Ha dedicado la mayor parte de su investigación a la figura de Carlos de Aragón y Navarra, príncipe de Viana, especialmente sus

¹ Este trabajo se inserta dentro del proyecto de investigación puente de la URJC: “Palabras, valores y honor: lo nobiliario como frontera social en la Monarquía de España ss. XV-XVI” (Pavanhó, 2022).

últimos años de vida, aquellos que corresponden con su estancia por tierras de la Corona de Aragón, dedicándose especialmente a su trayectoria política, así como la cortesana y la cultural. Sus investigaciones han ido dirigidas también al estudio de la corte del príncipe, tanto la del reino de Navarra como la de la Corona de Aragón y otros aspectos derivados de las prácticas áulicas. Es autora de diversos artículos académicos sobre la corte del príncipe de Viana, sus finanzas y otras cuestiones políticas de la Baja Edad Media, así como autora de una monografía sobre el Príncipe de Viana que abarca el contexto político e histórico de parte del siglo XV y, por tanto, de los reinos de Castilla, Navarra y Aragón.

The travels of the Prince of Viana: power and culture in the Late Middle Ages

Abstract

In the mid-fifteenth century Charles of Aragon and Navarre, Prince of Viana, made a long journey, by land and sea, both in its geographical dimension, more than two thousand kilometers, and by its extension in time, from his departure in 1456 until his return to the peninsula in 1460. A trip from Navarre to Naples, passing through Paris, Milan and Rome, and as many miles through the Mediterranean, back trip, passing through Sicily and Mallorca before arriving in Barcelona. It is a great trip with two objectives: a political one, within the context of the moment, and a cultural one, due to the personal concern of the prince. This trip perfectly represents that humanist binomial: power and culture, within the Renaissance current that ran through the courts of Europe.

Keywords

Prince of Viana; travel; Mediterranean; Europe

Biographical note

Vera-Cruz Miranda Menacho received her PhD in History from the University of Barcelona in 2012 and is currently a professor in the Area of Medieval History at the Rey Juan Carlos University. He has dedicated most of his research to the figure of Charles of Aragon and Navarre, Prince of Viana, especially his last years of life, those that correspond to his stay in the lands of the Crown of Aragon, dedicating himself especially to his political career, as well as the courtesan and cultural. His research has also been directed to the study of the prince's court, both that of the kingdom of Navarre and that of the Crown of Aragon and other aspects derived from aulic practices. She is the author of several academic articles on the court of the Prince of Viana, his finances, his funerals and other political issues of the

Late Middle Ages, as well as the author of a monograph on the Prince of Viana that covers the political and historical context of part of the fifteenth century and, therefore, of the kingdoms of Castile, Navarre and Aragon.

En los últimos tiempos se han venido estudiando los viajes reales como medio de ofrecer una visión más amplia sobre el fenómeno del gobierno y sus formas y como forma de reconocimiento de los intercambios culturales y artísticos. Los trayectos e itinerarios regios se convierten en escenarios donde discurre la representación política, por lo que el viaje ofrece una nueva perspectiva para comprender las estructuras de poder y las relaciones con otras realidades². Los desplazamientos del rey y de la familia real suponen un medio para conocer más a fondo cuestiones derivadas del ejercicio de poder, puesto que en su mayoría están motivados por asuntos políticos del propio reino, pero asimismo permite conocer las relaciones que se establecen en esos nuevos escenarios políticos, itinerantes. El viaje del príncipe en la Edad Media supone una forma de demostración del ejercicio del poder, mediante el que la imagen regia y su representación se desplaza a otros espacios de gobierno, que tanto pueden ser dentro de su propio reino como de otros reinos extranjeros. Esto supone, en sí mismo, poner en marcha un complejo y costoso entramado organizativo y burocrático con el objeto de cumplir con las necesidades propias del

2 Sobre los estudios de los itinerarios regios del siglo XV remito principalmente a las recientes investigaciones de Francisco de Paula Cañas Gálvez para Castilla: CAÑAS GÁLVEZ, Francisco de Paula – “La itinerancia de la corte de Castilla durante la primera mitad del siglo XV. El eje Burgos-Toledo, escenario burocrático-administrativo y político de la Monarquía en tiempos de Juan II”. *E-Spania. Revue interdisciplinaire d'études hispaniques médiévales et modernes* [online], 8 (2009), disponible en <https://journals.openedition.org/e-spania/18829>; CAÑAS GÁLVEZ, Francisco de Paula – “Viajes y estancias de Fernando I de Aragón. Acción política y ejercicio del poder regio (1412-1416)”. in María Isabel Falcón Pérez (coord.) – *El compromiso de Caspe (1412). Cambios Dinásticos y Constitucionalismo en la Corona de Aragón*. S.l.: Ibercaja, 2013, 232-239. Pocos estudios hay para el siglo XV en la Corona de Aragón, además del clásico GIRONA LLAGOSTERA, Daniel – “Itinerari del rey en Martí (1396-1402)”. *Anuari de l'Institut d'Estudis Catalans*. MCMXI-XII, Any IV. Barcelona, Palau de la Diputació, 1913, 81-184 y GIRONA LLAGOSTERA, Daniel – “Itinerari del rey en Martí (1403-1410)”. *Anuari de l'Institut d'Estudis Catalans*, MCMXIII-XIV, Any V. Barcelona, Palau de la Diputació, 1915, 515-655. Asimismo, otros referentes para el siglo anterior para Francia, otros estudios más clásicos como PETIT, Ernest – *Itinéraires de Philippe le Hardi et de Jean Sans Peur, ducs de Bourgogne (1363-1419)*. Paris: s.n., 1888, otros más recientes como DUBOIS, Henri – “Un voyage princier au XIVe siècle (1344)”. in *Voyages et voyageurs au Moyen Age. XXVIe congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public (Limoges-Aubazine, mai 1995)*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1996, 71-92.

desplazamiento real, no solo del príncipe sino de la corte que le acompaña, y todo aquello derivado de la logística del viaje.

En ese marco de investigación se puede insertar el viaje realizado por Carlos de Aragón y Navarra en pleno siglo XV. Se trata de un largo viaje, por tierra y mar, tanto en su dimensión geográfica, más de dos mil kilómetros, como por su extensión en el tiempo, desde su partida en 1456 hasta su retorno a la península en 1460. Un viaje desde Navarra con destino Nápoles, pasando por París, Milán y Roma, durante los años 1456 y 1457. Y otras tantas millas por el Mediterráneo, de viaje de vuelta, pasando por Sicilia y Mallorca antes de arribar a Barcelona en 1460, un año antes de su muerte. La singularidad de este viaje radica en varios aspectos. Por un lado, estamos ante un gran viaje, largo en el tiempo y en el espacio, de varios años de duración y muchos kilómetros recorridos, lo que supone en sí cierta excepcionalidad. Por el otro, este gran desplazamiento responde a dos objetivos: uno político, si se enmarca en el contexto del momento, en la necesidad de buscar alianzas políticas en un escenario de guerra civil en Navarra; y otro cultural, derivado de la inquietud personal del príncipe de Viana, gran amante de las letras y del estudio. Por tanto, este viaje representa a la perfección ese binomio humanista: poder y cultura, dentro de la corriente renacentista que recorría las cortes de Europa.

Camino a Nápoles: política y cultura

La trayectoria vital y política del príncipe de Viana puede enmarcarse en dos escenarios perfectamente delimitados: el navarro, en el que vivió la mayor parte de su vida, desde su nacimiento en 1421 hasta 1456; y el europeo, donde pasó los últimos años de vida, desde su partida de Navarra en 1456 hasta su muerte en Barcelona en 1461. La etapa más europea, es decir, la que corresponde con este viaje marcó ciertamente su vida, pero también fue crucial en el contexto político del momento por convertirse, el príncipe, en protagonista de gran parte de los acontecimientos de la política de la Corona de Aragón. Asimismo, este gran viaje, debido a su extensión en el tiempo y en el espacio, podría dividirse en dos grandes escenarios: Europa y Corona de Aragón.

El viaje del príncipe de Viana debe entenderse dentro del complejo escenario político del reino y de la complicada relación personal entre él y su padre, Juan II de Navarra. Podría considerarse un exilio, una huida, en ese contexto de guerra civil en el que se encontraba inmerso el reino de Navarra o podría verse como una oportunidad más allá de la necesidad política. El príncipe decidió salir de Pamplona en mayo de 1456, cuando contaba con treinta y cinco años. Su destino era el reino de Nápoles, concretamente la corte de Alfonso V de Aragón, su tío, quien, según se

desprende de la documentación, fue quien llamó a su sobrino a su corte, “embió a decir que se vinyesse a él en ste su regno, car su intención era de entender e trebajar en la concordia suya con el dicho rey, su padre”³, con el objetivo de intentar mejorar las relaciones entre el mismo príncipe y su padre, Juan II. No obstante, la finalidad no se reducía solamente a esa búsqueda de mediación, sino que este viaje se convirtió en un intento de encontrar alianzas y apoyos más allá de Castilla y Aragón para la defensa de su causa. Al mismo tiempo, el príncipe criticaba los espantos de la guerra: “el ruydo de las armas, y el estruendo de los cavallos, y truenos de lombardas y el romper de las lanças”⁴, motivo suficiente para alejarse del foco del conflicto con la excusa de la llamada del rey de Aragón.

Por ello, su primer destino fue la corte del rey de Francia, con la intención, por un lado, de neutralizar un pacto que parecía que se iba a hacer efectivo entre este monarca y el rey de Navarra; y por el otro, de conseguir una alianza para que el monarca francés acudiese a su petición de socorro en el reino navarro. Pero el príncipe llegó tarde, puesto que el rey de Aragón y el de Navarra pidieron la no concesión de ayuda al príncipe por parte del rey de Francia⁵, quien, además, ya había decidido coligarse con el rey de Navarra⁶. Sobre la entrevista entre el rey de Francia y el príncipe de Viana, Desdevises anotó que se realizó en París y que Carlos recibió una acogida amable, obteniendo del rey la promesa de mantener la neutralidad en la guerra que pudiera iniciarse entre Castilla y Navarra⁷. Desgraciadamente, esos son los pocos datos ofrecidos por Desdevises, quien afirma que la estancia del príncipe en la corte francesa no dejó rastro alguno.

Después de la malograda entrevista con el monarca francés, Carlos creyó que sería conveniente ir a ver al papa Calixto III, para intentar que mediase en las relaciones con su padre. Pero, antes de llegar a la corte romana, el príncipe se detuvo en Milán, como veremos más adelante, y, probablemente, en Florencia, puesto que tenemos noticias de que algunos mercaderes florentinos le debían dinero para lo que nombró, tiempo más tarde, a Juan de Liédena procurador para que se encargara de recuperar el dinero⁸. Tras su paso por Lombardía, el príncipe llegó a

3 Barcelona, ACA – Archivo de la Corona de Aragón, C, Varia 24, f. 62r-v (1457, marzo, 20. S.I.).

4 HEUSCH, Carlos – “La morale du Prince Charles de Viana”. *Atalaya*, 4 (1993), 93-141.

5 ACA, C, reg. 2661, fol. 126v (1456, julio, 10. Nápoles). DESDEVISES DU DEZERT, George – *Don Carlos de Aragón, Príncipe de Viana. Estudio sobre la España del Norte en el Siglo XV*. Pamplona: Gobierno de Navarra, 1999, 288.

6 Sobre la ida del príncipe a Francia, únicamente, tenemos los pocos datos que proporciona ZURITA, Jerónimo – *Anales de la Corona de Aragón*. Ángel Canellas López (ed.). Zaragoza: Institución Fernando El Católico, vol. 7, 1988, libro XVI, cap. XLI, pues no queda documentación al respecto en el reino de Navarra, así como las noticias de Desdevises. VICENS VIVES, Jaume – *Juan II de Aragón (1398-1479). Monarquía y Revolución en la España del siglo XV*. S.I.: Urogoiti Editores, 2003, p. 211.

7 Desdevises du Dezert, *Don Carlos de Aragón...*, 288.

8 “Constituimus, facimus, creamus et pariter ordinamus et ad petendum et recuperandum causa dictarum pecuniarium habendarum et a quibusvis mercatoribus et personis tam Rome, Florencie quam alibi quascumque cambiorum litteras et scripturas”. ACA, C, Varia 393, fols. 33v-34v. 1459, junio, 20. Palermo).

Roma donde, según narra Zurita, se querelló gravemente de la tiranía de su padre, quien, por inducimiento de su madrastra, le quería privar del reino; pero el papa tampoco se detuvo mucho en los temas que venía a exponerle⁹; de este modo, el príncipe vio frustradas todas sus intenciones de buscar ayuda para la complicada guerra que se vivía en Navarra. En todos estos desplazamientos, a excepción de Milán, desconocemos la fecha de llegada a cada una de las cortes y la duración de sus estancias debido a la falta de documentación.

No obstante, a estos intereses políticos se pueden sumar otros de ámbito cultural que se desprenden de observar detenidamente el trayecto realizado, lo que otorga al viaje una nueva dimensión. En ese momento, tanto Francia, Milán como Roma eran relevantes centros culturales, lo que se materializaba por medio de extensas e importantes bibliotecas, reflejo de la corriente humanista de ese tiempo, como la del rey de Francia¹⁰, la de los duques de Milán o la de la corte pontificia¹¹. Y, podríamos creer, aunque no poseemos datos que lo puedan corroborar, que se detuvo en la corte de los duques de Borgoña, quienes poseían, asimismo, una magnífica biblioteca¹². Esta suposición se puede justificar por dos motivos: la situación geográfica del ducado de Borgoña, camino entre París y Milán, y la estrecha relación del príncipe con la corte borgoñona por la procedencia de su difunta mujer, Inés de Clèves. Pero entre esas magníficas cortes destaca la de los duques de Milán, grandes mecenas de la cultura. El 29 de noviembre, el príncipe llegó a la ciudad de Milán, donde pasó una semana, alojado en el palacio de la duquesa, Bianca Maria Visconti¹³, cuya biblioteca poseía gran fama, construida en

9 Zurita, *Anales...*, libro XVI, cap. XLI.

10 La biblioteca del rey de Francia era muy extensa, a la muerte de Carlos V, en 1380, la biblioteca constaba de 918 volúmenes y más de 1.200 a comienzos del siglo XV. TESNIÈRE, Marie-Hélène – “*Librairie et politique du livre sous Charles V*”. *Renessanceforum*, 15 (2019), 1-14; asimismo remito a AVRIL, François; LAFAURIE, Jean – *La Librairie de Charles V*. París: Bibliothèque Nationale, 1968.

11 La biblioteca pontificia fue fundada por Nicolás V (1447-1455) quien aumentó el número de libros a 1.200 al añadir los suyos personales, convirtiéndola en una de las mejores, igual que hicieron sus sucesores. GALENDE DÍAZ, Juan Carlos – “Las bibliotecas de los humanistas y el Renacimiento”. *Revista General de Información y Documentación*, 6, 2 (1996), 91-123. Sobre la biblioteca del Vaticano remito a la clásica obra MÜNTZ, Eugène; FABRE, Paul – *La Bibliothèque du Vatican au XV siècle*. *Contributions pour servir a l'histoire de l'humanisme d'après des documents inédits*. París: Ernest Thorin, 1887.

12 Casualmente los duques de Borgoña poseían una extensa biblioteca, de fama, contaba con unos 900 volúmenes a la muerte de Carlos el Temerario en 1477 (COLOMBO TIMELLI, Maria – “*La Librairie des ducs de Bourgogne. Manuscrits conservés à la Bibliothèque royale de Belgique*, collection dirigée par Bernard Bousmanne, Tania Van Hemelryck et Céline Van Hoorebeeck” [recensión]. *Studi Francesi*, 162, LIV/III (2010), 531). Y para etapas anteriores, remito a WINTER, M. de – “La bibliothèque de Philippe le Hardi, duc de Bourgogne (1364-1404). Étude sur les manuscrits à peinture d'une collection princière à l'époque du « style gothique international »”. *Bulletin Monumental*, 144, 4 (1986), 374-376; así como DOUTREPONT, Georges – *Inventaire de la “librairie” de Philippe le Bon (1420)*. Bruxelles: Librairie Kiessling, 1906; LABORDE, Léon de – *Les ducs de Bourgogne. Étude sur les lettres, les arts et l'industrie pendant le XV^e siècle et plus particulièrement dans les Pays-Bas et le duché de Bourgogne*. París: Plon Frères, 1849.

13 Con respecto a su paso por Milán hemos de agradecer las aportaciones de E. Ramírez quien estuvo consultando el Archivio di Stato di Milano y nos ha cedido sus datos. En su búsqueda encontró varias referencias al paso del príncipe por la ciudad. En una de ellas se consigna una carta dirigida a la duquesa de Milán en donde

el castillo de Pavía¹⁴, aunque probablemente se hospedaría en el castillo Sforzesco, la magna residencia recientemente reestructurada. En esta breve estancia, el príncipe pudo admirar una de las mejores bibliotecas de su tiempo, pues contaba con unos 900 volúmenes, solamente comparable a la del papa o la de del rey de Aragón, y aprovechó, asimismo, para disfrutar de la música, en concreto unas canciones de L. Giustiniani¹⁵, que tanto le gustaron que, tiempo después, Francesco Sforza envió desde Milán a Nápoles, lugar donde se encontraba el príncipe, a Todeschino¹⁶ para que se las cantara¹⁷. Por tanto, de estos datos se desprende que la estancia milanese iba enfocada principalmente a cuestiones de índole cultural, lo que no impidió, seguramente, que trataran otros temas políticos.

Tras más de ocho meses de viaje, el príncipe llegó finalmente a su destino: Nápoles. La fecha de llegada presenta ciertos interrogantes. Según Ryder, se efectuó en el mes de enero de 1457¹⁸, mientras que para Desdevises y Vicens Vives ésta fue el día 20 de marzo¹⁹. Dejando de lado estas pequeñas contradicciones, cabe establecer su entrada durante el primer trimestre de 1457, a pesar de que hasta el día 12 de abril no encontramos un documento firmado por Carlos desde la ciudad de Nápoles²⁰. Este destino perseguía dos objetivos: resolver la compleja situación política y familiar que había dejado en el reino de Navarra y aprovechar su estancia en una de las mejores cortes culturales del momento.

Deteniéndonos en el segundo aspecto, puesto que resulta más relevante en la vida del príncipe de Viana, ya que las cuestiones navarras estaban lejos de solucionarse, don Carlos pasó casi un año junto al rey Alfonso de Aragón, uno de

se habla de la venida del hijo del rey de Navarra quien había llegado esa tarde a Milán, concretamente el 29 de noviembre, y se debía preparar una habitación para su estancia que iba a durar una semana (Archivio di Stato di Milano, Fondo Sforzesco (Aragona e Spagna), leg. 652, carpeta 3, n.º 8). Véase Miranda, *El Príncipe de Viana*, 142.

14 Sobre la biblioteca de los Sforza remito a los estudios de PELLEGRIN, Elisabeth – *La Bibliothèque des Visconti et des Sforza, ducs de Milan, au XV^e siècle*, París, C.N.R.S., 1955.

15 L. Giustiniani era un funcionario veneciano que improvisaba versos que acompañaba con el laúd y que también confiaba sus poemas a otros músicos de fama europea. PAJARES ALONSO, Roberto L. – *Historia de la Música en 6 Bloques. Bloque 1, Músicos y Contexto*. Madrid, Vision Libros, 2010, 51.

16 Todeschino era un cantante profesional al servicio del duque de Milán (GÓMEZ MUNTANÉ, Maricarmen – *La Música Medieval en España*. Kassel: Reichenberger, 2001, p. 309).

17 TORRÓ TORRENT, Jaume – “Una cort a Barcelona per a la literatura del segle XV”. *Revista de Catalunya*, 163 (2001), 97-123.

18 RYDER, Alan – *Alfonso el Magnánimo. Rey de Aragón, Nápoles y Sicilia (1396-1458)*. Valencia: Generalitat Valenciana, Edicions Alfons el Magnànim, 1992, p. 515. La fecha del mes de enero puede deberse a una carta datada ese mismo mes dirigida a los *consellers* de Barcelona sobre el recibimiento ofrecido al príncipe con motivo de su llegada. Eloísa Ramírez (RAMÍREZ VAQUERO, Eloísa – *Solidaridades Nobiliarias y Conflictos Políticos en Navarra 1387-1464*. Pamplona, Gobierno de Navarra, 1990, p. 269) cita como fuente de este documento a MADURELL MARIMON, José María – *Mensajeros Barceloneses en la Corte de Alfonso V de Aragón (1435-1458)*. Barcelona, CSIC, 1963, doc. 6.

19 Desdevises du Dezert, *Don Carlos de Aragón...*, 289. Vicens Vives, *Juan II...*, 212.

20 IDOATE, Florecio – *Catálogo del Archivo General de Navarra. Catálogo de la Sección de Comptos. Documentos. Tomo XLVII, 1451-1460*. Pamplona, Diputación Foral de Navarra, 1968, doc. 1000 (1457, abril, 12. Nápoles).

los grandes mecenas renacentistas del momento. Creó una corte a su alrededor en donde congregó a los mejores poetas, músicos, trovadores, juglares, traductores y copistas del momento. Formó una de las mejores bibliotecas del momento, puesto que era un reconocido bibliófilo que durante las campañas militares pedía una luz a medianoche para ponerse a leer²¹. En el palacio de Castelnuovo, encima de la bahía, instaló su biblioteca con más de 600 volúmenes²², concebida como lugar de trabajo para los intelectuales, creándose en ella un colegio para aprender gramática, y contando con un *scriptorium* con copistas, miniaturistas y encuadernadores que contribuían a ampliar las obras de las estanterías, llenas de regalos o adquisiciones personales del mismo rey Alfonso²³.

La estancia partenopea del príncipe de Viana fue muy fructífera en cuanto a satisfacer su tendencia bibliófila, puesto que aprovechó para comprar y solicitar copias de libros de la biblioteca del Magnánimo para su propia biblioteca²⁴, así como para aumentar su corte literaria, puesto que la mayor parte de los eruditos de la corte alfonsina, aprovecharon el viaje de regreso del príncipe a la península para unirse a su séquito. Al mismo tiempo, y bajo petición del rey Alfonso, el príncipe dedicó esa estancia para traducir la *Ética a Nicómaco* de Aristóteles al castellano, la primera traducción realizada.

El regreso del heredero: organización y recibimiento

La estancia en Nápoles marcó, sin duda, la trayectoria personal del príncipe de Viana, puesto que dedicó su tiempo a la actividad intelectual, siendo ese uno de los objetivos de su desplazamiento. No obstante, las circunstancias políticas dirigen la vida de los príncipes siempre, así que, tras la muerte del rey de Aragón, un 27 de junio de 1458, y ante los disturbios que comenzaron por la cuestión sucesoria, que recaía en el ilegítimo Ferrante, el príncipe decidió desplazarse hasta Pozzuoli

21 Ryder, *Alfonso el Magnánimo...*, 393 y 405.

22 La reconstrucción de la biblioteca de Alfonso el Magnánimo forma parte de la clásica obra MAZZATINTI, Giuseppe – *La Biblioteca dei Re d’Aragona in Napoli*, Rocca S. Casciano: Licinio Capelli Editore, 1897. Y posteriormente la obra DE MARINIS, Tammaro – *La Biblioteca Napoletana dei Re d’Aragona*. Milán: Ulrico Hoepli Editore, 1957; y TOSCANO, Gennaro – “La biblioteca dei re d’Aragona come instrumentum regni”. in Guido D’Agostino et al. (coords.) – *La Corona d’Aragona e l’Italia. Atti del XX Congresso di Storia della Corona d’Aragona (Roma-Napoli, 4-8 ottobre 2017)*. Roma, Istituto storico italiano per il Medio Evo, 2020, vol. II, t. 1, 534-569.

23 Ryder, *Alfonso el Magnánimo...*, 405.

24 Sobre la biblioteca del príncipe de Viana remito a un reciente estudio, MIRANDA MENACHO, Vera-Cruz – “La biblioteca de un príncipe humanista. Carlos de Navarra, príncipe de Viana”. *Edad Media. Revista de Historia*, 23 (2022), 269-309.

con el pretexto de que la peste asolaba la ciudad de Nápoles, con todos los barcos preparados para poder partir en dirección a la isla de Sicilia en cualquier momento²⁵.

Esta circunstancia dio lugar al viaje de regreso del príncipe por los reinos mediterráneos de la Corona de Aragón, motivado, principalmente, por el nuevo escenario político. Tras la muerte del rey Alfonso, Juan II de Navarra pasó a ceñirse también la corona de Aragón, y el príncipe de Viana se convierte en el legítimo heredero. Este hecho modifica la realidad de este viaje, puesto que se trataba del regreso del primogénito²⁶, quien, por primera vez, se iba a presentar ante sus futuros reinos: Sicilia y Mallorca, convirtiéndolos en escenario regios y obligando así a recibirle y proferirle los honores que merecía, como *Princeps Viane, primogenitus Aragonum, Sicilie, etc.*²⁷, a pesar de que su padre no le quería reconocer legítimamente.

El destino más cercano desde Nápoles era la isla de Sicilia, así que desembarcó en Palermo un 15 de julio de 1458, tras un viaje de unos 700 kilómetros aproximadamente²⁸. Allí las autoridades y el mismo virrey, Ximénez de Urrea, le ofrecieron un caluroso recibimiento, como así lo expresó el príncipe en sus cartas: “hавemos seído muy honradamente recebido e con grandíssima reverencia”²⁹, seguramente por el buen recuerdo que dejó su madre, la reina Blanca, cuando ejerció de gobernadora del reino tiempo atrás³⁰. En la isla, el príncipe pasó casi un año, participando de las cuestiones políticas sicilianas como el primogénito que era. No obstante, esta estancia también estuvo marcada por la compleja situación política del momento, así como por el recelo del nuevo rey de Aragón, su padre, quien veía demasiado interés hacia el príncipe por parte de las instituciones de la isla. No podemos olvidar que el reino de Sicilia deseaba conseguir una mayor autonomía

25 Desdeseives du Dezert, *Don Carlos de Aragón...*, 301; VICENS VIVES, Jaume – “Trayectoria mediterránea del Príncipe de Viana”. *Príncipe de Viana*, 9 (1950), 211-250.

26 La primogenitura era un cargo público y no un derecho natural que, normalmente, recaía en el primer nacimiento. El cargo de primogénito llevaba aparejado una serie de actos en cuestiones de gobierno de tipo judicial, económico o administrativo. Para ser reconocido como tal era necesaria la presentación del rey ante las Cortes de cada Estado y, evidentemente, ser aceptado por éstas. Por el contrario, la máxima insistencia del príncipe de Viana era su reconocimiento como primogénito, por ser el heredero de su padre, Juan II. Vicens Vives, *Juan II...*, 225-229 y Vicens Vives, “Trayectoria...”, 228-234. Asimismo, véase la obra FERRO, Víctor – *El Dret Públic Català. Les Institucions a Catalunya fins al Decret de Nova Planta*. Vic: Eumo, 1987, 46-49.

27 ACA, C, Varia 392, fol. 48v (1458, noviembre, 14. Mesina).

28 Desdeseives du Dezert, *Don Carlos de Aragón...*, 301.

29 ACA, C, Varia 394, fols. 32r-34r (1459, enero, 6. Mesina). J. Zurita afirma también el buen recibimiento ofrecido por el virrey Ximénez de Urrea al príncipe (Zurita, *Anales...*, libro XVI, cap. XLVIII).

30 No podemos olvidar que Blanca de Navarra se casó en primeras nupcias con Martín, rey de Sicilia, en 1404, y que quedó viuda al cabo de cinco años. A partir de ese momento la reina tuvo que ejercer sola el vicariato de la isla con el amparo del Consejo Real. La situación interna del reino era muy complicada, pues los sicilianos aprovecharon esta inestabilidad política para reivindicar su autonomía. La reina Blanca mantuvo las esperanzas de independencia del reino hasta que fue sustituida por el infante Juan de Aragón en 1415, su futuro marido. Durante este tiempo la reina supo demostrar su poder e intentó acabar con todas estas discordias. Por esto, el pueblo siciliano había guardado muy buen recuerdo de la soberana navarra, que ahora demostraba al príncipe de Viana. FODALE, Salvatore – “Blanca de Navarra y el Gobierno de Sicilia”. *Príncipe de Viana*, 217 (1999), 311-321.

de la Corona, así que se posicionaron al lado del príncipe para poder obtener su favor³¹. Esta actitud de apoyo a la causa vianista provocó la desconfianza de Juan II, quien rápidamente avisó a su embajador, Juan de Moncayo, para instar al príncipe de que debía salir de Sicilia, esta vez en dirección a la isla de Mallorca. Por ello, con la intención de obedecer a su padre, el príncipe buscó un pasaje libre hacia Cataluña o Mallorca lo más rápidamente posible³².

La isla de Mallorca era un enclave de tránsito comercial y puerto de escala en los desplazamientos por el Mediterráneo, por tanto, se suponía que era relativamente fácil encontrar un pasaje comercial que se dirigiera hacia allí³³. Sin embargo, los intentos fueron frustrados lo que obligó al príncipe a organizar su propia flota. Este hecho, indiscutiblemente, demoró su partida, puesto que organizar las galeras, la tripulación y el avituallamiento llevaba su tiempo, más todavía para esta larga travesía. En primer lugar, el príncipe convocó a todos aquellos que deseaba que le acompañaran como Pere Pujades, patrón de galera, Federico Spatafora, Pedro Casano, caballero³⁴, y su primo Juan de Cardona, propietario de otra galera³⁵. Algunos otros se ofrecieron para formar parte del pasaje como Mancio de Constanzo, patrón de galera de la ciudad de Mesina³⁶, a quien el príncipe concedió un guiage para el trayecto y para su estancia en Mallorca o en Barcelona³⁷. Entre las galeras que iban a acompañar al príncipe había tres, capitaneadas por Nicolau Vivot: la suya propia, la de Jaume Pipinelli y la de un vizcaíno llamado Juan³⁸. Esta logística, además, debía financiarse lo que supuso otro contratiempo para el príncipe quien no disponía del suficiente dinero para poder pagar este viaje³⁹. Previendo esta situación, Juan de Moncayo, gobernador de Aragón, prometió a las galeras que, por lo menos hasta su llegada a Mallorca, recibirían un sueldo razonable de 200 ducados, además de pan y otras vituallas de primera necesidad, en especial la nave de un tal Gonzalo y la de Juan de Cardona⁴⁰.

31 Vicens Vives, “Trayectoria...”, 216-218.

32 ACA, C, Varia 392, fol. 7v (1458, octubre, 6. Castrogiovanni, Sicilia).

33 VIDAL, Josep Juan – “Mallorca en la segunda mitad del siglo XV. Panorama socioeconómico”. *Medicina Balear*, 22 (2007), 22-32.

34 ACA, C, Varia 392, fol. 139r-v (1459, febrero, 29. Palermo).

35 ACA, C, Varia 393, fol. 39v (1459, julio, 4. Palermo).

36 El príncipe pidió que se pagase el salario a los tripulantes de la galera de Mancio de Constanzo y se les diesen las ayudas necesarias. ACA, C, Varia 392, fols. 94r (1458, diciembre, 18. Mesina), 43v (1458, noviembre, 10. Mesina) y 68v (1458, diciembre, 12. Mesina).

37 ACA, C, Varia 393, fols. 57r-58r (1459, julio, 15. Palermo). Desdevises afirmaba que el príncipe reunió siete galeras, tres de las cuales estaban bajo el mando de Nicolau Vivot (Desdevises du Dezert, *Don Carlos de Aragón...*, 307).

38 ACA, C, Varia 393, fols. 48v-49r (1459, julio, 23. Palermo).

39 Sobre la complicada situación financiera del príncipe de Viana remito a MIRANDA MENACHO, Vera-Cruz – “Las finanzas de un heredero. Carlos de Aragón y Navarra (1421-1461)”. *Espacio Tiempo y Forma. Serie III, Historia Medieval* [online], 34 (2021), 537-568. Disponible en <https://revistas.uned.es/index.php/ETFI/article/view/27339>.

40 ACA, C, Varia 394, fol. 9r-v (1459, septiembre, 10. Mallorca).

Se trataba de la flota real, por tanto, antes de partir, el príncipe debía dar ciertas órdenes a todos los patrones y barcos de su armada. En primer lugar, y como era habitual antes de cada desplazamiento, todas las galeras y embarcaciones debían prestar la debida obediencia y reverencia al príncipe, y después saludar al capitán, a quien debían acercarse y presentarse por su nombre. Una vez en el mar, la única manera de comunicarse entre ellas debía ser mediante señales, levando una bandera, tanto si era para hablar con el príncipe como para avisar de algún barco sospechoso al capitán. Asimismo, la manera de avisarse de algún problema era mediante una señal y, si veían otros barcos y armadas, debían avisar del número y la posición por medio de banderas situadas a popa o proa. En caso de encontrar enemigos, debían pedir licencia al capitán o al príncipe antes de quedarse con el botín. Tampoco podían acercarse a tierra, ni de día ni de noche, antes que el capitán o el príncipe, excepto la galera o galeras de guardia. Para la navegación nocturna debían llevar un faro en la popa, aunque si hiciera mal tiempo o fuera un lugar sospechoso, debían ser dos. Entre estos mandatos se determinaba, asimismo, la manera en que debían saludarse las galeras en función del día de la semana en el que se encontraran o si era de día o de noche. Pero también se establecía que la primera galera que debía desembarcar en tierra firme tenía que ser la del príncipe o la del capitán, a las otras no les estaba permitido anticiparse⁴¹.

La intención primera era partir desde el puerto de Trapani hacia el mes de mayo, por ello se dirigió el príncipe en febrero⁴²; sin embargo, la partida se demoró, primero por que debían esperar la llegada del virrey de Sicilia, que se encontraba en Siracusa y estaba retrasando su vuelta a Trapani⁴³, pero también por problemas con el armamento de alguna galera⁴⁴. Pero no solamente se trataba de organizar la logística del viaje, sino también la estancia en el siguiente destino, es decir, el alojamiento del príncipe y su corte en la isla de Mallorca. Para ello el príncipe se puso en contacto con el lugarteniente del reino, Nadal de Blanes, a quien le comunicó su intención de alojarse con sus oficiales en el castillo y el palacio real⁴⁵.

Una vez todo preparado, surgió otro problema, parecía que había naves de genoveses merodeando por allí, lo que obligó a esperar a partir hasta que no hubiera peligro⁴⁶. Antes de llegar a Mallorca se iba a realizar una parada técnica en Cerdeña, donde esperaba el capitán de las armadas reales, Bernat de Vilamarí. Por ello, el

41 *Desdevises du Dezert, Don Carlos de Aragón...*, 307. ACA, C, Varia 393, fols. 41r-44r (s.d.).

42 ACA, C, Varia 392, fol. 136r (1459, febrero, 8. Palermo) y 138v (1459, febrero, 17. Palermo), documento citado en RODRÍGUEZ RISQUETE, Francisco Javier – *Vida y Obra de Pere Torroella*. Gerona: Universidad de Gerona, 2003. Tesis doctoral, p. 527.

43 ACA, C, Varia 393, fol. 65v (1459, julio, 26. Trapani).

44 ACA, C, Varia 392, fol. 154r-v (1459, junio, 7. Palermo).

45 ACA, C, Varia 392, fol. 140r-v (s.d.)

46 Sobre la armada genovesa remito a MUSARRA, Antonio— “La marina da guerra genovese nel tardo medioevo. In cerca d’un modelo”, *Revista Universitaria de Historia Militar*, 6, 11 (2017), 79-108.

príncipe envió la galera de Jaume Fiveller, patroneada por Pere Roig y capitaneada por Bernat de Vilamarí, hacia esa isla, en busca de información sobre esa armada de genoveses, pues no partirían las naves hasta que no les aseguraran que no corrían peligro. Finalmente, y tras recibir noticias favorables de los consejeros de la ciudad de Cagliari y de sus enviados⁴⁷, partieron hacia Cagliari el 1 de agosto, llegando ese mismo día, pues el trayecto era corto, unos 300 kilómetros. Una vez en Cerdeña, se organizó el último tramo del viaje hacia tierras mallorquinas. Se instruyó a los capitanes por si encontraban naves enemigas por el camino, ya que debían esperar al príncipe para repartirse el botín. Él daría a cada uno lo que le correspondiese. Entre las primeras naves que debían partir estaban las tres capitaneadas por Nicolau Vivot, que tenían que dirigirse directamente a Mallorca, una vez allí descargarían los caballos, acémilas y demás cabalgaduras del príncipe y su corte, excepto la ropa que no debía ser desembarcada hasta la llegada del príncipe. Así mismo, no podían partir del puerto de Mallorca hasta recibir el beneplácito del príncipe⁴⁸.

En Cerdeña permanecieron tres días, lo suficiente para refrescarse, zarpando el 4 de agosto en dirección a Mallorca⁴⁹. Sin embargo, las condiciones meteorológicas llevaron las naves hasta Salou, donde desembarcaron el día 7 de agosto. Hasta allí llegaron ocho galeras, que zarparon a los pocos días para arribar a Mallorca el día 20 del mismo mes⁵⁰. Allí, el príncipe fue recibido como primogénito, “con mucha honra, gloria e expectación”⁵¹, y dispuesto a esperar el nuevo mandato de su padre⁵². Aunque éste había dado órdenes restrictivas con respecto a su recibimiento, las autoridades mallorquinas le ofrecieron una buena recepción y le entregaron varios obsequios, pues le consideraban primogénito a pesar de no haber sido jurado todavía como tal⁵³. La recepción al primogénito era una celebración organizada por las autoridades de la isla, como así había ocurrido en Sicilia. Se trataba del primer gran recibimiento al heredero y por ello debía ser el más espectacular. Se preparó en el puerto un puente de madera enramado de murta a la orilla del mar⁵⁴ con un palio adamascado rojo con el que recibieron y acompañaron al príncipe desde la ciudad

47 ACA, C, Varia 392, fols. 17r-18r (1458, octubre, 26. Mesina) y fols. 150v-151r (1459, mayo. Palermo). Varia 393, fols. 29v-31v (1459, junio, 17. Palermo) y fols. 32v-33r (1459, junio, 18. Palermo).

48 *Desdevises du Dezert, Don Carlos de Aragón...*, 308. ACA, C, Varia 393, fol. 49r-v (1459, agosto, 3. Cagliari).

49 ACA, C, Varia 394, fol. 34v (1459, junio, 11. Palermo).

50 *Dietaris de la Generalitat de Catalunya. Vol. I, 1411-1539*. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1994, p. 150. ACA, C, reg. 3408, fols. 51r-v (1459, agosto, 21. Morvedre).

51 Estas palabras están dentro de un memorial del príncipe de Viana dirigido al gobernador de Cerdeña. ACA, C, Varia 394, fols. 5r-6r (1459, septiembre, 5. Mallorca).

52 *Dietaris...* 150.

53 ARM – Archivo del Reino de Mallorca, RP 3559, fol. 79r (1459, agosto, 28. Mallorca).

54 ROSSELLÓ VAQUER, Ramon – *Va Estar a Santucri el Príncep de Viana?*. separata de *Felanix*, 2203 (1980).

hasta el castillo de la Almudaina⁵⁵. Se organizaron fiestas en el castillo con grandes banquetes, cuyos gastos fueron pagados con el impuesto de la talla asignada para pagar las ayudas del trigo⁵⁶. Estos dispendios venían a demostrar la buena acogida que obtuvo el príncipe por parte de las autoridades y ciudadanos de Mallorca, a pesar de que tanto Zurita como Desdevises no están del todo de acuerdo⁵⁷.

En Mallorca el príncipe pasó una estancia de casi un año, como en Sicilia, pero esta vez fue decisión suya partir de la isla, sin el consentimiento de su padre, puesto que no le sentaban bien los aires de Mallorca para su debilitada salud y prefería acercarse a Barcelona, desde donde podría recibir, además, con mayor premura noticias de Navarra⁵⁸. Se prepararon seis galeras para el viaje con previsión de partir inmediatamente. Según el diario de la Generalidad, el príncipe llegó a la ciudad la tarde del 28 de marzo, viernes, en la nave de Brandà Amat y acompañado por la galera patroneada por Juan de Cardona y por un pequeño ballenero⁵⁹. El dietario del Consejo de Ciento añadía que también entraron con ellos las naves de Lombart, de Michalot, la galera de mosén Sureda y cuatro barcas más⁶⁰. Entre los que viajaban con el príncipe se encontraba Lope Ximénez de Urrea, virrey de Sicilia, quien, siguiendo las órdenes del rey, acompañó al príncipe desde su partida de Sicilia hasta su llegada a Barcelona. El príncipe desembarcó con una sola góndola que le llevó al *Canyet*, donde le esperaba el gobernador y unos pocos ciudadanos, el resto de la comitiva

55 Las autoridades de Mallorca decidieron construir este palio para que, más adelante, fuera utilizado en otras procesiones y solemnidades celebradas en la catedral. Sin embargo, los ujieres del príncipe creyeron que el palio les pertenecía y no estaban dispuestos a transferirlo a los consejeros, de manera que éstos tuvieron que pagar 25 florines para poder hacerse con él. Finalmente, fue donado a la catedral de Mallorca para otras festividades y procesiones como la de *Corpus Christi*. (ARM, EU 11, fols. 157r-158r. Mallorca). Sobre el recibimiento en Mallorca remito a MIRANDA MENACHO, Vera-Cruz – “La ciudad de Mallorca recibe al Príncipe de Viana en agosto de 1459”. in Alexandra Beauchamp *et al.* (coords.) – *Acoger, Abastecer y Financiar la Corte. Relaciones entre las Cortes Ibéricas y las Sociedades Urbanas a Finales de la Edad Media*. Valencia: PUV, 2019, 89-103.

56 URGELL HERNÁNDEZ, Ricard – “Algunas notas y documentos sobre el príncipe Carlos de Viana y Mallorca”. *Mayurqa*, 21 (1985-1987), 167-179, doc. 2 (1459, agosto, 28. Mallorca).

57 Zurita, *Anales...*, libro XVI, cap. LX, afirmaba que “no fue el príncipe don Carlos tan bien recogido en Mallorca como parecía a las gentes que fuera razón”. Asimismo, Desdevises apuntaba que “fue peor recibido que en Sicilia” (Desdevises du Dezert, *Don Carlos de Aragón...*, 309).

58 Razones que el príncipe explicaba en un memorial enviado a su primo Fernando, rey de Sicilia. ACA, C, Varia 394, fols. 128r-129r (1460, abril, 20. Barcelona). Desdevises du Dezert, *Don Carlos de Aragón...*, 326.

59 En el Dietario de la Generalidad (*Dietaris...*, 153), y en el del consejo de la ciudad de Barcelona (*Manual de Novells Ardits, Vulgarment Apellat Dietari del Antich Consell Barceloní. Volúm Segón, Comprenent los Volúms Originals del IX al XIII, Any 1446-1477*. Barcelona: Ajuntament Constitucional, 1893, p. 331), se afirma que el príncipe desembarcó en Barcelona el 28 de marzo, aunque había llegado a la playa de la ciudad días antes, concretamente el día 18, y su entrada no ocurrió hasta el día 31 (BATLLE PRATS, Lluís – “Epistolario gerundense del príncipe de Viana”. in *Homenaje a Jaime Vicens Vives*, vol. I. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1965, 351-364, doc. 1). Desdevises también afirma que la entrada se produjo el 28 de marzo (Desdevises du Dezert, *Don Carlos de Aragón...*, 325). M. Raufast da como fecha de llegada del príncipe a Barcelona el mismo 28 de marzo (RAUFAST CHICO, Miquel – “¿Recibir al Primogénito? Política y Ceremonia en las Entradas del Príncipe de Viana en Barcelona (1460 y 1461)”. in E. Ramírez Vaquero; R. Salicrú i Lluch (coords.) – *Cataluña y Navarra en la Baja Edad Media*. Pamplona, Universidad Pública de Navarra, 2010, p. 265).

60 *Manual de Novells Ardits*, vol. II, p. 331. Barcelona, AHCB – Archivo Histórico de la Ciudad de Barcelona, Consolat del Mar, Deliberacions, 11 I-1, fol. 7r.

de recibimiento permanecía en la Lonja. Después de saludar a las autoridades de la ciudad, se encaminó hacia el monasterio de Valldonzella sin esperar que fuera terminado el puente que los consejeros habían mandado hacer delante de la Lonja. Esto representaba un desplante a las autoridades locales por parte del príncipe. Ese mismo día el Consejo de la ciudad informó al rey de la venida y el recibimiento ofrecido por Barcelona al príncipe de Viana⁶¹.

Este último destino, Barcelona, fue el final del trayecto mediterráneo. Allí, ya en tierras peninsulares, el príncipe se convierte en protagonista de los acontecimientos políticos a pesar de que no parecía que esos fueran sus planes. Se trataba del destino peninsular, donde el príncipe protagonizó la política de ese último año, en un complejo contexto en el Principado de Cataluña previo a una guerra civil. Su viaje había terminado.

Tabla 1 – Itinerario

1456 mayo 11	Pamplona	47, 888
Francia ⁶²	París	
1456 noviembre 29	Milán	A, Fondo Sforzesco (Aragona e Spagna), leg. 652, carpeta 3, n.º 8 ⁶³ .
	Roma ⁶⁴ .	
1457 abril 12	Nápoles	47, 1000
1458 junio 20	Puzol, junto a Nápoles	47, 1120
1458 junio 29	Nápoles	ACA, C, reg. 3498, f. 40v
1458 julio 17	Palermo	47, 1128
1458 agosto 23	Palermo	ACA, C, reg. 3498, f. 1v
1458 septiembre 2	Palermo	ACA, C, reg. 3498, f. 3v
1458 septiembre 4	Palermo	ACA, C, reg. 3498, f. 3r
1458 octubre 5	Castrogiovanni	ACA, C, Varia 392, fol 7r
1458 octubre 6	Castrogiovanni	ACA, C, Varia 392, fol 7v Reg. 3498, f. 4r
1458 octubre 9	Castrogiovanni	ACA, C, Varia 392, fol 8v
1458 octubre 10	Castrogiovanni	ACA, C, Varia 392, fol 35r-v
1458 octubre 13	Tierra de Plata	ACA, C, Varia 392, fol 37v-38r

61 AHCB, Consell de Cent, 1 B VI-2, fols. 174r-v. Desdevises du Dezert, *Don Carlos de Aragón...*, 325-326.

62 Zurita, *Anales...*, libro XVI, cap. XLI, pues no queda documentación al respecto en el reino de Navarra, así como las noticias de Desdevises du Dezert, *Don Carlos de Aragón...*, 288 y Vicens Vives, *Juan II...*, 211.

63 Agradecemos los datos cedidos por E. Ramírez Vaquero de su consulta del Archivio di Stato di Milano, Fondo Sforzesco (Aragona e Spagna), leg. 652, carpeta 3, n.º 8.

64 Zurita, *Anales...*, libro XVI, cap. XLI.

1458 octubre 14	Tierra de Plata	ACA, C, Varia 392, fol 37r Reg. 3498, f. 11r
1458 octubre 15	Tierra de Plata	ACA, C, Varia 392, fol. 69r-v
1458 octubre 17	Tierra de Plata	ACA, C, Varia 392, f. 13v
1458 octubre 18	Tierra de Plata	ACA, C, Varia 392, fol 9v-10v
1458 octubre 20	Tierra de Plata	ACA, C, Varia 392, f. 185r-186v
1458 octubre 21	Caltagirone	ACA, C, Varia 392, f. 14v
1458 octubre 21	Tierra de Plata	ACA, C, Varia 392, f. 15r-v
1458 octubre 25	Tierra de Paterno	ACA, C, Varia 392, f. 17r
1458 octubre 26	Tierra de Paterno	ACA, C, Varia 392, f. 17v
1458 octubre 29	Taormina	ACA, C, Varia 392, f. 39v-40r
1458 noviembre 2	Mesina	ACA, C, Varia 392, fol. 18r Reg. 3498, f. 5r
1458 noviembre 3	Mesina	ACA, C, Varia 392, fol. 18r
1458 noviembre 5	Mesina	ACA, C, Varia 392, fol. 41v-42r
1458 noviembre 7	Mesina	ACA, C, Varia 392, fol. 20r
1458 noviembre 8	Mesina	ACA, C, Varia 392, fol. 43r
1458 noviembre 10	Mesina (palacio real)	ACA, C, Varia 392, fol. 43v
1458 noviembre 11	Mesina	ACA, C, reg. 3498, f. 12v
1458 noviembre 12	Mesina	ACA, C, Varia 392, fol. 44v
1458 noviembre 13	Mesina (palacio real)	ACA, C, Varia 392, fol. 44v-45v
1458 noviembre 14	Mesina	ACA, C, Varia 392, fol. 47v
1458 noviembre 15	Mesina	ACA, C, reg. 12r
1459 febrero 20	Mesina	ACA, C, Varia 392, f. 84r Reg. 3498, f. 8v
1459 febrero 21	Mesina	ACA, C, Varia 393, f. 10r
1459 febrero 25	Catania	ACA, C, Varia 392, f. 111v-112r
1459 febrero 26	Mesina	ACA, C, Varia 392, f. 84v
1459 marzo 4	Terra de Lent	ACA, C, Varia 392, f. 111r
1459 marzo 6	Siracusa	ACA, C, Varia 392, f. 112r-v
1459 marzo 7	Siracusa	ACA, C, Varia 392, f. 112v-113r
1459 marzo 8	Siracusa	47, 1160; ACA, C, Varia 392, f. 114v-115r; reg. 3498, f. 8v
1459 marzo 23	Tera Montis regalis	ACA, C, Varia 393, f. 11r
1459 marzo 26	Montereal	ACA, C, Varia 392, f. 115v-116r
1459 marzo 28	Palermo	47, 1162; ACA, C, Varia 392, f. 117r-v
1459 marzo 29	Palermo	ACA, C, Varia 392, f. 116r-117r
1459 julio 23	Palermo	ACA, C, Varia 393, f. 48v-49r
1459 julio 26	Trapani	ACA, C, Varia 393, f. 65v
1459 julio 27	Palermo	ACA, C, Varia 393, f. 61v
1459 julio 28	Palermo	ACA, C, Varia 393, f. 17v
1459 agosto 1	Palermo	ACA, C, Varia 394, f. 110r-v
1459 agosto 1	Cagliari	ACA, C, Varia 393, f. 61v-62r
1459 agosto 2	Cagliari	ACA, C, Varia 394, f. 100r-v
1459 agosto 3	Cagliari	ACA, C, Varia 393, f. 49r-v
1459 agosto 4	Cagliari	ACA, C, Varia 393, f. 51r-v
1459 agosto 15	Salou	ACA, C, Varia 394, f. 63v
1459 agosto 17	Salou	ACA, C, Varia 393, f. 44v-46v

1459 agosto 22	Mallorca	ACA, C, reg. 3498, f. 33r
1459 agosto 24	Mallorca	ACA, C, Varia 393, f. 63v Reg. 3498, f. 33v
1460 marzo 16	Mallorca	ACA, C, Varia 394, f. 64v
1460 marzo 20	Valldonzella	ACA, C, Varia 394, f. 127v-128r
1460 marzo 21	Barcelona	ACA, C, Varia 395, f. 92v Reg. 3498, f. 42r
1460 marzo 22	Barcelona	ACA, C, Varia 395, f. 92v-93r
1460 marzo 23	Barcelona	ACA, C, Varia 395, f. 93r
1460 marzo 24	Barcelona	ACA, C, Varia 395, f. 93v
1460 marzo 25	Barcelona	ACA, C, Varia 395, f. 93v-94r
1460 marzo 26	Barcelona	ACA, C, Varia 395, f. 94r
1460 marzo 27	Valldonzella	ACA, C, Varia 394, f. 71v-72r
1460 marzo 29	Valldonzella	ACA, C, Varia 394, f. 72v C, reg. 3498, f. 43r
1460 marzo 28	Barcelona	ACA, C, Varia 394, f. 69r-v

A modo de conclusión

El viaje del príncipe se ha de entender siempre desde las necesidades políticas de su tiempo, evidentemente, su trayectoria vital y de gobierno siempre está al albur de otras realidades y acontecimientos que marcan los momentos, los espacios y los escenarios. En época bajomedieval, se agrega la corriente cultural renacentista que estaba extendiéndose por las cortes europeas, donde debían adoptar esas nuevas tendencias culturales, políticas e ideológicas que poco a poco se fueron instalando en Europa.

Este gran viaje refleja perfectamente las motivaciones propias de un *princeps* del Renacimiento. Su decisión personal le llevó a organizar este viaje, puesto que los asuntos políticos podían haber sido solventados a través de una red de mensajeros y embajadores, como era habitual. A pesar de que quisiera huir de los inconvenientes de la guerra, podría haber adoptados otras soluciones que implicaran menor desplazamiento. Pero su itinerario responde, como hemos ido viendo, a cuestiones de índole política y cultural, personales.

Su paso por nuevos escenarios políticos en calidad de primogénito, como podía ser Nápoles, Sicilia o Mallorca, obliga a establecer las relaciones propias de la realidad política, tanto por parte del heredero como de las instituciones representativas en cada uno de los reinos. Estos nuevos escenarios deben mostrar esa lealtad correspondiente a la imagen y representación regia. Por tanto, tras su paso cada uno de los espacios va a ir convirtiéndose en un nuevo escenario de representación del poder, donde la itinerancia va a marcar los tiempos. Ya sea en las cortes europeas como en cada uno de los reinos de la Corona de Aragón. Diversos escenarios que deben recibir al hijo del rey y, por tanto, deben prepararse para el diálogo de los diversos representantes políticos.

El viaje del príncipe supone otra forma de representación real, itinerante, en donde cada uno de los escenarios se transforman en espacios regios y de representación. El rey de viaje convierte la ausencia en una presencia cultural, cortesana y predispone a la acción política. Carlos de Viana imprimió su personal voluntad a un viaje que, sin estar movido por la providencia⁶⁵ o por deseos de alcanzar propósitos superiores, sí que tuvo una marcada personalidad, la que, por otra parte, presidió todas sus acciones. ¿éxito o fracaso? Muchas veces, el historiador tiende a valorar las misiones de los soberanos en estos términos, pero, podemos concluir que el viaje de Carlos fue un éxito, aunque sólo fuera a nivel personal.

65 SOLER, Isabel – *El Sueño del Rey. Viajes y Mesianismo en el Renacimiento Peninsular*. Barcelona: Acantilado, 2015.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fuentes

- Barcelona, ACA – Archivo de la Corona de Aragón, C, Varia 24, Varia 392-395, reg. 2661, reg. 3408, reg. 3498.
- Barcelona, AHCB – Archivo Histórico de la Ciudad de Barcelona, Consolat del Mar, Deliberacions, 1 I I-1.
- Dietaris de la Generalitat de Catalunya. Vol. I, 1411-1539.* Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1994.
- Manual de Novells Ardits, Vulgarment Apellat Dietari del Antich Consell Barceloní. Volúm Segón, Comprenent los Volúms Originals del IX al XIII, Anys 1446-1477.* Barcelona: Ajuntament Constitucional, 1893.
- Milán, Archivio di Stato di Milano, Fondo Sforzesco (Aragona e Spagna), leg. 652, carpeta 3, n.º 8.
- Palma, ARM – Archivo del Reino de Mallorca, RP 3559, EU 11.
- ZURITA, Jerónimo – *Anales de la Corona de Aragón.* Ángel Canellas López (ed.). Zaragoza: Institución Fernando El Católico, vol. 7, 1988.

Estudios

- AVRIL, François; LAFAURIE, Jean – *La Librairie de Charles V* [exposición]. París: Bibliothèque Nationale, 1968.
- BATLLE PRATS, Lluís – “Epistolario gerundense del príncipe de Viana”. in *Homenaje a Jaime Vicens Vives*, vol. I. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1965, 351-364.
- CAÑAS GÁLVEZ, Francisco de Paula – “La itinerancia de la corte de Castilla durante la primera mitad del siglo XV. El eje Burgos-Toledo, escenario burocrático-administrativo y político de la Monarquía en tiempos de Juan II”. *E-Spania. Revue interdisciplinaire d'études hispaniques médiévales et modernes* [online], 8 (2009) disponible en <https://journals.openedition.org/e-spania/18829>.
- CAÑAS GÁLVEZ, Francisco de Paula – “Viajes y estancias de Fernando I de Aragón. Acción política y ejercicio del poder regio (1412-1416)”. in María Isabel Falcón Pérez (coord.) – *El compromiso de Caspe (1412). Cambios Dinásticos y Constitucionalismo en la Corona de Aragón.* S.l.: Ibercaja, 2013, 232-239.
- COLOMBO TIMELLI, Maria – “*La Librairie des ducs de Bourgogne. Manuscrits conservés à la Bibliothèque royale de Belgique*, collection dirigée par Bernard Bousmanne, Tania Van Hemelryck et Céline Van Hoorebeeck” [recensión]. *Studi Francesi*, 162, LIV/III (2010), 531.
- DE MARINIS, Tammaro – *La Biblioteca Napoletana dei Re d'Aragona.* Milán: Ulrico Hoepli Editore, 1957.

- DESDEVISES DU DEZERT, George – *Don Carlos de Aragón, Príncipe de Viana. Estudio sobre la España del Norte en el Siglo XV*. Pamplona: Gobierno de Navarra, 1999.
- DOUTREPONT, Georges – *Inventaire de la “librairie” de Philippe le Bon (1420)*. Bruxelles: Librairie Kiessling, 1906.
- DUBOIS, Henri – “Un voyage principier au XIVE siècle (1344)”. in *Voyages et voyageurs au Moyen Age. XXVIe congrès de la Société des historiens médiévistes de l’enseignement supérieur public (Limoges-Aubazine, mai 1995)*. París: Publications de la Sorbonne, 1996, 71-92.
- FERRO, Victor – *El Dret Públic Català. Les Institucions a Catalunya fins al Decret de Nova Planta*. Vic: Eumo, 1987.
- FODALE, Salvatore – “Blanca de Navarra y el Gobierno de Sicilia”. *Príncipe de Viana*, 217 (1999), 311-321.
- GALENDE DÍAZ, Juan Carlos – “Las bibliotecas de los humanistas y el Renacimiento”. *Revista General de Información y Documentación*, 6, 2 (1996), 91-123.
- GIRONA LLAGOSTERA, Daniel – “Itinerari del rey en Martí (1396-1402)”. *Anuari de l’Institut d’Estudis Catalans. MCMXI-XII, Any IV*. Barcelona, Palau de la Diputació, 1913, 81-184.
- GIRONA LLAGOSTERA, Daniel – “Itinerari del rey en Martí (1403-1410)”. *Anuari de l’Institut d’Estudis Catalans, MCMXIII-XIV, Any V*. Barcelona, Palau de la Diputació, 1915, 515-655.
- GÓMEZ MUNTANÉ, Maricarmen – *La Música Medieval en España*. Kassel: Reichenberger, 2001.
- HEUSCH, Carlos – “La morale du Prince Charles de Viana”. *Atalaya*, 4 (1993), 93-141.
- IDOATE, Florenció – *Catálogo del Archivo General de Navarra. Catálogo de la Sección de Comptos. Documentos. Tomo XLVII, 1451-1460*. Pamplona, Diputación Foral de Navarra, 1968.
- LABORDE, Léon de – *Les ducs de Bourgogne. Étude sur les lettres, les arts et l’industrie pendant le XVe siècle et plus particulièrement dans les Pays-Bas et le duché de Bourgogne*. París: Plon Frères, 1849.
- MADURELL MARIMON, José María – *Mensajeros Barceloneses en la Corte de Alfonso V de Aragón (1435-1458)*. Barcelona, CSIC, 1963.
- MAZZATINTI, Giuseppe – *La Biblioteca dei Re d’Aragona in Napoli*. Rocca S. Casciano: Licinio Capelli Editore, 1897.
- MIRANDA XXXXXXXXXX – *El Príncipe de Viana* p. 142.
- MIRANDA MENACHO, Vera-Cruz – “La biblioteca de un príncipe humanista. Carlos de Navarra, príncipe de Viana”. *Edad Media. Revista de Historia*, 23 (2022), 269-309.
- MIRANDA MENACHO, Vera-Cruz – “La ciudad de Mallorca recibe al Príncipe de Viana en agosto de 1459”. in Alexandra Beauchamp *et al.* (coords.) – *Acoger, Abastecer y*

- Financiar la Corte. Relaciones entre las Cortes Ibéricas y las Sociedades Urbanas a Finales de la Edad Media*. Valencia: PUV, 2019, 89-103.
- MIRANDA MENACHO, Vera-Cruz – “Las finanzas de un heredero. Carlos de Aragón y Navarra (1421-1461)”. *Espacio Tiempo y Forma. Serie III, Historia Medieval* [online], 34 (2021), 537-568. Disponible en <https://revistas.uned.es/index.php/ETFIII/article/view/27339>.
- MÜNTZ, Eugène; FABRE, Paul – *La Bibliothèque du Vatican au XV siècle. Contributions pour servir à l'histoire de l'humanisme d'après des documents inédits*. Paris: Ernest Thorin, 1887.
- MUSARRA, Antonio – “La marina da guerra genovese nel tardo medioevo. In cerca d'un modelo”. *Revista Universitaria de Historia Militar*, 6, 11 (2017), 79-108.
- PAJARES ALONSO, Roberto L. – *Historia de la Música en 6 Bloques. Bloque 1, Músicos y Contexto*. Madrid, Vision Libros, 2010.
- PELLEGRIN, Elisabeth – *La Bibliothèque des Visconti et des Sforza, ducs de Milan, au XVe siècle*, Paris, C.N.R.S., 1955.
- PETIT, Ernest – *Itinéraires de Philippe le Hardi et de Jean Sans Peur, ducs de Bourgogne (1363-1419)*. Paris: s.n., 1888.
- RAMÍREZ VAQUERO, Eloísa – *Solidaridades Nobiliarias y Conflictos Políticos en Navarra 1387-1464*. Pamplona, Gobierno de Navarra, 1990.
- RAUFAST CHICO, Miquel – “¿Recibir al Primogénito? Política y Ceremonia en las Entradas del Príncipe de Viana en Barcelona (1460 y 1461)”. in E. Ramírez Vaquero; R. Salicrú i Lluç (coords.) – *Cataluña y Navarra en la Baja Edad Media*. Pamplona, Universidad Pública de Navarra, 2010.
- RODRÍGUEZ RISQUETE, Francisco Javier – *Vida y Obra de Pere Torroella*. Gerona: Universidad de Gerona, 2003. Tesis doctoral.
- ROSSELLÓ VAQUER, Ramon – *Va Estar a Santuari el Príncep de Viana?*. separata de *Felanitx*, 2203 (1980).
- RYDER, Alan – *Alfonso el Magnánimo. Rey de Aragón, Nápoles y Sicilia (1396-1458)*. Valencia: Generalitat Valenciana, Edicions Alfons el Magnànim, 1992.
- SOLER, Isabel – *El Sueño del Rey. Viajes y Mesianismo en el Renacimiento Peninsular*. Barcelona: Acantilado, 2015.
- TESNIÈRE, Marie-Hélène – “Librairie et politique du livre sous Charles V”. *Renæssanceforum*, 15 (2019), 1-14.
- TORRÓ TORRENT, Jaume – “Una cort a Barcelona per a la literatura del segle XV”. *Revista de Catalunya*, 163 (2001), 97-123.
- TOSCANO, Gennaro – “La biblioteca dei re d'Aragona come instrumentum regni”. in Guido D'Agostino et al. (coords.) – *La Corona d'Aragona e l'Italia. Atti del XX Congresso di Storia della Corona d'Aragona (Roma-Napoli, 4-8 ottobre 2017)*. Roma, Istituto storico italiano per il Medio Evo, 2020, vol. II, t. 1, 534-569.

- URGELL HERNÁNDEZ, Ricard – “Algunas notas y documentos sobre el príncipe Carlos de Viana y Mallorca”. *Mayurqa*, 21 (1985-1987), 167-179.
- VICENS VIVES, Jaume – *Juan II de Aragón (1398-1479). Monarquía y Revolución en la España del siglo XV*. S.l.: Ugoiti Editores, 2003.
- VICENS VIVES, Jaume – “Trayectoria mediterránea del Príncipe de Viana”. *Príncipe de Viana*, 9 (1950), 211-250.
- VIDAL, Josep Juan – “Mallorca en la segunda mitad del siglo XV. Panorama socioeconómico”. *Medicina Balear*, 22 (2007), 22-32.
- WINTER, M. de – “La bibliothèqne de Philippe le Hardi, duc de Bourgogne (1364-1404). Étude sur les manuscrits à peinture d’une collection princière à l’époque du « style gothique international »”. *Bulletin Monumental*, 144, 4 (1986), 374-376.

El *funduq* en al-Andalus. Infraestructura urbana para los viajes y viajeros

Alicia Hernández-Robles

Departamento de Arqueología, Prehistoria, Historia Antigua, Historia Medieval y Ciencias y Técnicas Historiográficas, Universidad de Murcia, Campus de La Merced
alicia.hernandez5@um.es

Resumen

El *funduq* (pl. *fanādiq*) lo encontramos en las orillas del Mediterráneo entre los siglos VIII y XIII. Se trataba del tipo de edificio utilizado como posada, almacén y lugar de venta al por mayor por comerciantes y viajeros de cualquier procedencia en territorios islámicos. El objetivo de este trabajo es abordar el estudio de los viajes y viajeros en al-Andalus a partir del *funduq* como infraestructura urbana de apoyo de los desplazamientos y el comercio a larga distancia. Para ello, desde una perspectiva interdisciplinar, se han recopilado informaciones procedentes de fuentes históricas y arqueológicas con el propósito de caracterizar el *funduq* y ofrecer una visión amplia sobre su presencia y funcionamiento en al-Andalus desde su materialidad, con el estudio de los restos arqueológicos asociados a esta tipología en la península Ibérica, y las referencias a ellos en la documentación escrita. Al mismo tiempo se realizará una valoración sobre las posibilidades de estudio y los límites que plantea cada tipo de fuente.

Palabras clave

Funduq; al-Andalus; hospedería; comercio; ciudad

Nota biográfica

Alicia Hernández Robles es investigadora predoctoral (FPU-MECD) en el Área de Historia Medieval de la Universidad de Murcia. El objeto de estudio de su tesis doctoral es el *funduq* en al-Andalus y está siendo dirigida por el profesor Dr.

Jorge A. Eiroa Rodríguez. Alicia es graduada en Historia por la Universidad de Murcia (2012-2016) y tiene un máster en Culturas Árabe y Hebrea: al-Andalus y Mundo Árabe Contemporáneo por la Universidad de Granada (2016-2017). Como investigadora es miembro del grupo ARHIS (Arqueología histórica y patrimonio del Mediterráneo occidental) de la Universidad de Murcia y participa en diversos proyectos de investigación como “Los orígenes de la presencia italiana en Murcia (siglos XII-XV)” (Universidad de Murcia), financiado por la Fundación Séneca (Agencia de Ciencia y Tecnología de la Región de Murcia), y en el proyecto “Industria y comercio en al-Andalus (siglos XII-XV)” (Universidad de Granada), financiado por la Junta de Andalucía (Programa FEDER). También codirige la intervención arqueológica en el conjunto arqueológico de San Esteban (Murcia, España) (<https://sanesteban.um.es/>).

The *funduq* in al-Andalus. Urban infrastructure for travel and travelers

Abstract

The *funduq* (pl. *fanādiq*) is found on the shores of the Mediterranean between the 8th and 13th centuries. It was the type of building used as an inn, warehouse and place of wholesale trade by merchants and travelers of any origin in Islamic territories. The objective of this work is to address the study of travel and travelers in al-Andalus from the *funduq* as an urban infrastructure to support travel and long-distance trade. To do that, from an interdisciplinary perspective, information has been gathered from historical and archaeological sources with the purpose of characterizing the *funduq* and offering a broad view of its presence and functioning in al-Andalus from its materiality, with the study of the archaeological remains associated with this typology of building in the Iberian Peninsula, and the references to them in the written documentation. At the same time, an assessment will be made of the possibilities of study and the limits presented by each type of source.

Keywords

Funduq; al-Andalus; inn; trade; city

Biographical note

Alicia Hernández Robles is predoctoral researcher (FPU-MECD) in the Medieval History Area of the University of Murcia (Spain). Her PhD focuses in the *funduq* in al-Andalus and it is being directed by Dr. Jorge A. Eiroa Rodríguez. Alicia holds a BA in History from the University of Murcia (2012-2016) and a MA in

Arab and Hebrew Cultures: al-Andalus and Contemporary Arab World from the University of Granada (2016-2017). As a researcher she is member of the ARHIS group (Historical Archaeology and Heritage of the Western Mediterranean) of the University of Murcia. She participates in several research project such as “The origins of the Italian presence in Murcia (12th-15th centuries)” (University of Murcia), funded by the Fundación Séneca (Science and Technology Agency of the Region of Murcia), and “Industry and commerce in al-Andalus (12th-15th centuries)” (University of Granada), funded by the Junta de Andalucía (FEDER Program). She also co-directs the archaeological excavation in San Esteban archaeological site (Murcia, Spain) (<https://sanesteban.um.es/>).

El *funduq* en el Mediterráneo medieval¹

En el Mediterráneo medieval los viajes se emprendían por numerosos motivos que podían ser político-militares, científicos o culturales, económicos o religiosos². De este modo dentro de la categoría de viajero podríamos encontrar a tropas militares, estudiosos o eruditos, comerciantes, peregrinos, etc. Cada tipo de viajero tenía unas necesidades distintas durante su viaje, por lo que a lo largo de sus travesías hicieron uso de distintos edificios y servicios.

Este trabajo realiza una aproximación a los viajes y viajeros medievales desde los *fanādiq*, es decir, los inmuebles que se emplearon como posada, almacén y lugar de intercambios en las ciudades del mundo islámico³. Se trató de edificios que formaron parte de la infraestructura de apoyo para la movilidad en el Mediterráneo medieval. En este capítulo se expondrá de forma general en qué consistieron dichas instalaciones para, posteriormente, analizar las noticias sobre los *fanādiq* andalusíes a partir de fuentes escritas y arqueológicas, exponiendo el tipo de información que cada una de ellas proporciona, así como las limitaciones de su estudio.

El *funduq* ha sido estudiado en profundidad desde la historia y la historia del arte, especialmente desde el siglo XX y, en menor medida, desde la arquitectura

¹ Este trabajo forma parte de la tesis doctoral en marcha financiada por el Programa Predoctoral FPU del Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades de España (FPU16/00218).

² SIMS, Eleanor – “El comercio y los viajes. Mercados y caravansares”. in George Michell (ed.) – *La Arquitectura del Mundo Islámico. Su Historia y Significado Social*. Madrid: Alianza, 1985, 80-111, aquí p. 80.

³ FIERRO, Maribel (ed.) – *The Routledge Handbook of Muslim Iberia*. Londres: Routledge, 2020, 687; CONSTABLE, Olivia Remie – *Housing the Stranger in the Mediterranean World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, 88-100; VV.AA. – “Bilans”. in Jean-Claude Garcin (ed.) – *Grandes villes méditerranéennes du monde musulman médiéval*. Roma: École Française de Rome, 2000, 263-308, aquí p. 284.

y la arqueología. La investigación arqueológica de estos edificios se inició en las décadas finales del siglo XX, y continúa en desarrollo, principalmente en el marco de excavaciones arqueológicas de urgencia y, puntualmente, como parte de proyectos de investigación. La ausencia de información sobre los edificios de alojamiento urbanos en el mundo islámico señalada por Hillenbrand en 1994 cabría identificarla como una “laguna” en el desarrollo de la investigación⁴ que, progresivamente, se va completando con la publicación de trabajos elaborados desde una metodología interdisciplinar, conjugando la información de las fuentes escritas con los casos de estudio arqueológicos excavados en las últimas décadas⁵.

Así se ha ido definiendo al *funduq* como un edificio de grandes dimensiones y planta cuadrangular en torno a un patio central, con un único acceso, y construido con materiales y técnicas modestas. En ocasiones podía tener más de una planta en altura. Funcionalmente servía para el alojamiento en las ciudades islámicas de viajeros de cualquier tipo y comerciantes con independencia de su procedencia y religión. Al mismo tiempo, también era utilizado como espacio de venta al por mayor en el que se intercambiaban las mercancías traídas por los comerciantes extranjeros con los propios mercaderes locales de la ciudad. Estos últimos vendían dichos bienes a la población en los zocos o alcaicerías. En consecuencia, en el interior de estos edificios se encontrarían espacios con diversos usos, como almacenes, establos y habitaciones de alojamiento. Se ha propuesto que la zona residencial se ubicaría en la planta superior, quedando la planta baja como lugar de negocios, zona para los animales que acompañaban a los viajeros y almacén de mercancías⁶. El *funduq* lo encontramos en el Mediterráneo medieval desde el siglo VIII y precisamente su carácter comercial ha sido identificado como su principal diferencia con respecto a otros edificios medievales que también pudieron servir como hospederías de viajeros⁷.

La creación de los *fanādiq* estuvo motivada por la demanda de alojamiento y seguridad de los viajeros y de los comerciantes para el almacenamiento de sus mercancías y la realización de transacciones comerciales. Aspectos que se reflejan en algunas de sus características arquitectónicas, como la presencia de una única

4 HILLENBRAND, Robert – “The Caravansarai”. in Robert Hillenbrand – *Islamic Architecture. Form, Function and Meaning*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1994, 331-376, aquí pp. 336-338.

5 HERNÁNDEZ ROBLES, Alicia – “El *funduq* en al-Andalus. Revisión y propuesta metodológica”. in *Los Tiempos Cambian, de la Piedra al Teclado. X Jornadas de Jóvenes en Investigación Arqueológica, Burgos 7-10 de junio de 2017*. Burgos: Asociación de Historia y Arqueología de Burgos, 2019, 294-302; JIMÉNEZ ROLDÁN, María del Carmen – “Del *funduq* a la alhóndiga. Un espacio entre el emirato nazarí y el reino de Granada (s. XV-XVI)”. *Al-Qantara*, 40, 2 (2019), 315-354.

6 Hillenbrand, “The Caravansarai...”, 331; Sims, “El comercio y los viajes...”; MONPLET MÍNGUEZ, Antonio – *El Arte Hispanomusulmán*. Madrid: Ediciones Encuentro, 2008, 201; CHALMETA GENDRÓN, Pedro – *El “Señor del Zoco” en España, Edades Media y Moderna. Contribución al Estudio de la Historia del Mercado*. Madrid: Instituto Hispano-Árabe de Cultura, 1973, 137-143; TORRES BALBÁS, Leopoldo – “Las alhóndigas hispano-musulmanas y el corral del carbón de Granada”. *Al-Andalus*, 11 (1946), 446-480.

7 Constable, *Housing the Stranger...*, 20 y 42.

puerta principal de acceso y la ausencia de ventanas al exterior⁸. De ese modo podían ofrecer una mayor seguridad a los comerciantes favoreciendo que depositaran sus bienes en el *funduq*, a la vez que servía para evitar robos o la salida fraudulenta de los productos.

La propiedad de estos edificios, al igual que la del resto de inmuebles en el mundo islámico, pudo ser de tres tipos: pública, privada o legado piadoso (*waqf* o *hubs*)⁹. Este tercer tipo de propiedad, también conocido como bienes habices o bienes de manos muertas consistía en la fundación del *funduq* de manera voluntaria e inalienable con el objetivo de que los beneficios económicos que produjera, derivados de su alquiler y de los pagos de tarifas en su interior por el almacenamiento y el alojamiento se destinaran a finalidades concretas para la ciudad o la población¹⁰. Al mismo tiempo los *fanādiq* podían recibir sumas de dinero procedentes de otros legados piadosos para mantener a viajeros en su interior sin que tuvieran que pagar nada a cambio, por lo que estos edificios también tuvieron una faceta caritativa¹¹. En consecuencia, los propietarios de estos edificios podían ser los propios gobernantes, otros funcionarios públicos o personas anónimas, y todos ellos podían fundar *fanādiq* como legados píos.

Los usuarios principales de los *fanādiq* fueron los comerciantes extranjeros y los viajeros de distinto tipo que necesitaran hospedarse a su paso por las ciudades. También podía encontrarse en ellos a población local residiendo en su interior, como artesanos o personas de escasos recursos¹². Sin embargo, la elección entre alojarse en estos edificios o en otros, asociados a un carácter más religioso, como mezquitas o *zāwiyas*, quedaba en manos de los propios viajeros y, en gran medida, debió estar influida por la mala reputación asociada al *funduq* ya que también pudieron funcionar como taberna, burdel, casas de apuestas o refugio de delincuentes a modo de prisión nocturna¹³. Por ejemplo, en el siglo XIII el maestro sufí Abū Marwān al-Yuhānisi consideraba al *funduq* como un establecimiento bullicioso como los que había prometido no frecuentar al salir de su pueblo¹⁴.

8 Constable, *Housing the Stranger...*, 74 y 88.

9 Constable, *Housing the Stranger...*, 76-77, 81-83; Jiménez Roldán, “Del *funduq* a la alhóndiga...”, 325.

10 Los beneficios de los legados piadosos podían destinarse a fines caritativos, religiosos o bélicos. Sobre esta cuestión remitimos al capítulo CARBALLEIRA DEBASA, Ana María – “Aproximación a las donaciones piadosas en el Islam medieval. El caso de al-Andalus”. in Alfonso García Leal (ed.) – *Las Donaciones Piadosas en el Mundo Medieval*. Oviedo: Universidad de Oviedo, 2012, 385-406.

11 Sims, “El comercio y los viajes...”, 97; Constable, *Housing the Stranger...*, 83-85.

12 Constable, *Housing the Stranger...*, 46, 51, 70, 110-111; Jiménez Roldán, “Del *funduq* a la alhóndiga...”, 324.

13 Constable, *Housing the Stranger...*, 81-83; LÉVI-PROVENÇAL, Évariste; GARCÍA GÓMEZ, Emilio – *Sevilla a Comienzos del Siglo XII. El Tratado de Ibn ‘Abdūn*. Sevilla: Biblioteca de Temas Sevillanos, 1981, 73; ESCARTÍN GONZÁLEZ, Eduardo – *Economía y Sociedad en la Sevilla Almorávide*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2008, 154, 178-179.

14 MARTÍNEZ ENAMORADO, Virgilio – “Paladares de príncipes, recetas cortesanas, comidas de campesinos. Valoraciones en torno a la alimentación de los andalusíes”. in José Manuel Hita; José Suárez;

El *funduq* en al-Andalus: noticias de las fuentes escritas

Los principales géneros literarios que proporcionan información sobre los *fanādiq* andalusíes son las obras de literatura geográfica, sobre todo los diccionarios geográfico-históricos (*al-masālik wa-l-mamālik*), y las fuentes jurídicas, especialmente los tratados de *hisba* y las fetuas (*fatwās*).

Los autores en los diccionarios geográficos suelen mencionar los *fanādiq* al describir las ciudades de forma genérica con la frase “contaban con mercados, baños y *fanādiq*”. Aportan escasos detalles sobre el funcionamiento de estos edificios, a excepción de algún fragmento concreto que será comentado a continuación, pero han permitido realizar una recopilación de las ciudades que contaban con este tipo de edificios en cada una de las obras estudiadas.

En el siglo X, Ibn Ḥawqal mencionaba más de treinta ciudades andalusíes que contaban con hospederías: Córdoba, Murad, Gargira, Sevilla, Niebla, Gibraltor, Lepe, Osonoba, Silves, Alcácer do Sal, Almada, Lisboa, Cintra, Santarem, Aviz, Juromenha, Elvas, Badajoz, Qanṭarat al-Sif, Mérida, Medellín, Trujillo, Cáceres, Meknaza, Majadat al-Balat, Talavera, Toledo, Badajoz, Valencia, Almería, Murcia, Caracuel, Yébenes, Guadalajara¹⁵.

A mediados del siglo XII el geógrafo al-Idrīsī también proporciona un listado de ciudades que contaban con algún *funduq* como en el caso de Almería, Adra (Almería), Quesada (Jaén), Bizilyana (Rincón de la Victoria, Málaga), Málaga, Córdoba y Tarifa (Cádiz)¹⁶. Aunque el autor proporcionó algunos detalles concretos como, por ejemplo, que las hospederías en la ciudad de Málaga se localizaban en sus dos arrabales¹⁷, o que Almería contaba con 970 *fanādiq*, registrados en un censo realizado para el cobro del impuesto de *ta'tīb*¹⁸.

Por su parte, el *Dikr bilād al-Andalus*, una obra anónima en la que se describe al-Andalus posiblemente escrita entre el siglo XIV y el XV también recoge una importante cantidad de ciudades con posadas con la descripción general de que contaban con “baños, zocos y alhóndigas”. En el listado se encontraban Trujillo, Zamora, Salwaniya, León, Arnisa, Segovia, Bartana (tal vez Boltaña), Tudela, Tarazona, Tayira (probablemente Nájera), Fuente de Cantos y Sintra. En el caso de Córdoba se mencionaba específicamente que contaba con 1600 hospederías¹⁹.

Fernando Villada (eds.) – *Comer en Ceuta en el Siglo XIV. La Alimentación durante la Época Maríní*. Ceuta: Ciudad Autónoma de Ceuta, 2009, 61-98, aquí p. 87.

15 IBN HAWQAL – *Configuración del Mundo (Fragmentos Alusivos al Magreb y España)*. María José Romani Suay (trad.). Valencia: Anúbar Ediciones, 1971, 68-69.

16 BRESC, Henri; NEF, Annliese – *Idrīsī, La première géographie de l'Occident*. París: Flammarion, 1999, 258-293.

17 Henri Bresc; Annliese Nef, *Idrīsī...*, 289.

18 Henri Bresc; Annliese Nef, *Idrīsī...*, 282.

19 *Dikr bilād al-Andalus. Una Descripción Anónima de al-Andalus*. Luis Molina (trad.). 2 vols. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1983, 40 y 63.

En el siglo XV, al-Himyarī recogió lo expuesto por autores anteriores, por lo que mencionaba *fanādiq* en las mismas ciudades que años antes lo había hecho al-Idrīsī, añadiendo a ese total solo dos ciudades más: Écija y Júcar (Alcira)²⁰.

Con respecto a las noticias sobre posadas en las fuentes jurídicas, las encontramos mencionadas en determinadas regulaciones de los tratados de mercado o de *hisba*, destinados al control de las actividades en el mercado, tales como los intercambios, los fraudes o el cobro de impuestos, así como la convivencia en dichas áreas con la supervisión de la higiene y la limpieza o la restricción del uso de determinados espacios o calles a ciertas personas o productos. En estos tratados se estipulaba cómo debía actuar el *muhtasib* o inspector del mercado²¹. Se cuenta con tres de estos tratados elaborados en al-Andalus entre los siglos X y XIII para las ciudades de Córdoba, Sevilla y Málaga, siendo sus respectivos autores Ibn ‘Abd al-Ra‘ūf, Ibn ‘Abdūn y al-Saqatī al-Mālaqī.

En el siglo X, Ibn ‘Abd al-Ra‘ūf estipuló que el *muhtasib* en Córdoba debía vigilar que los musulmanes, incluso los que se encontraran en baños o *fanādiq* acudieran a la oración de los viernes²². Por su parte, Ibn ‘Abdūn sobre la ciudad de Sevilla en el siglo XII trató de regular determinadas cuestiones sobre la participación y presencia de las mujeres en los *fanādiq*, estableciendo que las prostitutas no se descubrieran la cabeza fuera del *funduq* y que la recaudación en dichos edificios no fuera realizada por una mujer²³. A partir de este autor también cabe plantear el uso de estos edificios como prisión nocturna, ya que estableció que si alguien era detenido por la noche los policías deberían llevarlo a un *funduq* hasta la mañana siguiente, quedando así bajo la responsabilidad de los residentes en el edificio esa noche²⁴.

Al-Saqatī al-Mālaqī, *muhtasib* de la ciudad de Málaga, recoge dos relatos concretos que informan sobre la cotidianidad de los *fanādiq*. En uno de ellos cuenta como un viajero llevó la carne de un caballo muerto que había encontrado a su habitación en un *funduq*, donde la cocinó para vender el guiso ya preparado en el zoco²⁵. Mientras que en el otro alude a reuniones habituales en el zaguán del *funduq* entre los mercaderes itinerantes que se hospedaban en el edificio en las que se contaban lo que les había ocurrido durante ese día²⁶.

A partir de estas menciones concretas de los tratados de *hisba* podemos conocer los tipos de estancias presentes en el interior de estos edificios, con habitaciones

20 AL-HIMYARĪ – *Kitāb al-Rawḍ al-Mi‘tār*. María Pilar Maestro González (trad.). Valencia: Anúbar Ediciones, 1963, 42 y 213.

21 Chalmeta Gendrón, *El “Señor del Zoco”...*

22 IBN ‘ABD AL-RA‘ŪF – *Risāla fī ādāb al-ḥisba wa l-muhtasib. Córdoba a Medios del Siglo X*. Pedro Chalmeta (ed. y trad.). Almería: Fundación Ibn Tufayl de Estudios Árabes, 2019, 52.

23 Lévi-Provençal; García Gómez, *Sevilla a Comienzos del Siglo XII...*, 151 y 156.

24 Lévi-Provençal; García Gómez, *Sevilla a Comienzos del Siglo XII...*, 72.

25 AL-SAQATĪ AL-MĀLAQĪ – *Kitāb fī ādāb al-ḥisba. El Buen Gobierno del Zoco*. Pedro Chalmeta; Federico Corriente (trads.). Almería: Fundación Ibn Tufayl de Estudios Árabes, 2014, 114.

26 Al-Saqatī al-Mālaqī, *Kitāb fī ādāb al-ḥisba*, 83-84.

individuales de alojamiento, espacios de reunión, como el zaguán, y una zona en la que cocinar alimentos. Además, los musulmanes residentes en los *fanādiq* estarían vigilados por el *muḥtasib* para que cumplieran sus deberes religiosos. Al mismo tiempo, debió de ser habitual la presencia de mujeres en ellos, prostitutas o empleadas del edificio, por ejemplo, a cargo de la recaudación, ante el hecho de que se tratara de prohibir determinados comportamientos o prácticas de estas en los *fanādiq*.

En las fetuas encontramos los dictámenes jurídicos emitidos por los muftíes sobre cuestiones concretas, así como comentarios, polémicas y opiniones de distintos alfaquíes, por lo que informan de cuestiones cotidianas de la población. Para el caso de al-Andalus, se ha recurrido al estudio realizado sobre las fetuas recopiladas por al-Wanšarīšī en su *Mi'yār*, a finales del siglo XV. En esta obra encontramos fetuas emitidas desde el siglo IX en al-Andalus y el norte de África. En una de ellas, el cadí de Córdoba Ibn Rušd al-Ādd estipuló las condiciones por las que se podría reducir el alquiler a los arrendatarios de molinos y *fanādiq* en el caso de que disminuyera su clientela a causa de conflictos, guerras, inseguridades en las rutas, etc²⁷. En otra fetua, este cadí discutía la validez de la constitución de dos hospederías en Tarifa como legado piadoso o *waqf* cuyos beneficios se destinarían a la defensa de la frontera, dado que el fundador había muerto y se disputaba la propiedad previa de dicho terreno y la validez de su venta al fallecido. Finalmente, el emir Yūsuf b. Tāšufin canceló dicha venta, recuperando así la propiedad del terreno y sometiéndolo a un impuesto anual²⁸. Una tercera fetua de Ibn Rušd condenaba a un individuo como infractor por haber usurpado parte del dominio público y haber edificado varios inmuebles en ese terreno, entre ellos un *funduq*²⁹. En el siglo XIV, el granadino Abū Sa'īd b. Lubd definía a grandes rasgos un *funduq* en una fetua al tratar la disputa entre los dos propietarios del edificio. Se trataba de una propiedad compartida entre dos hombres, ubicado en un espacio abierto, delimitado por un camino y por jardines a los lados. En su interior se encontraban habitaciones y cobertizos para las bestias (*saqā'if li- l-dawābb*) y carecía de piso superior³⁰.

En consecuencia, a partir de la literatura geográfica árabe podemos conocer algunas de las ciudades que contaron con *fanādiq* en la península Ibérica entre los siglos X al XV. Sin embargo, a excepción de su número total en alguna ciudad o de alguna precisión sobre su ubicación, no proporcionan más información sobre estos edificios, por lo que no es posible conocer su funcionamiento a partir de dichas menciones. Los tratados de *hisba* o las fetuas si proporcionan descripciones más detalladas sobre el funcionamiento y la regulación interior de las hospederías

27 LAGARDÈRE, Vincent – *Histoire et société en occident musulman au Moyen Age. Analyse du Mi'Yār d'al-Wanšarīšī*. Madrid: Casa de Velázquez, 1995, 239 y 320; Constable, *Housing the Stranger...*, 81.

28 Lagardère, *Histoire et société...*, 240.

29 Lagardère, *Histoire et société...*, 404.

30 Lagardère, *Histoire et société...*, 328.

debido, principalmente, al objetivo con el que fueron elaborados estos textos, para dar respuesta y soluciones a problemas planteados por habitantes de una ciudad determinada. Estos textos evidencian distintos tipos de propietarios de estos edificios, así como diversos motivos para su construcción y la posibilidad de que fueran alquilados a terceros. También muestran las distintas estancias con las que contaban en su interior: habitaciones para alojamiento y almacenamiento, zonas de encuentro y reunión de comerciantes y viajeros, espacio para cocinar y área para los animales. Además, podían contar solo con planta baja o con más pisos en altura.

Otro tipo de fuente que resulta de gran utilidad para aproximarnos a los *fanādiq* de la península Ibérica es la documentación cristiana elaborada tras la conquista de los territorios andalusíes en la que encontramos menciones a alhóndigas en el Reino de Castilla y a *alfondechs* en la Corona de Aragón. Algunos de estos edificios continuaron en uso a partir de *fanādiq* previos, o bien se trató de nuevas construcciones con usos similares de los del *funduq* andalusí (comercial o de alojamiento, principalmente). De una forma o de otra, se ha considerado a esos edificios como una evolución del *funduq* andalusí, con la adaptación de esta infraestructura islámica al nuevo contexto de las ciudades cristianas³¹. A partir de los *libros de repartimiento* de distintas ciudades peninsulares se han podido recopilar una serie de datos sobre las alhóndigas y los *alfondechs* concedidos y, en cierta medida su relación con *fanādiq* previos. En ellos aparecen los beneficiarios cristianos que recibieron hospederías, la ubicación aproximada del edificio en la ciudad y se puede cuantificar el total de ellos. Por ejemplo, en el repartimiento de Valencia aparecen 31 *alfondechs*, en el de Sevilla 12 alhóndigas y en el de Murcia 2³². De manera excepcional se indica el propietario andalusí previo, alguna actividad a la que se dedicó el edificio o su estado de conservación, según si había sido reformado, derribado o si se concedía con un fin distinto al de *funduq*, generalmente, para convertirlo en viviendas³³. Sin embargo, en ocasiones, los edificios que aparecen recogidos en los repartimientos solo se encuentran relacionados con un beneficiario cristiano sin ofrecer ninguna información más, por lo que no se llegan a conocer más datos sobre ellos, quedando limitados así a una mera cuantificación de estos edificios.

31 HERNÁNDEZ ROBLES, Alicia – “La pervivencia del *funduq* andalusí en las ciudades de Valencia, Murcia y Sevilla tras la conquista. Un estudio a partir de los repartimientos del siglo XIII”. *Medievalismo*, 31 (2021), 235-271; Torres Balbás, “Las alhóndigas hispano-musulmanas...”; Constable, *Housing the Stranger...*, 171-174; Jiménez Roldán, “Del *funduq* a la alhóndiga...”.

32 Hernández Robles, “La pervivencia del *funduq*...”, 241 y 249.

33 Hernández Robles, “La pervivencia del *funduq*...”, 253-256.

El *funduq* en al-Andalus: casos de estudio arqueológicos

La información arqueológica sobre los *fanādiq* andalusíes ha sido recopilada a partir de los informes y memorias de excavación o las publicaciones científicas en las que se ha propuesto que un inmueble de grandes dimensiones pudiera tratarse de un edificio público, de carácter comercial, de una alhóndiga o un *funduq*. A partir de dichas excavaciones se han documentado unos 40 edificios como posibles *fanādiq* andalusíes en ciudades como Córdoba, Almería, Murcia, Orihuela, Denia, Valencia, Málaga, Rincón de la Victoria (Málaga), Estepona (Málaga), Loja o Granada que han permitido caracterizar materialmente la estructura interna de estos edificios³⁴ (Fig. 1). Cronológicamente dichos estudios de caso oscilan desde el periodo emiral hasta el nazari.



Figura 1 – Mapa con las ciudades de la península Ibérica en las que se localizan las excavaciones arqueológicas en las que se han interpretado estructuras como posibles *fanādiq* de cronología andalusí. Fuente: elaboración propia.

34 Jiménez Roldán, “Del *funduq* a la alhóndiga...”, 319-322; CASAL GARCÍA, María Teresa – “Contextos arqueológicos en el arrabal omeya de *Šaqunda*: el *funduq*”. in Carolina Doménech; Sonia Gutiérrez (eds.) – *El Sitio de las Cosas. La Alta Edad Media en Contexto*. Alicante: Universidad de Alicante, 2020, 235-254; HERNÁNDEZ ROBLES, Alicia – “Comercio y alojamiento en *Madīnat Mursiya*. Estudio arqueológico de los *fanādiq* andalusíes en Murcia”. *Arqueología y Territorio Medieval*, 28 (2021), e6186, 125-152.

Su hallazgo se ha producido en intervenciones arqueológicas de urgencia, lo que ha conllevado tanto límites físicos como de conocimiento. En cuanto a los límites físicos encontramos las propias afecciones de los restos, por las que, en ocasiones, solo se ha conservado la planta del *funduq* parcialmente, y la delimitación propia de los solares de excavación que también ha impedido documentar su planta completa. Además, aunque todas las excavaciones han seguido la metodología arqueológica general, la información recopilada de cada una de ellas en informes y memorias es muy desigual, condicionando así la utilidad de los resultados proporcionados. La consecuencia principal de estas limitaciones ha sido la generación de una visión segmentada a la hora de analizar y contrastar dichos restos arqueológicos.

Generalmente, nos encontramos ante estructuras que presentan una planta cuadrada o rectangular de grandes dimensiones, con superficies que van de los 150 m², en el caso del edificio de Orihuela³⁵, a los 830 m², en el caso del Corral del Carbón de Granada³⁶. Su planta está estructurada en crujías divididas en estancias en torno a un patio central y con una única entrada principal. Sin embargo, no se trata de una tipología estándar que encontremos repetida en las ciudades andaluzas. Algunos de estos edificios presentan compartimentaciones en espacios con una cierta simetría, como en algunos casos del siglo X en Córdoba o de los siglos XII y XIII en Denia³⁷. Mientras que en otros casos no se aprecia dicha tendencia simétrica y encontramos divisiones que no siguen un patrón común o bien que incluyen una gran estancia en una de las crujías, como en el caso del edificio emiral de Córdoba, o en los almorávides y almohades de Murcia y Valencia³⁸. Tampoco encontramos una continuidad en la ubicación del acceso principal, pudiendo encontrarlo tanto en el centro de una de las crujías como en un extremo de esta. Por ejemplo, en los estudios de caso emirales y califales de la ciudad de Córdoba encontramos ambas ubicaciones³⁹.

Tradicionalmente se ha propuesto que los *fanādiq* tendrían más de una planta en altura y que sus patios estarían porticados. Sin embargo, a partir de los restos

35 ORTEGA PÉREZ, José Ramón, *et al.* – “La intervención arqueológica entre las calles Timor y Comedias de Orihuela (Alicante). Resultados preliminares”. *Aurariola*, 2 (2019), 44-57.

36 Torres Balbás, “Las alhóndigas hispano-musulmanas...”, 463.

37 CAMACHO CRUZ, Cristina; VALERA PÉREZ, Rafael – “Edificios comerciales en los arrabales occidentales de *Madīnat Qurṭuba*: un acercamiento desde la arqueología virtual”. *Antiquitas*, 32 (2020), 127-142; GISBERT SANTONJA, Josep Antoni – “Una investigación detecta 7 ‘hoteles’ de época islámica en Dénia, más que en ninguna otra ciudad del país”. *La Marina Plaza* (10 de febrero del 2020); RUIZ SERVER, Silvia – “Calle Marqués del Campo n.º 46, Denia. La Marina Alta”. *Actuaciones Arqueológicas en la Provincia de Alicante 2003*. CD-ROM, depósito legal A-789-2004, Expte. 2003/0286-A, 1-6.

38 Casal García, “Contextos arqueológicos en el arrabal...”; Hernández Robles, “Comercio y alojamiento en *Madīnat Mursiya*...”; MARTÍ OLTRA, Javier; BURRIEL ALBERICH, Josep – “Comerciar en tierra extraña. La alhóndiga musulmana de la calle Corretgeria de Valencia”. in *Historia de la Ciudad V. Tradición y Progreso*. Valencia: Colegio Oficial de Arquitectos de la Comunidad Valenciana, Colegio Territorial de Arquitectos de Valencia, 2008, 41-60.

39 Casal García, “Contextos arqueológicos en el arrabal...”, 237; Camacho Cruz; Valera Pérez, “Edificios comerciales en los arrabales...”, 130, 132-133.

arqueológicos estudiados concluimos que no debió tratarse de una norma. Puesto que se han documentado inmuebles con uno, ninguno, varios o todos los lados del patio porticados. Arqueológicamente se cuenta con dos edificios cuyos patios están porticados en sus cuatro lados: el Corral del Carbón de Granada y el edificio de la calle Marqués del Campo y calle Colón de Denia⁴⁰. Al mismo tiempo también se identificaron edificios sin zonas porticadas, como en los tres casos califales de la ronda oeste de Córdoba⁴¹. A partir de los restos arqueológicos solo se han identificado las plantas bajas de estos edificios, aunque no se descarta que algunos de ellos tuvieran algún piso superior. Para al-Andalus solo contamos con el *funduq al-ḡadīd* de Granada, conocido como Corral del Carbón, que conserve sus pisos superiores en pie⁴² (Fig. 2). Aunque se ha propuesto la existencia de estos en otros inmuebles a partir de la documentación de canalizaciones en bajante en sus muros⁴³.



Figura 2 – Patio del *funduq al-ḡadīd* o Corral del Carbón de Granada. Fuente: elaboración propia.

40 Torres Balbás, “Las alhóndigas hispano-musulmanas...”; Ruiz Server, “Calle Marqués del Campo n.º 46...”, 3.

41 Camacho Cruz; Valera Pérez, “Edificios comerciales en los arrabales...”.

42 Torres Balbás, “Las alhóndigas hispano-musulmanas...”, 463.

43 Martí Oltra; Burriel Alberich, “Comerciar en tierra extraña...”, 57.

Un aspecto distintivo de estos edificios lo configura su sistema hidráulico de abastecimiento y evacuación de aguas, en función de su presencia y cantidad con respecto a otras construcciones de su entorno, configurándose así como más complejo al de una vivienda⁴⁴. Contaban con la presencia de pozos u otras estructuras de abastecimiento, una o más letrinas y canalizaciones de evacuación o pozos negros hacia las calles que rodeaban a los inmuebles, cuestión por la que se ha planteado que tuvieron un carácter público o semipúblico⁴⁵. Dicho sistema hidráulico se ha documentado, por ejemplo, en el edificio de la calle Corretgeria de Valencia⁴⁶, en el de la plaza Belluga o en el del conjunto arqueológico de San Esteban, ambos en Murcia⁴⁷.

En cuanto a la funcionalidad de los espacios internos de estos edificios, en algunos casos se ha planteado el uso de determinadas estancias o del patio como zona de trabajo o cocina por la presencia en ellos de estructuras de combustión de distinto tipo, como en los edificios analizados de Murcia, Córdoba, Loja u Orihuela⁴⁸. A partir del hallazgo de ciertas tipologías de materiales cerámicos, como de almacenamiento o cocina, otros espacios se interpretaron como posibles almacenes en edificios localizados en Córdoba, Almería o Estepona⁴⁹.

La ubicación de los *fanādiq* en el entramado urbano ha permitido relacionarlos con zonas de actividad y trasiego de personas y bienes, es decir, en espacios privilegiados del parcelario urbano, como calles principales o plazas, cerca de mezquitas, baños o puertas de la ciudad⁵⁰.

Toda esta serie de características, recopiladas a partir de las distintas excavaciones, generan un listado de indicadores arqueológicos desde el que definir al *funduq* desde su materialidad. En función de estos se observan tanto características comunes como diferencias entre los distintos estudios de caso. Por lo que, aunque se plantean unas características generales de esta tipología, los edificios continúan

44 Hernández Robles, “Comercio y alojamiento en *Madīnat Mursiya...*”, 5.

45 REKLAITYTE, Ieva – Vivir en una ciudad de al-Andalus. Hidráulica, saneamiento y condiciones de vida. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 2012, 201.

46 Martí Oltra; Burriel Alberich, “Comerciar en tierra extraña...”, 57.

47 Hernández Robles, “Comercio y alojamiento en *Madīnat Mursiya...*”, 12-13; NAVARRO PALAZÓN, Julio; JIMÉNEZ CASTILLO, Pedro – “Casas y tiendas en la Murcia andalusí. Excavación en el solar municipal de la Plaza de Belluga”. *Memorias de Arqueología*, 10 (1995). Murcia: Dirección General de Cultura, Servicio de Patrimonio Histórico, 2002, 490-532, aquí p. 523.

48 Hernández Robles, “Comercio y alojamiento en *Madīnat Mursiya...*”, 25-26; Camacho Cruz; Valera Pérez, “Edificios comerciales en los arrabales...”, 131; BUENDÍA MORENO, Antonio F.; ÁLVAREZ GARCÍA, José Javier – “Un posible funduq nazarí. Intervención arqueológica puntual en el Teatro Cine Imperial de Loja (2006)”. *Anuario Arqueológico de Andalucía*, 2006 (2010), 1344-1348, aquí p. 1345; Ortega Pérez *et al.*, “La intervención arqueológica entre las calles...”.

49 Casal García, “Contextos arqueológicos en el arrabal...”, 239; CARA BARRIONUEVO, Lorenzo; MORALES SÁNCHEZ, Rosa – “Instalaciones industriales en la Almería medieval”. *Anuario Arqueológico de Andalucía*, 2003, III (2006), 36-46, aquí pp. 39-40; NAVARRO LUENGO, Ildefonso, *et al.* – “La intervención arqueológica de urgencia en C/ Mar, 5. (Estepona, Málaga)”. 2011, inédito.

50 Constable, *Housing the Stranger...*, 72; Hernández Robles, “Comercio y alojamiento en *Madīnat Mursiya...*”, 26; Casal García, “Contextos arqueológicos en el arrabal...”, 246.

generando cuestiones a nivel concreto e individual que deben ser respondidas, por ejemplo, qué actividades concretas se dieron en ellos, quién los utilizó o cómo se organizaban internamente. La identificación de funcionalidades específicas en el interior de estos edificios a partir de los restos arqueológicos supone la principal limitación de los estudios realizados hasta la fecha, ya que la interpretación de determinadas estructuras arqueológicas como posible *funduq* andalusí ha partido de la distribución de su planta, de que se tratara de edificios de gran superficie y del espacio en el que se ubicaban en el parcelario urbano. Sin embargo, en cuanto a los usos de los espacios se ha asumido la interpretación funcional de los edificios desde los datos de las fuentes escritas. Así se ha planteado la existencia de espacios como almacén de bienes, hospedería, lugar de transacciones comerciales y establo⁵¹, aunque dichas actividades no hayan sido constatadas desde el registro arqueológico. De este modo se ha generado una conceptualización funcional del *funduq* en cierto modo uniforme o cerrada. Sin embargo, la heterogeneidad de los estudios de caso arqueológicos de la península Ibérica nos lleva a replantear esa visión funcional estática de estos edificios proporcionada por las fuentes escritas, proponiendo la polifuncionalidad de las estancias ante la presencia de aspectos no concluyentes, especialmente la amplia variedad de material arqueológico recuperado o las estructuras documentadas en su interior, por lo que no se asignaron funcionalidades concretas a cada uno de los espacios de los edificios excavados.

En este sentido, el desarrollo de nuevas excavaciones arqueológicas y la realización de análisis y estudios en ellas, por ejemplo, desde la arqueobiología, permitirá profundizar en la caracterización funcional de los espacios a partir de los materiales arqueológicos recuperados⁵². De modo que se puedan comparar los datos proporcionados por las fuentes escritas con las conclusiones arqueológicas obtenidas de dichas investigaciones.

De entre esos estudios encontramos los análisis de residuos orgánicos, que ayudarían a determinar el uso de las canalizaciones en bajante y de objetos cerámicos y de vidrio, contribuyendo así a conocer la posible existencia de un piso superior, o bien si los objetos se destinaron al almacenamiento de productos concretos o si se emplearon en la preparación de alimentos. También los estudios arqueozoológicos y arqueobotánicos que proporcionan resultados sobre la dieta de los usuarios de estos edificios, así como de los procesos de producción, adquisición, procesado y consumo de especies. Estas cuestiones podrán ser evaluadas en términos sociales y culturales para conocer la identidad de la clientela de estos inmuebles. Por su parte,

51 Chalmeta Gendrán, *El "Señor del Zoco"...*, 117-119; Sims, "El comercio y los viajes...", 90.

52 EIROA RODRÍGUEZ, Jorge Alejandro, *et al.* – "Nuevas investigaciones arqueológicas en el arrabal de la Arrixaca (Murcia). El conjunto arqueológico de San Esteban desde una perspectiva interdisciplinar". in Manuel Retuerce Velasco (ed.) – *Actas VI Congreso de Arqueología Medieval (España-Portugal)*. Alicante, 2019. Ciudad Real: Asociación Española de Arqueología Medieval, 2021, 55-62, aquí pp. 60-61.

la paleoparasitología a partir de muestras de estratos arqueológicos determinados, como los de las canalizaciones o las letrinas, aportará información sobre la higiene y la salubridad del edificio, o bien de las paleopatologías que pudieron padecer los viajeros y comerciantes.

Conclusiones

El estudio del *funduq*, es decir, de las infraestructuras de apoyo de los comerciantes y viajeros medievales permite realizar una aproximación a la temática general de los viajes en la Edad Media desde una perspectiva distinta a la de los propios individuos. En los *fanādiq* los viajeros podrían descansar, comprar, vender, hacer reparaciones, obtener nuevos suministros o informaciones, resguardarse del clima, almacenar sus bienes en un lugar seguro, etc.

A partir del estudio del *funduq* se pueden analizar los servicios requeridos por los comerciantes y viajeros en las ciudades andalusíes, así como la administración y el control de los que estos edificios fueron objeto. A escala local proporcionan información sobre el urbanismo de las ciudades y los espacios públicos y transitados de estas. Mientras que, a un nivel más general permiten ir tejiendo la red de ciudades andalusíes que facilitaron los viajes en la península Ibérica, entendidas como etapas entre distintos destinos, y puntos de intercambio y contacto. De este modo, cabe analizar tanto al *funduq* como a las ciudades en las que los encontramos en clave económica y social, por su papel en el comercio y la movilidad medieval.

Además, el estudio de los viajes y los viajeros desde los espacios que frecuentaron permite aproximarnos a ellos desde la materialidad, combinando así los datos que proporcionan las fuentes escritas con los arqueológicos surgidos a partir de estudios de caso concretos.

Sin embargo, la adopción de una metodología interdisciplinar de investigación no está exenta de limitaciones y se deben tener en cuenta las problemáticas que plantea el estudio del *funduq*. En la mayor parte de restos arqueológicos que han sido planteados como posible *funduq* encontramos que esta es una de las hipótesis que se plantean dentro de otras posibilidades de interpretación como edificios públicos de grandes dimensiones. Que no se lleguen a interpretar los restos arqueológicos como *funduq* es debido en parte al contexto en el que se ubican dichas excavaciones. Generalmente dichos inmuebles se ubican en ciudades históricas ocupadas hasta la actualidad, por lo que su estudio arqueológico ha estado determinado por intervenciones de urgencia en solares ya delimitados previamente cuyas dimensiones no suelen permitir excavar y documentar la planta completa de estos edificios para obtener conclusiones que permitan afirmar o no si nos encontramos ante un *funduq*.

Además, el hecho de que la mayoría de estos restos hayan aparecido en excavaciones arqueológicas de urgencia ha hecho que su estudio se haya producido de forma aislada y no como parte de una investigación o proyecto de investigación más amplio. A ello se suma la denominada “literatura gris” producida tras dichas intervenciones⁵³, es decir, informes y memorias depositados en los servicios de cultura o patrimonio de las administraciones públicas sin que esa información haya sido objeto de publicaciones científicas y que, en ocasiones, puede ser de difícil acceso.

En cuanto a las fuentes escritas, encontramos información sobre *fanādiq* en obras de distinto tipo destacando aquellas de tipo geográfico o jurídico. Sin embargo, los datos que incluyen de estos edificios suelen ser parciales, como menciones puntuales o de contexto de la narración. Solo en el caso de los tratados de mercado o *hisba* y las fetuas encontramos información más detallada de las características y el funcionamiento de estos edificios.

A pesar de estas limitaciones, el tipo de datos que proporcionan las fuentes es variado, las fuentes documentales permiten conocer lo que ocurría en el interior de los *fanādiq*, aportan información sobre su ubicación y número en las ciudades, así como sobre aspectos de funcionamiento y administración interna identificando a los propietarios o encargados de su control. Sin embargo, los estudios arqueológicos actuales también tienen mucho que decir sobre el uso de estos edificios, además de poder identificar a través de sus restos materiales cuestiones arquitectónicas y de disposición interna de estos espacios. La realización de futuros estudios exhaustivos de los contextos materiales interiores de los inmuebles permitirá profundizar también en la funcionalidad de las estancias y las actividades desarrolladas en estos edificios desde su materialidad, complementando así los datos proporcionados por las fuentes escritas.

En definitiva, la naturaleza de los datos que proporcionan las fuentes y sus diferencias en cuanto al tipo de información que ofrecen, justifican que el estudio de los *fanādiq* andalusíes desde una perspectiva interdisciplinar se plantee como una metodología idónea, combinando así los datos de todas las fuentes que proporcionan algún tipo de información sobre estos edificios para obtener el máximo de información posible sobre ellos, así como para relacionar y contrastar los hallazgos arqueológicos con la información proporcionada por las fuentes escritas sobre estas estructuras, sus usuarios y su funcionamiento. El enfoque de estudio holístico de estos edificios está permitiendo caracterizar estos inmuebles en al-Andalus y, de este modo, profundizar en el conocimiento de los viajes y viajeros medievales.

53 BUENO SÁNCHEZ, Marisa – “Madinat Salim, de la madina a la villa. Transformación del tejido urbano en un área de frontera”. in Martín Federico Ríos Saloma (ed.) – *El Mundo de los Conquistadores*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2015, 159-196, aquí p. 161.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fuentes

- AL-ḤIMYARĪ – *Kitāb al-Rawḍ al-Mi'tār*. María Pilar Maestro González (trad.). Valencia: Anúbar Ediciones, 1963.
- AL-SAQATĪ AL-MĀLAQI – *Kitāb fī ādāb al-ḥisba. El Buen Gobierno del Zoco*. Pedro Chalmeta; Federico Corriente (trads.). Almería: Fundación Ibn Tufayl de Estudios Árabes, 2014.
- Dīkr bilād al-Andalus. Una Descripción Anónima de al-Andalus*. Luis Molina (trad.). 2 vols. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1983.
- IBN 'ABD AL-RA'ŪF – *Risāla fī ādāb al-ḥisba wa l-muḥtasib. Córdoba a Medios del Siglo X*. Pedro Chalmeta (ed. y trad.). Almería: Fundación Ibn Tufayl de Estudios Árabes, 2019.
- IBN ḤAWQAL – *Configuración del Mundo (Fragmentos Alusivos al Magreb y España)*. María José Romani Suay (trad.). Valencia: Anúbar Ediciones, 1971.

Estudios

- BRESC, Henri; NEF, Annliese – *Idrisi, La première géographie de l'Occident*. Paris: Flammarion, 1999.
- BUENDÍA MORENO, Antonio F.; ÁLVAREZ GARCÍA, José Javier – “Un posible *funduq* nazarí. Intervención arqueológica puntual en el Teatro Cine Imperial de Loja (2006)”. *Anuario Arqueológico de Andalucía*, 2006 (2010), 1344-1348.
- BUENO SÁNCHEZ, Marisa – “Madinat Salim, de la madina a la villa. Transformación del tejido urbano en un área de frontera”. in Martín F. Ríos Saloma (ed.) – *El Mundo de los Conquistadores*. México: Universidad Nacional Autónoma de México/Sílex Ediciones, 2015, 159-196.
- CAMACHO CRUZ, Cristina; VALERA PÉREZ, Rafael – “Edificios comerciales en los arrabales occidentales de *Madīnat Qurṭuba*: un acercamiento desde la arqueología virtual”. *Antiquitas*, 32 (2020), 127-142.
- CARA BARRIONUEVO, Lorenzo; MORALES SÁNCHEZ, Rosa – “Instalaciones industriales en la Almería medieval”. *Anuario Arqueológico de Andalucía*, 2003, III (2006), 36-46.
- CARBALLEIRA DEBASA, Ana María – “Aproximación a las donaciones piadosas en el Islam medieval. El caso de al-Andalus”. in Alfonso García Leal (ed.) – *Las Donaciones Piadosas en el Mundo Medieval*. Oviedo: Universidad de Oviedo, 2012, 385-406.
- CASAL GARCÍA, María Teresa – “Contextos arqueológicos en el arrabal omeya de *Ṣaqunda*: el *funduq*”. in Carolina Doménech; Sonia Gutiérrez (eds.) – *El Sitio de las*

- Cosas. La Alta Edad Media en Contexto*. Alicante: Universidad de Alicante, 2020, 235-254.
- CHALMETA GENDRÓN, Pedro – *El “Señor del Zoco” en España, Edades Media y Moderna. Contribución al Estudio de la Historia del Mercado*. Madrid: Instituto Hispano-Árabe de Cultura, 1973.
- CONSTABLE, Olivia Remie – *Housing the Stranger in the Mediterranean World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- EIROA RODRÍGUEZ, Jorge Alejandro, *et al.* – “Nuevas investigaciones arqueológicas en el arrabal de la Arrixaca (Murcia). El conjunto arqueológico de San Esteban desde una perspectiva interdisciplinar”. in Manuel Retuerce Velasco (ed.) – *Actas VI Congreso de Arqueología Medieval (España-Portugal)*. Alicante, 2019. Ciudad Real: Asociación Española de Arqueología Medieval, 2021, 55-62.
- ESCARTÍN GONZÁLEZ, Eduardo – *Economía y Sociedad en la Sevilla Almorávide*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2008.
- FIERRO, Maribel (ed.) – *The Routledge Handbook of Muslim Iberia*. Londres: Routledge, 2020.
- GISBERT SANTONJA, Josep Antoni – “Una investigación detecta 7 ‘hoteles’ de época islámica en Dénia, más que en ninguna otra ciudad del país”. *La Marina Plaza* (10 de febrero del 2020).
- HERNÁNDEZ ROBLES, Alicia – “Comercio y alojamiento en *Madīnat Mursiya*. Estudio arqueológico de los *fanādiq* andalusíes en Murcia”. *Arqueología y Territorio Medieval*, 28 (2021), e6186, 125-152.
- HERNÁNDEZ ROBLES, Alicia – “El *funduq* en al-Andalus. Revisión y propuesta metodológica”. in *Los Tiempos Cambian, de la Piedra al Teclado. X Jornadas de Jóvenes en Investigación Arqueológica, Burgos 7-10 de junio de 2017*. Burgos: Asociación de Historia y Arqueología de Burgos, 2019, 294-302.
- HERNÁNDEZ ROBLES, Alicia – “La pervivencia del *funduq* andalusí en las ciudades de Valencia, Murcia y Sevilla tras la conquista. Un estudio a partir de los repartimientos del siglo XIII”. *Medievalismo*, 31 (2021), 235-271.
- HILLENBRAND, Robert – “The Caravansarai”. in Robert Hillenbrand – *Islamic Architecture. Form, Function and Meaning*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1994, 331-376.
- JIMÉNEZ ROLDÁN, María del Carmen – “Del *funduq* a la alhóndiga. Un espacio entre el emirato nazarí y el reino de Granada (s. XV-XVI)”. *Al-Qantara*, 40, 2 (2019), 315-354.
- LAGARDÈRE, Vincent – *Histoire et société en occident musulman au Moyen Age. Analyse du Mi‘Yār d’al-Wanšarīṣī*. Madrid: Casa de Velázquez, 1995.
- LÉVI-PROVENÇAL, Évariste; GARCÍA GÓMEZ, Emilio – *Sevilla a Comienzos del Siglo XII. El Tratado de Ibn ‘Abdūn*. Sevilla: Biblioteca de Temas Sevillanos, 1981.

- MARTÍ OLTRA, Javier; BURRIEL ALBERICH, Josep – “Comerciar en tierra extraña. La alhóndiga musulmana de la calle Corretgeria de Valencia”. in *Historia de la Ciudad V. Tradición y Progreso*. Valencia: Colegio Oficial de Arquitectos de la Comunidad Valenciana, Colegio Territorial de Arquitectos de Valencia, 2008, 41-60.
- MARTÍNEZ ENAMORADO, Virgilio – “Paladares de príncipes, recetas cortesanas, comidas de campesinos. Valoraciones en torno a la alimentación de los andalusíes”. in José Manuel Hita; José Suárez; Fernando Villada (eds.) – *Comer en Ceuta en el Siglo XIV. La Alimentación durante la Época Marini*. Ceuta: Ciudad Autónoma de Ceuta, 2009, 61-98.
- MONPLET MÍNGUEZ, Antonio – *El Arte Hispanomusulmán*. Madrid: Ediciones Encuentro, 2008.
- NAVARRO LUENGO, Ildefonso, *et al.* – “La intervención arqueológica de urgencia en C/ Mar, 5. (Estepona, Málaga)”. 2011, inédito.
- NAVARRO PALAZÓN, Julio; JIMÉNEZ CASTILLO, Pedro – “Casas y tiendas en la Murcia andalusí. Excavación en el solar municipal de la Plaza de Belluga”. *Memorias de Arqueología*, 10 (1995). Murcia: Dirección General de Cultura, Servicio de Patrimonio Histórico, 2002, 490-532.
- ORTEGA PÉREZ, José Ramón, *et al.* – “La intervención arqueológica entre las calles Timor y Comedias de Orihuela (Alicante). Resultados preliminares”. *Aurariola*, 2 (2019), 44-57.
- REKLAITYTE, Ieva – *Vivir en una ciudad de al-Andalus. Hidráulica, saneamiento y condiciones de vida*. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 2012.
- RUIZ SERVER, Silvia – “Calle Marqués del Campo n.º 46, Denia. La Marina Alta”. *Actuaciones Arqueológicas en la Provincia de Alicante 2003*. CD-ROM, depósito legal A-789-2004, Expte. 2003/0286-A, 1-6.
- SIMS, Eleanor – “El comercio y los viajes. Mercados y caravansares”. in George Michell (ed.) – *La Arquitectura del Mundo Islámico. Su Historia y Significado Social*. Madrid: Alianza, 1985, 80-111.
- TORRES BALBÁS, Leopoldo – “Las alhóndigas hispano-musulmanas y el corral del carbón de Granada”. *Al-Andalus*, 11 (1946), 446-480.
- VV.AA. – “Bilans”. in Jean-Claude Garcin (ed.) – *Grandes villes méditerranéennes du monde musulman médiéval*. Roma: École Française de Rome, 2000, 263-308.

“Falou Garcia Ramires”.

O intérprete de uma viagem imaginada

Beatriz Van Zeller

Centro de História da Universidade de Lisboa (CH-ULisboa)
b.vanzeller@gmail.com

Resumo:

Através da análise de Garcia Ramirez, personagem do *Livro do Infante D. Pedro*, publicado por Gómez de Santisteban, será possível levantar uma série de questões e de respostas pertinentes para o estudo das viagens medievais. Garcia Ramirez é, até hoje, uma personagem literária envolta em algum mistério. Não deixa, no entanto, de ser uma das mais antigas representações de um intérprete, ou guia, na literatura mundial. A análise desta personagem fará com que nos seja possível apresentar algumas conclusões sobre vários temas: o próprio Garcia Ramirez, o papel de intérpretes em viagens no século XV, e ainda a realidade em que o autor se baseou para a sua narrativa.

Palavras-chave:

Terra Santa; Infante D. Pedro; D. Afonso Conde de Barcelos e I Duque de Bragança; intérprete; guia; Garcia Ramirez

Nota biográfica:

Beatriz van Zeller é licenciada em História da Arte pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Mestre em História, com especialização em História Medieval pela mesma instituição e pós-graduada em Tour Guiding pelo Instituto Novas Profissões – Universidade Lusófona de Lisboa, exercendo a profissão de guia desde 2017. É, simultaneamente investigadora colaboradora do Centro de História da Universidade de Lisboa. A sua investigação centra-se no tema das viagens

medievais, em particular na viagem que D. Afonso, filho ilegítimo de D. João I de Portugal, realizou até à Terra Santa no século XV. Esta viagem foi o tema da sua dissertação de mestrado em 2018, tendo novos desenvolvimentos na investigação resultado na publicação da mesma pela Fundação da Casa de Bragança no passado mês de junho.

‘Falou Garcia Ramires’.

The interpreter of an imagined journey

Abstract

Through the analysis of Garcia Ramirez, a character in the *Livro do Infante D. Pedro*, published by Gómez de Santisteban, we will be able to answer some very pertinent questions for the study of medieval travels. Garcia Ramirez is, still today, a literary character surrounded by mystery. He is, however, one of the oldest depictions of an interpreter or guide, in literature. The analysis of this character will allow us to reach some conclusions about Garcia Ramirez himself. It will also shed some light on the role of interpreters in the 15th century travels. Last, but not least, this study will tell us more about the journey portrayed in *Livro do Infante D. Pedro* and the truth on which it is based.

Keywords

Holy Land; Infante D. Pedro; Afonso count of Barcelos and 1st duke of Braganza; interpreter; guide; Garcia Ramirez

Biographical note

Beatriz van Zeller has a BA in Art History, and an MA in Medieval History at the Faculty of Letters of the University of Lisbon, and a Post Graduate degree in Tour Guiding at INP/Lusófona University. Beatriz works as a tour guide since 2017 and she is a researcher in the Center for History of the University of Lisbon. Her research is focused on medieval travels, specifically, the travel made by Afonso, the illegitimate son of João the 1st of Portugal, to the Holy Land in the 15th century. This journey was the theme of her master’s dissertation in 2018 and has led to the publishing of several articles, and also to national and international conferences. New developments in this research have resulted in the publication of an updated version of the above-mentioned thesis by Fundação da Casa de Bragança.

Viajantes, os seus guias e os seus intérpretes

Um viajante, por mais experiente que seja, necessita sempre de alguma ajuda para se conectar com a cultura, com a língua, com a religião e até com a geografia do seu destino. Necessita de interpretação. Hoje em dia, essa interpretação pode ser obtida de diversas formas, com o auxílio de inúmeras tecnologias. No entanto, há certas valências que só o homem tem e existem certas questões práticas para as quais um viajante depende de uma ligação humana entre si próprio e a viagem que realiza. Esse é o papel do intérprete. Um intérprete pode ser um guia, um mentor, um cicerone, um tradutor, entre outros papéis reunidos numa ou em várias pessoas. A relação entre um viajante e um intérprete pode ser fulcral para o empreendimento de uma viagem, ou algo que passa quase despercebido, mas é uma relação que existe desde que existem viagens e viajantes.

Esta é uma das profissões mais antigas do mundo, podendo as suas origens ser encontradas nos primórdios da humanidade, quando os primeiros guias o foram no sentido geográfico do termo, de forma a orientar e proteger grupos de viajantes nas suas deslocações principalmente motivadas pela busca de sustento ou proteção das intempéries¹. Estes guias seriam então conhecidos como *pathfinders*, *proxemos* e cicerones².

Existem referências a guias tal como hoje os reconhecemos desde a Roma Antiga, tratando-se, no entanto, de uma profissão, que ganhou algum relevo a partir da Idade Média. As crescentes viagens de peregrinação ao longo da época que levavam os viajantes por caminhos mais perigosos criaram essa necessidade. Os guias medievais seriam considerados protetores, acompanhantes de segurança e até subornadores (alguém que pagasse salvos-condutos ou pequenos subornos que garantissem a passagem dos viajantes em zonas onde estes não fossem bem-vindos)³. Os guias medievais já cumpriam para todos os efeitos com aquilo que só depois do *Grand Tour* e de Thomas Cook se tornaria na profissão de guia em si.

Erik Cohen classificou os guias de hoje como o fruto de dois modelos históricos: o *pathfinder* e o mediador. O *pathfinder* está diretamente relacionado com os caminhos geográficos e com a localização, e o papel do mediador inclui: interação, representação, organização, comunicação, seletividade, informação e interpretação⁴. A questão da interpretação é, tal como já referimos, particularmente importante. Tanto na época medieval como hoje em dia, a interpretação é fulcral

1 BRITO, Luís Miguel – *Informação Turística. A Arte do Guia-Intérprete: entre a Cultura do Turista e do Destino*. Lisboa: Chiado Editora, 2013, 23.

2 POND, Kathleen Lingle – *The Professional Guide. Dynamics of Tour Guiding*. Nova Iorque: Van Nostrand Reinhold, 1993, 1.

3 Pond, *The Professional Guide...*, 4.

4 COHEN, Erik – “The tourist guide. The origins, structure and dynamics of a role”. *Annals of Tourism Research*, 12 (1985), 5-29, aqui p. 10.

para que o viajante esteja confortável e seguro num local que pode ser a vários níveis muito distante da sua realidade. A interpretação pode estar associada à questão linguística, mas inclui muitas outras vertentes, sendo a obrigação de um intérprete a de criar uma ponte entre culturas, religiões e pessoas.

Garcia Ramires

Garcia Ramires é o intérprete de uma viagem imaginada. É uma personagem da obra literária – *O Livro do Infante D. Pedro*. Garcia Ramires poderá ter existido, podendo inclusivamente ser uma representação do autor da obra, Gómez de Santisteban⁵.

A viagem escrita por Santisteban, no entanto, não existiu. Pretende o autor contar-nos o auto do infante D. Pedro, que viajou pela cristandade no século XV.

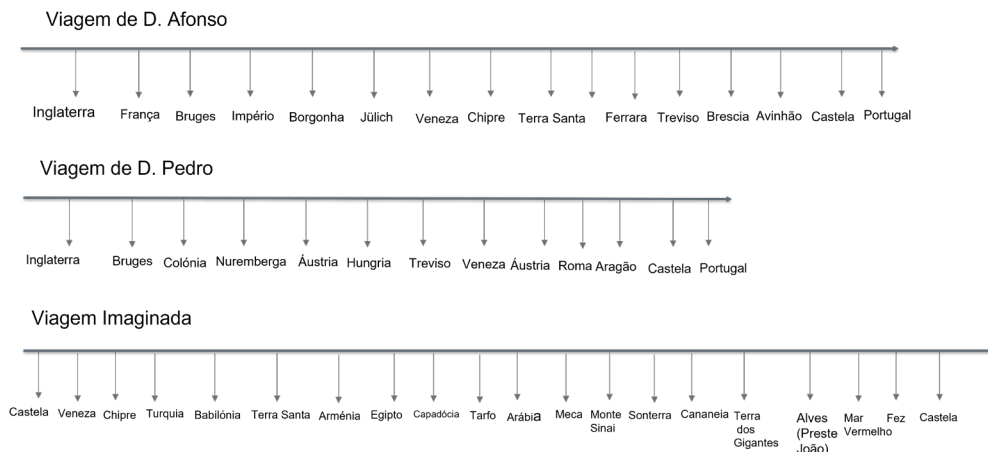
Quem lê o texto de Santisteban recebe em troca uma belíssima narrativa recheada de descrições do maravilhoso medieval e de alguns apontamentos de história portuguesa. D. Pedro foi, efetivamente, um infante português que viajou. Filho de D. João I e D. Filipa de Lencastre, saiu de Portugal em 1425 e voltou em 1428. Este empreendimento tomou lugar 20 anos depois de o seu meio-irmão, D. Afonso, conde de Barcelos e futuro I Duque de Bragança, ter igualmente saído do reino. A história quis recordar estas duas viagens de formas muito diferentes. A viagem de D. Pedro tem sido aclamada pelo tempo, enquanto a do seu meio-irmão foi colocada em dúvida, chegando até a ser negada⁶. No entanto, ao contrário do que aconteceu na historiografia portuguesa e na memória contemporânea das duas viagens, nas páginas da obra seiscentista do *Livro do Infante D. Pedro*, estes dois grandes empreendimentos levados a cabo por dois irmãos com 20 anos de diferença foram diluídos num só⁷. Desta forma, o autor criou assim um terceiro empreendimento: a viagem imaginada.

5 Apesar de a edição da obra usada para este estudo ser de 1875 e utilizar a grafia portuguesa do apelido do autor, ou seja, Gomes de Santo Estevão, decidimos manter a grafia castelhana do nome por ser a que se encontra mais difundida pela historiografia.

6 VAN ZELLER, Beatriz – *A Viagem de D. Afonso, Primeiro Duque de Bragança*. Vila Viçosa: Fundação da Casa de Bragança, 2021, 81.

7 *Ibidem*.

Figura 1



As duas viagens reais e a viagem imaginada por Santisteban têm algumas semelhanças. A viagem de D. Afonso teve lugar entre 1405 e 1408, começou e terminou em Portugal, tendo por destino principal a cidade santa de Jerusalém. Dividiu-se num caminho de ida e num de regresso entre Portugal e Jerusalém⁸.

Também na viagem do infante D. Pedro notamos uma partida e um regresso a Portugal, mas sem passagem pela Terra Santa⁹.

A viagem imaginada por Santisteban, denota uma partida de Portugal, regresso por Castela e passagem pela Terra Santa. Nesta viagem, Jerusalém e outros locais sagrados para os cristãos, apesar de muito relevantes na narrativa, não representam o ponto principal da aventura, que tem por clímax a chegada às terras do Preste João¹⁰.

Quando comparamos as três viagens, facilmente notamos que apesar de a obra se chamar *Livro do Infante D. Pedro*, a viagem nela relatada não tem muitas semelhanças com a viagem real do infante D. Pedro. Pelo contrário, muita da inspiração por detrás da narrativa vem da viagem do seu meio-irmão, D. Afonso, que esteve efetivamente na Terra Santa, ao contrário de D. Pedro. [Esquema 1]

8 Van Zeller, *A Viagem de D. Afonso...*, 33-75.

9 Para uma análise mais profunda desta viagem, vide LIMA, Douglas Mota Xavier de – *O Infante D. Pedro e as Alianças Externas de Portugal (1425-1449)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2012. Dissertação de Mestrado.

10 ZIERER, Adriana - “O Libro del Infante Don Pedro de Portugal: uma viagem ao reino do mítico Preste João”. in Manuela Mendonça; Maria de Fátima Reis (coords.) – *Raízes Medievais do Brasil Moderno: a viagem*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2020, 13-27, aqui pp. 20-27.

Simultaneamente, o ponto de partida da viagem literária é Barcelos, um condado que pertenceu a D. Afonso desde 1401 até à sua morte em 1461¹¹. Muito dificilmente se associaria Barcelos a D. Pedro, uma vez que os dois irmãos não desfrutaram de uma relação amistosa e ficando este condado fisicamente longe das terras e domínios do infante.

Os dois irmãos foram, tanto quanto conseguimos saber, chegados numa fase inicial das suas vidas, apesar da grande diferença de idades (sendo D. Afonso cerca de 20 anos mais velho do que o irmão), mas viriam mais tarde a opor-se um ao outro. Esta foi uma rivalidade que viria a culminar no campo da Alfarrobeira com a morte do infante D. Pedro. Desta forma, é estranho que o ponto de partida da viagem feita no *Livro do Infante D. Pedro* seja um local tão fortemente associado a D. Afonso.

É certo que a obra foi publicada muito depois de todos esses acontecimentos, mas as ondas de choque causadas pela morte do infante D. Pedro demoraram muito tempo a passar pela cristandade fora, e muito dificilmente se faria essa “confusão”¹².

A narrativa do *Livro do Infante D. Pedro* torna-se algo confusa a nível geográfico. A leitura da obra leva-nos por este itinerário pouco lógico e denota uma muito clara separação da viagem em duas partes. A primeira parte da narrativa, desde a partida até à chegada da comitiva à Terra Santa, é algo credível, não sucede nada aos viajantes que seja pouco expectável numa peregrinação, e mantém algumas semelhanças com a viagem de D. Afonso. Na segunda parte, depois da Terra Santa, a narrativa ganha uma dimensão do maravilhoso, culminando com a entrada dos viajantes na terra do Preste João¹³.

Como uma viagem (mesmo as viagens imaginárias e literárias) não existiria sem os viajantes que a realizam, atentemos nos homens sobre quem Gómez de Santisteban nos escreveu. Conta-nos o autor que ao sair do reino de Portugal, o infante D. Pedro, personagem central da narrativa, levou consigo apenas 12 companheiros, perfazendo com ele o total de 13 viajantes. Esta é uma comparação a Jesus Cristo e seus apóstolos, e que continua a ser feita alguma vezes ao longo da narrativa. No entanto, na primeira paragem fora do reino de Portugal, estando a comitiva dos 13 homens em Valladolid, o rei de Castela, Juan II entregou ao infante D. Pedro um *língua*¹⁴:

11 Van Zeller, *A Viagem de D. Afonso...*, 28-30.

12 VAN ZELLER, Beatriz – *Motivos e Memória da viagem de D. Afonso, Filho de D. João I*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2018. Dissertação de Mestrado, 84-95.

13 SANTO ESTEVÃO, Gomes de – *Livro do Infante D. Pedro de Portugal, o qual Andou as Sete Partidas do Mundo*. Porto: Casa de A. R. da Cruz Coutinho, 1875.

14 Santo Estevão, *Livro do Infante D. Pedro...*, 3.

“D’alli partimos para Valladolid a fazer reverência a el-rei D. João, o segundo de Castella, e como el-rei soube que seu sobrinho queria passar o Levante, para saber as partidas do mundo, teve muito grande prazer e mandou-lhe dar vinte e cinco mil peças, e deu-lhe um língua que se chamava Garcia Ramires, o qual era prático no latim, grego, hebraico, caldeo, turco, arabio, indiano e outras mais”¹⁵.

Para a realização deste estudo foram usadas como base duas edições portuguesas do texto de Satissteban. Em ambas, para além de nos serem apresentados os sete idiomas dominados por Garcia Ramires, é também referido que o “língua” falaria ainda outros idiomas. Segundo Rogers, que estudou em profundidade o *Livro do Infante D. Pedro*, nas primeiras versões da obra, escritas em castelhano, os idiomas enumerados pelo autor seriam ainda mais: caldeo, grego, hebraico, turco, húngaro, arménio, babilónio, árabe, bem como dialetos gregos, berberes e do Norte de África e muitas outras, para além de dominar gramática, lógica, retórica, música e filosofia¹⁶.

Após a sua apresentação ao leitor, Garcia Ramires, independentemente da quantidade de idiomas dominados (que mesmo nas edições menos generosas, devemos reconhecer que são muitos) transforma-se em parte do grupo. É chamado de *língua*, e o seu principal objetivo seria poder servir de intérprete entre o grupo de portugueses e todas as diferentes pessoas que iriam encontrar no seu caminho.

É mencionado um total de 13 vezes na obra, sendo uma delas a anterior citação, quando o autor apresenta o *língua*. As restantes 12 intervenções são todas elas feitas em momentos decisivos da trama. Conhecemos bem as dificuldades de viajar na Idade Média. Se uma viagem entre Lisboa e Barcelona era difícil de fazer, os riscos multiplicam-se e muito quando se trata de atravessar barreiras religiosas e culturais. Simultaneamente, quanto mais longe da península se encontrassem os nossos viajantes, mais difícil ficaria a questão dos idiomas, das línguas.

Quando o autor faz a já citada lista dos idiomas dominados por Garcia Ramires, oferece ao leitor uma espécie de antevisão do resto da narrativa, uma vez que muitos dos idiomas, pela ordem em que nos são apresentados, desvelam alguns dos destinos dos nossos viajantes.

A primeira vez que Garcia Ramires toma a iniciativa e se dirige a alguém fora do grupo português é quando, depois da passagem por Veneza, os nossos viajantes se dirigiram ao Chipre, onde foram fazer reverência à rainha da cidade de Nicósia. A rainha, que se encontrava triste, uma vez que o seu marido tinha sido levado pelos turcos, perguntou aos viajantes de onde vinham. Quem respondeu foi Garcia

¹⁵ *Ibidem*.

¹⁶ ROGERS, Francis M. – *The Travels of the Infante Dom Pedro of Portugal*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1961, 126.

Ramires, informando que eram vassallos do rei de Leão, de Espanha e que um deles era seu parente¹⁷. Não referiu qual dos membros da comitiva era aparentado com Juan II¹⁸. A rainha sentiu-se reconfortada com a relação com Juan II, desejando que os seus reinos pudessem estar mais perto um do outro e dessa forma fazer uma fronteira mais forte contra “os inimigos da fé”¹⁹. Nesta primeira intervenção de Garcia Ramires, notamos a importância do seu papel. O *língua* não representa apenas um papel de tradutor, como o seu título nos poderia levar a pensar. É ele quem toma a iniciativa de esclarecer a rainha do Chipre, apresentando-lhe uma resposta tranquilizadora e que permite a segura continuação da viagem. Neste caso, Garcia Ramires interveio com a verdade. Como veremos mais adiante na narrativa, nem sempre é esse o caso, e o *língua* vai adaptando as suas intervenções conforme as várias personagens com quem o grupo se defronta. Nesta primeira situação, sendo a rainha do Chipre cristã, a melhor forma de identificar o grupo seria com a verdade. Ou seja, que eram cristãos, vindos de um reino cristão, vassallos de um rei cristão, o que tornou o nosso grupo de viajantes em automáticos aliados da rainha do Chipre.

A paragem seguinte da nossa viagem literária apresentava mais perigos. Seguiram para a Turquia. Na segunda localidade encontraram o grande turco e fizeram-lhe reverência. O turco perguntou: “De que geração sois?”²⁰. Novamente, foi Garcia Ramires quem falou, respondendo que eram pobres companheiros e que tinham vontade de ir ver todas as províncias e reinos do mundo. Tiveram que pagar para o salvo-conduto e foram-lhes atribuídos dois guias para seguir caminho até Constantinopla²¹.

Nesta segunda paragem, podemos ver que o *língua* mudou radicalmente o discurso em relação ao que tinha anunciado à rainha no Chipre. Não mentiu. No entanto, soube modelar o discurso para dizer aquilo que o turco queria ouvir. Não lhes teria sido particularmente útil mostrar que eram vassallos de um rei cristão, sendo um deles inclusive seu familiar. Garcia Ramires apresentou o grupo apenas como aquilo que eram naquele momento...viajantes. O resultado foi novamente positivo e o grande turco não só aceitou a sua presença nas suas terras, como lhes facilitou a parte seguinte da sua viagem, cedendo guias e salvo-conduto.

Os dois guias partiram com eles a caminho de Constantinopla. Garcia Ramires comporta-se muitas vezes ao longo da obra como aquilo que hoje classificamos como um guia. No entanto, não era a sua profissão e não era esse o papel que estava ali a desempenhar. Nas edições portuguesas mais modernas,

17 Santo Estevão, *Livro do Infante D. Pedro...*, 3.

18 Juan II era rei de Castela e de Leão, apesar de a interação dos nossos viajantes com o Monarca ter sido em Castela, ao longo de toda a narrativa, quando o Juan II é mencionado, é quase sempre como rei de Leão.

19 Santo Estevão, *Livro do Infante D. Pedro...*, 3.

20 Santo Estevão, *Livro do Infante D. Pedro...*, 4.

21 *Ibidem*.

Garcia Ramires é efetivamente descrito como *língua*, tal como nos temos referido a ele até aqui. Contudo, nas primeiras edições portuguesas o que encontramos é: *faraute* ou *língua*. Nas edições mais antigas e nas escritas em castelhano, Garcia Ramires recebe outro tratamento, o de “intérprete”. Enquanto a expressão *língua* nos remete para as facilidades de tradução e pouco mais, “faraute” ou o “intérprete” já implicam uma interpretação²².

E interpretação, no caso de um choque de culturas desta dimensão, é muito mais do que simplesmente levar e receber mensagens e garantir que as duas partes se compreendem. Numa situação como a da nossa viagem, a Garcia Ramires importava não só interpretar a cultura do outro, como também a sua própria. O papel dos guias estaria mais relacionado com o caminho em si (os *pathfinders* mencionados no início deste texto) e eventualmente com algum pagamento extra que fosse necessário fazer para entrar em algum local sagrado. A partir do século XVIII, estas características começaram a ser reunidas numa só pessoa: o Guia. São os guias quem domina as línguas, os caminhos, os valores e quem interpreta as culturas, servindo de ponte entre pessoas de origens diversas²³.

Garcia Ramires foi, na nossa aventura imaginada, essa mesma ponte entre culturas. Quando a comitiva chegou à Babilónia, foram visitar o grande Babilão, filho do sultão. Pela primeira vez desde que saíram de Portugal, não foram bem recebidos. O filho do sultão perguntou quem eram e o que faziam ali sem licença. Perguntou ainda se algum deles era rei ou príncipe. Foi Garcia Ramires quem respondeu: “Nunca Deus queira que entre nós venha tal homem. Somos pobres companheiros, vassalos do rei de Leão e é nossa vontade ir ao Preste João das Índias”²⁴.

Esta terceira versão da verdade funcionou junto do filho do sultão, que ficou entusiasmado com a presença de tão longínquos viajantes, que sem serem relacionados com a família real, não representavam qualquer perigo para si. Sabemos que não era verdade e que, logo no início da obra, o infante D. Pedro já nos tinha sido apresentado como filho do rei de Portugal e sobrinho do de Castela (ainda que, na verdade, fosse primo). No entanto, graças às virtudes do nosso *língua*, o filho do sultão gostou tanto dos seus convidados que os obrigou a estanciar 14 dias para contarem todas as novidades do Poente. No fim, ainda lhes tirou a obrigação de pagarem salvo-conduto, “por amor ao rei de Leão”²⁵.

O autor não nos deu uma personagem que só existe para fazer um serviço. Tem os seus pensamentos, tem as suas emoções. Isso é-nos transmitido quando, já na Terra Santa, no Vale de Josaphá, junto do local da sepultura da Virgem, Garcia

22 Rogers, *The Travels of the Infante Dom Pedro...*, 157.

23 Brito, *Informação Turística...*, 25-30.

24 Santo Estevão, *Livro do Infante D. Pedro...*, 4.

25 *Ibidem*.

Ramires diz: “Aqui Havemos de ser julgados no dia do juízo. Deixemos aqui um signal onde estamos juntos”²⁶.

Esta intervenção, que é a única que o nosso intérprete faz na obra, que não diz respeito ao seu ofício, não terá caído bem junto do infante D. Pedro, que continua a ser a personagem central da obra, e que se mostrou desagradado com o comentário, que julgou não ter cabimento.

Proponho que a ideia do autor tenha sido mostrar que uma viagem desta envergadura, uma peregrinação (se não o foi toda, neste momento estava a sê-lo) era importante. Era importante na vida de um homem. E que Garcia Ramires quis marcar esse momento. O facto de falar no plural e mostrar o seu desejo de deixar uma marca em como estavam ali todos juntos, também denota em si outras das facetas apontadas na literatura técnica do turismo como essencial para a vertente de liderança do guia. Esta está associada ao controlo do grupo, à componente social necessária para liderar um grupo e à integração do guia no mesmo²⁷.

Apesar de o comentário não ter sido bem recebido pelo infante D. Pedro, que neste momento da narrativa tem uma das poucas intervenções diretas, não se criou um ambiente desfavorável para a continuação da viagem.

O nosso percurso continua em direção à Arménia e à medida que a obra ganha a sua vertente maravilhosa, Garcia Ramires volta a apresentar o grupo com uma fórmula já antes utilizada. Depois da passagem pelo Egipto, onde foram particularmente bem recebidos e sem necessidade da assistência do intérprete, dirigiram-se para Penora. O rei de Penora perguntou qual a sua origem e, tal como o filho do sultão já tinha feito anteriormente, perguntou se se encontravam príncipes entre a comitiva. Garcia Ramires respondeu novamente que não. Desta vez, o rei não acreditou em Garcia Ramires e mandou prender o grupo. Durante dias foi-lhes exigida a verdade, mas o *língua* não cedeu e, por fim, foram libertados.

Seguiram caminho, atravessando o deserto de Ninive para ver o Grande Tamerlão. Garcia Ramires dirigiu-se a habitantes locais, exigindo que levassem a comitiva até aos paços do Tamerlão. Quando o grupo de viajantes chegou junto de Tamerlão, o nosso intérprete apresentou o grupo convenientemente. No dia seguinte, visitaram a Mesquita e partilharam uma refeição com os locais, que comiam sentados em roda no chão. Foi colocada uma mesa para a comitiva portuguesa e deram-lhes muitas frutas, leite, manteiga, passas, romãs e tâmaras. De seguida, começou a ser servida muita carne. Este foi um momento de aflição para os nossos viajantes, uma vez que era sexta-feira e não poderiam comer a carne, mas a ofensa causada aos seus anfitriões por isso mesmo poderia ser muito grande.

²⁶ *Ibidem*.

²⁷ Cohen, “The tourist guide...”, 12.

Com mestria, mais uma vez o intérprete conseguiu resolver a questão, dizendo: “que nunca Deus quisesse que em tal maneira peccassemos contra o senhor Deus. Senhor, a nossa lei nos defende para que comamos neste dia carne e se sua senhoria manda que as comamos, de nos será encarregado”²⁸.

O Tamerlão respondeu que não desejava que fosse por sua causa que a comitiva fosse contra o seu próprio Deus e que se abstivessem de comer carne, que isso não lhes traria qualquer constrangimento. Este foi outro exemplo de como o papel de Garcia Ramires era mais do que apenas o de tradutor. Estava lá, sem dúvida nenhuma, como um intermediário entre culturas e religiões.

Ultrapassado mais um desafio, a viagem continuou e da vez seguinte que ouvimos a sua voz, Garcia Ramires estava a dirigir-se às amazonas da cidade de Sonterra. Sendo elas súbditas do Preste João, o *língua* anunciou que estavam de viagem com o propósito de chegar ao Preste João. As amazonas não ficaram descansadas e perguntaram se eles estavam ali para “se multiplicarem”. O intérprete respondeu prontamente que não, sossegando-as. “Nunca Deus queira que a nossa vinda seja para esse efeito, mas a nossa vontade é ir beijar a mão ao preste João”²⁹. Já tínhamos testemunhado como Garcia Ramires descansou diversos monarcas em relação a quem os viajantes eram, mas neste momento o que mais importava era mostrar às amazonas quem eles não eram e que para elas não representavam qualquer ameaça, estando ali apenas por estarem a caminho das terras do Preste João. Desta forma, os 14 homens foram muito bem recebidos numa terra de mulheres.

A última vez que Garcia Ramires interveio na narrativa foi já na terra do Preste João, quando apresentou a comitiva portuguesa: “Respondeu o língua, que eramos vassallos de el-rei de Leão de Espanha, seu irmão em armas e que entre nós vinha um seu parente”³⁰.

Depois de uma larga estadia junto do preste João, a comitiva regressou à Península, mas já sem a necessidade da interpretação de Garcia Ramires, pelo que não voltamos a ouvir a sua voz. O seu trabalho estava feito.

28 Santo Estevão, *Livro do Infante D. Pedro...*, 7.

29 Santo Estevão, *Livro do Infante D. Pedro...*, 8.

30 Santo Estevão, *Livro do Infante D. Pedro...*, 9.

Autoria da obra

Já foi levantada no passado a questão da autoria. É possível que o autor, Gómez de Santisteban, seja o próprio Garcia Ramires. O motivo principal por detrás desta possibilidade é o facto de o autor indicar que ele próprio era um dos doze que acompanhavam D. Pedro. Esta informação está inclusive em muitos dos frontispícios de diversas edições da obra, sendo possível ler por baixo do nome do autor o seguinte: “Um dos doze que foi na sua companhia”³¹. Será possível que a personagem de Garcia Ramires seja um desses doze?

Recordemos que o grupo que saiu de Barcelos era composto por um total de treze homens, incluindo o próprio infante. Logo na primeira paragem do grupo, em Valladolid, foi adicionado um décimo quarto elemento à comitiva: o *língua* oferecido por Juan II ao infante D. Pedro. As diversas intervenções do *língua* ao longo da obra acabam por o tornar numa personagem de alto relevo. Importa recordar que o Infante D. Pedro, protagonista da história, tem uma intervenção e o *língua* tem treze. Para além disso, a intervenção do intérprete no vale de Josafat parece ter sido escrita de um ponto de vista muito pessoal, podendo ser um reflexo de pensamentos próprios do autor. Estes aspetos podem ter contribuído para a criação de uma hipótese apresentada por alguns estudiosos da obra, segundo a qual o autor e o intérprete seriam um só. Na mesma pessoa reunir-se-iam assim o intérprete Garcia Ramires, o autor da obra Gómez de Santisteban e um dos companheiros de D. Pedro. No entanto, esta hipótese torna-se algo redundante, uma vez que o autor se intitula como “um dos 12” viajantes que saiu de Portugal com o Infante e o *língua* só integrou o grupo em Valladolid, não fazendo parte do grupo original de viajantes.

Proponho outra forma de olharmos para a questão da identidade de Garcia Ramires. O *língua* não seria um dos 12 que acompanhavam D. Pedro por não ser um companheiro do infante, mas sim um profissional, que hoje consideraríamos como um profissional de turismo que não se inclui no grupo de viajantes. Dessa forma, a analogia que o autor quis fazer entre os viajantes e Jesus com os apóstolos mantém-se intacta, perfazendo o total de 13 membros da comitiva.

No entanto, Ramires, que não integraria o grupo enquanto um deles, acaba por ser a personagem com mais relevância no *Livro do Infante D. Pedro*, por ser o que mais intervenções tem no texto.

Concluo recordando que esta viagem não aconteceu. Um *língua*, um intérprete chamado Garcia Ramires, pode ter tomado parte em qualquer uma das viagens reais, a de D. Afonso em 1405 ou a de D. Pedro em 1425. Esse intérprete até poderia

31 Santo Estevão, *Livro do Infante D. Pedro...*, frontispício.

ser o próprio autor. Isto porque, se já domina o latim, o grego, o hebraico, o caldeu, o turco, o árabe, o hindi...também dominaria a palavra escrita³².

Mesmo que o autor não se esteja a representar na personagem de Garcia Ramires, o intérprete é altamente simbólico. Com esta personagem, temos uma oportunidade única de admirar o comportamento de um dos primeiros guias de que existe registo. Garcia Ramires mostra-nos como estes agiam perante os desafios do seu trabalho e como interagiam com os viajantes. Permite-nos ainda reconhecer como, tal como tantas vezes acontece quando olhamos para trás no tempo, certas coisas não mudaram assim tanto com o passar dos séculos. Mesmo que Garcia Ramires não tenha existido, nem como ele próprio nem como um alter-ego de Santisteban, não deixa de representar um intérprete do século XV.

Uma última nota. O *Livro do Infante D. Pedro* retrata, à sua maneira, uma viagem real e uma viagem imaginada. O livro foi popular no seu tempo. E de todas as vezes que foi lido, relido, lido em voz alta, de todas essas vezes, a viagem recomeçou. E por vezes, esta leitura terá sido a única oportunidade que algumas pessoas tiveram de viajar.

Será esse o maior desafio do estudo das viagens. Desmistificar as ditas viagens e mostrar como muitos o fizeram, com todas as dificuldades, doenças, emoções..., mas provando que essas viagens aconteceram. A viagem de D. Afonso, conde de Barcelos, I Duque de Bragança, filho ilegítimo de D. João I, foi uma dessas viagens, apesar de durante séculos isso ter sido posto em causa e negado. Essa viagem poderá ter influenciado o seu meio-irmão mais novo a realizar uma viagem não muito diferente 20 anos depois. Essas duas viagens podem ter influenciado Gómez de Santisteban a escrever sobre um grupo de viajantes a percorrer toda a cristandade, acompanhados por um intérprete que possibilitou a chegada ao seu destino e posterior regresso a casa. Viajava-se muito na Idade Média e a viagem de um homem, neste caso a de D. Afonso, acabou por dar azo a milhares de outras viagens, algumas delas só na imaginação dos leitores do *Livro do Infante D. Pedro*. Mas essas também foram viagens.

32 Para mais sobre a questão da autoria, vide Rogers, *The Travels of the Infante Dom Pedro...*, 212-240.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

- SANTO ESTEVÃO, Gomes de – *Livro do Infante D. Pedro de Portugal, o qual Andou as Sete Partidas do Mundo*. Lisboa: Oficina de Domingos Carneyro, 1644.
- SANTO ESTEVÃO, Gomes de – *Livro do Infante D. Pedro de Portugal, o qual Andou as Sete Partidas do Mundo*. Porto: Casa de A. R. da Cruz Coutinho, 1875.

Estudos

- BRITO, Luís Miguel – *Informação Turística. A Arte do Guia-Intérprete: entre a Cultura do Turista e do Destino*. Lisboa: Chiado Editora, 2013.
- COHEN, Erik – “The tourist guide. The origins, structure and dynamics of a role”. *Annals of Tourism Research*, 12 (1985), 5-29.
- LIMA, Douglas Mota Xavier de – *O Infante D. Pedro e as Alianças Externas de Portugal (1425-1449)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2012. Dissertação de Mestrado.
- POND, Kathleen Lingle – *The Professional Guide. Dynamics of Tour Guiding*. Nova Iorque: Van Nostrand Reinhold, 1993.
- ROGERS, Francis M. – *The Travels of the Infante Dom Pedro of Portugal*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1961.
- VAN ZELLER, Beatriz – *A Viagem de D. Afonso, Primeiro Duque de Bragança*. Vila Viçosa: Fundação da Casa de Bragança, 2021.
- VAN ZELLER, Beatriz – *Motivos e Memória da viagem de D. Afonso, Filho de D. João I*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2018. Dissertação de Mestrado.
- ZIERER, Adriana – “O Libro del Infante Don Pedro de Portugal. Uma viagem ao reino do mítico Preste João”. in Manuela Mendonça; Maria de Fátima Reis (eds.) – *Raízes Medievais do Brasil Moderno. A Viagem*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2020, 13-27.

Os livros de viagens nos reinados de D. Duarte (1433-1438) e D. Manuel I (1495-1521). Entre os manuscritos e os impressos

Carolina Chaves Ferro

Universidade Federal Fluminense
carolina.ferro@gmail.com

Resumo

A literatura que aborda as viagens esteve muito presente nas livrarias durante a Baixa Idade Média por toda a Europa. Em Portugal não foi diferente. Reais ou imaginárias, essas viagens foram apreciadas por leitores notáveis, como os reis D. Duarte e D. Manuel I, que deixaram vestígios sobre suas coleções. Este texto pretende trabalhar os livros de viagens nas livrarias régias em dois momentos distintos, antes e depois da inserção da prensa de tipos móveis no reino português e antes e depois da chegada aos territórios antes desconhecidos pelos europeus. Propõem-se analisar as mudanças e permanências entre esses dois momentos e o impacto das grandes navegações nas práticas de leitura e na divulgação desse tipo de literatura na passagem da Idade Média para a Época Moderna.

Palavras-chave

literatura de viagem; Portugal medieval; livrarias medievais; escritores e leitores na Idade Média

Nota biográfica

Carolina Chaves Ferro é bacharel, licenciada, mestre e doutora em História pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente, desempenha as funções de supervisora de editoração no *Sistema de Ensino Raiz Educação (ProRaiz)*. É igualmente professora adjunta do Centro Universitário UniCarioca e pesquisadora associada do *Scriptorium*-UFF.

Travel books in the reigns of D. Duarte (1433-1438) and D. Manuel I (1495-1521). Between manuscripts and printed matter

Abstract

The literature that deals with travel was very present in libraries during the Low Middle Ages throughout Europe. In Portugal it wasn't different. Real or imaginary, these trips were appreciated by notable readers, such as the kings D. Duarte and D. Manuel I, who left traces on their collections. This text intends to work with travel books in royal libraries in two different moments, before and after the insertion of the movable type press in the Portuguese kingdom and before and after the arrival in territories previously unknown to Europeans. It is proposed to analyze the changes and continuities between these two moments and the impact of the great navigations on reading practices and on the dissemination of this type of literature in the passage from the Middle Ages to the Modern Period.

Keywords

travel literature; Portugal in the Middle Ages; Middle Ages libraries; writers and readers in the Middle Ages

Biographical note

Carolina Chaves Ferro is Graduate, Master and PhD in History from Universidade Federal Fluminense. She currently works as an editorial supervisor at '*Raiz Educação*' Education System (*ProRaiz*) and as an adjunct professor at Centro Universitário UniCarioca and researcher at *Scriptorium*-UFF.

Durante a maior parte da Idade Média, os livros ficaram concentrados em mosteiros ou grandes catedrais. Após a Renascença Carolíngia (século VIII) e as mudanças promovidas na educação e na forma de produzir os livros, aos poucos, mais pessoas, para além dos religiosos, passaram a ter acesso ao círculo letrado. Com o advento das universidades no século XIII, a crescente circulação de pessoas devido ao comércio e às viagens, e o humanismo que, nascido na península itálica, difundiu-se de formas diversas pelo continente, o contexto da história do livro também mudou.

Neste texto, trabalharemos dois momentos da história portuguesa e da dinastia avisina no que tange à história do livro. O primeiro deles é o reinado de D. Duarte que, apesar de curto, trouxe diversas contribuições para a temática em Portugal. O segundo é o reinado de D. Manuel I, o *Venturoso*, monarca responsável por um dos períodos mais áureos de Portugal, marcado pela descoberta de um novo caminho para as Índias e pela chegada em terras antes desconhecidas pelos europeus, chamadas, posteriormente, de Brasil. A escolha desses dois monarcas se deu devido aos vestígios deixados por eles sobre suas livrarias pessoais. Sabemos que outros reis avisinos provavelmente mantiveram obras em seu domínio pessoal, mas seus indícios não chegaram à contemporaneidade nem foram descobertos até o momento. Além disso, são contextos bem distintos se pensarmos na produção livresca, um primeiro no qual há o desenvolvimento dos manuscritos e de uma governança marcada pela erudição e pelo desastre (caso da morte do irmão do rei, D. Fernando) e um segundo no qual já há a presença da prensa de tipos móveis, a perseguição aos judeus e a opulência da riqueza conseguida com as conquistas. Não se pretende aqui focar apenas no gênero livro de viagens, mas mostrar como as viagens reais também influenciaram na aquisição de livros.

D. Duarte foi o primeiro monarca avisino a deixar por escrito a lista de livros que compunham sua livraria particular, no *Livro da Cartuxa* (1982), que leva este nome devido ao convento da Cartuxa da Scala Coeli de Évora, onde o exemplar passou a pertencer ao seu acervo através de um presente de D. Teotónio de Bragança, arcebispo da mesma cidade. Este livro, chamado também de *Livro dos Conselhos*, era uma espécie de diário do Rei, onde ele anotava “ cousas familiares e especiais”¹, conforme o próprio monarca afirma. É nele que encontramos a lista de obras pertencentes a D. Duarte, mas ela não equivale ao volume de livros lidos pelo monarca que era muito superior (podemos conhecê-los através das obras produzidas pelo próprio rei no período e matéria amplamente detalhada na tese de doutorado desta autora). Contudo, para esta apresentação, focaremos apenas na listagem.

Dentre as 87 obras listadas (e aqui separamos por obras, não por códices ou exemplares), sobre a literatura de viagem destacam-se um livro de Marco Polo em

1 D. DUARTE – *Livro dos Conselhos de el-Rey D. Duarte (Livro da Cartuxa)*. Edição diplomática. João José Alves Dias (transc.). Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

latim e outro em linguagem (provavelmente em galego-português) em um único volume. Para Ana Isabel Buescu², é provável que a obra tenha sido um presente do infante D. Pedro ao retornar de suas viagens e oferecido pela República de Veneza. Igualmente importante temos o *Livro dos Mártires*, que aborda a lenda dos Mártires do Marrocos. O livro conta a história de frades menores da ordem de São Francisco que morreram tentando converter o califa do Marrocos. Existiam dois exemplares da mesma obra na livraria do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra³, local onde se iniciou um culto a esses mártires em 1220 e onde os corpos desses freis foram depositados. Estas obras literárias misturam fatos com o maravilhoso medieval, lendas, animais diferentes e personagens inusitados. Isso tudo chamou a atenção de D. Duarte, lembrando que os próprios infantes avisininos, seus irmãos, eram viajantes. Do infante D. Henrique, ao infante D. Pedro e a D. Fernando, sendo este último morto em terras longínquas, os nobres de Avis tinham como prática não permanecer no reino, fosse devido a lutas e conquistas ou devido à busca por conhecimento, diplomacia e outras experiências, como no caso do infante D. Pedro. Outra obra presente é a *Conquista de Ultramar* que, segundo Teófilo Braga⁴, são narrativas mais ficcionais do que históricas das guerras na Terra Santa. Uma parte delas teria sido traduzida por Guilherme de Tyro e continuou bastante difundida nos reinados seguintes. Importante destacar que a única obra cuja temática principal é a viagem é a de Marco Polo, mas as outras duas citadas têm na viagem um elemento de suma importância.

Além disso, a questão das viagens é tão presente na sociedade medieval que muitas narrativas as abordam em momentos específicos. Os livros da livraria de D. Duarte são mais diversos do que imaginamos, constando obras religiosas, da antiguidade (filosóficas e históricas), de astrologia, novelas de cavalaria, crônicas, regimentos, obras de medicina etc. Com a diversidade de interesses, o momento de expansão ultramarina iniciada por seu pai D. João I e as viagens dos infantes, fossem focadas nas conquistas ou em questões diplomáticas e culturais (como no caso de D. Pedro), percebe-se que boa parte do acervo duartino tem origem em compras estrangeiras. Algumas delas advindas de presentes (de seu pai, sua mãe D. Filipa e seu irmão D. Pedro). Outras, especialmente as religiosas, advindas dos *scriptoria* dos mosteiros portugueses⁵.

2 BUESCU, Ana Isabel – “Livros e livrarias de reis e de príncipes entre os séculos XV e XVI. Algumas notas”. *eHumanista*, 8 (2007), 143-170.

3 MARTINS, Armando Alberto – *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003.

4 BRAGA, Teófilo – *História da Literatura Portuguesa. Vol. III. Renascença*. 3.^a ed. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2005.

5 FERRO, Carolina Chaves – *As Livrarias Régias de D. Duarte e de D. Manuel I. Um Estudo Comparativo. Construções de Coleções e Práticas de Leitura em Portugal entre 1433 e 1521*. 2 vols. Niterói-RJ: Universidade Federal Fluminense, 2015. Tese de Doutorado.

Retornando a D. João I, pai de D. Duarte, ele foi responsável pela conquista de Ceuta (1415). Além disso, o Atlântico começou a ser desbravado, com os portugueses se direcionando do Oeste para o Sul da África. Foram conquistadas a Ilha da Madeira (1419-1421), os Açores (1427-1432), percorrendo a costa do continente africano até o cabo Bojador (1422-1433). O papel dos pais e dos irmãos de D. Duarte na formação de sua livraria é de suma importância, como já afirmado. D. Isabel, por exemplo, teria se tornado mecenas ao se casar com o Duque de Borgonha, Filipe III⁶. Seu marido tinha uma das maiores bibliotecas do período e a infanta usufruiu desse ambiente letrado e artístico. D. Fernando deixou seus livros listados antes de morrer, em seu testamento, mas sabemos que D. Pedro era um dos irmãos mais cultos e eloquentes, tendo em vista sua própria produção. Aqui não cabe tratar da derrota que marcou o reinado e a vida de D. Duarte e de toda a família real, mas a reclusão promovida pelo evento fez com que D. Duarte se dedicasse mais aos seus livros. Na obra *O Leal Conselheiro*, ele destaca que “um bom livro sempre acrescentaria em virtudes àquele que o lê”⁷.

Era o mesmo que pensava o infante D. Pedro, que ficou conhecido como o “infante das sete partidas”, devido ao grande número de viagens que ele realizou entre 1425 e 1428, nas quais pode conhecer realidades culturais distintas. Na correspondência trocada entre ele e seu irmão D. Duarte, o infante apontou a importância dos livros e do desenvolvimento da universidade portuguesa, que ela devia atingir mais pessoas, inclusive pessoas mais pobres que fossem financiadas pela monarquia e que pudessem trabalhar na burocracia. Não nos cabe aqui destacar esta parte, mas as realidades vivenciadas pelo infante em suas viagens fizeram-no refletir sobre o desenvolvimento do próprio reino luso, tentando aconselhar D. Duarte, irmão que ele muito prezava.

Fato é que a Ínclita Geração, para além do curto reinado de D. Duarte, como afirma Maria Helena Coelho⁸, promoveu um vasto programa passando pela leitura, produção de livros e criação literária, capitalizando influências e matrizes culturais europeias que chegavam de Inglaterra, França, Flandres, Península Itálica ou Castela. Destaque para a Inglaterra e a influência literária deixada por D. Felipa que vivenciou uma vida cultural e literária intensa no seu reino de origem, sendo grande apreciadora de Geoffrey Chaucer, autor que escreveu um livro dedicado à sua mãe⁹, mas o próprio rei D. João I e os príncipes de Avis promoveram ou realizaram traduções literárias, fomentaram a cópia de manuscritos, organizaram

6 ANTUNES, Ana Paula Jerónimo – *De Infanta de Portugal a Duquesa de Borgonha. D. Isabel de Lencastre e Avis (1397-1429)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2012. Dissertação de Mestrado.

7 D. DUARTE – *O Leal Conselheiro*. Lisboa: Tipografia Rollandiana, 1830.

8 COELHO, Maria Helena – *D. João I*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2008.

9 SILVA, Manuela Santos – *Felipa de Lencastre. A Rainha Inglesa de Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, 2014.

bibliotecas, mandaram redigir significativas compilações históricas e foram eles próprios autores de obras originais. Para que muitas dessas obras chegassem ao reino português, muitas viagens foram necessárias.

Já a livraria de D. Manuel I pertence a um contexto diferente. Neste período, além da existência de um maior número de exemplares, temos grandes acontecimentos relacionados às viagens, como a descoberta de um novo caminho para as Índias e a chegada às terras que se tornariam a América Portuguesa. Além da literatura de viagem, os relatos orais de quem vivenciou terras distantes faziam parte do cotidiano do homem português, sobretudo nas cidades portuárias, incluindo Lisboa.

Tivemos contato com a lista dos livros de D. Manuel I através do inventário de seu guarda-roupa, que também não corresponde à totalidade de obras que pertenceram a este monarca. Nele encontramos novamente diversas crônicas, a *Legenda Aurea* e a *Lenda dos Mártires do Marrocos*, por exemplo, já citadas. Mas algumas obras, no que tange especialmente as viagens chamam atenção.

Em primeiro lugar, também temos presente o livro de Marco Polo, “cuberto de veluso cremesym com duas brochas de prata anylada”¹⁰, demarcando a permanência de um dos mais importantes livros de literatura de viagens do período. Uma novidade surge com uma obra produzida a mando de D. Manuel I. Trata-se do livro *Treumfos da Imdia*. Para Sousa Viterbo¹¹, esta obra é uma compilação de vinte e seis feitos nas Índias que D. Manuel ordenou que o secretário de estado Antonio Carneiro escrevesse para que se produzisse uma tapeçaria com essa história portuguesa. O livro contendo as vitórias do reino em terras orientais mostraria parte daquela realidade tão distante fisicamente, mas cada vez mais próxima de outras formas em Portugal.

Neste sentido, é notável como o Oriente chama cada vez mais atenção. Além das obras de viagem, propriamente ditas, há outras três que abordam a cultura oriental e que jamais existiriam em outro contexto. A primeira delas é “Huu livro das pemturas dos turcos como se esãem a tornear”. Importante notar que no período do reinado de D. Manuel I e durante toda a primeira metade do século XVI temos o auge das pinturas turcas otomanas, logo após a conquista do Império Bizantino (1453). Para se ter uma ideia, neste período o sultão Murrad III encomendou o *Livro da Felicidade* para sua filha, uma obra repleta de pinturas produzidas em sua cultura. A obra encomendada é um pouco posterior ao período de D. Manuel I, mas reafirma a importância dessas pinturas para o próprio povo turco otomano. Com base na documentação manuelina, pode-se afirmar que é claro o interesse do rei em culturas distantes e poderosas na mesma época em que ele reinou. A segunda obra é “Huu caderno de folhas de papel de letras e pemturas

10 VITERBO, Sousa – *A Livraria Real, Especialmente no Reinado de D. Manuel*. Lisboa: Academia Real das Ciencias de Lisboa, 1901.

11 Viterbo, *A Livraria Real...*

dos chys, que parecem sãos, que tem hua cubretura azul”¹². Esta obra possui escrita e imagens chinesas. O escrivão afirma que corresponde a figuras santas do cristianismo, contudo é provável que seja uma obra importada, possível apenas após a presença dos portugueses em terras orientais. A terceira é “Outro livro, cuberto de purgaminho, de hua exortação feyta ao da India per Duarte Galvam”¹³. Segundo Teófilo Braga¹⁴, temos aqui dois exemplares em um, sendo um deles uma exortação sobre a conquista das Índias e o outro composto por ocasião da embaixada ao Preste João, viagem onde Duarte Galvão (cronista e diplomata do reino) morreu antes de chegar ao dito reino africano. A questão das Índias é notável e já comentada, mas o Preste João fez parte do imaginário dos homens medievais por muito tempo. Para encurtar a história, durante muito tempo, embaixadores, mercadores e viajantes relataram ter conhecido Preste João. Ocorreu, por exemplo, com Marco Polo que afirmava que este personagem era o rei turco-mongol chamado Uang-Khan que passou a se chamar Presbyter Johan após ser batizado. Mas, como muitos outros afirmavam ter conhecido Preste João, nunca ficou confirmado que ele seria o tão famoso rei-sacerdote.

Em Portugal também estava viva a lembrança da existência de um rei do oriente que ajudaria o ocidente num projeto cruzadístico, e existia um exemplar dessa obra no Mosteiro de Alcobaça. Este ideal se intensificou com D. João II (1455-1495) que chegou a enviar algumas embaixadas à África a procura de Preste João, mas sem obter sucesso. Em 1498, os portugueses chegaram às Índias, onde encontraram a resistência do Islã ao mesmo tempo em que retomaram a lenda do rei que poderia ajudá-los. Para Vasco da Gama (?-1524), que havia chegado às Índias, a Abissímia (onde seria o reino do rei procurado) não teria acesso ao mar, sendo localizada, provavelmente, no centro do continente. As buscas ao Preste João continuaram. Em 1506, na terceira inventiva à procura da Abissímia, um dos navegadores – chamado João Gomes – da armada de Tristão da Cunha finalmente chegou àquele local. Era o tempo da rainha regente Helena, personagem que se interessou profundamente pelo reino português e resolveu escrever uma carta a D. Manuel I através de seu embaixador Mateus. A missiva chegou em Lisboa em fevereiro de 1514 e nela a rainha tratava o monarca lusitano por “irmão” e oferecia-lhe ajuda por terra contra os “inféis”. D. Manuel recebeu as notícias com alegria e nomeou o antigo cronista Duarte Galvão como embaixador ao Preste João, levando ricos presentes ao seu soberano (marido da regente que havia lhe enviado a carta). Segundo os documentos, entre os objetos remetidos ao *Negus* estavam peças ricas de vestuário, ornamentos de palácio, armas e instrumentos de guerra, paramentos e objetos para o culto cristão, retábulos, sinos, órgãos, além de uma oficina tipográfica e de livros.

12 *Ibidem*.

13 *Ibidem*.

14 Braga, *História da Literatura Portuguesa...*

Tendo o Preste João permanecido no imaginário português, é fácil compreender o motivo pelo qual existiam tantas obras escritas em seu nome, sempre associadas às viagens.

A última etapa deste texto pretende focar na produção da imprensa em Portugal até o final do reinado de D. Manuel I. Não cabe aqui fazer uma história da imprensa, apenas apresentar as obras relacionadas à literatura de viagem e mostrar como esse gênero era apreciado no reino luso. Também é necessário lembrar que, nos primeiros momentos, a maioria das tipografias eram judaicas. Com a proibição da publicação de livros em hebraico no final do século XV, houve, igualmente, uma diminuição das tipografias e potenciais produções sobre viagens, tendo em vista que este era o grande tema daquele momento. Cabe aqui, então, trabalharmos com o personagem mais importante no que diz respeito à imprensa, Valentim Fernandes.

Fernandes foi, sem dúvida, um dos principais impressores do período. Sobre os relatos de viagem, apenas em 1502, ele imprimiu três obras do gênero (o que para a época é muito), a saber, mais uma vez *O Livro de Marco Polo*, *O Livro de Nicolau Venetto e a Carta de Jerónimo de Santo Estevão*, sendo os dois últimos outros viajantes do período. Há uma discussão entre os historiadores do livro sobre a possibilidade de o próprio Valentim Fernandes ter traduzido o livro de Marco Polo. De fato, não há comprovação empírica do acontecimento. De qualquer maneira, afirma-se que ele teria traduzido outro relato de viagem de Nicolao Conti, escrito por Poggio, em Toscana, mas não temos indícios confirmatórios.

No período do ápice da peste negra em Portugal, Fernandes sai de Lisboa e retorna apenas em 1511. Durante sua ausência no reino, o impressor e autor escreveu seus próprios relatos de viagem, tamanho apreço que ele possuía por esse tipo de literatura. Em 1847, foram descobertos inúmeros manuscritos de autoria de Valentim Fernandes, na cidade de Munique, na Alemanha. Os escritos tratavam, sobretudo, do imaginário dos descobrimentos promovidos pelo reino português no período de D. Manuel I. Fernandes, junto com seu amigo Konrad Peutinger (um clérigo humanista de Augsburg), se fascinaram pelas novas terras, natureza e pelo contato com povos diferentes e esses escritos são considerados hoje como alguns dos mais importantes registros das viagens marítimas do século XVI. Segundo Seibert¹⁵, a forma como Fernandes descreveu o contexto geográfico e etnográfico desses povos indígenas é única, sendo o primeiro a apontar com precisão as ilhas do Atlântico, especialmente São Tomé.

No que diz respeito ao reinado de D. Manuel, Valentim Fernandes recebeu três privilégios importantes. O primeiro deles foi em 12 de fevereiro de 1503, com o qual ele passou a ter a exclusividade para a impressão dos livros dos Regimentos. O segundo, na mesma data, tornava-o corretor da Praça de Lisboa e tabelião dos

15 Seibert (2007)

contratos feitos entre os portugueses e os povos germânicos. Além disso, recebeu igualmente o privilégio de livreiro. É importante destacar que era comum que os impressores acumulassem esse privilégio.

Em suma, é necessário destacar que não foi possível abordar todas as obras do período com a temática das viagens e que decidimos por demonstrar a importância do contexto na circulação de livros que abordem de forma direta ou indireta essas questões. Aqui foram selecionadas as principais obras e as presentes nas livrarias régias ou diretamente ligadas aos monarcas. Pretendeu-se mostrar que a dinastia avisina empreendeu uma nova forma de governança que passava pela cultura letrada e, conseqüentemente, pelas conquistas portuguesas do período. O estudo sobre literatura de viagens e o impacto delas nessa sociedade será sempre uma temática inesgotável, tendo em vista que o número de viagens reais aumentou gradativamente do século XV para o XVI. Desde as obras deixadas por Colombo, passando pela Carta de Caminha e demais produções de viajantes se tornaram bastante apreciadas no princípio da modernidade, mantendo diversos elementos medievais. A curiosidade sobre novas terras e pessoas diferentes que já existiam quando se tratava do Oriente aumentou com o contato com povos que os europeus jamais haviam visto. Os relatos de viagens, fossem eles escritos ou orais, começaram a frequentar o imaginário de toda a população, letrada e iletrada que passou a viver uma nova era, num mundo muito maior em espaço e em diversidade. Com o passar dos anos, desde o primeiro reinado avisino, as viagens presentes nas obras se tornaram cada vez mais a história do próprio reino, das grandes vitórias e conquistas que demonstravam poder e autoridade, especialmente quando falamos de D. Manuel I. E a circulação de histórias de poder ajuda na manutenção dele e em sua ampliação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

- Carta do Preste João das Índias. Versões Medievais Latinas.* Leonor Buescu (trad.), Manuel João Ramos (pref.). Lisboa: Assírio & Alvim, 1998.
- D. DUARTE – *Livro dos Conselhos de el-Rey D. Duarte (Livro da Cartuxa)*. Edição diplomática. João José Alves Dias (transc.). Lisboa: Editorial Estampa, 1982.
- D. DUARTE – *O Leal Conselheiro*. Lisboa: Tipografia Rollandiana, 1830. Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Casa da Coroa, Testamento do Infante D. Fernando. *Testamento dos Reis*, gaveta 16, n. 38, ant. 1437.

Estudos

- ANSELMO, Artur – *Origens da Imprensa em Portugal*. Lisboa: Casa da Moeda, 1981.
- ANTUNES, Ana Paula Jerónimo – *De Infanta de Portugal a Duquesa de Borgonha. D. Isabel de Lencastre e Avis (1397-1429)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2012. Dissertação de Mestrado.
- BRAGA, Teófilo – *História da Literatura Portuguesa. Vol. III. Renascença*. 3.^a ed. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2005.
- BUESCU, Ana Isabel – “Livros e livrarias de reis e de príncipes entre os séculos XV e XVI. Algumas notas”. *eHumanista*, 8 (2007), 143-170.
- COELHO, Maria Helena – *D. João I*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2008.
- COSTA, João Paulo Oliveira e – *D. Manuel I. Um Príncipe do Renascimento*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.
- DESLANDES, Venâncio – *Documentos para a História da Typographia Portuguesa nos Séculos XVI e XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1888.
- FERRO, Carolina Chaves – *As Livrarias Régias de D. Duarte e de D. Manuel I. Um Estudo Comparativo. Construções de Coleções e Práticas de Leitura em Portugal entre 1433 e 1521*. 2 vols. Niterói-RJ: Universidade Federal Fluminense, 2015. Tese de Doutorado.
- GUEDES, Fernando – *Os Livreiros em Portugal e as Suas Associações desde o Século XV até aos Nossos Dias. Subsídios para a Sua História*. 2.^a ed. Lisboa: Verbo, 2005.
- LOPES, Paulo – “Os livros de viagens medievais”. *Medievalista* [em linha], 2 (2006), 32 pp. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt/index.php/medievalista/article/view/416>.
- MARTINS, Armando Alberto – *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003.
- SILVA, Manuela Santos – *Felipa de Lencastre. A Rainha Inglesa de Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, 2014.
- VITERBO, Sousa – *A Livraria Real, Especialmente no Reinado de D. Manuel*. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1901.

Images of Irish women in ethnographic and travel writing, Antiquity to c. 1600

Kim M. Phillips

University of Auckland, New Zealand
km.phillips@auckland.ac.nz

Abstract

This article makes gender a central category of analysis in reading outsiders' representations of premodern Ireland. It focuses on non-Irish and settler representations of Irish women in ethnographic and travel writing from late antiquity, the Middle Ages, and Tudor era, along with legal and literary works that establish a wider context. Many studies have explored images of the so-called "Wild Irish" and of early Christian Irish as "saints and scholars", instrumental in spreading Christianity to Britain and northern Europe. However, scholars have not often asked whether Irish women are contained within these types. This article contends that outsider perceptions of Irish women have their own history, intertwined with but not identical to wider perceptions of "the Irish". Images of Irish men emphasised barbarism in late antique writing, holy learnedness in early medieval texts, and savagery in medieval discourse. Images of Irish women followed a different pattern, showing women as victims of their barbarous menfolk in late antique and early medieval texts; devout converts and exemplars of holiness in the era of Christianisation; as Other but also with positive links to the supernatural in medieval sources; as matrimonially useful in the early stages of colonisation; and as a source of degeneracy and ethnic contagion by the sixteenth century.

Keywords

Ireland; medieval; women; gender; representations.

Biographical note

Kim M. Phillips is Professor of History at the University of Auckland, New Zealand. Her research explores medieval European and other cultures in their global contexts (c. 1100-1550). She has written extensively on medieval travel writing, cross-cultural encounters, and ethnicities, as well as on women, gender, sexuality and the body. Her publications include *Medieval Maidens: Young Women and Gender in England, 1270-1540*, Manchester: Manchester University Press, 2003; *Sex Before Sexuality: A Premodern History*, co-authored with Barry Reay, Cambridge: Polity, 2011; and *Before Orientalism: Asian Peoples and Cultures in European Travel Writing, 1245-1510*, Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2014.

Imagens de mulheres irlandesas em escritos etnográficos e de viagens, da Antiguidade a c. 1600

Resumo

Este artigo faz do gênero uma categoria central de análise na leitura das representações da Irlanda pré-moderna feitas por pessoas de fora. Centra-se em representações de mulheres irlandesas por parte de não irlandeses e colonos em escritos etnográficos e de viagens da Antiguidade tardia, da Idade Média e da era Tudor, juntamente com obras jurídicas e literárias que estabelecem um contexto mais alargado. Muitos estudos exploraram as imagens do chamado “Irlandês Selvagem” e dos primeiros irlandeses cristãos como “santos e académicos”, fundamentais para a difusão do cristianismo na Grã-Bretanha e no norte da Europa. No entanto, os académicos não têm perguntado frequentemente se as mulheres irlandesas estão incluídas nestes tipos. Este artigo defende que as percepções das mulheres irlandesas por parte de estranhos têm a sua própria história, entrelaçada com as percepções mais alargadas dos “irlandeses”, mas não idêntica a elas. As imagens dos homens irlandeses enfatizavam a barbárie na escrita da Antiguidade tardia, a santa erudição nos primeiros textos medievais e a selvajaria no discurso medieval. As imagens das mulheres irlandesas seguiram um padrão diferente, mostrando as mulheres como vítimas dos seus bárbaros companheiros masculinos nos textos da Antiguidade tardia e do início da Idade Média; convertidas devotas e exemplares de santidade na era da cristianização; como Outras, mas também com ligações positivas ao sobrenatural nas fontes medievais; como matrimonialmente úteis nas fases iniciais da colonização; e como fonte de degenerescência e contágio étnico no século XVI.

Palavras-chave

Irlanda; Medieval; Mulheres; Género; Representações.

Nota biográfica

Kim M. Phillips é professora de História na Universidade de Auckland, Nova Zelândia. A sua investigação explora as culturas medievais europeias e outras nos seus contextos globais (c. 1100-1550). Tem escrito extensivamente sobre os textos de viagens medievais, encontros interculturais e etnias, bem como sobre as mulheres, o género, a sexualidade e o corpo. As suas publicações incluem *Medieval Maidens: Young Women and Gender in England, 1270-1540*, Manchester: Manchester University Press, 2003; *Sex Before Sexuality: A Premodern History*, em coautoria com Barry Reay, Cambridge: Polity, 2011; e *Before Orientalism: Asian Peoples and Cultures in European Travel Writing, 1245-1510*, Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2014.

The Irish were a source of fascination to many English and Continental authors in the premodern period. Works of late antique, medieval and Tudor travellers, chroniclers, hagiographers, and poets form an important chapter in the longer history of outsiders' depictions of the island that classical authors had named Hibernia or Scotia and perceived as lying at the end of the earth. The earliest and most enduring ethnic stereotype was of the "Wild Irish", a primitive pastoral people uncivilised in dress, housing, foodways, fighting, and sexualities. A secondary motif mainly associated with the early Middle Ages was of Irish as exemplary Christian saints and scholars, a view prevailing along with early medieval Irish missionaries' fame in Britain and the Continent. Third was the image of Ireland – located as it was on the world's perceived western extremity – as a place of marvels and having links to the "Otherworld," its inhabitants semi-pagan practitioners of magical arts¹.

Yet what of women in these discursive constructions? When premodern outsiders before the mid-sixteenth century attempted to characterise the Irish people through selective tale-telling and slanted observation, did they treat Irish women as essentially undifferentiated from their male peers, or did the feminine earn distinctive representation? Despite recent strong growth in the study of medieval Irish women's history and in representations of femininity *within* early Ireland, only a small number of scholars have attended to the gendered aspects of ethnographic rhetoric². Interpreters of early modern representations have, in comparison,

1 SNYDER, Edward D. – "The wild Irish. A study of some English satires against the Irish, Scots, and Welsh". *Modern Philology*, 17 (1920), 687-725; RICKARD, P. – *Britain in Medieval French Literature 1100-1500*. Cambridge: Cambridge University Press, 1956, 72, 105, 115-116, 221-238; KILLEEN, J. F. – "Ireland in the Greek and Roman Writers". *Proceedings of the Royal Irish Academy*, 76 (1976), 207-215; LEERSON, Joep – *Mere Irish and Fior-Ghael. Studies in the Idea of Irish Nationality, Its Development and Literary Expression Prior to the Nineteenth Century*. Cork: Cork University Press, 1986, 32-37; GILLINGHAM, John – "Images of Ireland, 1170-1600. The Origins of English Imperialism". *History Today*, 37 (1987), 16-22; MARTIN, F. X. – "The image of the Irish – medieval and modern – continuity and change". in Richard Wall (ed.) – *Medieval and Modern Ireland*. Gerards Cross: Rowman & Littlefield, 1988, 1-18; RAMBO, Elizabeth L. – *Colonial Ireland in Medieval English Literature*. Selinsgrove: Susquehanna University Press, 1994; LEERSON, Joep – "Wildness, wilderness and Ireland. Medieval and Early-Modern patterns in the demarcation of civility". *Journal of the History of Ideas*, 56 (1995), 25-39; SCULLY, Jeremiah D. – *The Atlantic Archipelago from Antiquity to Bede. The Transformation of an Image*. University College Cork, 2000. PhD thesis; MULDOON, James – *Identity on the Medieval Irish Frontier. Degenerate Englishmen, Wild Irishmen, Middle Nations*. Gainesville, FA, University Press of Florida, 2003; GRIFFITHS, Ralph – "The island of England in the fifteenth century. Perceptions of the peoples of the British Isles". *Journal of Medieval History*, 29 (2003), 177-200; O'LEARY, Aileen M. – "The heretic and the hibernophobe. Foreign perceptions of Ireland from Antiquity to c. AD 1200". *Journal of Irish and Scottish Studies*, 7 (2013), 1-51; CALLAN, Maeve Brigid – *The Templars, the Witch, and the Wild Irish: Vengeance and Heresy in Medieval Ireland*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2015.

2 A sophisticated article by Linda E. Mitchell offers the fullest exception to the rule: MITCHELL, Linda E. – "Gender(ed) identities? Anglo-Norman settlement, Irish-ness, and the statutes of Kilkenny of 1367". *Historical Reflections/Réflexions Historiques*, 37 (2011), 8-23. My interpretation varies from hers, as noted below. Some discussion on women in Anglo-Norman colonialist discourse is also offered in SMITH, Brendan – "'I Have Nothing but through Her'. Women and the conquest of Ireland, 1170-1240". in Christine Meek; Catherine Lawless (eds.) – *Studies on Medieval and Early Modern Women. Pawns or Players?* Dublin: Four Courts Press, 2003, 49-58. Recent work on premodern Irish women's history and gender constructions within Irish culture is too extensive to survey here.

been highly alert to such questions, showing that during the heat of Elizabethan colonisation perceptions of femininity and masculinity came to play prime parts in outsiders' portrayals of the Gaelic Irish. By the late sixteenth century, Irish women represented danger and contagion to English settlers, while Ireland itself and the Irish people were portrayed as feminised or as exhibiting subordinate forms of masculinity³. That rhetorical process by which conquest or colonisation is rendered "just" or "natural" through application of gendered stereotypes was already evident in accounts of the Americas; in later centuries, it would be the turn of Africa, Asia, and Oceania⁴. Typically, under such conditions, symbolic hegemonic masculinity is granted to the observer, conqueror, or colonist, and either subordinate masculinity or perverse femininity to the observed, conquered, or colonised; meanwhile, on the ground, settlers and law-makers impose their normative concepts of gendered behaviour, marital practices, and family formations on indigenous populations. As a swathe of studies have shown since at least the mid-2000s, "gender, intimacy, and the body [have been placed] at the center of the remaking of the world by colonialism, imperialism, and nation-making from the early modern period onward"⁵. Insights from this scholarship might be applied more frequently in historiography on pre-Tudor Ireland⁶. At the same time, when we consider rhetorical uses of female figures

3 E.g., CAVANAGH, Sheila T. – "'Such Was Irena's Countenance'. Ireland in Spenser's Prose and Poetry". *Texas Studies in Literature and Language*, 28 (1986), 24-50; LAURENCE, Anne – "The cradle to the grave. English observations of Irish social customs in the seventeenth century". *The Seventeenth Century*, 3 (1988), 63-84; COUGHLAN, Patricia, "'Some secret scourge which shall by her come unto England'. Ireland and incivility in Spenser". in Patricia Coughlan (ed.) – *Spenser and Ireland. An Interdisciplinary Perspective*. Cork: Cork University Press, 1989, 46-74; CARROLL, Clare – "The construction of gender and the cultural and political other in *The Faerie Queene* 5 and *A View of the Present State of Ireland*. The critics, the context, and the case of Radigund". *Criticism*, 32 (1990), 163-192; JONES, Ann Rosalind; STALLYBRASS, Peter – "Dismantling Irena. The sexualizing of Ireland in Early Modern England". in Andrew Parker (ed.) – *Nationalisms and Sexualities*. New York: Routledge, 1992, 157-171; CARROLL, Clare – "Representations of women in some early modern English tracts on the colonization of Ireland". *Albion*, 25 (1993), 379-393; MALEY, Willy – "Gender and genre. Masculinity and militarism in the writings of Barnaby Rich". *Irish Studies Review*, 4 (1995-1996), 2-6; CAVANAGH, Sheila T. – "'Licentious Barbarism'. Spenser's view of the Irish and *The Faerie Queene*". *Irish University Review. A Journal of Irish Studies*, 26 (1996), 268-280; HADFIELD, Andrew – *Edmund Spenser's Irish experience. Wilde Fruit and Salvage Soyl*. Oxford: Oxford University Press, 1997; CRAIG, Joanna – "Monstrous regiment. Spenser's Ireland and Spenser's Queen". *Texas Studies in Literature and Language*, 43 (2001), 1-28; SURANYI, Anna – "Virile Turks and maiden Ireland. Gender and national identity in Early Modern English travel literature". *Gender & History*, 21 (2009), 241-262.

4 Early contributions included MONTROSE, Louis – "The work of gender in the discourse of discovery". *Representations*, 33 (1991), 1-41; TREXLER, Richard C. – *Sex and Conquest. Gendered Violence, Political Order, and the European Conquest of the Americas*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1995; McCLINTOCK, Anne – *Imperial Leather: Race, Gender, and Sexuality in the Colonial Contest*. New York: Routledge, 1995; STOLER, Ann Laura – *Carnal Knowledge and Imperial Power. Race and the Intimate in Colonial Rule*. Berkeley: University of California Press, 2002. This is a small sample.

5 See the scholarship reviewed in PERRY, Adele – "Gender goes global. The writing of transnational histories". *Journal of Women's History*, 21 (2009), 138-145 (quote at p. 138).

6 Booker's important works, notably BOOKER, Sparky – *Cultural Exchange and Identity in Late Medieval Ireland: The English and Irish of the Four Obedient Shires*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, explore questions around intermarriage, family, and foster-children but somewhat separately from the theory on gender, intimacy, and the body we often see in studies of early modern empire and gender.

and gendered stereotypes in depictions of medieval Ireland, it is essential to consider that colonisation did not begin there until 1169 and from then to the mid-sixteenth century remained a sporadic, fitful process, initially directed by private aristocratic rather than Crown interests⁷.

This article focuses writings of English and Continental travellers to Ireland and other non-Irish authors who depended on outsider knowledge of Ireland. It finds changing patterns in representations of Gaelic Irish women from antiquity to the late sixteenth century. Antique and early medieval texts (relaying perceptions at second-hand rather than as a result of personal experience) regularly portrayed Irish women as victims of men's sexual debauchery. By the Christian era, some women were shown as model Christians, instrumental in the religious conversion of their country. After the beginnings of English colonisation in 1169, traveller and ethnographer Gerald of Wales began to incorporate female figures within his wider account of Irish primitivism. Yet from the thirteenth to fifteenth centuries, the demands of intermarriage and elite Irish women's role as settlers' brides mitigated their reputation, so women were not so starkly defined by the wildness that allegedly marked Irish men. In the meantime, Continental travellers, free from the conflicting colonialist motives of the English, treated Irish women as enticing but unkempt sexual objects. From the mid-sixteenth century, with the finalisation of colonial conquest, English ethnographic and travel writing on Ireland took a misogynist turn. During the Tudor conquests, Irish women were deemed an insidious toxic force possessing a menacing capacity to corrupt "men of the English pale" via seduction, reproduction, and tainted milk. Intensification of worries about degeneracy alongside the growth of the plantation system help explain the turn to misogynist rhetoric.

Irish women are first seen, not at first hand but at several degrees remove, in the pages of ancient geographies and ethnographies. In Strabo's *Geography* (c. 19 CE) women are passive players in Irish male debauchery. The Irish "consider it honorable to eat their dead fathers, and to openly have intercourse, not only with unrelated women, but with their mothers and sisters as well"⁸. These are standard classical tropes of the barbarian. Stereotypes of Irish as rustic, hostile, and uncivilised, found also in works of Mela, Solinus, and Ammanius Marcellinus among others, would

⁷ Gillingham, "Images of Ireland...", 20; FRAME, Robin – *Colonial Ireland 1169-1369*. 2nd ed. Dublin: Four Courts Press, 2012, 1.

⁸ STRABO – *Geography*, 4.5.4. in Philip Freeman (ed. and trans.) – *Ireland and the Classical World*. Austin, TX: University of Texas Press, 2001, 46. For classical views on the Irish see Killeen and O'Leary in note 1 above. Anthropophagy and sexual debauchery are common allegations in descriptions of people at the world's edges: FREEMAN, Phillip – *Ireland and the Classical World* cites examples from Caesar on the Britons (*Gallie War*, 5.13 and Herodotus on diverse peoples, *Histories*, 1.216, 3.101, 4.104, 172 and 180), pp. 47, 120 n.55.

endure for two millennia. In E. D. Snyder's words, Ireland was from early days regarded "as a strange and wonderful land inhabited by barbarous people" – the "wild Irish," though that term was first employed in the fourteenth century⁹. Sexual violation of women recurs in late antique Christian literature. St Jerome (d. 420) castigated the *Atticoti* (here, likely *Scoti*, i.e. Irish), for eating human flesh though they had plenty of herds, and especially for cutting off "the buttocks of the shepherds and the breasts of their women," regarding the latter "as the greatest delicacies." Moreover, "[t]he *Scoti* have no wives of their own [...] no man among them has his own wife, but like beasts they indulge their lust to their hearts' content"¹⁰. Gildas (d. 570) left aside allegations of licentiousness yet maintained masculine imagery, speaking of Picts and Scots (Irish) as "worms" who emerged from holes, their villainous faces covered in bushy beards, to descend upon England to slake their bloodlust¹¹. In the early eleventh century Norman poet Warner of Rouen took the theme of Irish crudity and developed it to unprecedented degree in *Moriuht*¹². The work's eponymous protagonist is an Irish poet taken into slavery whose depraved appearance, sexual lusts, and habits are detailed in highly obscene passages. His wife Glicerium does not escape charges of wantonness, described as a "nanny goat" who urgently seeks reunion with her mate, yet any debauchery on her part is pale by comparison with her husband's. Warner's intention was to mock Irish scholarly pretensions, and perhaps had an individual target in mind, yet *Moriuht*'s depravity is said to be typical of his countrymen whose loose clothing facilitates instant gratification of lusts: "How much they run after prostitutes with their bodies, aided by their mode of dress! Word has been brought to me: they couple like animals; they do not wear trousers, because they are constantly locked in sexual activity"¹³.

Irish adoption of Christianity, especially from the mid-fifth century, had already opened the door to reappraisal of that island's people. The establishment of Hibernian monasteries, their emphasis on Scriptural study and manuscript production, and missionary efforts from the seventh century in Britain and the Carolingian Empire created a new pious, scholarly Irishman¹⁴.

9 Snyder, "The wild Irish...", 688 and 713.

10 ST JEROME – "Against Jovinianus". II. 7. in Philip Schaff, Henry Wave (eds.), W. H. Fremantle; G. Lewis; W. G. Martley (trans.) – *A Select Library of Nicene and Post-Nicene Fathers of the Christian Church*. Second Series, vol. VI. New York: The Christian Literature Company, 1893. Revised and edited for New Advent by Kevin Knight. Available at <https://www.newadvent.org/fathers/30092.htm> [accessed 20 April 2024].

11 GILDAS – *The Ruin of Britain and Other Works*. Michael Winterbottom (ed. and trans.). Chichester: Phillimore, 1978, 19.1, at pp. 25, 94-95.

12 ROUEN, Warner of – *Moriuht. A Norman Latin Poem from the Early Eleventh Century*. Christopher McDonough (ed. and trans.). Toronto: Pontifical Institute of Medieval Studies, 1995.

13 Warner of Rouen, *Moriuht...*, 74-75.

14 In addition to many items in note 1, above, see DUMVILLE, David N. – *Three Men in a Boat. Scribe, Language, and Culture in the Church of Viking-Age Europe*. Inaugural Lecture. Cambridge: University of Cambridge, 1997; CRÓINÍN, Dáibhí Ó – *Early Medieval Ireland, 400-1200*. London: Routledge, 1995, 196-232.

From the beginning, Irish women played vital roles in Christianisation. St Patrick's *Confessio* (fifth century) – the first account of the Irish by a foreign-born author with personal experience of their country – tells of the early and enthusiastic conversion of women including nobles, widows and slaves¹⁵. Brigid [Brigit] of Kildare (d. c. 524/526 CE) was a stand-out example of the latter, and became revered throughout Catholic Europe. Her many *vitae* feature homely imagery of a simple peasant girl's working life, milking cows and making butter¹⁶. Through Brigid, Irish rusticity acquired a more benign aura.

Irish sexual and marital customs nonetheless remained a concern to Roman ecclesiastical authorities and were leveraged to reform the Irish Church from the middle of the twelfth century. Despite their early adoption of Christianity, the Irish preserved traditional forms of polygamy or concubinage, allowed divorce, and permitted marriage within close degrees of consanguinity and affinity. Such indigenous practices came to be labelled “weeds of vice” and “abuses” and were subject to repression, notably through the constitutions of the Second Synod of Cashel (1172) and letters of Pope Alexander III (1172). Along with the bull *Laudabiliter* of dubious authenticity (c.1155), these documents endowed Henry II's conquests with an aura of papal legitimacy¹⁷. On the eve of foreign incursion, English and other texts highlighted Irish women in their discursive place as victims of their men's fundamental savagery. From this time forward women would perform an increasingly complex range of functions in outsiders' portrayals of Ireland.

Giraldus Cambrensis (Gerald of Wales, d. c. 1223) was the most influential medieval commentator on Ireland, especially through his *Topographia Hibernica*.

¹⁵ *The Confession of St Patrick*. Ludwig Bieler (trans.). Grand Rapids, MI: Christian Classics Ethereal Library, 1990, 8. For context, Cróinin, *Early Medieval Ireland...*, 23-33, esp. 29.

¹⁶ The major early lives are COGITOSUS – “Vita sanctae Brigidae”. Seán Connolly; J. M. Picard (trans.). *Journal of the Royal Society of Antiquaries of Ireland*, 117 (1987), 11-27; “Vita prima sanctae Brigidae”. Seán Connolly (trans.). *Journal of the Royal Society of Antiquaries of Ireland*, 119 (1989), 14-49; *Bethu Brigte*. D. Ó. Haodha (ed. and trans.). Dublin: DIAS, 1978. On Brigid's cult, BITEL, Lisa M. – *Landscape with Two Saints. How Genovefa of Paris and Brigit of Kildare Built Christianity in Barbarian Europe*. New York: Oxford University Press, 2009; BOWEN, E. G. – “The Cult of St Brigit”. *Studia Celtica*, 8 (1973), 33-47. For cults of minor Irish saints including Modwenna and Bega see BARTLETT, Robert – “Cults of Irish, Scottish and Welsh Saints in Twelfth-Century England”. in Brendan Smith (ed.) – *Britain and Ireland 900-1300*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, 67-86, at 68-77.

¹⁷ “*Laudabiliter*”, “The Constitutions of the Synod of Cashel”, and the Letters of Alexander III concerning Ireland, translated in CURTIS, Edmund; McDOWELL, R. B. (eds.) – *Irish Historical Documents, 1172-1922*. New York: Methuen, 1943, 17-22. Anne Duggan sums up debates over *Laudabiliter*'s authenticity, surviving as is does only in Gerald of Wales's *Expugnatio Hibernica*, in DUGGAN, Anne – “The making of a myth. Giraldus Cambrensis, *Laudabiliter*, and Henry II's Lordship of Ireland”. *Studies in Medieval and Renaissance History*, 4 (2007), 249-312. On Gaelic Irish marriage, see among others CORRÁIN, Donnchadh Ó – “Marriage in early Ireland”. in Art Cosgrove (ed.) – *Marriage in Ireland*. Dublin: College Press, 1985, 5-24, and COSGROVE, Art – “Marriage in medieval Ireland”. in Art Cosgrove (ed.) – *Marriage in Ireland*. Dublin: College Press, 1985, 25-50; Cróinin, *Early Medieval Ireland...*, 125-130; KENNY, Gillian – *Anglo-Irish and Gaelic Women in Ireland, c. 1170-1540*. Dublin: Four Courts Press, 2007, 67-76; CANDON, Anthony – “Power, politics and polygamy. Women and marriage in late pre-Norman Ireland”. in Damian Bracken; Dagmar Ó Riain-Raedel (eds.) – *Ireland and Europe in the Twelfth Century. Reform and Renewal*. Dublin: Four Courts Press, 2006, 106-127.

Composed around 1185 in the wake of Gerald's Irish trip with Prince John to commemorate the Cambro-Norman partial conquest, the *Topographia* was subsequently revised in several versions and almost doubled in length¹⁸. Its third book represents one of Latin Christendom's first detailed attempts at ethnographic writing, yet when Gerald says "they" he usually means Irish men and portrays them as highly masculine yet of an inherently inferior type¹⁹. He finds them strong and handsome of body yet deplorable for their poor or inadequate clothing, careless handling of horses, barbaric weaponry and battle habits, and failure to build cities, engage in commerce, or cultivate their land; their only redeeming quality is outstanding musicianship. "The Irish are a rude people, subsisting on the produce of their cattle only, and living themselves like beasts – a people that has not yet departed from the primitive habits of pastoral life"²⁰. What of women? They play a role in foundation myths of the nation, and in additions to the work's third recension Gerald adds some standard tropes of gender inversion in remarking that men pass water sitting and women standing, and that women ride horses astride like men, but women are otherwise absent from his ethnographic chapters²¹.

18 CAMBRENSIS, Giraldus – *Topographia Hibernica*. in J. F. Dimock (ed.) – *Giraldus Cambrensis Opera*. Vol. V, *Topographia Hibernica et Expugnatio Hibernica*. London: Longmans, Green, Reader, and Dyer, 1867 (Rolls Series, 21). A full English translation, incorporating the texts of Gerald's original and revised versions, is in CAMBRENSIS, Giraldus – *The Topography of Ireland*. in Thomas Wright (ed.), Thomas Forester (trans.) – *The Historical Works of Giraldus Cambrensis*. London: H. G. Bohn, 1863. John J. O'Meara's widely cited translation for Penguin classics provides only the text of the earliest version and so Forester's is preferred here. For Gerald's revisions see SARGENT, Amelia – *Visions and Revisions. Gerald of Wales, Authorship, and the Construction of Political, Religious, and Legal Geographies in Twelfth and Thirteenth Century Britain*. Berkeley: University of California, 2011. PhD thesis. Available at <http://www.escholarship.org/uc/item/5905x7t1> [accessed 20 April 2024]. BARTLETT, Robert – *Gerald of Wales, 1146–1223*. Oxford: Oxford University Press, 1982, pp. 158-210 remains essential. On monstrosity see COHEN, Jeffrey Jerome – "Hybrids, monsters, borderlands. The bodies of Gerald of Wales". in Jeffrey Jerome Cohen (ed.) – *The Postcolonial Middle Ages*. London: Palgrave Macmillan, 2000, 85-104; CAIN, James D. – "Unnatural history. Gender and genealogy in Gerald of Wales's *Topographia Hibernica*". *Essays in Medieval Studies*, 19 (2002), 29-43; ROLLO, David – "Gerald of Wales' *Topographia Hibernica*. Sex and the Irish Nation". *Romanic Review*, 86 (1995), 169-190 is interested in Gerald's literary techniques more than ethnographic influence.

19 Mitchell, "Gender(ed) Identities...", comes to very different conclusions about the Irish as represented in Gerald's two works on Ireland and the Statutes of Kilkenny, arguing that Irish men are symbolically feminised in those texts. While this is an erudite argument, I struggle to see how medieval readers would have construed as feminine the violent, bearded, muscular, axe-wielding Irishmen of these works and pictured in illuminated copies of Gerald's *Topographia*. Instead their alleged irrationality, bestial habits, treacherousness, and shameful lack of honour could arise from medieval perceptions of men of low social status as well as with ancient tropes of barbarism. See FREEDMAN, Paul – *Images of the Medieval Peasant*. Stanford: Stanford University Press, 1999.

20 CAMBRENSIS, Giraldus – *Topographia*, III.10, p. 151; CAMBRENSIS, Giraldus – *Topography*, p. 124.

21 CAMBRENSIS, Giraldus – *Topographia*, III.1-2, III.xxvi, pp. 139-142, 172; CAMBRENSIS, Giraldus – *Topography*, pp. 113-114, 140. Amelia Sargent dates Giraldus's third version to c. 1189-1193/1194 (Sargent, *Visions and Revisions...*, 20-23). The comment on urination echoes Herodotus's classic itemisation of aspects of gender inversion in Egyptian society as measured against a Greek standard, HERODOTUS – *The Histories*. Aubrey De Sélincourt (trans.); John Marincola (rev.). Harmondsworth: Penguin, 1996, II:35-36, pp. 98-99, while women riding astride was an ancient trope associated with eastern peoples such as Scythians and legendary Amazons.

Female figures are a little more prominent in *Topographia's* second book, on marvels and miracles. They are counted among those who experience strange transformations, such as the woman who, like her male counterpart, has been turned into a werewolf, or possess monstrous morphology, notably the woman of Limerick with a beard to her waist and a hairy crest along her spine. Worst are those who practise indecent lusts, such as (by implication) a woman of bestiality-addicted people of Ulster who suffered drowning along with her young son, and the woman of Connacht who copulated with a goat (on the latter, however, Gerald indicates this was not only an Irish problem as there was a Parisian woman who had intercourse with a lion)²². Yet here and elsewhere in the book women are again often passive players in exploitation, as in Gerald's deprecation of Irish incest: "in many parts of Ireland brothers (I will not say marry) seduce and debauch the wives of their brothers deceased, and have incestuous intercourse with them"²³. At the same time, benevolent connotations of Irish femininity are apparent in his chapters on "glorious Brigit" and her miracles²⁴.

In a later revision to the *Topographia*, Gerald went further, adding a curious passage to the account of the man and woman of Ossory who had been transformed into wolves. Gerald tells us of people who use magical arts to turn random substances into fat pigs for sale in markets, before making some particular allegations concerning elderly Celtic women: "It has also been a frequent complaint, from old times as well as in the present, that certain hags in Wales, as well as in Ireland and Scotland, changed themselves into the shape of hares, that, sucking teats under this counterfeit form, they might stealthily rob other people's milk."²⁵ Old Irish women are thus grouped with their Gaelic counterparts, extending bodily transformation into Britain's fringe and gendering it feminine. However, we should add social status to gender in taking account of this imagery. Gerald's depictions of monstrous and shape-shifting women concentrate on lowly rural folk. His imagery circulated not only in the multiple manuscript copies of his own work but also in English chronicler Ranulph Higden's well-read *Polychronicon*, composed in the 1320s. Higden drew heavily on Gerald in his chapters on Ireland, supplemented a little with Solinus, pulling together fragments originally scattered across the *Topographia* in order to construct a portrait of a primitive people whose lives

22 CAMBRENSIS, Giraldus – *Topographia*, II.19, pp. 101-103; II.20, p. 107; II.9, pp. 91-92; II.23-4, pp. 110-111; CAMBRENSIS, Giraldus – *Topography*, pp. 80-81, 84, 70-71, 86-87.

23 CAMBRENSIS, Giraldus – *Topographia*, III.19, pp. 164-165; CAMBRENSIS, Giraldus – *Topography*, p. 135. See also, in a different vein the chapter in which a female bystander is said to become a victim of colonialist male brutality in the course of the Anglo-Norman campaign: CAMBRENSIS, Giraldus – *Topographia*, II.52, p. 134; CAMBRENSIS, Giraldus – *Topography*, p. 108.

24 CAMBRENSIS, Giraldus – *Topographia*, II.34-7, 48, pp. 120-123, 131; CAMBRENSIS, Giraldus – *Topography*, pp. 96-99, 106.

25 CAMBRENSIS, Giraldus – *Topographia*, II.19, pp. 105-106; CAMBRENSIS, Giraldus – *Topography*, p. 83. The passage was added to the work's third version.

conflated marvels with everyday customs²⁶. The growing connection between Irish women and the realm of magic, the supernatural, and the Otherworld was echoed in later medieval vernacular literature, such as the celebrated romance of *Tristan and Iseult*. The heroine Iseult is an Irish princess, who with her mother and maid Brangaine is credited with healing arts and the use of magic²⁷. Other less well-known romances set partly in Ireland including *Durmart le Galois* (early thirteenth century) and *Les Merveilles de Rigomer* (late thirteenth century) feature the beauty of elite Irish women and effects of enchantment²⁸, and the image of the Irish “fairy mistress” recurs in medieval literature²⁹.

Gerald’s second (and less influential) work on Ireland, *Expugnatio Hibernica* (c. 1189), offers a political narrative of conquest. It relates the 1152 abduction of Derbforgaill, wife of Tigernán Ua Ruairc (king of Bréifne) by Diarmait Mac Murchada (king of Leinster), an event that led some years later to the arrival of Cambro-Norman forces on Irish shores. Derbforgaill’s abduction appears in each of the major Irish annals of the day as well as the two Norman narratives, Gerald’s *Expugnatio* and the anonymous *Deeds of the Normans in Ireland*³⁰. In contrast with Irish sources, which lay responsibility for Derbforgaill’s departure from her husband at the feet of Diarmait or her brother, Anglo-Norman authors blame Derbforgaill herself and portraying her as complicit in her seizure. Gerald states, “No doubt she was abducted because she wanted to be”; quoting Virgil, “since ‘woman is always a fickle and inconstant creature’, she herself arranged that she should become the kidnapper’s prize.” After all, “[a]lmost all the world’s most notable catastrophes have been caused by women, witness Mark Antony and Troy”³¹. Gerald is mainly

26 HIGDEN, Ranulph – *Polychronicon Ranulphi Higden Monachi Cestrensis, Together with the English Translations of John Trevisa and of an Unknown Writer of the Fifteenth Century*. Vol. I. Churchill Babington (ed.). London: Longman, Green; Longman, Roberts, and Green, 1865 (Rolls Series, 41), I:34, at pp. 350-360.

27 BEROUL – *The Romance of Tristan by Beroul and Beroul II. A Diplomatic Edition and a Critical Edition*. Barbara Sargent-Baur (ed.). Toronto: University of Toronto Press, 2015; STRASSBURG, Gottfried Von – *Tristan und Isold*. Friederich Ranke (ed.). 2nd ed. Berlin: Weidmann, 1949. Magic was of course not only associated with Irish women but was a common theme in medieval romance literature.

28 *Durmart le Galois, roman arthurien du treizième siècle*. 2 vols. Joseph Gildea (ed.). Villanova: Villanova Press, 1965-1966; *Les mervelles de Rigomer von Jahen, altfranzösischer Artusroman des XIII. Jahrhunderts nach der einzigen Aumale-handschrift in Chantilly*. Wendelin Foerster; Hermann Breuer (eds.). Dresden: Max Niemeyer, 1908-1915.

29 Rambo, *Colonial Ireland...*, 54. The dark potential of such supernatural connotations might seem to be connected to the 1324 trial of Alice Kyteler, Petronilla de Midia and others for sorcery and diabolism, but this is better framed within the context of Irish heresy persecutions. See Callan, *The Templars...*, 78-116.

30 CAMBRENSIS, Giraldus – *Expugnatio Hibernica. The Conquest of Ireland*. A. B. Scott; F. X. Martin (eds.). Dublin: Royal Irish Academy, 1978, I.i, 24-25; *The Deeds of the Normans in Ireland (La Geste des Engleis en Yrlande). A New Edition of the Chronicle Formerly Known as The Song of Dermot and the Earl*. Evelyn Mullally (ed.). Dublin: Four Courts Press, 2002, 53-55. For context, see FLANAGAN, Marie Therese – *Irish Society, Anglo-Norman Settlers, Angevin Kingship. Interactions in Ireland in the Late Twelfth Century*. Oxford: Clarendon Press, 1989, 92-93; PRESTON-MATTO, Lahney – “Queens as political hostages in pre-Norman Ireland. Derbforgaill and the Three Gormlaiths”. *Journal of English and Germanic Philology*, 109 (2010), 141-161.

31 Cambrensis, *Expugnatio Hibernica...*, 24-25.

advertising his classical learning here rather than making a judgement about ethnic traits³². In reality, forty-four year old and independently wealthy Derbforgaill was unlikely to be a love-sick ingenue, rather she was plausibly a participant in “union by abduction” or a political hostage³³.

Whether cast as naive pawn or capricious agent, Derbforgaill is a marriageable commodity, exchangeable among men of power. That element of her experience was shared by Diarmait’s daughter Aoife, married to Richard fitz Gilbert, earl of Pembroke (“Strongbow”) some two decades later, after Diarmait brought the earl and other Cambro-Norman knights to Ireland, having obtained Henry II’s assistance in regaining the kingdom lost in the Derbforgaill saga³⁴. Aoife’s wedding to the conqueror Strongbow provided the symbolic and actual foundation of Anglo-Norman claims in Ireland³⁵.

Portrayals of Aoife introduce the image of Irish woman as eligible bride. Irishness counted as no bar to expedient marriage from the viewpoint of the conquerors, so long as the women were of high birth. From the late twelfth century Irish women were perceived as a potential point of entry to invaders and a means of cementing ties of settlement. Stereotypes of barbaric Irish, at least for the first two centuries of the colony, had little impact upon Englishmen’s marital and sexual relationships with Gaelic women until the late thirteenth century, when the English Crown started to worry about English “degeneracy” through intermarriage³⁶. Several key figures of the twelfth-century invasion married women of Irish or mixed ancestry, and the practice endured even into the fifteenth century despite serious legal opposition and social stigma in the later period³⁷. Anxieties culminated with the 1366 Statutes of Kilkenny, which attempted to ban English-Irish marriages among its many other efforts to halt cultural hybridisation and to ensure English

32 For another harsh anti-feminist judgement, see Gerald’s views on Nest, wife of Bernard de Neufmarché, in CAMBRENSIS, Giraldus – *The Itinerary through Wales*. in Thomas Wright (ed.), Richard Colt Hoare (trans.) – *The Historical Works of Giraldus Cambrensis*. London: George Bell, 1894, I.2, pp. 345-347.

33 Preston-Matto, “Queens as Political Hostages...”, 157-161.

34 Cambrensis, *Expugnatio Hibernica...*, I.2, 28-29 and I.16, 66-67; *Deeds of the Normans*, lines 340-366 (pp. 61-62), 1528-1531 (p. 92). A detailed explanation of Diarmait’s deal with Strongbow is in Flanagan, *Irish Society...*, 79-111.

35 Smith discusses the match in “‘I Have Nothing’...”, 57-58.

36 For concerns about degeneracy around 1297 see DUFFY, Séán – “The problem of degeneracy”. in James Lydon (ed.) – *Law and Disorder in Thirteenth-Century Ireland*. Dublin: Four Courts Press, 1997, 87-106.

37 Many historians have studied the topic including ORPEN, G. H. – *Ireland Under the Normans*. Oxford: Oxford University Press, 1911-1920, vol. IV, 299-301; also vol. III, 135-136; DUFFY, “Problem of Degeneracy...”, 89-98; KENNY, *Anglo-Irish and Gaelic Women...*, 85-91; BOOKER, Sparky – “Intermarriage in fifteenth-century Ireland. The English and Irish in the ‘Four Obedient Shires’”. in *Proceedings of the Royal Irish Academy*, 113C (2012), 219-250, at 229-230; Booker, *Cultural Exchange...*, 143-177.

military, legal and economic superiority³⁸. The statutes' frequent reissue indicates limited adherence³⁹.

The experience of intermarriage, though in forced rather than voluntary circumstances, is attested in the account Henry Crystede, an English squire who campaigned for Richard II in Ireland. In 1395 he related his exploits to the chronicler Jean Froissart, including the difficulties of conquest in that a strange, wild place consisting of tall forests, bogs, and uninhabitable regions⁴⁰. The Irish, who are skilled and ruthless fighters, "hide in the woods and forests, where they live in holes dug under trees, or in bushes and thickets, like wild animals." They cut out and eat with relish the hearts of corpses, and are

"proud and uncouth, slow-thinking and hard to get to know or make friends with. They have no respect for pleasant manners or for any gentleman, for, although their country is ruled by kings, of whom there are a large number, they will have nothing to do with courtly behavior, but cling to the rough ways in which they have been brought up."

Yet in spite of such alien ways, Crystede had a successful experience of marriage. Ambushed and taken to a hidden stronghold, the captor Brin Costerec "kept me with him for seven years and gave me one of his daughters in marriage. I had two daughters with her." Once freed, Crystede returned to England with his wife and one daughter. The daughter married and he continued to speak Irish to his family and quarter-Irish grandsons. Crystede's apparently happy marriage and family life, and willingness to pass on Gaelic language to grandchildren, is at odds with his views on Irish uncouthness. Within that very ambivalence lies truth about complicated relations between the two sides. Cultural stereotypes and official enmities could be subverted by expedience, by ties of social status, and by personal relationships between men and women.

Few further travellers representing a British viewpoint on Ireland would be heard before the sixteenth century. We hear more from travellers from Continental Europe, including pilgrims to St Patrick's Purgatory at Lough Derg in Galway and seafarers shipwrecked on Irish shores. In 1397, the Count de Perelhos, an Aragonese

38 *Statutes and Ordinances and Acts of the Parliament of Ireland. Vol. I, King John to Henry V.* Henry F. Berry (ed.). Dublin: Public Record Office, 1907, 430-468; intermarriage at 432-433.

39 Booker, "Intermarriage...", 230; Kenny, *Anglo-Irish and Gaelic Women*, 91.

40 FROISSART, *Chroniques*. in Kervyn de Lettenhove (ed.) – *Oeuvres de Froissart...*, vol. XV. Brussels, 1867-1877, 167-181; for translation, FROISSART, *Chronicles*. Geoffrey Brereton (ed. and trans.). Harmondsworth: Penguin, 1968, 409-417. The squire has been identified as King's Esquire Henry Kyrkestede (*Chronicles*, trans. Brereton, 409, n. 1). SPONSLER, Claire – "The captivity of Henry Crystede. Froissart's *Chroniques*, Ireland, and fourteenth-century nationalism". in Kathy Lavezzo (ed.) – *Imagining a Medieval English Nation*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2004, 304-339.

nobleman, made the pilgrimage to Lough Derg and left a rich description of Irish ways of life including Irish men's and women's appearance and dress. Knee-length woollen cloaks, open at the chest, were worn by rich and poor, men and women, and the poor wore nothing underneath. "[T]hey show all the shameful parts, the women as well as the men." Even among the elite, partial nudity was the norm: "The Queen and her daughter and her sister were clothed and adorned with green; but the handmaidens of the queen, who were indeed twenty, were bare-foot, and were clothed just as I told you above, and showed all they had and with as little shame as to show the face." The people, nonetheless, "are among the most beautiful men and the most beautiful women that I have seen in any part of the world"⁴¹. Around 120 years later Bishop Chiericati, papal nuncio to the court of Henry VIII, wrote to Isabella d'Este about his own journey from Dublin to Lough Derg in 1517, making observations similar to the Count's. "The women are very beautiful and very fair, but slovenly. They wear the same saffroned shirts [as the men], with a red coif on the head *à la carmagnola*."⁴²

Laurent Vital was a secretary traveling in a Habsburg ship en route from Spain to the Low Countries which was forced to take refuge from storms off Kinsale in June 1518. Vital, in his later account, is much amused by Irish appearance – "to see them is enough to make you laugh" – and describes women's dress in detail. Like the Count de Perelhos, Vital is surprised to see that everyone (men, women, and young girls) wore their shirts open to their waists, but conveys his resulting impressions with more prurient attention:⁴³

"I saw nipples of girls aged twelve years; afterwards the nipples that they have when they are fourteen or fifteen years old [...] I saw some completely developed, so very round and pert that it was a pleasure to see them, as here have the marriageable girls of eighteen years and above. I also saw all sorts of tits, middle sizes, big, shapely and in the open hand one would call them firm but yielding. And I saw some so disgusting and unsavoury that I marvelled where the little children could receive their daily nourishment. Also I saw others which were not at all worth looking at, so ugly and wrinkled were they and only deserve the name of flaccid udders."⁴⁴

41 *Voyage au Purgatoire de Saint Patrice / Visions de Tindal et de St Paul*. A. Jeanroy and A. Vignaux (eds.). Toulouse, 1903, p. 17, trans. in MAHAFFY, J. P. (ed.) – "Two early tours in Ireland". *Hermathena*, 18, 40 (1914), 1-16, at pp. 7-8.

42 CHIERICATI, Francesco – Letter to Isabella d'Este Gonzaga. in MAHAFFY, J. P. (ed.) – "Two early tours in Ireland". *Hermathena*, 18, 40 (1914), 1-16, p. 14.

43 VITAL, Laurent – "Archduke Ferdinand's visit to Kinsale in Ireland, an extract from Le Premier Voyage de Charles-Quint en Espagne, de 1517 à 1518". Dorothy Convery (trans.), Hiram Morgan (introd.). *CELT: Corpus of Electronic Texts. A Project of University College, Cork* [online]. Available at <http://www.ucc.ie/celt/published/T500000-001/index.html> [accessed 20 April 2024].

44 Vital, "Archduke Ferdinand's visit...", 285-386.

He saw countless “beautiful young women and also girls of marriageable age who were very charming and pleasant,” their heads bared and hair dressed with flower garlands, yet he had heard rumours, which he disdained to corroborate, that the girls were of easy virtue. Vital is coy about his own experiences but others of the fleet evidently took advantage of local women when they went ashore: “some people took refreshments with good wines and new meats; and others with lovely girls.” Indeed, four crew members found themselves in trouble with local authorities when it came time to leave⁴⁵.

These Aragonese, Italian and Dutch travellers treated Irish women as appealing sexual objects to an extent not previously noted in English writing. Because they lacked the colonialist agenda of Gerald and later English travellers, their descriptions lack the phobic elements seen in the latter. To this company we should add Francisco de Cuellar who was among hundreds of Spaniards shipwrecked on Irish coasts following the English defeat of the Spanish Armada. Wrecked north of Sligo Bay in September 1588, de Cuellar describes how he suffered all winter, naked and shoeless in the woods and mountains with “savages”, though his true foes were the English soldiers seeking to hunt him down and he has many occasions to be grateful to the Irish men and women who supply refuge and secure his escape. He finds special pleasure in the company of women and girls, whom he regularly describes as “extremely beautiful”, though like the other travellers he too remarked that they are ill-dressed in little more than a chemise, blanket, and head-scarf⁴⁶.

It fell to the English to transform Irish women’s allure into the stuff of colonialist nightmare. After a gap of several centuries, English travellers again began to write about Ireland in later sixteenth century, and we see a clear turn to misogynyn. John Derricke, an English propagandist who seems to have accompanied Sir Philip Sidney on his brutal Irish campaigns in 1575-6, produced his *Image of Ireland* in Dublin in 1578. This long verse polemic tied together threads in traditional imagery of Irish women to produce Gaelic *femmes fatales*: frolicking wood nymphs who first entice, then seduce Englishmen. Some disporting in the woods, others bathing in murmuring brooks, the sight of them would be enough to “reuiue a mane halfe dedde” or “a horse his halter brake.” Yet the company of these tempting followers of Venus must be shunned as “dangerous snares,” for from them spring new generations of Irish rebels “more subtile than [...] Foxes.” We know from experience, writes Derricke, how dangerous it is to bring a poisonous toad or deadly crocodile

45 Vital, “Archduke Ferdinand’s visit...”, 286, 292, 295-296. See also his passage regarding witness of violent rape of a young woman in a churchyard, 287.

46 DE CUÉLLAR, Francisco – “Carta de uno que fue en la Armada de Yngalater[r]ja y cuenta la jornada, / Letter from one who sailed..., a new annotated translation of Cuéllar’s Carta”. D. W. Cruickshank; P. Gallagher (ed. and trans.). in P. Gallagher; D. W. Cruickshank (eds.) – *God’s Obvious Design: Papers for the Spanish Armada Symposium, Sligo, 1988*. London: Tamesis Press, 1990, 201-221, 223-247.

into one's "naked bedde." Do not be bewitched by their appearance, "For why should men of Th'english pale,/ in suche a Crewe delight?/ Or eke repose suche confidence / in that unhappie race: / Since mischief lurketh oftentimes / euen in the smothest face?" Consort with those "dissemblyng Elues" is nothing more than sleeping with the enemy and invites one's own demise⁴⁷.

Derricke's doggerel is not read as often as the works of more skilled contemporaries, but he shares with them the notion of the lethal Irish woman. Edmund Spenser, English poet and Irish settler, penned *A View of the Present State of Ireland* in 1596, advocating completion of the English conquest of Ireland through violence and martial law. While discussing Irish customs and character, Spenser – through the figure of Irenius – contends that women as mothers and foster-mothers are guilty of perpetuating Irish language, mores, and temperament. He warns against adopting the Irish practice of putting one's children into care of foster parents, to be suckled by non-natal mothers, as (in accord with the standard premodern theories on breastfeeding) breastmilk was transmuted maternal blood and the infant would be imprinted with not only the wetnurse's speech but also her character: "... even the nature and disposition of their nurses [...] So that the speach being Irish, the heart must needes bee Irish"⁴⁸. The nurse through her blood played as important a part in the child's formation and, as it were, ethnic identity, as his father and birth mother. This was a special problem in Ireland, where the traditional system of fosterage in which very young children were brought up by another family often saw creation of loyalties deeper than among blood-kin⁴⁹.

Besides the problem of foster-maternity, Spenser finds the English settler practice of marrying Irish women an equally "dangerous infection":

"And indeed how can such matching succede well, seeing that commonly the childe taketh most of his nature of the mother, besides speach, manners, and inclynation, which are (for the most part) agreeable to the conditions of their mothers: for by them they are first framed and fashioned, so as what they receive once from them, they will hardly ever after forgoe."⁵⁰

Gendered imagery exploded, as seen in works by the Protestant Barnaby Riche, who reviled both the Catholic Anglo-Irish in general as akin to adulterous

47 DERRICKE, John – *The Image of Irelande, with A Discouerie of Woodkarne*. John Small (ed.), with notes by Sir Walter Scott. Edinburgh: Adam and Charles Black, 1883, 28-31.

48 SPENSER, Edmund – *A View of the State of Ireland. From the First Printed Edition (1633)*. Andrew Hadfield; Willy Maley (eds.). Oxford: Blackwell, 1997, 71.

49 PARKES, Peter – "Celtic fosterage. Adoptive kinship and clientage in Northwest Europe". *Society for Comparative Study of Society and History*, 48 (2006), 359-395; SHANAHAN, Madeline – "When cheifest Rebell feede". Food, fosterage and fear in Early Modern Ireland". *Food, Culture & Society*, 25 (2022), 1-20.

50 Spenser, *A View of the State of Ireland...*, ed. Hadfield and Maley, 71.

wives that dared defy their lord the king – the latter likened to a wronged husband – and women of that group as sexually debauched and definitive of the Catholic Church as Whore of Babylon. At the same time, the relative nakedness and sexual exposure of Irish women in their traditional dress, which had only recently and contemporaneously been a matter for curiosity and desire among Continental travellers, became subject to opprobrium in works by Riche, John Davies, and Fynes Moryson, *et alia*⁵¹.

The Irish women lauded as “beautiful in the extreme” by Continental writers thus became deadly sirens to English travellers and settlers, their ancient associations with witchcraft, enchantment and the Otherworld meshed with mortal danger. “Men of Th’english pale” may have for centuries sought enticing Irish women as lovers and wives, but in doing so had only endangered the future of English rule in Ireland and, by extension, their own lives. Fears of degeneracy and military enfeeblement, as seen in the Statutes of Kilkenny more than two centuries earlier, were revived and given an explicitly feminine source. As Spenser pronounced, no English colonist should trust Irish women.

Conclusion: a misogynist turn

The slow drift toward suspicion and revilement of Irish women accelerated rapidly in the late sixteenth century to become a literary commonplace by the turn of the seventeenth. This misogynist turn had been many centuries in development. In antiquity and the early Middle Ages, Irish women had been little regarded in derogatory discourse that portrayed the Irish Gaels as savage men, bushy-bearded barbarians who treated women brutally. The partial early medieval rehabilitation of the Irish as model Christians, in contrast, supplied strong roles for women as handmaidens to the processes of conversion. Holy women’s virtues may have partly served to reinforce Irish laymen’s bad name and enhance notions of Irish as barbarian. In the late twelfth century, Ireland’s reputation as incompletely civilised gained more concrete utility. Apologia for early acts of colonisation denigrated Irish men as backward and began to incorporate feminine figures within imagery of barbarism. Nonetheless, it was politically expedient for indigenous Irish women to become brides to English settlers. During the centuries of incomplete colonisation, Gaelic women held great value for settler men who sought lands, alliances, and legal advantages, even while the bogey of the savage Irishman was willingly promulgated. Travellers from the Continent, unburdened by the colonialist priorities of the English, developed imagery of dishevelled yet attractive and hospitable Irish women.

51 Carroll, “Representations of women...”, 382-388.

Despite the 1366 Statutes of Kilkenny, it was not until the later sixteenth century that English writers laid the blame for settlers' descent into primitive Irishness at the feet of Irish temptresses, wives, mothers and foster-mothers. The late sixteenth-century English shift towards misogyny likely had many causes. Among English writers, the Protestant Reformation ideology forced saints, including Brigid, from their pedestals, and allowed anti-Catholic imagery into the already potent mix. Also in England, it is possible that the throne's occupancy by a woman produced phobic imagery that was displaced and projected upon the kingdom's subordinate neighbour⁵². Meanwhile, recent and ongoing colonial violence in the Americas and Africa was legitimated by a gendered discourse that recast relations between "masculine" conquerors and "feminine" or "unmanly" conquered through deployment of imagery that naturalised subjugation and gave it divine sanction. The feminisation of stolen lands and peoples were by then powerful rhetorical weapons in the colonisers' armory. On the ground in plantation Ireland, Tudor settlers likely had less need to seek brides among the Gaelic Irish than their Anglo-Norman predecessors had and therefore mingled less with the native Irish. They might bring brides from England with them or marry among the "Old English."

It has been said that "Ireland has a long history of being represented as feminine"⁵³. Such female characterisation of nation has had rhetorical and political benefits for colonists and nationalists alike since the late sixteenth century. What this article has found is that outsiders' views of Ireland, expressed in premodern ethnographic and travel texts, to the contrary, were more likely to represent Ireland in imagery of debased masculinity, as primitive, ferocious and in need of taming. The country was not regularly gendered feminine until the completed colonisation of the late sixteenth century, and Irish women were until then depicted in more varied imagery. Attention to gender in perceptions of foreign peoples helps us recognise not only the role that masculine and feminine stereotyping plays in relations between peoples. It also demonstrates that such gendered representations, like the political relations they served, were many-layered.

⁵² On this point see Carroll, "Representations of women...", 388-393; Craig, "Monstrous Regiment...", 12-18.

⁵³ NASH, Catherine – "Embodied Irishness. Gender, sexuality and Irish identities". in Brian Graham (ed.) – *In Search of Ireland. A Cultural Geography*. New York: Routledge, 1997, 108-127, at 108, 111-116.

BIBLIOGRAPHIC REFERENCES

Sources

- “Vita prima sanctae Brigidae”. Seán Connolly (trans.). *Journal of the Royal Society of Antiquaries of Ireland*, 119 (1989), 14-49.
- BEROUL – *The Romance of Tristan by Beroul and Beroul II. A Diplomatic Edition and a Critical Edition*. Barbara Sargent-Baur (ed.). Toronto: University of Toronto Press, 2015.
- Bethu Brigitte*. D. Ó. Haodha (ed. and trans.). Dublin: DIAS, 1978.
- CAMBRENSIS, Giraldus – *Expugnatio Hibernica. The Conquest of Ireland*. A. B. Scott; F. X. Martin (eds.). Dublin: Royal Irish Academy, 1978.
- CAMBRENSIS, Giraldus – *The Itinerary through Wales*. in Thomas Wright (ed.), Richard Colt Hoare (trans.) – *The Historical Works of Giraldus Cambrensis*. London: George Bell, 1894.
- CAMBRENSIS, Giraldus – *The Topography of Ireland*. in Thomas Wright (ed.), Thomas Forester (trans.) – *The Historical Works of Giraldus Cambrensis*. London: H. G. Bohn, 1863.
- CAMBRENSIS, Giraldus – *Topographia Hibernica*. in J. F. Dimock (ed.) – *Giraldus Cambrensis Opera*. Vol. V, *Topographia Hibernica et Expugnatio Hibernica*. London: Longmans, Green, Reader, and Dyer, 1867 (Rolls Series, 21).
- CHIERICATI, Francesco – Letter to Isabella d’Este Gonzaga. in MAHAFFY, J. P. (ed.) – “Two early tours in Ireland”. *Hermathena*, 18, 40 (1914), 1-16.
- COGITOSUS – “Vita sanctae Brigidae”. Seán Connolly; J. M. Picard (trans.). *Journal of the Royal Society of Antiquaries of Ireland*, 117 (1987), 11-27.
- CURTIS, Edmund; McDOWELL, R. B. (eds.) – *Irish Historical Documents, 1172-1922*. New York: Methuen, 1943.
- DE CUÉLLAR, Francisco – “Carta de uno que fue en la Armada de Yngalater[r]a y cuenta la jornada, / Letter from one who sailed... , a new annotated translation of Cuéllar’s Carta”. D. W. Cruickshank; P. Gallagher (ed. and trans.). in P. Gallagher; D. W. Cruickshank (eds.) – *God’s Obvious Design: Papers for the Spanish Armada Symposium, Sligo, 1988*. London: Tamesis Press, 1990, 201-221, 223-247.
- DERRICKE, John – *The Image of Irelande, with A Discoverie of Woodkarne*. John Small (ed.), with notes by Sir Walter Scott. Edinburgh: Adam and Charles Black, 1883.
- Durmart le Galois, roman arthurien du treizième siècle*. 2 vols. Joseph Gildea (ed.). Villanova: Villanova Press, 1965-1966.
- FROISSART, *Chronicles*. Geoffrey Brereton (ed. and trans.). Harmondsworth: Penguin, 1968.
- FROISSART, *Chroniques*. in Kervyn de Lettenhove (ed.) – *Oeuvres de Froissart...*, vol. XV. Brussels, 1867-1877.

- GILDAS – *The Ruin of Britain and Other Works*. Michael Winterbottom (ed. and trans.). Chichester: Phillimore, 1978.
- HERODOTUS – *The Histories*. Aubrey De Sélincourt (trans.); John Marincola (rev.). Harmondsworth: Penguin, 1996.
- HIGDEN, Ranulf – *Polychronicon Ranulphi Higden Monachi Cestrensis, Together with the English Translations of John Trevisa and of an Unknown Writer of the Fifteenth Century*. Vol. I. Churchill Babington (ed.). London: Longman, Green; Longman, Roberts, and Green, 1865 (Rolls Series, 41).
- Les mervelles de Rigomer von Jahen, altfranzössischer Artusroman des XIII. jahrhunderts nach der einzigen Aumale-handschrift in Chantilly*. Wendelin Foerster; Hermann Breuer (eds.). Dresden: Max Niemeyer, 1908-1915.
- ROUEN, Warner of – *Moriuh. A Norman Latin Poem from the Early Eleventh Century*. Christopher McDonough (ed. and trans.). Toronto: Pontifical Institute of Medieval Studies, 1995.
- SPENSER, Edmund – *A View of the State of Ireland. From the First Printed Edition (1633)*. Andrew Hadfield; Willy Maley (eds.). Oxford: Blackwell, 1997.
- ST JEROME – “Against Jovinianus”. II. 7. in Philip Schaff; Henry Wave (eds.), W. H. Fremantle; G. Lewis; W. G. Martley (trans.) – *A Select Library of Nicene and Post-Nicene Fathers of the Christian Church*. Second Series, vol. VI. New York: The Christian Literature Company, 1893. Revised and edited for New Advent by Kevin Knight. Available at <https://www.newadvent.org/fathers/30092.htm> [accessed 20 April 2024].
- Statutes and Ordinances and Acts of the Parliament of Ireland. Vol. I, King John to Henry V*. Henry F. Berry (ed.). Dublin: Public Record Office, 1907.
- STRABO – *Geography*, 4.5.4. in Philip Freeman (ed. and trans.) – *Ireland and the Classical World*. Austin, TX: University of Texas Press, 2001.
- STRASSBURG, Gottfried Von – *Tristan und Isold*. Friederich Ranke (ed.). 2nd ed. Berlin: Weidmann, 1949.
- The Confession of St Patrick*. Ludwig Bieler (trans.). Grand Rapids, MI: Christian Classics Ethereal Library, 1990.
- The Deeds of the Normans in Ireland (La Geste des Engleis en Yrlande). A New Edition of the Chronicle Formerly Known as The Song of Dermot and the Earl*. Evelyn Mullally (ed.). Dublin: Four Courts Press, 2002.
- VITAL, Laurent – “Archduke Ferdinand’s visit to Kinsale in Ireland, an extract from Le Premier Voyage de Charles-Quint en Espagne, de 1517 à 1518”. Dorothy Convery (trans.), Hiram Morgan (introd.). *CELT: Corpus of Electronic Texts. A Project of University College, Cork* [online]. Available at <http://www.ucc.ie/celt/published/T500000-001/index.html> [accessed 20 April 2024].

Voyage au Purgatoire de Saint Patrice / Visions de Tindal et de St Paul. A. Jeanroy and A. Vignaux (eds.). Toulouse, 1903 (trans. in MAHAFFY, J. P. (ed.) – “Two early tours in Ireland”. *Hermathena*, 18, 40 (1914), 1-16, pp. 1-9).

Studies

- BARTLETT, Robert – “Cults of Irish, Scottish and Welsh Saints in Twelfth-Century England”. in Brendan Smith (ed.) – *Britain and Ireland 900-1300*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, 67-86.
- BARTLETT, Robert – *Gerald of Wales, 1146–1223*. Oxford: Oxford University Press, 1982.
- BITEL, Lisa M. – *Landscape with Two Saints. How Genovefa of Paris and Brigit of Kildare Built Christianity in Barbarian Europe*. New York: Oxford University Press, 2009.
- BOOKER, Sparky – “Intermarriage in fifteenth-century Ireland. The English and Irish in the ‘Four Obedient Shires’”. in *Proceedings of the Royal Irish Academy*, 113C (2012), 219-250.
- BOOKER, Sparky – *Cultural Exchange and Identity in Late Medieval Ireland: The English and Irish of the Four Obedient Shires*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- BOWEN, E. G. – “The Cult of St Brigit”. *Studia Celtica*, 8 (1973), 33-47.
- CAIN, James D. – “Unnatural history. Gender and genealogy in Gerald of Wales’s *Topographia Hibernica*”. *Essays in Medieval Studies*, 19 (2002), 29-43.
- CALLAN, Maeve Brigit – *The Templars, the Witch, and the Wild Irish: Vengeance and Heresy in Medieval Ireland*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2015.
- CANDON, Anthony – “Power, politics and polygamy. Women and marriage in late pre-Norman Ireland”. in Damian Bracken; Dagmar Ó Riain-Raedel (eds.) – *Ireland and Europe in the Twelfth Century. Reform and Renewal*. Dublin: Four Courts Press, 2006, 106-127.
- CARROLL, Clare – “Representations of women in some early modern English tracts on the colonization of Ireland”. *Albion*, 25 (1993), 379-393.
- CARROLL, Clare – “The construction of gender and the cultural and political other in *The Faerie Queene* 5 and *A View of the Present State of Ireland*. The critics, the context, and the case of Radigund”. *Criticism*, 32 (1990), 163-192.
- CAVANAGH, Sheila T. – “‘Licentious Barbarism’. Spenser’s view of the Irish and *The Faerie Queene*”. *Irish University Review. A Journal of Irish Studies*, 26 (1996), 268-280.
- CAVANAGH, Sheila T. – “‘Such Was Irena’s Countenance’. Ireland in Spenser’s Prose and Poetry”. *Texas Studies in Literature and Language*, 28 (1986), 24-50.
- COHEN, Jeffrey Jerome – “Hybrids, monsters, borderlands. The bodies of Gerald of Wales”. in Jeffrey Jerome Cohen (ed.) – *The Postcolonial Middle Ages*. London: Palgrave Macmillan, 2000, 85-104.
- CORRÁIN, Donnchadh Ó – “Marriage in early Ireland”. in Art Cosgrove (ed.) – *Marriage in Ireland*. Dublin: College Press, 1985, 5-24.

- COSGROVE, Art – “Marriage in medieval Ireland”. in Art Cosgrove (ed.) – *Marriage in Ireland*. Dublin: College Press, 1985, 25-50.
- COUGHLAN, Patricia, “‘Some secret scourge which shall by her come unto England’. Ireland and incivility in Spenser”. in Patricia Coughlan (ed.) – *Spenser and Ireland. An Interdisciplinary Perspective*. Cork: Cork University Press, 1989, 46-74.
- CRAIG, Joanna – “Monstrous regiment. Spenser’s Ireland and Spenser’s Queen”. *Texas Studies in Literature and Language*, 43 (2001), 1-28.
- CRÓINÍN, Dáibhí Ó – *Early Medieval Ireland, 400-1200*. London: Routledge, 1995.
- DUFFY, Seán – “The problem of degeneracy”. in James Lydon (ed.) – *Law and Disorder in Thirteenth-Century Ireland*. Dublin: Four Courts Press, 1997, 87-106.
- DUGGAN, Anne – “The making of a myth. Giraldus Cambrensis, Laudabiliter, and Henry II’s Lordship of Ireland”. *Studies in Medieval and Renaissance History*, 4 (2007), 249-312.
- DUMVILLE, David N. – *Three Men in a Boat. Scribe, Language, and Culture in the Church of Viking-Age Europe*. Inaugural Lecture. Cambridge: University of Cambridge, 1997.
- FLANAGAN, Marie Therese – *Irish Society, Anglo-Norman Settlers, Angevin Kingship. Interactions in Ireland in the Late Twelfth Century*. Oxford: Clarendon Press, 1989.
- FRAME, Robin – *Colonial Ireland 1169-1369*. 2nd ed. Dublin: Four Courts Press, 2012.
- FREEDMAN, Paul – *Images of the Medieval Peasant*. Stanford: Stanford University Press, 1999.
- GILLINGHAM, John – “Images of Ireland, 1170-1600. The Origins of English Imperialism”. *History Today*, 37 (1987), 16-22.
- GRIFFITHS, Ralph – “The island of England in the fifteenth century. Perceptions of the peoples of the British Isles”. *Journal of Medieval History*, 29 (2003), 177-200.
- HADFIELD, Andrew – *Edmund Spenser’s Irish experience. Wilde Fruit and Salvage Soyl*. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- JONES, Ann Rosalind; STALLYBRASS, Peter – “Dismantling Irena. The sexualizing of Ireland in Early Modern England”. in Andrew Parker (ed.) – *Nationalisms and Sexualities*. New York: Routledge, 1992, 157-171.
- KENNY, Gillian – *Anglo-Irish and Gaelic Women in Ireland, c. 1170-1540*. Dublin: Four Courts Press, 2007.
- KILLEEN, J. F. – “Ireland in the Greek and Roman Writers”. *Proceedings of the Royal Irish Academy*, 76 (1976), 207-215.
- LAURENCE, Anne – “The cradle to the grave. English observations of Irish social customs in the seventeenth century”. *The Seventeenth Century*, 3 (1988), 63-84.
- LEERSON, Joep – “Wildness, wilderness and Ireland. Medieval and Early-Modern patterns in the demarcation of civility”. *Journal of the History of Ideas*, 56 (1995), 25-39.

- LEERSON, Joep – *Mere Irish and Fíor-Ghael. Studies in the Idea of Irish Nationality, Its Development and Literary Expression Prior to the Nineteenth Century*. Cork: Cork University Press, 1986.
- MALEY, Willy – “Gender and genre. Masculinity and militarism in the writings of Barnaby Rich”. *Irish Studies Review*, 4 (1995-1996), 2-6.
- MARTIN, F. X. – “The image of the Irish – medieval and modern – continuity and change”. in Richard Wall (ed.) – *Medieval and Modern Ireland*. Gerards Cross: Rowman & Littlefield, 1988, 1-18.
- McCLINTOCK, Anne – *Imperial Leather: Race, Gender, and Sexuality in the Colonial Contest*. New York: Routledge, 1995.
- MITCHELL, Linda E. – “Gender(ed) identities? Anglo-Norman settlement, Irish-ness, and the statutes of Kilkenny of 1367”. *Historical Reflections/Réflexions Historiques*, 37 (2011), 8-23.
- MONTROSE, Louis – “The work of gender in the discourse of discovery”. *Representations*, 33 (1991), 1-41.
- MULDOON, James – *Identity on the Medieval Irish Frontier. Degenerate Englishmen, Wild Irishmen, Middle Nations*. Gainesville, FA, University Press of Florida, 2003.
- NASH, Catherine – “Embodied Irishness. Gender, sexuality and Irish identities”. in Brian Graham (ed.) – *In Search of Ireland. A Cultural Geography*. New York: Routledge, 1997, 108-127.
- O’LEARY, Aideen M. – “The heretic and the hibernophobe. Foreign perceptions of Ireland from Antiquity to c. AD 1200”. *Journal of Irish and Scottish Studies*, 7 (2013), 1-51.
- ORPEN, G. H. – *Ireland Under the Normans*. Oxford: Oxford University Press, 1911-1920.
- PARKES, Peter – “Celtic fosterage. Adoptive kinship and clientage in Northwest Europe”. *Society for Comparative Study of Society and History*, 48 (2006), 359-395.
- PERRY, Adele – “Gender goes global. The writing of transnational histories”. *Journal of Women’s History*, 21 (2009), 138-145.
- PRESTON-MATTO, Lahney – “Queens as political hostages in pre-Norman Ireland. Derbforgaill and the Three Gormlaiths”. *Journal of English and Germanic Philology*, 109 (2010), 141-161.
- RAMBO, Elizabeth L. – *Colonial Ireland in Medieval English Literature*. Selinsgrove: Susquehanna University Press, 1994.
- RICKARD, P. – *Britain in Medieval French Literature 1100-1500*. Cambridge: Cambridge University Press, 1956.
- ROLLO, David – “Gerald of Wales’ *Topographia Hibernica*. Sex and the Irish Nation”. *Romanic Review*, 86 (1995), 169-190.
- SARGENT, Amelia – *Visions and Revisions. Gerald of Wales, Authorship, and the Construction of Political, Religious, and Legal Geographies in Twelfth and Thirteenth*

- Century Britain*. Berkeley: University of California, 2011. PhD thesis. Available at <http://www.escholarship.org/uc/item/5905x7t1> [accessed 20 April 2024].
- SCULLY, Jeremiah D. – *The Atlantic Archipelago from Antiquity to Bede. The Transformation of an Image*. University College Cork, 2000. PhD thesis.
- SHANAHAN, Madeline – “When cheifest Rebell feede”. Food, fosterage and fear in Early Modern Ireland”. *Food, Culture & Society*, 25 (2022), 1-20.
- SMITH, Brendan – “I Have Nothing but through Her’. Women and the conquest of Ireland, 1170-1240”. in Christine Meek; Catherine Lawless (eds.) – *Studies on Medieval and Early Modern Women. Pawns or Players?* Dublin: Four Courts Press, 2003, 49-58.
- SNYDER, Edward D. – “The wild Irish. A study of some English satires against the Irish, Scots, and Welsh”. *Modern Philology*, 17 (1920), 687-725.
- SPONSLER, Claire – “The captivity of Henry Chrystede. Froissart’s *Chroniques*, Ireland, and fourteenth-century nationalism”. in Kathy Lavezzo (ed.) – *Imagining a Medieval English Nation*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2004, 304-339.
- STOLER, Ann Laura – *Carnal Knowledge and Imperial Power. Race and the Intimate in Colonial Rule*. Berkeley: University of California Press, 2002.
- SURANYI, Anna – “Virile Turks and maiden Ireland. Gender and national identity in Early Modern English travel literature”. *Gender & History*, 21 (2009), 241-262.
- TREXLER, Richard C. – *Sex and Conquest. Gendered Violence, Political Order, and the European Conquest of the Americas*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1995.

“Estudar a prática da viagem, a circulação e a mobilidade na Idade Média permite-nos aceder de forma privilegiada à sociedade, mas também à mentalidade e ao imaginário coevos. As culturas vigentes, as prioridades, os medos, os desejos e os anseios estão todos lá, à disposição do olhar questionador de quem investiga. Noutra vertente, qualquer tentativa de compreensão do quotidiano e da cultura material do medievo, possui aqui um instrumento incontornável.”

Paulo Catarino Lopes, *Introdução*

